

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**RETÓRICA E POLÍTICA NO CONGRESSO CONSTITUINTE  
DE 1890-91**

Tiago de Castilho Soares

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia Política do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de Santa Catarina, para a  
obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo V. Silva

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

S676r Soares, Tiago de Castilho  
Retórica e política no Congresso Constituinte de 1890-91  
[tese] / Tiago de Castilho Soares ; orientador, Ricardo  
Virgilino da Silva. - Florianópolis, SC, 2011.  
203 p.: grafs., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia. 2. Sociologia política. 3. Direito- História  
e crítica. 4. Retórica. 5. Brasil - História - Discursos  
parlamentares. I. Silva, Ricardo Virgilino da. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Silva, pelo apoio, pela confiança, pelo incentivo e pelos ensinamentos durante esses anos de doutorado. Agradeço ao Núcleo de Estudos do Pensamento Político (NEPP), coordenado por Ricardo Silva, nas pessoas de Tiago Losso e Gustavo Biscaia Lacerda, que estabeleceu o pano de fundo das reflexões epistemológicas deste trabalho.

Agradeço a bolsa de doutorado da CAPES, que financiou parte do trabalho para esta tese.

Agradeço Pedro de Souza, pelas indicações e atenção, que contribuíram efetivamente para construção deste trabalho. Agradeço aos professores João Hernesto Weber e Cláudio Cruz Costa da Pós-Graduação em Literatura da UFSC que, no curso das disciplinas respectivas *Críticas – Machado de Assis: contos e Literatura e Sociedade*, colaboraram com sugestões e indicações bibliográficas. Agradeço à leitura do Prof. Yan S. Carreirão, do CPGSP/UFSC, que ofereceu suas notas e correções do primeiro capítulo desta tese.

Agradeço aos meus amigos, que me estimularam e compartilharam na jornada da construção desta tese. Em especial, Luís Filipe Trois Bueno e Silva pelos diálogos sobre a retórica e os problemas da passagem do tempo; Álvaro Andreucci, pelo estímulo constante e pela alegria de estudarmos juntos; Camila Prando, pelo acolhimento, pelas conversas sobre o direito na República e sobre as resistências para elaboração de uma tese; Davi Pessoa pela escuta, pela confiança e pelas palestras afetuosas; Eleonora Frakel pelos diálogos sobre a literatura, as indicações e o compartilhamento das inseguranças.

Agradeço com muito afeto a Gilfredo Maulin e Nilson Moulin que me receberam na Monstrópolis e me ensinaram coisa bonitas sobre a pesquisa e o conhecimento.

Agradeço ao apoio – as leituras, a escuta e os bastidores – da minha namorada e mulher Mariana Mescolotto, que está trazendo em seu ventre o presente de um filho.

“E muitas vezes Ulrich se indagava se haveria alguma ligação entre esse tempo em que um fotógrafo podia se julgar genial porque bebia, usava colarinho aberto e, com métodos modernos, provava a sua nobreza espiritual aos contemporâneos que se postavam diante de sua objetiva, e um outro tempo em que só ainda se julgavam geniais os cavalos de corrida, devido à sua insuperável capacidade de se esticar e encolher. As duas épocas são diferentes: o presente baixa os olhos orgulhosamente para o passado, e se o passado por acaso tivesse acontecido mais tarde, olharia o presente de cima para baixo; mas os dois se parecem muito em um aspecto, pois tanto num como noutro a inexatidão e a omissão das diferenças decisivas teve a maior importância. Toma-se uma parte do que é grande pelo todo, distante analogia para a realização da verdade, e o balão vazio de uma grande palavra é enchido segundo a moda do dia. Isso vai muito bem, embora não dure muito tempo.”

Robert Musil, *O homem sem qualidades*,  
p. 490.



## RESUMO

Este trabalho visa compreender os efeitos produzidos pela prática dos discursos parlamentares sentidos na imprensa e na Câmara, por ocasião do Congresso Constituinte de 1890-91. A tese que se propõe é a de que a oratória nesse Congresso ensejou a consolidação de juízos depreciativos da retórica parlamentar oferecidos pela crítica e pela auto-crítica, que destacavam seu caráter espetacular. Busca-se, de início, compreender quais interesses e poderes contribuíram para a formação do Congresso. Investiga-se se os oradores estavam seguindo uma orientação retórica de origem acadêmica. Procura-se responder pelo status social da disciplina e do saber retóricos. Tomam-se as avaliações do jornalismo político sobre as atividades retóricas do Congresso, compreendendo historicamente a função da imprensa. Analisa-se três discursos no Congresso Constituinte tendo por principal foco a percepção dos argumentos e dos estilos retóricos. E, finalmente, recupera-se as autorreflexões sobre o discurso parlamentar ao longo daquele encontro. Dentre os efeitos dos discursos, destacaram-se juízos depreciativos acerca da retórica e de seu aspecto espetacular, que tem suas origens vinculadas à tradição crítica do teatro realista da década de 1860. Surgiu, ainda, um leque variado de avaliações, percepções e sentidos sobre a retórica parlamentar: o conto *Evolução* de Machado de Assis sugeriu a emergência de um modelo de discurso vinculado à classe de engenheiros; a análise dos três discursos parlamentares confrontou posições acerca de temas diversos, os contextos humanos de elocução desses discursos e os seus efeitos, procurando refletir acerca dos seus estilos; as autorreflexões dos parlamentares sobre a oratória parlamentar destacaram os efeitos de a oratória parlamentar clarificar posições e legitimar as decisões políticas.



## SUMÁRIO

<b><i>INTRODUÇÃO METODOLÓGICA – A BÚSSOLA DE HERMES</i></b>	11
<b><i>CAP. 1 – A FORMA DE UMA ESFINGE:</i></b>	39
Formação e arranjos políticos do Congresso Constituinte de 1890-91	
1.1 A formação	40
1.2 Os arranjos políticos	56
<b><i>CAP. 2 – ABRAÇANDO A NUVEM POR JUNO:</i></b>	69
Retórica e academia no Brasil no séc. XIX	
2.1 O ensino retórico e seu descrédito	70
2.2 Retórica política: suas análises acadêmicas e suas vivências prévias na academia	83
<b><i>CAP. 3 – ENTRE UMATO E OUTRO:</i></b>	93
Retórica política, jornalismo, crônica e teatro	
3.1 A imprensa diante do poder político: qual crítica à retórica?	93
3.2 A Proclamação da República e o fim da liberdade de imprensa	102
3.3 A crítica teatral informando a crítica à oratória parlamentar	107
3.4 “Evolução”: crítica à retórica parlamentar do Segundo	105

Império	
<b><i>CAP. 4 – POUT-PURRI DA DIVISÃO DE RENDAS:</i></b>	125
Argumentação e estilo em três discursos	
4.1 Os argumentos	127
4.2 Os estilos retóricos	141
<b><i>CAP. 5 – CÔNCAVOS E CONVEXOS:</i></b>	151
Os espelhos da metarretórica	
5.1 Côncavos: taquígrafos e o registro de oralidade	152
5.2 Convexos: a retórica parlamentar pelos parlamentares	155
<b><i>CONCLUSÃO</i></b>	173
<b><i>ANEXO</i></b>	181
<b><i>BIBLIOGRAFIA</i></b>	189

## INTRODUÇÃO METODOLÓGICA – A BÚSSOLA DE HERMES

“Retórica e política no Congresso Constituinte de 1890-91” pretende assentar-se sobre uma série de estudos acerca dos discursos parlamentares ocorridos naquele evento. O título, assim, não *representa* um estudo ou o estudo, mas simplesmente anuncia uma série de trabalhos realizados no tempo. Isso desenvolve em outra direção a concepção tradicional de tese, que se constituiria da resolução de um problema desdobrado na consecução de objetivos, que determinam a divisão dos capítulos, de forma a respeitar um método, um caminho científico para garantir a validade das respostas ao problema.

O problema de compreender as manifestações oratórias ocorridas no Congresso Constituinte de 1890-91 implicou a necessidade de realização de uma variedade de pesquisas das quais emergiriam outras problematizações mais específicas. O estágio pouco desenvolvido dos estudos sobre a retórica política no Brasil e sobre a Proclamação da República e o Governo Provisório impuseram tal ordem de coisas. Dois capítulos desta tese foram condição inicial para o desenvolvimento do trabalho – um relativo à formação e composição política do Congresso Constituinte e outro relativo ao ensino retórico no segundo Império –, e se já tivessem sido desenvolvidos em obras históricas e acadêmicas, poupariam esse esforço de generalista e preparariam um recorte histórico mais preciso. Isso porém que poderia ser usado para justificar insuficiências de espaço e tempo, colaborou para o caráter de abertura desta tese: o seu caráter de sugerir variados prismas interpretativos e de abordar vários campos do saber.

O problema geral que percorre os capítulos é de natureza eminentemente hermenêutico: *quais sentidos acerca da experiência oratória no Congresso Constituinte de 1890-91 podemos perscrutar a partir dos discursos parlamentares fixados em anais?* Uma tese, porém, não pode ser uma reunião de ensaios interpretativos, é necessário restringir um problema tão genérico, o que não impede de seguirmos atentos para inesperados sentidos que os textos nos fazem ouvir. Apresentamos pois o objetivo específico: *buscamos compreender os efeitos produzidos pela prática daqueles discursos parlamentares sentidos na imprensa e na Câmara.*

*A tese que propomos é a de que a oratória no Congresso Constituinte de 1890/91 ensejou a consolidação de juízos depreciativos*

*da retórica parlamentar oferecidos pela crítica e pela auto-crítica, que destacavam seu caráter espetacular.*

Enfatizamos o caráter de ação do discurso quando usamos a expressão *práticas daqueles discursos*, pois é esse mesmo o principal foco de nossas atenções: a retórica parlamentar como experiência da fala no parlamento. Impedimos desse modo que nosso objeto se fragmente, não se tratando de sentir o efeito deste ou daquele discurso, mas o efeito da retórica parlamentar tida como uma experiência social singular. Desde já se entrevê que a retórica é tomada aqui no sentido de oratória, de prática linguageira e não de técnica pedagógica, de arte do bem falar. Utilizamos tal palavra, e não as expressões *eloquência* ou *oratória*, porque ela acompanha o sentido vigente no contexto histórico que estamos trabalhando. Permite-se, com o uso da palavra *retórica*, perceber ou perscrutar as nuances e os laços entre os seus sentidos de *técnica* e *prática*, embora o uso de tal expressão nessa tese tome-a na maioria das vezes por *prática oratória*.

Do ponto de vista dos estudos sobre retórica são reconhecidos esses dois sentidos, que Fleming, especialista renomado nos estudos retóricos, contrapõe:

There are two ‘rhetorics’: one is a kind of practice; the other, an art or faculty for directing that practice. The first is *rhetorica utens*, the second, *rhetorica docens*. Rhetoric is an action which humans perform or a perspective they take when they focus on symbolic processes (Foss, Foss, and Trapp); it is an instrumental use of language and a method for managing such language (Hauser). In this bivalent ‘rhetoric’, a distinction is drawn between ‘natural’ and ‘technologized’ speech, although the same word usually serves in both cases. [...] Sometimes, however, as with Robert Pattison above, the practice is called ‘eloquence’ or ‘speech’, while ‘rhetoric’ is reserved for the art or system (see also Cole).<sup>1</sup>

Utilizando a expressão *retórica* no sentido de uma linguagem natural, não processada por uma pedagogia de regras de bem falar e convencer, exploramos uma dimensão mais social do tema da retórica, carente de estudos na nossa academia. O desgaste do sentido de *retórica* como arte ou técnica, que esteve relacionado com a eliminação da disciplina *retórica* dos currículos escolares no séc. XIX, ocorre desde o iluminismo, quando as perspectivas anti-jesuíticas desalojam as

---

<sup>1</sup> FLEMING, David. *Rhetoric as a Course of Study*, p. 177.

propostas pedagógicas de formar os oradores por meio de um sistema de regras.

Descartes já negava a possibilidade de se aprender retórica, deslocando-a para o campo das práticas. Segundo Oliver Rebooul:

A retórica deixa portanto de ser arte e perde seu instrumento dialético. Basta encontrar a verdade por sua razão, ‘E as palavras para expressá-la chegam facilmente’ (Boileau). Outros filósofos, os empiristas ingleses, chegam à mesma condenação. Para eles, qualquer verdade vem da experiência sensível, e a retórica, com seus artifícios verbais, só faz afastar da experiência.<sup>2</sup>

Essa crítica é absorvida no uso contemporâneo da expressão retórica, como podemos conferir com Flaming:

First, contemporary ‘rhetoric’ typically denotes a type or dimension of human activity, that is, a *first-order* phenomenon present in the cultural environment and roughly coextensive with such words as ‘language’, ‘communication’, and ‘persuasion’. A representative gloss for this ‘rhetoric’ might be ‘symbolic inducement’, a phase associated with the work of Kenneth Burke (see, e.g., *Rhetoric* 43); for Burke, every human ‘action’ exhibits ‘rhetoric’- exhibits, that is, symbol use ‘for purposes of cooperation or competition’ (*Rhetoric*, 296). Earlier definitions of ‘rhetoric’, by contrast, typically construed it as a *second-order* phenomenon: an art of, theory about, or schooling in language, communication, or persuasion. But in contemporary usage, the word appears to have acquired the status of anthropological fact. ‘Rhetoric’ is now a ‘natural social phenomenon’. (McGee, 38)<sup>3</sup>

O aspecto que a retórica ganha como fato antropológico é muito sugestivo para esta tese que pretende reconstruir os sentidos dessa experiência social do parlamento brasileiro no final do século XIX. Ele não restringe a recomposição de elementos daquela prática, ao contrário, deixa em aberto infinitas aproximações de sentido a serem exploradas.

Mas o que queremos dizer quando afirmamos que o nosso problema é hermenêutico e o objetivo específico é de *compreender*? Significa que aceitamos e levamos à sério o fato de a compreensão se elaborar sempre a partir de juízos prévios (*pré-compreensão*), num

---

<sup>2</sup> REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*, p. 80.

<sup>3</sup> FLEMING, David. *Rhetoric as a Course of Study*, p. 169-170.

processo circular dado no presente que em cada volta reabilita com um novo status o passado. “Toda interpretação correta tem que proteger-se contra a arbitrariedade da ocorrência de ‘felizes ideias’ e contra a limitação dos hábitos imperceptíveis do pensar, e orientar sua vista ‘às coisas elas mesmas’.”<sup>4</sup> Gadamer realça aqui o caráter processual do compreender, que não acontece por ‘felizes ideias’, apontando a necessidade de orientarmos-nos pelas ‘coisas elas mesmas’, em nosso caso os textos. Compreender para nós, é compreender textos. A busca pela compreensão dos efeitos da retórica política por ocasião do Congresso Constituinte de 1890-91, não sugere uma averiguação psicológica do auditório dos oradores, trata-se de, por movimentos de idas e vindas nos textos, reformularmos nossa pré-compreensão e fundirmos-nos hoje com aqueles juízos e expectativas que cercavam a oratória política. Jauss desenvolve esse tema aproximando Collingwood de Gadamer:

Levando adiante a tese de Collingwood, segundo a qual ‘só se pode entender um texto quando se compreendeu a pergunta para a qual ele constitui uma resposta’ [*The idea of history*, 1956, p. 352] Gadamer explica que a pergunta reconstruída não pode mais inserir-se em seu horizonte original, pois esse horizonte histórico é sempre abarcado por aquele de nosso presente: ‘O entendimento é sempre um processo de fusão de tais horizontes supostamente existentes por si mesmos’ [*Verdade e Método*, p. 457]<sup>5</sup>

Perceba-se que na mesma medida em que se nega a hipótese psicológica que orienta adentrarmos a psique, a intencionalidade ou a mente dos ouvintes dos discursos do passado para recuperarmos seu sentido, se nega a hipótese formalista, que defenderia a exploração dos sentidos do texto unicamente por uma análise dos conteúdos e relações proposicionais no próprio texto. O texto, como um todo, responde a qual pergunta? No nosso caso, os discursos fixados nos Anais são respostas de quais perguntas, são frutos de quais poderes, de quais expectativas, de quais juízos? O que Jauss aponta como aprofundamento da questão de Collingwood é o fato dessa pergunta não ser ‘resgatada’ do passado mas se elaborar e reelaborar no presente. A questão de sabermos para quais perguntas os textos históricos são respostas remete, no ato de

---

<sup>4</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*, p. 402.

<sup>5</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 37.

compreensão, à necessidade premente de atenção aos contextos. Gadamer esclarece e em nada destoa de uma postura contextualista:

Face a qualquer texto, nossa tarefa é não introduzir, direta e acriticamente, nossos próprios hábitos linguísticos – ou, no caso de uma língua estrangeira aquele que nos é familiar através dos autores ou do exercício cotidiano. Pelo contrário, reconhecemos como nossa tarefa o alcançar a compreensão do texto somente a partir do hábito linguístico epocal e de seu autor.<sup>6</sup>

Há um forte vínculo de tal perspectiva com aquela da Escola de Cambridge. Quentin Skinner discorre sobre sua postura contextualista em entrevista à *Folha de São Paulo* em 16 de agosto de 1998, afirmando que:

O que tentei foi argumentar que há muitas coisas importantes sobre os textos que precisam ser estudadas, além dos próprios textos, se se quiser efetivamente compreendê-los. Caso contrário não seria possível compreender quais haviam sido suas motivações, ao que eles se referiam e se estavam, por exemplo, satirizando, repudiando, ridicularizando ou aceitando outras ideias e argumentações.<sup>7</sup>

Estudar o sentido da experiência social da retórica parlamentar na Constituinte de 1890-91 exigiu imediatamente, é o primeiro capítulo, que abordássemos o contexto político daqueles discursos. Qual o propósito daquela reunião? Quem estava ali reunido e quem ficara excluído? Quais os embates e acordos entre aquelas pessoas? Enfim, perguntas que elaborassem a nossa *pré-compreensão* suficientemente a ponto de aprofundarmos a investigação sobre os *efeitos* dessa experiência social. O segundo capítulo, navegando no contexto intelectual e pedagógico da época, averigua a hipótese daqueles discursos estarem seguindo modelos oriundos de uma tradição retórica, tomada como técnica, como arte. Essa resposta também responderia

---

<sup>6</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*, p. 403.

<sup>7</sup> SKINNER, Quentin. *Entrevista à Folha de São Paulo*, p. 5. Ricardo Silva discorrendo sobre a dimensão metodológica da obra de Skinner explica que seu distanciamento do positivismo se encaminha, conjuntamente ao grupo intelectual de Princeton, para uma perspectiva interpretativa da realidade social: “Não há acesso privilegiado a ‘fatos indisputáveis’, pois as percepções que temos das coisas são, em última análise, ‘interpretações’”. SILVA, Ricardo. *DADOS*, V. 53, n. 2, 2010, p. 312.

pelo *efeito* da retórica parlamentar e, desenvolvendo nossa *pré-compreensão*, lançar-nos-ia para outras perguntas.

O conceito de *efeito* que estamos utilizando nasce das reflexões da hermenêutica gadameriana e é desenvolvido por Jauss para abordar a literatura, esse objeto bastante próximo daquilo que estamos investigando, a fala parlamentar:

A obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser atemporal. [...] A literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativa dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra. Da objetivação ou não desse horizonte de expectativa dependerá, pois, a possibilidade de compreender e apresentar a história da literatura em sua historicidade própria.”<sup>8</sup>

Os discursos parlamentares não são objetos que existam por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser atemporal. A retórica como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativa dos ouvintes, leitores, críticos e oradores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra. Da objetivação ou não desse horizonte de expectativa dependerá, pois, a possibilidade de compreender e apresentar a história da retórica parlamentar em sua historicidade própria. Tal paráfrase orienta nossa pesquisa para a objetivação do horizonte de expectativas do auditório, dos oradores e críticos da época, bem como, o lugar destinado à retórica parlamentar da época pela historiografia brasileira. Quando falamos pois em *efeito* evidenciamos: a importância das expectativas epocais e dos juízos da tradição sobre aquilo que queremos compreender; e, a impossibilidade de o texto dos discursos responder com exclusividade sobre o sentido da experiência retórica.

Ademais, a obra que surge não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio, mas, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas, predispõe seu público para recebê-la de uma maneira bastante definida. Ela desperta a lembrança do já lido, enseja logo de início expectativas quanto a

---

<sup>8</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 25-26.

‘meio e fim’, conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão vinculado, ao qual se pode, então – e não antes disso –, colocar a questão acerca da subjetividade da interpretação e do gosto dos diversos leitores ou camada de leitores.<sup>9</sup>

A implicação de investigar os sentidos possíveis dessa experiência oratória foi a de permitir que os próprios textos<sup>10</sup> indicassem os caminhos para a investigação. Daí a visão bastante ampla de método que uma perspectiva hermenêutica exige. Este *metá hodós*, este caminho através do qual chegamos nos resultados, não foi um mapa rigoroso, mas uma bússola conferida a cada etapa da pesquisa. Segundo Gadamer:

Por isso, a consciência formada hermeneuticamente tem que se mostrar receptiva, desde o princípio, para a alteridade do texto. Mas essa receptividade não pressupõe nem ‘neutralidade’ com relação à coisa nem tampouco auto-anulamento, mas inclui a apropriação das

---

<sup>9</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 28.

<sup>10</sup> Mas o que estamos em busca de compreender? Trata-se de compreendermos os textos ou de compreendermos o evento que aconteceu entre novembro de 1890 e fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte? Na sutileza desse questionamento, introduzimo-nos na temática do texto. “Para introduzir essa dialética do evento e do sentido, proponho que se diga que, se todo discurso é efetuado como evento, todo discurso é compreendido como significação./O que pretendemos compreender não é o evento, na medida em que é fugidio, mas sua significação que permanece. Esse ponto exige a máxima clarificação: na realidade, poderia parecer que estamos dando um passo para trás, da lingüística do discurso à da língua. Não é nada disso. É na lingüística do discurso que o evento e o sentido se articulam um sobre o outro. Esta articulação é o núcleo de todo o problema hermenêutico. Assim como a língua ao articular-se sobre o discurso, ultrapassa-se como sistema e realiza-se como evento, da mesma forma, ao ingressar no processo da compreensão, o discurso se ultrapassa, enquanto evento, na significação. Essa ultrapassagem do evento na significação é típica do discurso enquanto tal. Revela a intencionalidade mesma da linguagem, a relação, nela, do noema com a noese. Se a linguagem é um *meinen*, uma visada significante, é precisamente em virtude dessa ultrapassagem do evento na significação.” RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*, p. 47. Para a questão do uso ou interpretação de textos históricos, o artigo de Mark Bevir aprofunda: “We can define a text, therefore, as a physical object that acts as a site on to which individuals project various works. To define the as a site for meanings is to accept, in the words of J. Hillis Miller, that “a text never has a single meaning, but is the crossroads of multiple ambiguous meanings.” (J. Miller (1972): *Tradition and Difference. Diacritics* 2, 12.)” BEVIR, Mark. *The text as a historical object*, p. 208. Mais adiante, se opondo a Miller, afirma que “We have found only that text are ambiguous because they are the sites of various works, not that works too are ambiguous because meanings are unstable.” BEVIR, Mark. *The text as a historical object*, p. 208. Essa discussão vai se expressar na “diferença entre interpretar e usar um texto”, tal como defende Umberto Eco em *Interpretação e Superinterpretação*, p. 81. A crítica veemente dessa concepção, feita pelo pragmatista Richard Rorty, pode ser encontrada no capítulo quatro do mesmo livro, *Interpretação e Superinterpretação*, p. 105-127.

próprias opiniões prévias e preconceitos, apropriação que se destaca destes. O que importa é dar-se conta das próprias antecipações, para que o próprio texto possa apresentar-se em sua alteridade e obtenha assim a possibilidade de confrontar sua verdade com as próprias opiniões prévias.<sup>11</sup>

O método assim, em um sentido estrito, não precedeu à análise, mas construiu-se com ela. A ordem consecutiva de delimitar um objeto, colocar um problema a partir de hipóteses abstratas e escolher previamente um método para chegar ao resultado, escapou de nosso projeto de trabalho. O desenvolvimento do problema e do objeto específico acompanhou a delimitação do objeto; o método foi corrigido a cada passo e questionado sobre sua suficiência para resolução do problema; o melhor resultado, a tentativa de uma adequada interpretação, emergiu como consequência de uma progressão harmônica das partes, e não como o cumprimento metódico de certos passos. Com o cuidado de não desfazer a complexidade inerente ao objeto e aos problemas que dele derivam, Theodor Adorno, seguindo nossa mesma perspectiva, é claríssimo a esse respeito no debate travado com Popper: “*Los métodos no dependen del ideal metodológico sino de la cosa.*”<sup>12</sup>

Mas que coisa era essa que estávamos investigando? Qual era o *texto* inicial e fundamental do trabalho para a interpretação a ser desenvolvida? Abordaríamos os registros dos discursos, e quem seguir sua história desde o *Regimento para o Congresso Nacional Constituinte*<sup>13</sup> de 1890-91 encontrará menção sobre sua origem: os serviços estenográficos. Na sessão de aprovação do Regimento foi suprimida a última parte do Art. 31 do Projeto que na íntegra determinava: “A Mesa do Congresso providenciará sobre as publicações das atas e mais trabalhos das sessões, sua recopilação em anais, e contratará o serviço de estenografia dos debates.”<sup>14</sup> A razão para a supressão foi esclarecida por Elyseu Martins: “o serviço de estenografia

---

<sup>11</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*, p. 405.

<sup>12</sup> ADORNO, Theodor. *Sobre la lógica de las ciencias sociales*, p. 33. Adiante, ainda declara: “Por muy instrumentalmente que sean definidos los momentos metodológicos, su adecuación al objeto viene exigida siempre, aun cuando a veces sólo de manera velada. Los métodos sólo son improductivos cuando les falta esta adecuación.” ADORNO, Theodor. *Sobre la lógica de las ciencias sociales*, p. 38.

<sup>13</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 304-312.

<sup>14</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 259.

foi contratado por ambas as mesas, quer da Câmara dos Deputados, quer do Senado, muito legitimamente; por consequência, não pode mais ser regulado este serviço que já está feito e contratado.”<sup>15</sup> Havia sido cumprida a determinação idêntica do Regimento Interno para as Seções Preparatórias do Senado.<sup>16</sup>

O momento histórico exigia a fixação dos discursos e decisões do Congresso Constituinte para a posteridade. As atas das sessões ficavam à disposição dos parlamentares para correções e esclarecimentos que suscitasse antes de suas publicações, mas o conteúdo dos Anais dão ideia de quanto essas previsões não operaram. Em declaração, na 8ª. sessão preparatória na Câmara dos Deputados, afirma Justiniano de Serpa (CE): “não tive ocasião de ver as notas taquigráficas que foram hoje publicadas no Diário Oficial”<sup>17</sup>; Constantino L. Palleta (MG) na 10ª. sessão daquela mesma Câmara: “o meu discurso publicado no Diário Oficial de ontem não foi por mim revisto, sendo omissis em alguns pontos e falseado em outros”<sup>18</sup>; Alexandre J. Barbosa Lima (CE) na mesma sessão: “não ser fiel o discurso que me foi atribuído no Diário Oficial de ontem como tendo sido proferido na sessão de 8 do corrente.”<sup>19</sup> Tal ordem de acontecimentos se repete constantemente pelas sessões constituintes, expondo ao leitor os limites do serviço de registro.

As atas das reuniões parlamentares foram publicadas no Diário Oficial e também no *Diário do Congresso Nacional*, editado de forma esporádica entre os dias 16 de novembro e 20 de dezembro do ano de 1890, e nos dois primeiros meses de 1891. Além desses dois veículos oficiais de publicação, a imprensa da época publicou discursos, moções, declarações e projetos daquela assembleia; material que aguarda pesquisa detida não só na Capital Federal, mas em cada estado brasileiro, pois a imprensa local recebia materiais de seus representantes.

---

<sup>15</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 259.

<sup>16</sup> Nas disposições gerais do Projeto de Regimento Interno para as Seções Preparatórias do Senado o Art. 34 definia que “A Mesa providenciará sobre a publicação das atas e mais trabalhos das sessões do Senado; sua recopilação em Anais e contratará o serviço estenográfico dos debates durante as seções preparatórias, se o julgar necessário.” *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 13.

<sup>17</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 114.

<sup>18</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 123.

<sup>19</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 123.

A primeira edição compilada dos Anais do Congresso Constituinte foi em 1891, reunindo, ao que parece, o material publicado no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional. A segunda e última edição dos Anais do Congresso Constituinte de 1890-91 surgiu apenas em 1924, com o seu primeiro volume, e em 1926, com o segundo e o terceiro. O trabalho realizado por José Vieira pretendia estar mais completo uma vez que “Os discursos que se publicaram em *Apêndice* passaram para o corpo do volume, substituindo os simples resumos, ou ressalvas, que lhes tomavam lugar.”<sup>20</sup> Entre a primeira e a segunda edições dos Anais deu-se a publicação em 1909, pela Imprensa Nacional, dos *Atos do Governo Provisório*, em que se compilaram algumas sessões constituintes. O primeiro volume não inclui, para dar uma ideia de sua incompletude, as sessões preparatórias, nem as 2<sup>a</sup>., 3<sup>a</sup>., 4<sup>a</sup>. e 5<sup>a</sup>. sessões do Congresso Nacional Constituinte.

Compreendendo as trajetórias das publicações dos Anais do Congresso Constituinte de 1890-91 nos deparamos com a limitação de não dispormos de edições críticas e de qualidade, impondo para elaboração de uma tese a escolha de uma das edições. Contribuição fundamental para a realização do nosso trabalho foi o *site* do Congresso Nacional, que disponibilizou na íntegra a fonte de nossas pesquisas, os *Annaes do Congresso Constituinte da República* em três volumes referidos, publicados nos anos de 1924 e 1926. Se pudéssemos, contudo, optaríamos por trabalhar conjuntamente com o *Diário do Congresso Nacional*, publicado ao longo do Congresso, por ser em muitos aspectos mais completo, com intervenções e discursos ausentes nas outras edições, e por conter as versões meramente extraídas das notações taquigráficas, sem revisões. Não se consumou essa definição do *corpus* inicial porque além de exigir um sobretrabalho, tratar-se-ia de duplicar cerca de três mil páginas, o *site* do Congresso Nacional não disponibilizava os números do *Diário do Congresso Nacional* do ano de 1891, oferecendo ao pesquisador apenas os de 1890.

O trabalho com documentos oficiais não resulta necessariamente uma análise oficiosa aos governos. Concluída, percebemos que a tese acabou por deslocar os anais dos usos tradicionais e do silêncio que deles se faz nas perspectivas antitradicionais. Na perspectiva tradicional as atas parlamentares

---

<sup>20</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. IV.

costumam servir para o testemunho das qualidades dos oradores<sup>21</sup> e suas posições, testemunho de acontecimentos políticos ou curiosidades. Elas sempre constituíram fontes historiográficas consagradas, pertinentes para aqueles que investigam períodos e instituições, ideias e debates políticos, facções e embates entre grupos de poder, biografias, fundamentações e ideologias. Prestam-se muito bem, nesse viés, à história das instituições políticas e às biografias encomiásticas. A proposta de análise deste trabalho acaba por reabilitar essa fonte na medida em que identifica outras marcas no texto que não as recorrentes (datas, personagens, normas e justificativas). Em nosso caso os Anais não são o testemunho mas o próprio acontecimento, não constituem indício ou prova de um fato mas compõem a própria obra.

Um exemplo que nos chamou atenção e que subverte o uso convencional dessa fonte foi o de Sérgio Buarque de Holanda, em *Do Império à República*, quando toma as atas parlamentares como uma das fontes principais de trabalho e resolve modular o grau de ‘acontecimento político’ que concentra as asserções dos oradores com a exploração da locução *dicendi*<sup>22</sup>. Citando José Bonifácio, o Moço, em um discurso na Câmara em 17 de julho de 1868, usa a seguinte locução *dicendi* “justificou [o voto] com uma das suas tiradas de mais seguro efeito”<sup>23</sup>. Ora, uma tirada, pela subversão das convenções, faz emergir de supetão uma faceta não revelada da realidade, contrastando com aqueles discursos anódinos e protocolares, desprovidos de efeito. A tal tirada de José Bonifácio, o Moço, foi tratada de forma bem diferente pela visão tradicional de Oliveira Lima, que identificou a fala de Bonifácio como uma “vigorosa eloquência”<sup>24</sup>. A perspectiva lisonjeira deste historiador não permitiria nem a reprovação das desmesuras das acusações do ilustre parlamentar, tampouco o destaque da incisividade do orador. O que resta, um elogio respeitoso. É Sérgio Buarque de Holanda que consegue resgatar a faceta pragmática da intervenção de Bonifácio, o Moço, estando atento para escutar as sutilezas do texto.

---

<sup>21</sup> Nesse sentido, entre inúmeros exemplos, *Rodrigues Alves, apogeu e declínio do Presidencialismo*, de Afonso Arinos de Melo Franco e *Rui, o Estadista da República*, de João Mangabeira, evidenciam o caráter encomiástico no uso dos Anais quando tratam da participação política dessas pessoas no Congresso Constituinte de 1890-91.

<sup>22</sup> Para o estudo dessas locuções ver: GARCIA, Othon M., *Comunicação em Prosa Moderna*, p. 130.

<sup>23</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Do Império à República*, p.13 e 14.

<sup>24</sup> LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*, p. 382

As fontes, costumam defender historiadores e também alguns teóricos da literatura, possuem uma grande força de impedir que algumas interpretações aconteçam. Contra uma visão pragmatista, que reduz qualquer interpretação à atividade de ‘usar’ um texto, Umberto Eco entende que “entre a intenção inacessível do autor e a intenção discutível do leitor está a intenção transparente do texto, que invalida uma interpretação insustentável.”<sup>25</sup> Contudo, essa força impeditiva não responde já aquilo que devemos dizer. Para explorar esse aspecto citamos Koseleck:

Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis. Datas e cifras erradas, falsas justificativas, análises de consciência equivocadas: tudo isso pode ser descoberto por meio da crítica de fontes. As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer.<sup>26</sup>

Desse modo, os Anais nos sugeriram caminhos de investigação, mas por si só não obrigaram-nos a dizer algo que estivesse predeterminado no seu corpo. O nosso dizer sobre as fontes oficiais, que não se encontra nelas mesmas, estabelece inexoravelmente uma ligação do passado com o presente e, assim, constitui-se como um desnível que implica sempre uma valoração. Daí que a retórica seja chamada ao trabalho não somente como objeto de investigação mas ainda como instrumento de análise: quando a transposição valorativa implica uma argumentação e não uma comprovação.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*, p. 93.

<sup>26</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*, p. 188.

<sup>27</sup> Para uma maior consciência historiográfica desses problemas Carlo Guinsburg afirma: “A visão de Retórica que hoje prevalece impede de perceber que o texto com o qual, como se costuma dizer, começa o método crítico moderno – ou seja, a demonstração da falsidade da doação de Constantino, feita por Lorenzo Valla em meados do século XV – está baseado numa combinação de retórica e prova. Mais precisamente, numa tradição retórica, derivada de Quintiliano e, primeiramente de Aristóteles, nos quais a discussão sobre as provas tinha um papel essencial.” E logo adiante sublinha que “A retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade científica, e numa perspectiva delimitada, longe do etnocentrismo inocente.” GUINSBURG, Carlo. *Relações de Força*, p. 40-41.

O primeiro capítulo procura responder a perguntas inescusáveis, e que haviam repontado no começo de nossa investigação. Era fundamental saber quais foram os principais temas debatidos no Congresso Constituinte, entender como se deu a composição de seus personagens e perscrutar as configurações que as relações de força assumiram ao longo daquele encontro. Tal tarefa, que se apresentou mais importante na medida em que se verificava a ausência de trabalhos com esse teor, exigiu que trabalhássemos com um corpus extenso de investigação e nos movimentássemos por uma área que extrapolava a delimitação de nosso objeto: a experiência dos discursos parlamentares. Nessa parte inicial da tese inventariamos informações sobre a formação do Governo Provisório e suas intenções, sobre os personagens do Congresso Constituinte, seus interesses e suas trajetórias. Isso fez com que destoasse do restante da tese a busca do primeiro capítulo pelas *causas políticas*, ao invés do que se apresenta nos outros, do interesse pelo *sentido da retórica*. De todo o modo, não fugimos da proposta hermenêutica de compreender para que perguntas, dilemas e conflitos haviam sido preparados os discursos.

A primeira parte desse capítulo dirige atenção à participação oratória dos congressistas associada à organização e apresentação de informações sobre suas biografias. Compila também resultados de trabalhos anteriores, tais como o dos brasilianistas Joseph Love, John Wirt, Robert Levine e Eul-Soo Pang, sobre história das elites na Primeira República. Há um diálogo direto com interpretações clássicas como as de Raymundo Faoro e José Maria dos Santos, e de obras mais recentes, como a de John Shulz, *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. A segunda seção se debruça sobre os Anais do Congresso Constituinte: compara as posições dos parlamentares nas votações abertas com assinaturas de moções.

A precedência desse capítulo não quis indicar que a política antecipasse a retórica ou que tivesse preponderância sobre ela. Desde muito tempo se tem estudado bastante sobre a incompatibilidade dos discursos políticos com a realidade social. Tal perspectiva, definitivamente, não é a desenvolvida por este trabalho. Os discursos recolhidos dos *Anais do Congresso Constituinte de 1891* estão sendo interpretados a partir do contexto histórico como uma expressão humana autêntica e não como um mero reflexo da realidade. São tomados na sua autonomia discursiva: constituem um evento retórico que responde às contingências históricas e à tradição oratória. Dessa forma, ao final da tese, a partir da retórica, pretende-se qualificar a compreensão sobre a

política nesse primeiro Congresso da República, bem como, a partir do primeiro capítulo, espera-se abrir um caminho mais largo para nos aproximarmos da retórica naquele ambiente.

Para quem desqualificasse nossas pretensões de análise afirmando que o jogo da constituinte estaria previamente definido independentemente das falas daqueles parlamentares, que mais se aproximariam a um mero adereço; refutaríamos tal avaliação destacando não ser nossa pretensão buscar as *causas* que determinaram os acontecimentos que culminaram na Constituição de 1891. O discurso parlamentar, tomado como objeto, é um genuíno acontecimento político em que a locução verbal ressoa e intervém não somente na resolução de acontecimentos práticos, como guerras e obras, mas também para atuar na hierarquia das justificações para as indecisões, as omissões e as ações. Para ilustrar o caráter eminentemente pragmático dessa modalidade do discurso, de realização e de obra efetuada no tempo, citamos a percepção de Joaquim Nabuco acerca das atividades de seu pai: “Os seus discursos, que já conhecemos, não eram conferências literárias; eram acontecimentos parlamentares, tiravam a vida do momento em que eram proferidos; eram, se me posso exprimir assim, partos de situações políticas.”<sup>28</sup> O nosso objetivo pois não é o de encontrar o que a máscara do discurso esconde ou escondeu, mas sim, se tomado como máscara, o de perscrutar os traços que identificam a própria máscara.

Um trabalho que aborda o processo de elaboração da Constituição de 1891 toca necessariamente no tema da autenticidade das instituições brasileiras. Não perdendo de vista as discussões sobre a adequação dos princípios liberais da Constituição de 1824 à uma realidade escravocrata e, em última instância, a origem colonial de nosso país, quando os interesses e normas da metrópole contrastavam com os locais, o contexto do final do século responde por si aos dilemas instaurados. O quadro das ideias que circulavam pelo fim do Segundo Reinado e o advento da República suscita ali mesmo e pelos anos seguintes a crítica da transplantação de instituições estrangeiras e, de maneira mais radical, da função dissimuladora e justificatória do debate e das instituições políticas. A importação dos modelos literários e a busca por uma literatura nacional, a profusão de um padrão de consumo e um estilo de vida “europeus”, a circulação ampla de ideias de diferentes matizes do positivismo filosófico e a tentativa de encontrar

---

<sup>28</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, p. 136.

uma solução “nacional” do ponto de vista social e econômico para a abolição dos escravos; todos esses temas implicavam o reconhecimento do problema da autenticidade nacional. De outro lado, o pensamento político europeu, de quem o jornalismo particularmente era tributário, nas últimas décadas do XIX já havia elaborado a crítica às suas próprias instituições, reconhecendo o abismo entre a realidade política e os discursos da política. Se esse era o panorama e o mote crítico dos analistas políticos do final do Império, o que dizer de um Congresso Constituinte nascido de um golpe de estado e que anunciava a adaptação do modelo de constituição estadunidense ao Brasil? Alberto Torres afirmaria que:

Está exuberantemente demonstrado que a nossa Constituição é uma Lei Teórica. Não é verdadeira nacionalidade um país que não tem a sua política, e não há verdadeira política que não resulte do estudo racional dos dados concretos da terra e da sociedade, observados e verificados pela experiência.<sup>29</sup>

Manuel Bonfim, na mesma esteira, pergunta:

Uma Constituição para o Brasil não centralizado? ... Está achada: abre-se a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição argentina; corta daqui, tira daí, comia dacolá, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alteram-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivistóide, e temos uma constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial, Constituição na qual só não entraram a história, as necessidades do Brasil.<sup>30</sup>

A crítica à Constituinte e à Constituição de 1891 é severa nas avaliações dos debates e dos resultados que foram alcançados. “Não cumpre só ler a constituição americana e transplantá-la” vocifera Sílvio Romero em um artigo de 1891, bradando em seguida contra o grupo de republicanos históricos que “Desarticulados espiritualmente por uma filosofia falaciosa de declamadores de esquina, da realidade humana e brasileira, nada sabem, e nem poderão jamais saber.”<sup>31</sup> E nem se trata de

---

<sup>29</sup> TORRES, Alberto. *Organização Nacional*, p. 151.

<sup>30</sup> BONFIM, Manuel. *A América Latina*. p. 741.

<sup>31</sup> ROMERO, Sílvio. *Estudos de Literatura Contemporânea*, p. 363

somar citações críticas de um Eduardo Prado, livre para manifestar desde Portugal suas críticas monarquistas de militarismo e artificialismo da Constituição proposta pelo Governo Provisório<sup>32</sup>; pois as avaliações de inadaptação da Constituição e do caráter artificial da retórica da constituinte, consolidados *topoi*, são temas dos próprios debates. Rui Barbosa mesmo repreenderia essas “lucubrações prolongadas e desanimadoras” e defenderia uma “Constituição sensata, lógica, praticável”<sup>33</sup>. O ambiente que recebia os efeitos dos discursos – parlamentar, jornalístico e intelectual – mantinha incorporado a crítica ao falseamento das instituições e também à retórica política.

A crítica sociológica, que se formará a partir desse contexto e se estenderá por todo o séc. XX, carrega as denúncias da inautenticidade e da vacuidade retórica. O idealismo de que acusa Oliveira Vianna haver na evolução do Império para a República<sup>34</sup> indica entre outras incongruências “o desacordo entre os seus princípios [da Constituição de 1891] e as condições mentais e estruturais do nosso povo”<sup>35</sup>. Os discursos da Assembleia Nacional Constituinte estariam fatalmente comprometidos pela crença, ingênua ou dissimulada, na força das fórmulas escritas; seria antes necessário um esforço por apreender as reais condições e necessidades do povo brasileiro para elaborar a Constituição como um ideal alcançável.

Na Constituinte da República, o pensamento político, que a animou, não tinha, no espírito da maioria, a clareza e a intensidade do ideal, que inspirara os constituintes imperiais. Para muitos, a República era uma aspiração de última hora; para outros, um simples movimento de represália; e para outros ainda – os ‘históricos’ por exemplo – puro tema para declamações sonoras, e nunca uma convicção clara e profunda, ‘written on the fleshly tablets of the heart’.<sup>36</sup>

O que resta então para os discursos que participaram daquela elaboração é a pecha de “declamação sonora” ou improvisado desprovido de “clareza e intensidade do ideal”. Oliveira Vianna nesse trecho exprime com

---

<sup>32</sup> PRADO, Eduardo. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*.

<sup>33</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 615.

<sup>34</sup> Observa Faria que: “Foi com este título [Idealismo da Constituição de 1891] que saiu em 1922, como n.º. 1 da coleção Biblioteca de *O Estado de São Paulo*, livrete que reunia artigos publicados anteriormente nesse jornal”. FÁRIA, Luiz Castro de. *Oliveira Vianna*, 63.

<sup>35</sup> VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*, 145.

<sup>36</sup> VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*, 139.

menos violência as impressões de Sílvio Romero em 1891 sobre o grupo dos republicanos históricos, que colaboravam para um novo sistema político para o país:

Não cumpre só ler a constituição americana e transplantá-la, mais ou menos modificada. É preciso vê-la em ação e segui-la na prática de todos os dias.[...]<sup>37</sup> Desarticulados espiritualmente por uma filosofia falaciosa de declamadores de esquina, da realidade humana e brasileira, nada sabem, e nem poderão jamais saber. Nem estudam com seriedade, nem possuem a plasticidade mental precisa para assimilar os árduos problemas da vida política em sua realidade.<sup>38</sup>

Acontece que tais ataques nunca implicaram em um incentivo à ação política destacada das instituições estatais, tal como concebeu Ferdinand Lassalle na Alemanha do final do XIX com relação aos fatores reais de poder<sup>39</sup>, mas representavam uma mero apontamento crítico pretensamente científico no caso de Sílvio Romero e Oliveira Vianna, de uma disfunção do social: o distúrbio na função organizadora das normas e instituições decorre da inadaptação da *forma* política escolhida com a *matéria* social.

A noção de que haveriam dois brasis: um rosto e uma máscara, um real e um legal, um das relações econômicas e de poder e outro dos discursos políticos, um moderno e outro tradicional, um rico e outro pobre foi uma constante nas interpretações que se fizeram sobre o nosso país desde sua independência. Herdeira do colonialismo, tal noção carrega o pressuposto de que a metrópole imprimiria um modelo econômico e político na realidade da colônia. Na sua versão mais exasperada, o dualismo representou teses políticas autoritárias no início dos novecentos com a sociologia de Oliveira Vianna, Alberto Torres e Francisco Campos. Na esteira de suas ideias era necessário abortar o projeto liberal no Brasil haja vista sua artificialidade em relação à realidade social. Foi o ensejo para uma Constituição como a de 1937.

Não haveria sociologia no Brasil que não se deparasse com as teses da interpretação dualista, como aconteceu no caso da sociologia uspiana dos anos sessenta e setenta. Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco

---

<sup>37</sup> ROMERO, Sílvio. *O Problema Brasileiro em 1891*, p. 391.

<sup>38</sup> ROMERO, Sílvio. *O Problema Brasileiro em 1891*, p. 363.

<sup>39</sup> LASSALLE, Ferdinand. *Que é uma Constituição*.

Weffort, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi constituem autores de um mesmo horizonte intelectual, o marxismo heterodoxo ou não, de onde avivou-se o debate, que não está encerrado, sobre percepção do modo de produção escravista dado no Brasil do séc. XIX em relação à ideologia dominante, diga-se, o liberalismo.

O debate travado na USP superou aquela antiga visão estanque dos dois brasis para pensar o caso brasileiro como um caso particular no contexto do evento generalizante da expansão mundial do capitalismo. O problema estaria em definir essas especificidades do Brasil no panorama do global.<sup>40</sup> No final dos anos 1970, os estudos sobre os negros no Brasil orientados por Florestan Fernandes, com participação de Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni, seguindo de perto as categorias marxistas, entenderam que o sistema escravocrata ocultava o verdadeiro fim a que servia, o lucro, impedindo o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Celso Furtado toma um caminho parecido quando constata em *Formação Econômica do Brasil* o problema da inelasticidade da oferta de trabalho<sup>41</sup> decorrente da supressão do tráfico negreiro: fator impeditivo para o desenvolvimento da economia brasileira. Ambos os casos abordam aspectos contraditórios da escravidão.

Todo esse debate toma como ponto de partida as práticas sociais do século XIX, sejam econômicas ou ideológicas, no sentido mais próximo às relações morais e de produção. Roberto Schwarz tira conclusões estéticas desse *novo* dualismo, atento ao cimento ético brasileiro que ligaria a norma e as práticas transgressivas nas relações de favor. Saliente-se que qualquer desses caminhos de pesquisa atenta para as vacilações do discurso: a norma ou o ideal que em determinadas circunstâncias não merece ser seguida e portanto é desviada para outro fim.

A nossa pesquisa defronta-se com um caso bastante particular da relação entre discurso e realidade social e de poder. As análises

---

<sup>40</sup> Essa ideia, segundo Paulo Eduardo Arantes: “poderia ser subscrita pelos teóricos da Dependência, para os quais, com efeito, a dinâmica interna dos países periféricos é um aspecto particular da dinâmica mais geral do mundo capitalista, e esta por sua vez, deixando para traz justamente a oposição entre externo e interno, é resultado ‘tanto dos modos singularizados de sua expressão na periferia do sistema, quanto da maneira pela qual o capitalismo internacional se articula’.” ARANTES, Paulo Eduardo *Sentimento de Dialética na Experiência Intelectual Brasileira*, p. 48 e 49.

<sup>41</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, p. 123.

citadas confrontam os discursos políticos com as práticas socio-econômicas, quais sejam: o modo de produção, as relações comerciais e de consumo, as relações de poder públicas e domésticas. Os discursos para esta tese são também eles próprios relações de poder: declarações de voto, propostas de ação, de distribuição de rendas, de poder decisório e, mesmo, o registro de justificações para tomadas de decisão.

Os debates políticos operam entre dois pólos: servem para a tomada de decisões dos indivíduos e cumprem a função de apresentar justificativas para decisões que já foram tomadas, estando orientadas nesse caso pela lógica dos interesses e das razões. Os propósitos de um debate parlamentar não são unicamente os de convencimento, nem se remetem somente à atualidade, que exige decisões para o futuro, mas principalmente a todo um conjunto de práticas, palavras e relações amarradas com o passado da própria instituição parlamentar e, em um sentido mais amplo, com o passado da sociedade. As justificativas grande parte das vezes marcam posições do tipo a favor e contra e as negociações propriamente ditas, que regulam a ordem dos acontecimentos, não são necessariamente públicas e meramente argumentativas. Os discursos estão mais orientados por uma tradição de práticas que envolve negociação privada e justificação pública, do que por estratégias de persuasão. Esse pressuposto poderá ser colocado em evidência quando se partir para uma investigação sobre as relações entre os elementos da convicção e a tomada de decisões dos congressistas. A análise, por exemplo, da capacidade de um discurso modificar os rumos de uma votação na assembleia seria um bom indicador.

O estudo da oratória parlamentar evidencia os elos de articulação entre discurso e poder, e mais, a sua relação inextricável. A disjunção dualista a que estamos nos opondo é reforçada nas interpretações do Brasil pelo verdadeiro reducionismo que o movimento modernista difundiu de que a cultura letrada do final do Império e da Primeira República se enquadraria na designação genérica de 'bacharelismo', desprezando sob o mesmo pretexto os discursos políticos. Seguimos de perto Roberto Acízelo de Souza quando afirma a propósito dos efeitos dos juízos do Modernismo de 1922: "Disso tem resultado que o empenho de compreensão analítica da produção oitocentista se veja substituído por gestos de rejeição liminar, expressos em fórmulas genéricas do tipo 'linguagem pomposa', 'tom declamatório', 'dicção empolada', 'estilo palavroso',

‘grandiloquência’.<sup>42</sup> É necessário compreender o contexto de formulação desse juízo e não meramente reproduzi-lo. Elaborando a história dos efeitos da retórica parlamentar estaremos mais próximos de mensurar a força dos discursos e suas articulações de poder.

Desenvolvendo ainda a questão da pertinência de um capítulo sobre a política no Congresso, seria legítimo propor que a própria pesquisa sobre a formação daquela assembleia é já uma investigação acerca da retórica. Essa não deveria ser uma característica própria de análises da retórica do tipo parlamentar? Parece evidente a necessidade de dever responder quem são os oradores, qual a história desses oradores e quais as condições políticas de formação dessa assembleia. Tal procedimento está de acordo com a perspectiva de Hans U. Gumbrecht em *As funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa*, que justifica a escolha do estudo retórico na Revolução Francesa, afirmando que: “A resposta resulta da imensidade e da intensidade de investigações historiográficas da época da Revolução, que colocam à nossa disposição os materiais para uma reconstrução – suficiente para os nossos objetivos – das condições gerais da retórica.”<sup>43</sup> No nosso caso, a ausência de materiais para uma reconstrução das condições gerais da retórica exigem esse esforço de suprir a ausência de pesquisas para atuar como o arqueólogo brasileiro, que depois de descobrir o sítio deve escavá-lo, catalogar os artefatos e ainda interpretá-los.

Ao lado da historiografia detratora do Congresso Constituinte de 1891 – Silvio Romero, Oliveira Vianna, Alberto Torres e Manuel Bonfim – há a obra de Agenor de Roure, *A Constituinte Republicana*. Trata-se de uma obra jurídica apologética “pró-vencedores” – em dois volumes, primeiras edições em 1918 e 1920 – politicamente antimonarquista, antipositivista, antifederalista. O título já faz prever a exaltação à Constituinte, entendida aqui como os procedimentos e decisões havidos naquele evento, exigindo o enaltecimento, em especial, da figura do seu presidente: Prudente de Moraes. O trabalho de Roure se inclui no rol das obras engajadas na história, em que esses primeiros passos para a consolidação do regime republicano são narrados pelos

---

<sup>42</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência – Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*, p. 90.

<sup>43</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*, p. 27.

próprios republicanos.<sup>44</sup> É assumindo nosso papel diante desta tradição histórica que podemos afastar-nos dos compromissos com os mitos republicanos e antirrepublicanos. Mais uma vez, estamos na trilha de uma história hermenêutica:

No começo de toda hermenêutica histórica deve encontrar-se, portanto, *a resolução da oposição abstrata entre tradição e investigação histórica, entre história e conhecimento dela mesma*. O efeito da tradição que sobrevive, e o efeito da investigação histórica formam uma unidade de efeito, cuja análise só poderia encontrar uma trama de efeitos recíprocos. Nesse sentido, faremos bem em não entender a consciência histórica – como pode parecer à primeira vista – como algo radicalmente novo, mas, antes, como um momento novo dentro do que sempre tem sido a relação humana com o passado. O que importa, em outras palavras, é reconhecer o momento da tradição no comportamento histórico e indagar pela sua produtividade hermenêutica.<sup>45</sup>

O cuidado metodológico e de composição no preparo do primeiro capítulo da tese exigiram fôlego de investigação para apresentar um quadro das relações de poder do Congresso Constituinte. Porém não foi o intuito, na organização da narrativa, incorrer na prática da soma indistinta de citações. O volume de leitura seria maior do que as citações constantes neste texto, exigindo que organizássemos também aquilo que não deveria ser citado. Os critérios para tanto estiveram ligados à preocupação com a refutabilidade do texto, que tanto poderia se converter em um conjunto de citações de citações – e, portanto, a prioridade para as fontes mais diretas – como poderia se tornar mera expressão de um grupo político da época. Não se perdeu o tom crítico de avaliação daquele evento, que encontra respaldo em jornalistas contemporâneos, como Dunshee Abranches, historiadores marxistas, como Edgar Carone, intérpretes do Brasil, como Raymundo Faoro, e brasilianistas que historiaram nossas elites.

O capítulo primeiro, enfim, realizou uma análise do perfil do Congresso, vinculando as participações dos congressistas nos debates a certas características suas como idade, experiência política e pertencimento ao exército. Encetamos analisar a trajetória política de alguns congressistas e as formas e critérios de arregimentação dessas

---

<sup>44</sup> COSTA, Emília Viotti, *Da Monarquia à República*, p. 385-386.

<sup>45</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*, p. 424.

pessoas. Procuramos entender, confrontando as assinaturas de moções e votos abertos, os arranjos políticos estabelecidos no Congresso. E, por fim, mapeamos os principais temas debatidos ao longo daquele encontro.

Em posse desse material demos início à elaboração do segundo capítulo, sobre a retórica no Brasil no séc. XIX, nos direcionando para a pesquisa do contexto de recepção dos efeitos da retórica. Um trabalho que pretendesse compreender as práticas retóricas dos debates e discursos havidos no Congresso Constituinte não poderia lançar mão de um *conceito de retórica*, senão investigar quais eram os principais *sentidos atribuídos à expressão retórica nos diferentes contextos em que era empregada*. O contexto agora é o da academia, tomada como sistemática pedagógica, como ambiente sociocultural e como modalidade de expressão de ideias.

Uma parte da bibliografia que formou esse capítulo esteve comprometida em avaliar o nível de eficácia da formação retórica dos congressistas, haja visto que essa hipótese havia sido levantada por Roberto Acízelo de Souza em *O Império da Eloquência*. Foi de fato surpreendente que todas as evidências (relatos da época e obras especializadas no ensino secundário do Império) levaram à refutação da hipótese, constatando o acentuado descrédito que a disciplina retórica recebia. Estava interrompido um rumo que, se tudo fosse diferente, poderia ter encaminhado nosso trabalho: o de buscar a matriz das ideias e dos estilos dos discursos da assembleia nas práticas de ensino formal. Essa direção foi cotejada com as investigações de Quentin Skinner em *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*, que precisou, antes de identificar as influências da formação retórica na obra de Hobbes, como nós, investigar o status daquela disciplina.

Por essa direção de estudos delineou-se outra área de investigação, onde não pudemos mergulhar, sobre as *vivências retóricas na academia*. O desvio de rumo da pesquisa, de um ensino oficial de retórica para certas vivências oratórias na comunidade acadêmica, pareceram seguir o caminho de uma história mais social. Aproximamos do trabalho de Celso Castro, *Os Militares e a República*, que, se ocupando da cultura e ação política, examina a *realidade social das ideias*, afirmando que “Não me interessa aqui o positivismo como doutrina, mas o positivismo real, aquele que era efetivamente praticado pelos que se julgavam positivistas, quer estivessem de acordo ou não

com o que se imagina ser a doutrina positivista.”<sup>46</sup> Se não tivéssemos porém um pouco mais de cautela ao substituir na sua frase o positivismo pelo nosso objeto, ela tomaria a seguinte feição: não me interessa aqui a retórica como doutrina, mas a retórica real, aquela que era efetivamente praticada pelos que se julgavam oradores, quer estivessem de acordo ou não com o que se imagina ser a retórica. No curso atual de nossos estudos porém não podemos conceber “a retórica real”, mas diversos vieses a partir dos quais se interpretava a retórica.

Há ainda juízos e análises acadêmicas sobre a retórica parlamentar desenvolvidos em obras específicas e na disciplina recente da história da literatura. Abordamos alguns traços principais dessas análises e suas influências. O curso do segundo capítulo vai sugerir enfim que se estude o lugar da retórica, ou os seus lugares, em diferentes gêneros que ocupavam o espaço público. Nesse sentido a mesma pergunta de como era sentida a retórica política na época, percorrerá o gênero dos compêndios, o gênero das reminiscências acadêmicas, o gênero das memórias parlamentares e, para o outro capítulo, os gêneros da crítica teatral e da crônica política.<sup>47</sup>

O terceiro capítulo aborda os efeitos da retórica parlamentar sentido nas crônicas políticas do jornal *Gazeta de Notícias*, por ocasião do Congresso Constituinte. Escolhido por ser um dos principais jornais da época, difusor de modernização do jornalismo brasileiro do ponto de vista da distribuição e da profissionalização dos jornalistas, a *Gazeta de Notícias* apresenta uma série de críticas à oratória parlamentar. O nosso papel foi o de compreender historicamente esses juízos, como puderam se formar e como estavam articulados em seu contexto sócio-cultural.

Nesse ponto da pesquisa, conduzidos pelas percepções acerca da retórica parlamentar, deparamo-nos, não sem surpresa, com o tema do teatro. As avaliações depreciativas do articulismo político reproduziam as críticas ao teatro-espetáculo-de-entretenimento construídas por uma geração de intelectuais que, esses mesmos, constituíam o plantel de jornalistas da *Gazeta de Notícias*. As críticas “modernistas” à oratória grandiloquente, ao seu artificialismo ou barroco deslocado e ao seu caráter meramente espectacular já existiam

---

<sup>46</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a República*, p.12.

<sup>47</sup> Para aprofundar esse tema seria importante nos aproximarmos do trabalho de Mikhail Bakhtin, em adendo à *Estética da Criação Verbal, Os Gêneros do Discurso*. Essa obra lançaria luzes sobre a relação do gênero com o estilo e com a história, além de incorporar à presente tese uma visão mais adequada à heterogeneidade dos gêneros e de sua função constitutiva da linguagem, e daí de uma realidade social.

no final do Séc. XIX no Brasil, elaboradas a partir das reflexões sobre o teatro realista da década de 60.

Selecionamos artigos que abordavam diretamente a retórica política. A seleção foi feita dentre: *Coisas Políticas*, de Ferreira de Araújo, composto de 25 artigos políticos publicados na *Gazeta de Notícias* entre março e dezembro de 1883; 61 crônicas de Machado de Assis de 1883 e 1884 publicados na *Gazeta de Notícias*; 25 artigos de Joaquim Nabuco publicados em *O'País* entre maio de 1886 e dezembro de 1887; 49 crônicas de Machado de Assis, publicadas na *Gazeta de Notícias* entre maio de 1888 e agosto de 1889; 12 artigos de Max Leclerc publicados no *Journal des Débats*, de Paris, em 1889 e 1890; 34 artigos e crônicas publicados por diversos autores, dentre os quais Ferreira de Araújo, na *Gazeta de Notícias*, nos meses de setembro a dezembro de 1890; artigos de Sílvio Romero, Eduardo Prado e Silva Jardim, um de cada, publicados em diversos jornais no ano de 1890; por fim, 83 crônicas de Machado de Assis, publicadas entre abril de 1892 e novembro de 1893, no jornal *Gazeta de Notícias*. Os artigos e crônicas de teatro foram recolhidas do estudo acurado de João Roberto Faria, publicado em 2001, historiando e compilando esse material.

Eis que a natureza de nossas interrogações estiveram associadas ao grupo de autores e periódicos selecionados. A crônica de Machado de Assis é inesgotável na contribuição que oferece ao nosso propósito de compreender a retórica política na passagem para a República. O volume de crônicas que produziu, sua experiência de galeria, seu teor crítico, fino ou arrebatador, sua investigação das questões da autenticidade brasileira, sua blindagem política, a extensa fortuna crítica e a competência das edições críticas de sua obra colocam-no no topo da lista dos autores tratados pela tese. A *Gazeta de Notícias*, que acompanhou a longa jornada de Machado de Assis na crônica política, foi escolhida para dar o panorama das questões retóricas que envolveram o início do Congresso Constituinte pelo lugar que ocupou perante o desenrolar do primeiro ano de Governo Provisório.

A crítica à retórica parlamentar realizada pelo jornalismo político do final do XIX envolveu a denúncia de que a política da época não passaria de uma medíocre representação teatral. Tal conexão entre política e teatro foi salientada para compor o título da obra de José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras*, que tem por tema o comportamento e as instituições políticas no Império. O caráter teatral da política estaria dado, segundo José Murilo de Carvalho, pela ilusão do poder do Estado, vigendo um jogo de realidade (atrofia do poder) e

ficção (supremacia do poder)<sup>48</sup>. Acontece que o historiador, se limitando a extrair suas análises de obras políticas, faz com que a metáfora derive de um fato “constatado” por si próprio, entendendo que os contemporâneos haviam operado essa percepção de forma “intuitiva”.

Ora, a extensão e a insistência na comparação da política com o teatro deve abrir campos de problematização sobre as relações entre a política e o teatro naquela sociedade. Não poderia ser “uma intuição da natureza do sistema político que levou vários contemporâneos a salientar o aspecto teatral do jogo imperial”<sup>49</sup>. O que levaria vários contemporâneos a associar o teatro à política foram os sentidos do político e do teatral que circulavam historicamente naquele tempo.

A reconstituição dos elos entre a análise política e a crítica teatral respondem pela construção da história das ideias políticas no Brasil com elementos da recepção e das obras. O trabalho publicado em 2002 de Ângela Alonso, com o sugestivo título *Ideias em movimento*, propõe romper com a tradição da história das ideias no Brasil<sup>50</sup>, e tratar as ideias intelectuais como associadas às ideias políticas<sup>51</sup>. Mas a autora constrói sua tese a partir de duzentas obras de produção “intelectual”, excluindo obras técnicas e literárias<sup>52</sup>, deixando de tratar da recepção das obras e do papel que tiveram nas decisões políticas do Estado. O título do livro expressa, por uma metáfora cinética, a noção de ideias acabadas que passam de um lugar a outro, em movimento, indicando o ofício historiográfico de registro de influências.

Na construção histórica dos juízos jornalísticos acerca da política, abordamos as relações de força entre a imprensa e o Governo Provisório e o elo entre a crítica teatral e a crítica à retórica política. No final do capítulo tratamos sobre o conto *Evolução* de Machado de Assis, percebendo os juízos acerca da oratória parlamentar e, também, a associação de ideias sobre esse tema com as crônicas machadianas, um dos grandes atrativos da *Gazeta de Notícias*.

---

<sup>48</sup> CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*, p. 419.

<sup>49</sup> A frase original está grafada da seguinte forma: “Foi sem dúvida uma percepção intuitiva desta natureza do sistema [confusão entre ficção e realidade] que levou vários contemporâneos a salientar o aspecto teatral do jogo político imperial, o aspecto de representação, de fingimento, de fazer de conta.” *A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*, p. 419.

<sup>50</sup> Representada principalmente por Antônio Paim e Cruz Costa.

<sup>51</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento*, p. 31.

<sup>52</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento*, p. 47 e 48.

Lançamo-nos com o quarto capítulo aos *Anais do Congresso Constituinte*, estendendo o olhar político do primeiro capítulo pelos registros dos debates, para analisar três discursos que representaram as relações de força entre o Governo Provisório e o Parlamento. Atentamos para a utilização dos espaços de liberdade oratória e de convencimento existentes naquele evento. Partimos de modo amplo com uma postura contextualista, inspirados no trabalho de Quentin Skinner, *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, e levando em conta a autonomia discursiva dos textos analisados e a historicidade imanente aos discursos. Este estágio de análise e compreensão dos sentidos de alguns discursos permitiu perceber uma multiplicidade de questões, as quais foram interpretadas de acordo com os resultados dos demais capítulos. Dividimos a análise de três discursos parlamentares em duas partes, segundo os níveis de significação reconhecidos pelo pensamento hermenêutico: um relativo à argumentação, com uma preocupação mais proposicional; outro, dirigido a estilos retóricos, atentando para os efeitos ilocucionários e perlocucionários dos discursos.

A primeira seção do artigo toma o discurso político como um discurso de justificação das ações políticas do Estado e o da construção de uma memória coletiva, nacional. Consideramos que dentro do Congresso os argumentos estavam sendo manipulados em um espaço de manifesta disputa pela *tomada de decisões e pelas posições na hierarquia das justificações e da memória histórica*. Levando em conta tais pressupostos, definimos que o foco das análises recairia sobre as fundamentações, as relações de causalidade, de identidade, de autoria, as remissões à memória e as exemplificações que compõem as argumentações dos discursos. Tivemos de contextualizar as asserções e argumentos com situação social e política vivenciada naquele momento.

A segunda seção se interessou em responder como o texto em que se fixam os discursos pode evidenciar diferenças no *modo de apresentação dos argumentos* e nos *efeitos produzidos pelos argumentos*. O estilo retórico comporia esse feixe de características substanciadas no texto que não só singularizam como também abarcam os oradores em uma tradição. A tarefa de compreender as formas de elocução presentes na época se direcionou para a identificação de determinadas figuras de linguagem, ornamentos, vocabulário e lisonja, destacando os efeitos produzidos no auditório. Tratamos mais diretamente de conhecer os efeitos que os estilos dos discursos selecionados tiveram sobre o público: congressista ou da imprensa.

O quinto capítulo procurou desenvolver o tema da retórica parlamentar segundo as reflexões dos próprios parlamentares e as atividades estenográficas. A presença do taquígrafo como mediador entre a oralidade dos discursos parlamentares e a sua inscrição gráfica, foi abordada na primeira parte do capítulo.

Esse aspecto resgata a questão de dispormos de documentos escritos e não vozes:

A passagem da fala à escrita afeta o discurso de vários modos; de uma maneira especial, o funcionamento da referência fica alterado quando não nos é mais possível mostrar a coisa de que falamos como pertencendo à situação comum aos interlocutores do diálogo.[...] <sup>53</sup>

Adiciona-se a tal modificação na natureza dos discursos a intermediação e inclusive interferência de um terceiro nesse processo de grafia, procurando reconstruir descrições daquelas situações de fala. O objetivo foi recuperar no texto aquilo que indicasse os aspectos factuais do processo que percorre a vibração sonora das palavras até o seu registro gráfico e alguns efeitos de sentido produzidos. Com isso podemos evidenciar dimensões do caráter pragmático dos discursos, seja na construção cênica dos discursos parlamentares, seja na elaboração das atas, que passam a ser percebidas como distanciadas daqueles ações parladoras. O papel do taquígrafo como registrador dos efeitos dos discursos na Câmara ganhou a devida atenção.

Por fim, procuramos ainda evidenciar as situações parlamentares em que a própria retórica parlamentar foi tomada como objeto de discussão. Destacaram-se os embates acerca do silêncio e da função do discurso, debates que elucidam os efeitos dos discursos no Congresso Constituinte.

---

<sup>53</sup> RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*, p. 54.



## **CAPÍTULO 1 – A FORMA DE UMA ESFINGE: Formação e Arranjos Políticos do Congresso Constituinte de 1890-91**

Este trabalho, pretendendo investigar a retórica parlamentar no primeiro Congresso reunido após o fim do Império, precisa de antemão aproximar-se daquele evento: reelaborar a pré-compreensão sobre aqueles fatos:<sup>1</sup> saber quais foram os principais temas debatidos, entender como se compuseram seus personagens e perscrutar as configurações que as relações de força assumiram ao longo daquele encontro. De tal aproximação, embora panorâmica, pretende-se com mais segurança selecionar os discursos ou debates ou meramente aspectos seus para serem analisados nos próximos capítulos da tese.

No balanço dos interesses retóricos que o Congresso Constituinte suscita são de imenso valor as relações de poder que investiram os seus oradores e que circulavam entre os oradores. A primeira seção desse capítulo se ocupará em elaborar um perfil da assembleia, partindo de elementos biográficos dos duzentos e cinco deputados e sessenta e três senadores. Apresentará os eventos dos principais estados que, especialmente durante os primeiros meses do Governo Provisório, definirão as indicações e a eleição dos parlamentares constituintes. A segunda seção toma como principal fonte os Anais do Congresso de 1890-91 para apresentar a dinâmica das reuniões, a ordem dos temas debatidos, atentando para as diversas ocasiões que proporcionam e revelam, por se ocuparem de temas

---

<sup>1</sup> O cunho histórico da presente pesquisa sobre a retórica no Congresso Constituinte de 1890-91 poderia prescindir de uma capitulação dos eventos que encadearam a Proclamação da República, impondo apontar aqui as principais obras sobre o tema. Para uma revisão da historiografia é indispensável o ensaio de Emília Viotti da Costa, escrito em 1964, abordando as versões monarquista e republicana sobre a origem da República no Brasil e os posteriores desdobramentos e atualizações das narrativas. Tal artigo é revisado em: COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*; igualmente importante é o artigo de Stanley J. Stein, de 1960, versando, embora mais concisamente, sobre a historiografia da república. Sobre o fim do Império: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Do Império à República*; depoimentos sobre os acontecimentos imediatamente próximos ao golpe de estado, ver MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a história* e SALLES, Campos. *Da propaganda à presidência*; para um cotejamento minucioso e crítico dos acontecimentos, capítulos XII e XIII de FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*; para um panorama geral dos eventos e relações de poder ver nas seções pertinentes das obras: CARONE, Edgar Carone. *A República Velha – instituições e classes sociais* e *A República Velha – evolução política*; obra mais recente, aguda em suas análises, é: SCHULZ, John. *O exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*.

relevantes ou interesses que se entrecrocavam, associações entre os congressistas.

As fontes do trabalho, salvo os documentos que os próprios livros disponibilizaram e edições do jornal *Gazeta de Notícias*, foram sobretudo bibliográficas, embora o termo possa ser por demais amplo para abarcar a sua diversidade. As obras de história política, as memórias, as biografias, os anais, as compilações de normas; todos compuseram o trabalho, mas atribuindo-se a cada um valores compatíveis com as propostas de seu gênero.

### ***1.1 A formação do Congresso Constituinte de 1890-91***

O estenógrafo recolhe o discurso de Martinho Prado Júnior refletindo sobre a composição do Congresso Constituinte em 17 de janeiro de 1891:

Depois de proceder-se às eleições para o Congresso Constituinte, duas correntes de opiniões opostas apareceram no país, e em relação a ele Congresso.

Qual será a sua posição? qual seu modo de vida? como vai agir em relação ao projeto de Constituição? Será um Congresso de subservientes, de designados?

Um Sr. Representante – É porque estavam a isto acostumados nos tempos passados.

O Sr. Martinho Prado Jr. – Será apenas uma chancelaria dos atos do Governo Provisório? Será um congresso a imitação daqueles de Lopes ou de Rozas, sempre prontos a sancionar-lhes suas despóticas imposições?

Outros diziam: Este Congresso, composto de militares inexperientes, de moços arrebatados, de demagogos, vai ser uma reprodução da Convenção Francesa: anti-patriótico, revolucionário, capaz de destruir tudo, e que, por consequência, levará à Europa o descrédito das nossas finanças, o descrédito completo da nossa organização política.”

Pergunto, hoje, a mim mesmo, o que é este Congresso, e declaro a V. Ex., Sr. Presidente, que ele se me apresenta sob a forma de uma esfinge.

Este Congresso é um mistério (Riso): tem em seu seio naturezas tão opostas e tão diversas que não sei como qualificá-lo. Entretanto, justiça lhe seja feita, está muito acima daquilo que se esperava, e das circunstâncias anômalas por que passa o país. (Numerosos apoiados; muito bem.)

É uma esfinge, que se há de decifrar nas futuras sessões legislativas, não dividindo os partidos em federalistas ou não federalistas, mas em partidos cheios de preconceitos.

Muitos se destacarão das sombras em que se envolvem e, dando expansão a ressentimentos, antipatias e ódios, trarão uma profunda divisão, e animosidade, ao seio do Congresso (Contestações).<sup>2</sup>

A sensação de enigma habilitada por Martinho Prado Jr. poderia ser relativa à previsibilidade das ações do parlamento no regime político do Império. A composição do primeiro Congresso da República foi reflexo das decisões do Conselho de Ministros do Governo Provisório, composto inicialmente por Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório; Campos Salles, Ministro da Justiça; Aristides Lobo, do Interior; Rui Barbosa, da Fazenda; Benjamin Constant, da Guerra; Eduardo Wandenkolk, da Marinha; Quintino Bocaiúva, das Relações Exteriores; e Demétrio Ribeiro, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Empossado o novo governo, é logo, em 3 de dezembro de 1889, fixada a data de 15 de novembro de 1890 para a instalação de uma Assembleia Constituinte<sup>3</sup>. Nesse intervalo coube ao Governo Provisório assegurar-se dessa intenção, organizar o processo eleitoral, os critérios para a apresentação dos candidatos e a definição dos eleitores.

Na obra póstuma *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, José Maria dos Santos sublinha que no Decreto de 22 de junho de 1890, que ratificou a data das eleições, “o governo abandona a expressão *assembleia constituinte*, de que usara ainda no seu comunicado de 16 de março sobre o Tratado das Missões, para empregar a de *congresso nacional*.”<sup>4</sup> Tal alteração na nomenclatura da futura reunião parlamentar, realçada por José Maria dos Santos para ilustrar as limitações do poder parlamentar no novo regime, esteve associada à pressão que se exerceu dentro do Conselho de Ministros para que o projeto de Constituição do Governo Provisório fosse outorgado por simples decreto. Campos Salles, Ministro da Justiça, atuou nesse sentido e publicou cinco artigos no *Jornal do Comércio* do Rio, entre 23 e 29 de abril, com pseudônimo *Hamilton*, argumentando entre outras coisas que um pleito para o Congresso favoreceria as antigas oligarquias.<sup>5</sup> A

---

<sup>2</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 641.

<sup>3</sup> Trata-se do Decreto nº. 29, que nomeia a comissão para a elaboração de um Projeto de Constituição. *Ato do Governo Provisório*, p. 6.

<sup>4</sup> SANTOS, José Maria. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, p.184.

<sup>5</sup> DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*, p. 316.

inexitosa campanha de Salles, motivada provavelmente pelas exigências dos credores externos de realização de um processo constituinte, foi porém o ensejo para reclassificar para baixo o futuro evento dentre as categorias de reuniões parlamentares. A ideia de um simples Congresso que se reuniria para aprovar uma Constituição do Governo Provisório foi aos poucos, durante as suas reuniões, ocupando o status de um Congresso Constituinte.

Tratando da situação de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda do Governo Provisório, John Schulz afirma que: “Este enfrentou uma situação mais difícil do que seu antecessor, porque o golpe militar inquietou os banqueiros e os comerciantes estrangeiros. Os principais financiadores do Brasil, os Rothschilds, recusaram-se a considerar empréstimos até as eleições e o restabelecimento do governo legítimo.”<sup>6</sup> Na obra *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*, onde consta a relação dos documentos relativos a Constituição e à Constituinte, organizado e com introdução de Américo Jacobina Lacombe, consta como item 8, “Telegrama cifrado de Rothschild a Rui Barbosa. Londres, 17 dez., 1889. Refere-se à necessidade de instalação de um Congresso Constituinte como condição básica para reconhecimento da República brasileira pelo Governo britânico.” [grifo nosso]

A expressão “Assembleia” carrega, naquele momento, o caráter radical de uma refundação, se opondo aos interesses do Governo Provisório, servindo muito mais aos seus interesses o sentido mais ameno da expressão “Congresso”. A palavra Assembleia e seu sentido, em 1870, na França, ocupou o lugar de “corpo legislativo”: “Après le 4 septembre, les dénominations révolutionnaires prennent la place des anciennes, la Chambre devient l’«Assemblée nationale» a une résonance républicaine qui ne peut que déplaire à la majorité «imperialiste»; le mot contient aussi l’idée que les députés sont les «représentants» habilités à réformer la Constitution[...]”<sup>7</sup>. A expressão “Congresso” estaria ligada, por sua vez, ao vocabulário político britânico e estadunidense: constitui o próprio termo das exigências dos Rothschilds e conflui para o modelo americano, então utilizado para a nova Constituição.

Na reunião do Conselho de Ministros do dia 14 de janeiro de 1890 Aristides Lobo, da pasta do Interior, apresenta um projeto de recenseamento eleitoral ao que Campos Salles intervém e sugere “uma

<sup>6</sup> SCHULZ, John. *A Crise financeira da Abolição*, p. 82.

<sup>7</sup> DUBOIS, Jean. *Le Vocabulaire Politique et Social en France de 1869 à 1872*, p. 116.

ideia que lhe parece mais econômica e melhor consultar os interesses políticos”, esperando “que o partido republicano e o governo intervenham diretamente nas eleições.”<sup>8</sup> Apoiado por Benjamin Constant, então Ministro da Guerra, Campos Salles enuncia o plano de que mais tarde se valerá o Governo Provisório: deixar a eleição a cargo das autoridades municipais e “lembrar aos governadores dos Estados a dissolução das câmaras municipais e a nomeação dos intendentés.”<sup>9</sup>

Embora aprovado o orçamento para o recenseamento eleitoral de Aristides Lobo e promulgado o Regulamento Eleitoral, o Decreto n.º. 200-A de 8 de fevereiro de 1890, que leva a sua assinatura, a norma que efetivamente organizará a eleição será o Regulamento Cesário Alvim, Decreto n.º. 511 de 12 julho de 1890, carregando o nome do novo ministro da pasta do Interior. Fixado na estratégia política antes exposta por Campos Salles, de todo o processo eleitoral estar ao encargo das autoridades municipais nomeadas pelos Governadores, que por sua vez eram nomeados pelo Governo Provisório, o Regulamento Cesário Alvim autorizava a elegibilidade dessas mesmas figuras políticas: os governadores, os intendentés, os chefes de polícia, secretários de estado e todos os demais funcionários que estivessem direta ou indiretamente organizando a eleição.<sup>10</sup>

Uma norma dessas, com um teor evidentemente imoral, levou Cesário Alvim, algumas semanas após a promulgação do referido Decreto, ao Conselho de Ministros propor “um decreto criando fiscais para as mesas eleitorais”. Com a defesa quase exclusiva de Quintino Bocaiúva, a proposta caiu.<sup>11</sup>

Os estados elegeriam, nos termos do Regulamento Alvim, o seguinte número de deputados, cada um:

Estados	N.º. de deputados
MG	37
BA, SP	22
PE, RJ	17
RS	16

<sup>8</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 55 e 56.

<sup>9</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 56.

<sup>10</sup> De acordo com o art. 4.º do Regulamento Cesário Alvim: “Para a eleição do primeiro Congresso não vigorarão as incompatibilidades dos Art. 2.º, n.ºs. 2 à 7; [...]”. BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*, v. III, p. 236.

<sup>11</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 236.

CE, DF	10	Totalizariam
PA, MA	7	duzentos e
AL	6	sessenta e oito
PB	5	congressistas,
PI, RN, SE, PR, SC	4	somados os três
GO	3	senadores eleitos
AM, ES, MT	2	para cada estado.
<b>Total</b>	<b>205</b>	A desfaçatez das regras do

processo eleitoral não poderia apresentar por si as características de seus membros e o envolvimento dessas características com a retórica havida no Congresso. Para compreender o perfil dessa assembleia utilizamos para cada congressista um formulário padrão composto de oito campos que respondem sobre (1) sua idade; (2) sua formação acadêmica; (3) a instituição em que se formou; (4) o ano da formatura. Buscamos também saber se o congressista (5) pertencia ao exército ou marinha; e, ainda (6) a sua experiência parlamentar, (7) o seu pertencimento a partidos políticos e, por fim, (8) que cargos políticos relevantes havia ocupado. A tais questões foram ainda acrescentadas as referentes ao Congresso Constituinte, como (9) a participação do congressista proferindo discursos e certas posições que assumiram (10 a 15) assinando moções ou declarando seu voto.

O *corpus* investigado consistiu em grande parte na obra de Dunshee Abranches, de 1918, *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: 1889 à 1917*, em que se apresenta um extrato biográfico, mais ou menos completo, dos congressistas de 1890. Um trabalho mais cuidadoso consultado, do mesmo estilo, foi o de Tavares Lyra, *O Senado da República, de 1890 à 1930*. E para completar constantes lacunas foram consultados diversos dicionários históricos e biográficos, regionais e nacionais.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Outro trabalho de Tavares de Lyra, mas que serviu indiretamente para a pesquisa foi: *Os ministros de estado da Independência à República*, obra que foi ponto de partida para José Murilo de Carvalho em *A construção da Ordem*, afirmando que “É o melhor trabalho [do gênero], tanto em termos de organização como da relevância da informação apresentada. O único problema é que Tavares de Lyra não menciona suas fontes, de modo que, tendo iniciado a pesquisa com seu texto, passamos a consultar outras fontes que ele certamente já havia explorado.” CARVALHO, José M., *A construção da ordem e teatro de sombras*, p. 237-238. Crítica que se estende tanto ao seu outro trabalho, sobre o Senado na República, como a grande maioria dos dicionários biográficos. Outras obras foram consultadas como as coletivas: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e Larousse Cultural – Brasil de A/Z*; as de política regional: PIAZZA, Walter F. *Dicionário político catarinense*, e nacional: SOBRINHO, Antônio. *A primeira e última legislatura da câmara dos deputados do Império*. Diversas obras biográficas complementaram informações tais como: SANTOS, José Maria. *Bernardino de*

Os procedimentos metodológicos convergiram diretamente para o método prosopográfico, que é uma “investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas”<sup>13</sup>. As questões, é claro, foram elaboradas tendo em vista o tema da retórica, salientando a formação acadêmica e a experiência política dos congressistas, buscando responder também aos critérios de recrutamento que eles obedeceram. O resultado dessa pesquisa não pôde dar respostas à situação econômica e a filiação dos congressistas, que favoreceriam o delineamento de um perfil social daquele grupo.

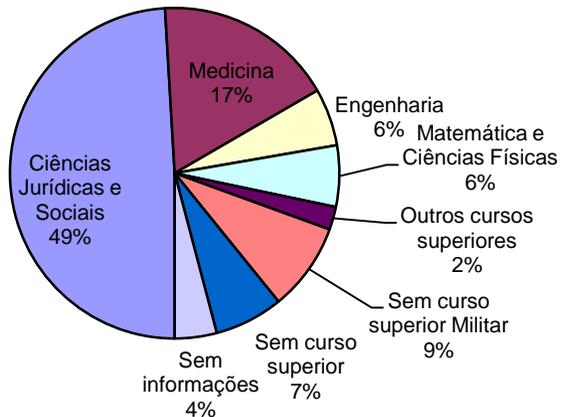
A média de idade de cento e noventa e dois congressistas apurada foi de 42 anos, dez a menos do que a última legislatura do Império. Dos duzentos e sessenta e sete congressistas, oitenta participaram efetivamente com o proferimento de discursos. Desse grupo, cinquenta e quatro eram formados em direito, uma proporção sensivelmente maior do que a de sua presença total no Congresso. Os formados em Ciências Jurídicas e Sociais compunham cerca da metade da assembleia, como podemos observar a seguir:

---

*Campos e o Partido Republicano Paulista*; PEIXOTO, Silveira. *A tormenta que Prudente de Morais venceu!*; DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*; FRANCO, Sérgio da Costa, *Júlio de Castilhos e sua época*; MELO, Custódio José de. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, e; SOBRINHO, Antônio. *O pregoeiro da República: Virgílio Clímaco Damásio*.

<sup>13</sup> STONE, Lawrence. *Prosopography*, p. 46. O método prosopográfico nos foi apresentado pelo Prof. Adriano Codato, no evento: *Variações sobre um tema: interpretações do Brasil e do Estado Novo*, realizado na UFSC de 21 a 23 de novembro de 2007, na sessão Instituições e elites políticas, em que tivemos oportunidade de atuar como debatedor de um artigo seu – *São Paulo sob o Estado Novo: quatro hipóteses explicativas*. Esse trabalho, além de operar o método prosopográfico e dele derivar as hipóteses explicativas, ofereceu a indicação do referido trabalho de Lawrence Stone, de Jacqueline Lalouette, *Do exemplo à série: história da prosopografia* e de Peter Burke, *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites do século XVII*, dos quais partiram algumas ideias para esse capítulo.

### Distribuição dos Congressistas por Formação



Desse grande grupo poucos possuíam experiência parlamentar nacional, se compararmos com a situação do Império, onde “mais da metade dos deputados eleitos entre 1869 e 1889 havia cumprido anteriormente mandato na Câmara.”<sup>14</sup> Contudo, conforme nossas pesquisas, cerca da metade deles possuía experiência parlamentar como deputado provincial. As diferenças entre o parlamento imperial e o republicano eram, portanto, pequenas: embora as questões de cunho nacional fossem menos familiares aos parlamentares da República, estes já possuíam experiência no campo das transações políticas e da retórica parlamentar.

Não se tratava de uma assembleia de novatos. Daqueles que não possuíam experiência política administrativa ou parlamentar, cerca de um terço era constituído por militares, que totalizavam quarenta dos

<sup>14</sup> SCHULZ, John. *Exército na Política*, p. 157. Isso, a partir de cinco províncias examinadas: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Maranhão.

duzentos e cinco deputados<sup>15</sup> e treze dos sessenta e três senadores. Outro grupo que recém iniciava na política oficial era o dos republicanos do Império que, até então, estavam restritos à propaganda, especialmente pelo jornalismo. Desses, não se deve excluir completamente suas experiências na arena política: os pleitos que concorreram, os discursos eleitorais que proferiram, as disputas com os partidos imperiais e o conhecimento que daí extraíram. Além dos militares e dos republicanos do Império, haviam os jovens de até 30 anos, que somavam doze nesse grupo de inexperientes.

Para o senado haviam sido eleitos três militares reformados, treze em atividade: dois da marinha e onze do exército. Quarenta dos duzentos e cinco deputados eram militares: “três reformados, oito oficiais da marinha e 29 oficiais do exército.”<sup>16</sup> A média de idade desses militares no Congresso era de 38 anos de idade, abaixo em quatro anos da média geral.<sup>17</sup>

Dos cinquenta e três militares, apenas quatro fizeram o uso sistemático da palavra para proferir discursos: Alexandre Barbosa Lima/CE, José Bevilaqua/CE, João da Silva Retumba/PB e Vicente Espírito Santo/PE. Também Lauro Sodré/PA, José de Almeida Barreto/Sen/PB, Gabino Bezouro/AL, Custódio José de Mello/BA, Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira/BA, Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto/RS proferiram discursos, mas com menos frequência. Os outros quarenta e quatro parlamentares militares, ou não

---

<sup>15</sup> John Schulz oferece o número de 14 senadores militares a partir do *Almanaque Militar* de 1891 e *Almanaque Laemert (O exército na política)*, p. 155.; pelas nossas pesquisas eram 13 militares em atividade e 3 reformados. Os senadores reformados, segundo nossa pesquisa eram: Antônio Nicoláo Monteiro Baêna/PA, Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior/CE, Pedro Paulino da Fonseca/AL. Os em atividade eram: Leovigildo de Sousa Coelho/AM, Joaquim Antônio da Cruz/PI, José Pedro de Oliveira Galvão/RN, José de Almeida Barreto/PB, João Soares Neiva/PB, José Simeão de Oliveira/PE, Frederico Guilherme de Souza Serrano/PE, Floriano Peixoto/AL, Manuel da Silva Rosa Júnior/SE, Eduardo Wandenkolk/CF, João Severiano da Fonseca/CF, Antônio Pinheiro Guedes/MT e Júlio Anacleto Falcão da Frota/RS.

<sup>16</sup> O número de quarenta deputados militares apresentado por Schulz conferiu com nossa pesquisa. A distribuição deles entre reformados, do exército e da marinha é de sua autoria. SCHULZ, John. *O Exército na Política*, p. 155 e 156.

<sup>17</sup> John Schulz salienta em *O Exército na Política*, além da pouca idade, o alto nível de instrução dos deputados do exército em relação aos seus colegas oficiais, que em pequena porcentagem frequentaram curso superior. Com base no *Almanaque Militar* de 1891, ele afirma: “19 desses 29 deputados do exército (contando inclusive todos os indivíduos com menos de 30 anos) haviam concluído o curso de engenharia ou o do estado maior, enquanto quatro outros haviam concluído o curso de artilharia.” p. 156.

falaram absolutamente nada ou fizeram pequenas intervenções vez que outra.<sup>18</sup>

Nesse grupo de dez oradores destoavam o Gen. Almeida Barreto, com experiência política no Império<sup>19</sup>, o oficial Retumba, da marinha, e o presidente do Club Militar, Custódio de Mello. Os demais, mais coesos nas ideias, bastante jovens, haviam compartilhado o ambiente intelectual da Escola Militar sob forte influência do positivismo e de seu professor Benjamin Constant. Esses jovens militares, como se poderia cogitar, não inauguraram sua retórica no Congresso Constituinte. A existência de diversos clubes acadêmicos, a ebulição das questões pertinentes à classe militar, a apropriação dos problemas jurídicos pelos jovens oficiais, inclusive presentes no currículo da Escola Militar, propiciou vivências oratórias nada desprezíveis, rendendo a eles, inclusive, a alcunha no final do Império de “bacharéis fardados”. Wilson Martins afirmou sobre esses moços da Escola Militar que “os positivistas participaram do processo [da Proclamação da República e do Congresso Constituinte] menos como positivistas do que como militares, e menos como militares do que como ‘bacharéis fardados’ (expressão corrente na época e mais exata do que uma simples imagem pitoresca).”<sup>20</sup>

Ivan Lins em *História do Positivismo no Brasil*, além de fazer um apanhado da doutrina que aqui se difundiu depois da metade do séc. XIX, cita em diversas oportunidades os adeptos mais e menos proeminentes do positivismo. Dentre aqueles que estamos nos referindo encontram-se Barbosa Lima, Bevilacqua e Lauro Sodré quando trata do ambiente intelectual da Escola Militar e dos “francamente positivistas”<sup>21</sup>. Menna Barreto, Dionísio Cerqueira e Espírito Santo são somados ao grupo positivista no contexto de responder quem lhe pertencia no Congresso Constituinte de 1890. Eles são tachados porém de forma menos peremptória, “acrescentados sob o prisma político”<sup>22</sup>. Gabino Bezouro, por fim, é incluído ao grupo tendo por base um discurso de Barbosa Lima Sobrinho inventariando o papel do Apostolado Positivista no Congresso.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Dos militares, 18% fizeram uso da palavra para proferir discursos enquanto na média geral tem-se 30%.

<sup>19</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política*, p. 157.

<sup>20</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, v. IV, p. 313.

<sup>21</sup> LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, p. 295.

<sup>22</sup> LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, p. 335.

<sup>23</sup> LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, p. 530.

O trabalho acurado de Celso Castro sobre a cultura e a ação política dos militares nos primórdios da República contribuiu muito para uma aproximação do perfil do militar no Congresso. Embora a matemática fosse o grande trunfo dos alunos militares sobre os demais cursos superiores do Império, segundo esse autor: “é importante perceber que a *forma* [sic] que assumia o tipo de discurso e pensamento característico da ‘mocidade militar’ muito se assemelhava ao modelo tão criticado nos bacharéis, dos quais gostaria de parecer a antítese.”<sup>24</sup> Os ambientes de socialização não oficiais da academia foram determinantes na produção desse *estilo* bacharelesco, como podemos observar:

No período de 1874-1889, existiram, de forma intermitente, entre outras, as sociedades ‘Fênix Literária’, ‘Recreio Instrutivo’, ‘Amor à Tribuna’, ‘Clube Acadêmico’ e ‘Família Acadêmica’. Existiram ainda associações abolicionistas e republicanas [...] e artísticas, como a ‘Sociedade Dramática’, que promovia peças teatrais.<sup>25</sup>

Do ponto de vista da formação oficial, no programa do curso superior da Escola Militar, que vigeu de 1874 a 1889, constava para o segundo ano “noções de direito internacional e direito público, direito militar, análise da Constituição do Império”, indispensável a todas as formações. Para o quarto ano, necessário para a conclusão do curso de engenharia, constava no programa “noções de economia e de direito administrativo”.<sup>26</sup>

Do grupo daqueles que não possuíam experiência parlamentar e não eram militares, quase um terço teve alguma participação nos debates<sup>27</sup>. De sua maioria composta por republicanos e jovens<sup>28</sup> destaca-se Nilo Peçanha, com vinte e três anos apenas, mas já com história na campanha abolicionista e na propaganda republicana. Ao seu lado, nessas condições, poderíamos colocar Ângelo Gomes Pinheiro Machado/SP, Adolpho Affonso da Silva Gordo/SP, Aquilino do Amaral/Sen/MT, Antônio Francisco de Azeredo/MT, Júlio Prates de

---

<sup>24</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*, p. 55

<sup>25</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*, p. 57 e 58.

<sup>26</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*, p. 49.

<sup>27</sup> Mais precisamente vinte e cinco de setenta e oito. Os que discursaram mais sistematicamente foram Eptácio da Silva Pessoa/PB, José Joaquim Seabra/BA, Nilo Peçanha/RJ, Augusto de Oliveira Pinto/RJ, João das Chagas Lobato/MG, Francisco Coelho Duarte Badaró/MG, Bernardino de Campos/SP/C21, Ubaldino do Amaral Fontoura/Sen/PR/C21 e Joaquim Francisco de Assis Brasil/RS.

<sup>28</sup> De quinze republicanos doze possuem menos de 35 anos de idade.

Castilhos/RS, Joaquim Francisco de Assis Brasil/RS, Homero Batista/RS, Alfredo Cassiano do Nascimento/RS, todos com menos de 35 anos, bacharéis em Direito pela Faculdade de São Paulo e atuantes no movimento republicano. Outro modelo que constitui esse grupo de oradores sem experiência parlamentar é o de Epitácio Pessoa/PB que, recém formado em direito, assume a função de promotor público, iniciando uma jornada de ascensão social tão conhecida, mas não mais garantida como nos primeiros anos do Império. E, vendo desencadear o golpe republicano, encontra aí um atalho para seu percurso: assume uma função na administração de seu estado natal e logo em seguida é eleito para a Constituinte. Quase a comitiva inteira dos gaúchos respeitará o mesmo perfil: recém formados e ligados a um partido, nesse caso o republicano, assumem funções administrativas no Governo Provisório e são eleitos para o Congresso. Aquilino do Amaral, outro exemplo desse gênero, logo formado, permanece em São Paulo advogando e filia-se ao Partido Conservador, vislumbra na Proclamação a oportunidade de ascensão em Mato Grosso, sua terra natal, para onde segue e prospera.

Como já afirmamos, cerca da metade dos congressistas possuía experiência parlamentar.<sup>29</sup> Um terço desses homens provenientes dos partidos Conservador, Liberal ou Republicano participaram com discursos nas sessões do Congresso Constituinte. A esmagadora maioria dos conservadores e liberais havia passado pelos parlamentos provinciais ou exercido funções administrativas. Para o contexto daqueles fatos ocorridos no final dos anos oitenta do séc. XIX, é extremamente dificultoso avaliar a “origem” dos parlamentares do Congresso Republicano. Isso porque há algum tempo se dava a migração partidária para o Partido Republicano, acelerada com a abolição da escravatura. Definimos como originários dos partidos Liberal e Conservador aqueles que militaram nesses partidos e, a partir de 1888 se converteram ao republicanism; republicanos, aqueles que pertenciam ao partido há mais de cinco anos; e, republicanos de última hora, aqueles que não conseguimos definir a sua origem (se Conservador ou Liberal), mas tínhamos informações de que migraram para o Partido Republicano a partir de 1888. Dessa forma, recolhidas informações de 146 congressistas apresentamos a origem partidária dos membros do congresso constituinte”:

---

<sup>29</sup> Segundo nossa estimativa, 129 congressistas possuíam experiência parlamentar, dos quais dezesseis participaram com discursos mais frequentemente na tribuna e vinte e sete sem frequência, somando 33% de participação com discursos.

Partido de Origem	N°. de congressistas	(%)
Conservador	25	17
Liberal	45	31
Republicano	68	46
Republicano de última hora	8	6
Total	146	100

A proporção de oradores com experiência parlamentar não foi tão maior, como se poderia esperar, do que a proporção dos oradores sem experiência. Dos oitenta congressistas que participaram com o proferimento de discursos, 43 deles (54%) possuíam experiência parlamentar, outros 33 (41%) não possuíam experiência e 4 (5%) não pudemos responder se tinham ou não passado pelo parlamento.

A análise da composição do Congresso pelas origens partidárias depende muito da observação das configurações políticas existentes em cada Estado, pois a definição dos partidos no Império tomava mais por função a distribuição regional do poder do que a formulação e defesa de diferentes projetos políticos para o país como um todo. Essa falta de identidade foi flagrada com a Proclamação da República pelas incontáveis adesões ao republicanismo na tentativa, bem sucedida, da manutenção dos poderes regionais. Esboços dessas transições serão traçadas a seguir em relação a alguns estados.

Foram bem diversas as configurações regionais assumidas com o golpe de 15 de novembro e as consequências para a formação do Congresso Constituinte. A representação eleita pelo Estado da Bahia, tal como em Pernambuco e Maranhão,<sup>30</sup> obedeceu às regras de seleção fixadas pelo Governo Provisório. A chave para a definição da representação era a formação do governo estadual, que era obra, via de regra, do ministro oriundo daquele Estado. Tudo isso se dava com ou

<sup>30</sup> Em algumas províncias do nordeste, como em Pernambuco e Maranhão, a Proclamação da República não implicou em alterações dos personagens da política regional. Em relação a Pernambuco: “Na imensa maioria, os chefes políticos Liberais e Conservadores deram-se pressa em anunciar, com a maior impudência, sua adesão aos ideais republicanos e com isso capturaram dois terços das cadeiras da bancada pernambucana à Assembleia Constituinte de 1890, e entenderam-se para manter os republicanos legítimos tão longe do poder depois de 1889 quanto antes.” LEVINE, Robert M., *Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937 – A velha Usina*, p.125. No caso de Maranhão “Substituída a monarquia pela república, não o Partido Liberal, já que inexpressivo aqui o republicano, mas o Partido Conservador, o reacionário, o que se faria o dono da situação com o rótulo de ‘Federalista’”. MEIRELES, Mário M., *História do Maranhão*, p. 296.

sem intervenções mais ou menos arbitrárias do chefe maior, Deodoro da Fonseca. Rui Barbosa, o Ministro da Fazenda e “responsável” pela política de sua terra natal, Bahia. Se ocupou das tratativas para Manoel Vitorino Pereira, chefe político local, assumir a presidência do Estado logo após a Proclamação<sup>31</sup>. Ele assina, por exemplo, três telegramas em 16 de novembro, dando conta dos acontecimentos, endereçados dois a Manoel Vitoriano Pereira e outro a Virgílio Damásio. Com resistência em aceitar o novo regime nos dois primeiros dias, indicou-se o nome do republicano histórico Virgílio Damásio, que assumiu o governo por pouco tempo, vindo depois a ser vice-governador do próprio Manoel Vitorino. Com forte oposição do grupo do ex-liberal César Zama, cai o governo em abril de 1890 assumindo-o Hermes da Fonseca, irmão de Deodoro<sup>32</sup>. Para a deputação do Congresso, alguns líderes se apresentam, como Artur César Rios e o próprio César Zama, que será uma das figuras ativas do Congresso. Hermes da Fonseca “impõe nomes sugeridos pelo Club Militar para a chapa à Constituinte Federal: Almirante Custódio de Mello, Cap. Barão de São Marcos, Gen. Dionísio Cerqueira, Cel. Argôlo”<sup>33</sup>. Compõem a lista senatorial o próprio Ministro Rui Barbosa, o líder político liberal representante dos interesses açucareiros do Recôncavo Baiano, Antônio Saraiva<sup>34</sup>, e o único republicano histórico da comitiva baiana, Virgílio Damásio. A representação é constituída, como se pode ver, por aqueles que já orbitavam a esfera de poder, como líderes antigos, ou os que passam a orbitar logo após a proclamação, como o referido Virgílio Damásio, as indicações do Club Militar e o novo chefe de polícia, que também é eleito deputado, José Augusto de Freitas. Os baianos Virgílio Clímaco Damásio, José Augusto de Freitas, Joaquim Inácio Tosta, José Joaquim Seabra, Aristides César Espínola Zama, Anphilóphio Botelho Freire de Carvalho fizeram da comitiva baiana uma das que mais discursou na Assembleia, sem contar os extensos discursos de Rui Barbosa.

Os congressistas eleitos pelo estado de São Paulo, embora selecionados pelos mesmos critérios nacionais – indicações do governo estadual nomeado –, foram recrutados maciçamente nos quadros do Partido Republicano Paulista (PRP), o que não significou que a

---

<sup>31</sup> SOBRINHO, Antônio A. A. B.. *A Proclamação da República na Bahia*, p. 7 e 13.

<sup>32</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 371-374.

<sup>33</sup> CARONE, Edgard. *República Velha (evolução política)*, p. 23.

<sup>34</sup> PANG, Eul-Soo Pang. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943 – A Bahia na primeira república brasileira*, p. 66.

representação paulista fosse totalmente homogênea<sup>35</sup>. Tratava-se do partido e da organização republicana mais forte de todo o país, dividindo a representação no seu estado, em condições de quase igualdade, com os partidos Liberal e Conservador, junto aos quais transigia pragmaticamente no trato do político. Em relação a expressividade do PRP à época: “Segundo estimativas baseadas na força do Partido Republicano, nas eleições de 1889, havia então em São Paulo 3.593 votantes republicanos ou seja um quarto do eleitorado da época, isso em confronto com 6.537 para os liberais e 3.957 para os conservadores.”<sup>36</sup>

Um bom exemplo do comportamento pragmático do PRP pode ser lido em um discurso de Campos Salles citado por Boherer:

Em abril de 1885, num discurso na Câmara, Campos Salles assegurou a seus colegas a neutralidade do Partido Republicano: ‘Nós os republicanos, na posição excepcional em que nos achamos colocados entre os dois partidos monárquicos, de que se compõe a Câmara, não temos, cumpre dizê-lo desde já e com franqueza, motivos prévios, fixos ou permanentes que determinem e assinalem um motivo de preferência, na escolha entre um e outro lado dos que apóiam a monarquia’. (Anais da Câmara, 185, II 327)<sup>37</sup>.

Joseph Love, por sua vez, é categórico ao afirmar que

Em pontos programáticos, os paulistas podem ter sido influenciados pelo exemplo da ala conservadora do Partido Republicano Francês, cujo líder, Léon Gambetta, dizia-se partidário do ‘oportunismo’, termo a que não atribuía nenhum sentido pejorativo.<sup>38</sup>

O golpe de 15 de novembro somente se pôde dar devido ao auxílio dos paulistas, que, ao longo de sua participação no governo, vão cindir com Deodoro até o ponto culminante da disputa para a Presidência da República representados por Prudente de Moraes. O apoio amplo adquirido pelo Partido Republicano Paulista deveu-se, sobretudo, às suas exigências para com a União de maiores autonomia, repasse de verbas e investimentos, bem como o descontentamento das elites locais com a política nacional, agravado com a abolição sem

---

<sup>35</sup> Para compreender a não unidade na representação paulista ver a obra: SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos Paulistas e a abolição*, Rio de Janeiro, 1942.

<sup>36</sup> BOHERER, George C. A.. *Da Monarquia à República*, p. 117.

<sup>37</sup> BOHERER, George C. A.. *Da Monarquia à República*, p. 104 .

<sup>38</sup> LOVE, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937 – A Locomotiva*, p. 151.

indenizações assinada pela iminente sucessora do trono. Assim, a transição de poder deu-se sem atribulações, assumindo uma junta governativa formada em primeira mão por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o Cel. Joaquim de Souza Mursa, da qual o primeiro assume, logo em 14 de dezembro, o governo do estado.

Coube a Prudente de Moraes e ao PRP a seleção dos futuros congressistas. Seu próprio nome é dos mais importantes para aquele Congresso, que se formou ainda com os dois colegas republicanos que participaram da junta governativa e com outros líderes do partido, como Bernardino de Campos, e os ministros paulistas do Governo Provisório, Francisco Glicério e Campos Salles. Embora a grande maioria da comitiva paulista proceda dos quadros republicanos, seu caráter pragmático e transigente permitiu agregar recém conservadores de grande prestígio no Estado, como Antônio da Silva Prado, João Alvares Rubião Júnior e Francisco Rodrigues Alves. A participação dos paulistas no Congresso Constituinte não refletiu o tamanho de sua bancada, o que sugere uma problematização, aprofundada no último capítulo, do sentido do silêncio dos paulistas: o que esse não falar produz de efeitos naquela circunstância e como ele é sentido e refletido pelos próprios parlamentares? Evidenciada a importância de Prudente de Moraes como presidente, Campos Salles e Bernardino de Campos foram os mais loquazes do grupo, sendo os únicos parlamentares dessa comitiva com experiência nacional.<sup>39</sup>

Em Minas Gerais a Proclamação da República não alterou a ordem de poder tal como ocorrera em São Paulo e Rio Grande do Sul. À resistência imediata seguiu-se a adesão maciça dos membros dos partidos imperiais aos quadros do Partido Republicano, agora “Constitucional”. Cesário Alvim, figura política proveniente dos quadros do Partido Liberal, ligado ao Marechal Deodoro, foi nomeado presidente da província e depois chamado a integrar o ministério na pasta do interior. Os quarenta representantes mineiros, maior bancada do Congresso, foram indicados pelo Comitê Executivo do Partido, liderado pelo republicano histórico João Pinheiro, compondo com Cesário Alvim. O ministro mineiro levou à cabo sua tática política para as eleições no estado: “primeiro ele dissolve todas as câmaras municipais e faz novas nomeações, reservando-se o direito de demiti-las em qualquer

---

<sup>39</sup> Em SP “os únicos dois estadistas (Prudente de Moraes e Campos Salles) que haviam sido eleitos para a legislatura imperial como republicanos, voltaram à Constituinte como senadores. Apenas dois dos 23 deputados de São Paulo tinham experiência na Câmara do Império.” SCHULZ, John. *O Exército na Política*, p. 157.

momento; depois, concede-lhes o controle da máquina eleitoral.”<sup>40</sup> Os que fizeram maior uso da palavra na comitiva mineira foram o senador Américo Lobo Leite Pereira e os deputados João das Chagas Lobato, Aristides de Araújo Maia e Francisco Coelho Duarte Badaró.

O brasilianista Wirt é enfático em relação à política mineira: “Intimamente ligado ao general Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente, Alvim sugeriu ex-liberais para preencher cargos de pistolão e ignorou os históricos.”<sup>41</sup> Por sua vez, a maior figura do Partido Republicano Mineiro transigiu profundamente ao defender que “A representação de Minas, no Parlamento, não se pode compor exclusivamente de velhos republicanos, há de se compor também de elementos dos extintos partidos para a reconstrução da Pátria, que há de ser realizada por todos nós.”<sup>42</sup>

O partido mais forte no estado do Rio Grande do Sul quando foi proclamada a República era o Liberal. O Partido Republicano Riograndense (PRR), embora solidamente organizado, não possuía representação alguma na Assembleia Provincial pelo pleito de 1889. Contudo, tratava-se da etapa mais proveitosa na história do partido, quando se conseguiu ultrapassar em votos o Partido Conservador.<sup>43</sup> Junto à nomeação para governador de Visconde de Pelotas, uma das grandes figuras do Partido Liberal, vários republicanos históricos são chamados para ocupar as secretarias de governo, tais como Fernando Abot, Antão de Faria, Homero Batista e Júlio de Castilhos, os que mais tarde formarão a representação gaúcha no Congresso Constituinte. As incompatibilidades do liberal Visconde de Pelotas com os republicanos do Estado, que revidavam as represálias sofridas no Império, e também as incompatibilidades desses com o governo central, repercutiram na atribulação da vida política gaúcha. Primeiro deu-se o pedido de exoneração de Castilhos e, logo após, de Pelotas; em seguida, a nomeação do Gen. Júlio Falcão Frota, em fevereiro de 1890, demitindo-se em maio ao lado de seus auxiliares; por fim, a nomeação do Gen. Cândido Costa. Júlio de Castilhos, tomando a dianteira do partido, em viagem ao Rio de Janeiro, acordou para que o PRR apoiasse a candidatura de Deodoro para presidência no final do Congresso. Tal

---

<sup>40</sup> CARONE, Edgard. *República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 273.

<sup>41</sup> WIRTH, John D.. *Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937 – O fiel da Balança*, p. 156.

<sup>42</sup> PINHEIRO, João. *Aos Mineiros*, publicado em *O Movimento*, de 29 de abril de 1890. Artigo publicado em: *Ideias Políticas de João Pinheiro*, p. 115.

<sup>43</sup> LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*, p. 42-43.

resolução tomada sem consultar as bases de seu partido causou a saída de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria. A eleição desses dois últimos para o Congresso somente pôde acontecer porque as suas indicações foram feitas antes de se desligarem do partido. Na eleição não houve disputa pois o partido de oposição que se organizava, a União Nacional, congregando os antigos liberais e conservadores, absteve-se do pleito sob o argumento de que o processo eleitoral estaria eivado de vícios e dominado pelos castilhistas.<sup>44</sup>

A delegação gaúcha era a mais jovem no Congresso, ressaltando-se o fato de não haver ninguém com experiência no parlamento imperial. Da comitiva, Assis Brasil e Demétrio Ribeiro participaram assiduamente proferindo discursos, e, com menos frequência, Ramiro Barcelos, Júlio de Castilhos, Homero Batista, Cassiano do Nascimento e Menna Barreto.<sup>45</sup>

## ***1.2 Os arranjos políticos na Constituinte de 1890-91***

Em 22 de junho de 1890 o Governo Provisório havia, por meio do Decreto 510, publicado não um projeto mas a própria Constituição dos Estados Unidos do Brasil, “no intuito de ser submetida à representação do país, em sua próxima reunião, entrando em vigor desde já nos pontos abaixo especificados”, que eram os referentes “à dualidade das Câmaras do Congresso, à sua composição, à sua eleição e à função, que são chamadas a exercer de aprovar a dita Constituição”<sup>46</sup>. Essa Constituição, tecnicamente a primeira da República, foi alterada em poucos tópicos pelo Decreto 914A, de 23 de outubro de 1890, três semanas antes de iniciarem os trabalhos do Congresso.

Embora do início ao final de seus trabalhos tenham havido protestos contra essa limitação dos poderes do legislador constitucional, de meramente aprovar o referido decreto, foi a partir deste que se organizou todo o andamento das sessenta sessões do Congresso Constituinte. A sessão de abertura realizou-se em 15 de novembro de

---

<sup>44</sup> LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*, p. 46.

<sup>45</sup> Destaque-se que “Ernesto Alves, da corrente ortodoxa [por oposição à dissidente de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria], só assumiu sua cadeira, gravemente enfermo como se achava, em 24 de janeiro de 1891, e a poucas sessões compareceu; viria a falecer em agosto do mesmo ano, vítima de tuberculoso pulmonar.” FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*, p. 83.

<sup>46</sup> *Atos do Governo Provisório*, p.74.

1890 e a promulgação e assinatura da Constituição se deram em 24 de fevereiro do ano seguinte. Realizaram-se sessenta sessões nesse período, outra, no dia 25 de fevereiro de 1891, para eleger o Presidente da República e mais aquelas ditas preparatórias, seis no Senado, de 4 de novembro à 13 de novembro de 1890, e onze na Câmara dos Deputados, de 4 de novembro à 14 de novembro daquele ano.<sup>47</sup>

As sessões preparatórias tinham por finalidade a aprovação de regimento provisório para ambas as câmaras, eleição das mesas, sorteio de comissões para dar parecer sobre eleições a partir da verificação das atas de eleições emitidas por cada distrito nos respectivos estados. Poucos discursos são enunciados nesse contexto<sup>48</sup>, onde o registro dos pareceres mais se aproxima a uma sucessão de formulários.

Na instalação do Congresso em 15 de novembro de 1890, em uma situação retórica singular, é lida a Mensagem de Deodoro aos congressistas. As três sessões seguintes se ocuparão com a eleição da Mesa, aprovação de um Regimento Comum das câmaras e com o sentido de um trecho da mensagem, em que Deodoro afirma “entregar ao Congresso os destinos da Nação”<sup>49</sup>, suscitando para alguns a plenitude de poderes daquela assembleia, mas para a grande maioria apenas os poderes para apreciação da Constituição oferecida pelo governo. Pela repercussão e teor dessa mensagem, decidimos selecioná-la para uma análise mais detida no quarto capítulo.

Na quinta sessão é eleita uma comissão composta por um membro de cada estado, a Comissão dos 21, para apreciar o Decreto 914A e sugerir emendas. Essa primeira etapa do Congresso Constituinte, que antecede às discussões sobre o texto da Constituição, mas que define naquele espaço a organização e as atribuições de poder, é fundamental para identificar alguns arranjos políticos que se vão formando. A eleição para presidente do Congresso dividiu-o entre os

---

<sup>47</sup> As sessões preparatórias foram realizadas no Senado em 4, 5, 10, 11, 12 e 13 de novembro; na Câmara dos Deputados, diariamente de 4 até 14 de novembro.

<sup>48</sup> Os anais registram no Senado, por exemplo, uma questão em relação à ordem de classificação dos candidatos em Mato Grosso. Logo adiante é antecipada por Tavares Bastos uma questão que vai percorrer todo o Congresso, em 12 de novembro. Questiona a natureza dos poderes do Congresso Constituinte, sugerindo que esse possa revisar todos os atos do próprio Governo Provisório. A questão levantada possui porém um fundo pessoal: estando compreendido no grupo dos que, segundo o decreto do governo provisório, não poderiam exercer ao mesmo tempo uma função parlamentar e da magistratura, coloca em questão a validade dos atos de todo o governo.

<sup>49</sup> A expressão foi usada logo no primeiro parágrafo da Mensagem: “A providência, [...], aprovou que eu fosse elevado à magistratura suprema de nossa pátria, [...], para, [...], saudar-vos no aniversário daquele glorioso dia, *entregando-vos os destinos da nação.*”

partidários de Saldanha Marinho e de Prudente de Moraes. De 236 votos, Prudente de Moraes recebeu 146 e Saldanha Marinho 81. Apenas duas declarações de voto em Saldanha Marinho são apresentadas: a de Anfilóbio Freire de Carvalho e de Custódio de Mello, tornando extremamente dificultoso o exercício de interpretação.

Ao atentar para um banquete oferecido em homenagem a Saldanha Marinho e Aristides Lobo em 25 de setembro de 1890, podemos sugerir algumas de suas alianças. Se fizeram presentes para homenagear o mais velho componente do Congresso, Aristides Maia/MG, Quintino Bocaiuva/Sen/RJ, Campos Salles/Sen/SP, Sampaio Ferraz/CF, Lauro Sodré/PA e Ubaldino do Amaral/PR.<sup>50</sup> A julgar por tais presenças é provável que Saldanha Marinho tenha recebido os votos de grande número dos republicanos históricos e de militares que estivessem descontentes com Deodoro.

Saldanha Marinho como presidente do Congresso poderia representar uma ameaça à manutenção do poder pelo Governo Provisório. A autoridade moral e a experiência administrativa que encerrava – nascido em 1816, era onze anos mais velho que Deodoro e vinte e cinco, que Prudente de Moraes – ameaçaria talvez, ao final do Congresso, a candidatura de Deodoro para a presidência da República. Prudente de Moraes, por sua vez, estava buscando o seu quinhão de poder, haja visto liderar o maior partido republicano no Brasil, compor uma das maiores bancadas daquela assembleia, participar ativamente no golpe de 15 de novembro e possuir dois correligionários, Francisco Glicério e Campos Salles, no Conselho de Ministros. Não perdendo a conta de sua força, Prudente de Moraes era mais moderado e inofensivo que Saldanha Marinho para o posto que concorreram.

É de se destacar que o jornal *Gazeta de Notícias*, dirigido pelo republicano Ferreira de Araújo, ficasse indiferente à eleição para presidente do Congresso. A julgar pelas intensas retaliações que a imprensa sofria na época, como veremos no decorrer do trabalho, não cogitamos outra hipótese senão uma certa dose de desdém e ironia, que foi o tom da cobertura desse evento feito por um dos maiores jornais da época. A derrota de Saldanha Marinho, que um biógrafo de Deodoro justifica por aquele estar já “muito velho, com a vista prejudicada e com a saúde precária”<sup>51</sup>, representou para Raymundo Faoro a vitória de uma

---

<sup>50</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1890.

<sup>51</sup> Continua afirmando que “não estava em condições de exercer efetivamente a presidência do Congresso, trabalhosa, exaustiva, exigindo homem mais moço, mais dinâmico, capaz de

“primeira escaramuça” levada a cabo pelo “Partido Republicano Paulista, com a cabala dos ministros de Deodoro, Campos Salles e Francisco Glicério”<sup>52</sup>

No dia 22 de novembro, o dia seguinte à eleição para Presidente do Congresso, a *Gazeta de Notícias* em sua seção *Boletim do Congresso*, afirmava que “O fato culminante da sessão de ontem foi a moção do Sr. Nilo Peçanha, para que o Congresso prestasse homenagem aos serviços imortais do venerando conselheiro Saldanha Marinho. A moção seria aprovada por unanimidade se o Sr. Anfilóbio não se tivesse levantado em seguida à votação, para declarar que tinha negado o seu voto à moção! [...]” Deixando totalmente de lado a eleição de Prudente de Moraes, sem sequer citar seu nome, a *Gazeta de Notícias* se prendeu no fato do Dep. Anfilóbio ter declarado votar contra a moção de homenagem à Saldanha Marinho, não revelando que junto a essa declaração constava outra de que havia votado para presidente do Congresso no próprio Saldanha Marinho. Tratava-se para Anfilóbio e Custódio de Mello, que também acompanham suas declarações, de se rebelar contra a hipocrisia de o Congresso oferecer uma homenagem em compensação à derrota para um cargo que nitidamente lhe era merecido.<sup>53</sup>

Após recebida a Mensagem de Deodoro da Fonseca, o Congresso Nacional no primeiro momento de reunião, em 18 de novembro, antes mesmo de aprovado o regimento interno e eleita a mesa definitiva, apresentará possíveis respostas e decidirá sobre a entrega que Deodoro da Fonseca faz à Assembleia dos *destinos da Nação*. Nessa ocasião são apresentadas propostas de moções antecedidas de discursos justificadores, tratando direta ou indiretamente do tema dos limites e soberania de poderes do Congresso Constituinte. Usam a palavra sucessivamente Amaro Cavalcanti/Sen/RN, Ramiro Barcelos/Sen/RS, Matta Machado/MG, Américo Lobo/Sen/MG, Serzedello/PA, Oiticica/AL e Ubaldino do Amaral/Sen/PR.

A articulação da resposta que o Congresso teve de dar pela posse dos *destinos da Nação*, resumida nas alternativas de moção a tomar, esteve diretamente ligada aos poderes da comissão encarregada de responder à mensagem de Deodoro da Fonseca. Essa comissão teve

---

maiores dispêndios de energia.” MAGALHÃES Jr., R. *Deodoro – A espada contra o Império*, V. II, p. 236.

<sup>52</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, p. 627.

<sup>53</sup> Em 22 de novembro, o dia seguinte à eleição para Presidente do Congresso, *Gazeta de Notícias*.

como relator Amaro Cavalcanti, composta ainda pelos senadores Elyseu Martins, Almeida Barreto e Ramiro Barcelos; e deputados Seabra, Jacques Ourique, Theophilo dos Santos, Innocencio Serzedello e Custódio de Mello. Da comissão partiram duas moções: uma de Amaro Cavalcanti, apresentada na sequência de seu relato de desempenho das tarefas da comissão, e; uma de Ramiro Barcelos e Innocencio Serzedello, assinada de primeira mão por Ubaldino do Amaral, que recolheu diversas assinaturas e foi dirigida à mesa de trabalhos logo na abertura da sessão.

O dissídio entre as duas moções oriundas da referida comissão esteve mais ligado à autoria do que ao seu conteúdo. Enquanto a moção Serzedello-Barcelos afirma que o governo atual “se mantenha na direção dos negócios públicos”<sup>54</sup>, a de Amaro Cavalcanti propõe que “Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, continue a exercer *pro tempore* todas as atribuições concernentes à pública administração do país”<sup>55</sup>. As duas moções estão acautelando o Congresso para uma resolução que poderia ser mais radical, como serão as propostas pelas outras duas moções: uma de Américo Lobo e outra de Oiticica. O primeiro entende que o Congresso Nacional “reconhece-se desde já o único competente para exercer o poder legislativo”<sup>56</sup> e o segundo que é “salvo ao Congresso o direito de exame sobre os atos do Governo Provisório.”<sup>57</sup> O teor ameno da moção vencedora, a de Ramiro Barcelos e Serzedello, não excluiu contudo nenhum dos direitos a que se arrogavam estas duas últimas moções, deixando relativamente indefinidos os limites dos poderes do Congresso.

O que mais interessa nesse contexto político inicial dos debates é a articulação do grupo que vai assinar a moção Serzedello-Barcelos<sup>58</sup>: está compreendida nesse grupo toda a delegação do Pará, da qual Serzedello faz parte; quatorze dos dezessete representantes gaúchos<sup>59</sup>, dentre os quais Ramiro Barcelos é senador; cinco dos sete representantes do Paraná, sobressaindo Ubaldino do Amaral, quem encabeça a lista de assinaturas da moção; quatro de treze representantes da Capital Federal; cinco dentre dezenove representantes do Rio de Janeiro; duas

---

<sup>54</sup> *Diário do Congresso Nacional*, n. 2, p. 36.

<sup>55</sup> *Diário do Congresso Nacional*, n. 2, p. 34.

<sup>56</sup> *Diário do Congresso Nacional*, n. 2, p. 35.

<sup>57</sup> *Diário do Congresso Nacional*, n. 2, p. 35.

<sup>58</sup> Veja em apêndice, Anexo 2, os 46 que assinaram a Moção Ubaldino do Amaral.

<sup>59</sup> Os três que não assinaram foram Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Joaquim Francisco de Abreu.

assinaturas de representantes de Pernambuco e também duas de Maranhão; e, ainda, apenas uma assinatura de cada representante de Piauí, São Paulo e Minas Gerais. A quase total ausência dos paulistas e dos mineiros frente à união dos gaúchos, paranaenses e paraenses já faz entrever os contendores da batalha que vai se travar ao longo do Congresso.

Esse episódio propiciou ainda a revelação daqueles que se opunham à função legislativa do Governo Provisório e às restrições dos poderes do Congresso Constituinte. A moção de Aristides Lobo congregou os opositores diretos e explícitos. Declararam junto de Aristides Lobo a autonomia da Assembleia: Aristides Maia, Silva Canedo, Thomas Delfino, Leopoldo de Bulhões.<sup>60</sup> Outra forma de expressar a oposição foi a declaração de voto de Anfilófilo, Custódio José de Melo e Santos Pereira, segundo a qual a delegação de poderes de que trata a moção Ubaldino “não importa outra delegação que não seja das funções do poder executivo e administração da República.”<sup>61</sup>

Após um intervalo de dezessete dias, em 10 de dezembro, foram apresentados os trabalhos da Comissão dos 21: a confrontação da Constituição do governo com as emendas aceitas e as rejeitadas, a partir da qual, na sétima sessão se iniciou a chamada primeira discussão do projeto de Constituição.

Na eleição que ocorreu para a Comissão dos 21 poderemos observar algumas dissensões nas representações estaduais. Os estados do Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Capital Federal, Goiás e Mato Grosso, levando em consideração aqueles que estiveram presentes, foram unânimes na escolha de seus representantes. Foram eles os senadores Manuel Francisco Machado/AM, Theodoro Alves Pacheco/PI, Amaro Cavalcanti/RN, João Soares Neiva/PB, Virgílio Clímaco Damásio/BA, João Batista Laper/RJ, Ubaldino do Amaral Fontoura/PR, Aquilino do Amaral/MT; e os deputados Bernardino de Campos/SP, Lauro Severiano Muller/SC, Lopes Trovão/CF e José Leopoldo de Bulhões Jardim/GO.

Concorreram entre si, restando o vencido com apenas um voto, o vencedor e o outro sucessivamente, em Alagoas, Gabino Bezouro e Francisco de Paula Leite Oiticica; no Pará, Lauro Sodré e Inocêncio Serzedello Corrêa; no Ceará, Sen. Joaquim de Oliveira Katunda e José

---

<sup>60</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, I, p. 300.

<sup>61</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, I, p. 170.

Freire Bezerril Fontenelle; em Sergipe, Manuel Presciliano de Oliveira Valladão e Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel; no Espírito Santo, Sen. Gil Diniz Goulart e José de Melo Carvalho Moniz Freire; e, em Minas Gerais, João Pinheiro da Silva e Antônio Afonso Lamounier Godofredo.

No Rio Grande do Sul concorreram Júlio Prates de Castilhos, que vence com treze votos, e Ramiro Fortes de Barcelos, com três votos. É muito provável que dois votos de Ramiro Barcelos tenham vindo daqueles que logo antes das eleições para o Congresso se opuseram à liderança de Castilhos e abandonaram o Partido Republicano Gaúcho: Antão de Farias e Demétrio Ribeiro. No Maranhão Casemiro Dias Vieira Júnior vence com apenas três votos de Antônio Ennes de Souza, com dois votos, e o Sen. João Pedro Belfort Vieira, com um voto. Em Pernambuco o Sen. José Hygino Duarte Pereira vence com dez votos de José Nicolau Tolentino de Carvalho, com dois votos e de João Vieira de Araújo, João Barbalho Uchoa Cavalcanti e Luiz de Andrade, todos com um voto cada.

A Comissão dos 21, eleita em 22 de novembro, apresentou ao Congresso o resultado de seus trabalhos<sup>62</sup> na sua sexta sessão, em 10 de dezembro de 1890. Da sessão seguinte, em 13 de dezembro, até a trigésima sétima, em 20 de janeiro do ano seguinte, o Congresso realizará a chamada *primeira discussão* do projeto de constituição. A discussão era realizada na ordem dos artigos do projeto emendado pela Comissão dos 21, procedendo-se a votação artigo por artigo logo após os debates sobre um conjunto de artigos e as emendas propostas. O projeto de constituição estava dividido por títulos: o primeiro tratava da organização federal; o segundo, dos estados; o terceiro dos municípios; o quarto da cidadania, e; o último, de disposições gerais. Dos noventa e um artigos que resultaram na Constituição de 1891, o primeiro título reunia sessenta e dois. Era a parte da Constituição que tratava, logo nas

---

<sup>62</sup> Em 22 de novembro, reunindo-se, a Comissão elegeu para presidente Ubaldino do Amaral; secretários, Lauro Sodré e Lauro Muller. Deliberou : “1°. que as suas sessões se realizarão diariamente do meio dia às 4 horas da tarde; 2°. que não será admitida no recinto das sessões pessoa alguma estranha à comissão, exceto os ministros, quando convidados; 3°. que a comissão trabalhará com qualquer número presente, aguardando para as votações que haja maioria; 4°. que a 1ª ata seja assinada por todos os membros da comissão e as demais pela mesa; 5°. que encerrada a discussão do projeto, uma comissão de três membros redigirá o parecer, que será acompanhado das emendas aprovadas e rejeitadas, separadamente; 6°. que as emendas apresentadas por qualquer membro do Congresso sejam recebidas na forma do regimento e discutidas oportunamente; 7°. que a 1ª discussão do projeto seja feita por capítulos, havendo uma 2ª discussão, em globo; 8°. que só se discuta em cada sessão a ordem do dia previamente marcada, sendo as votações nominais.” *Gazeta de Notícias* de 24 de novembro de 1890.

disposições preliminares, das competências tributárias da união e dos estados e, a seguir, em três seções, da organização dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Da sétima até a décima sexta sessão do Congresso, discutiu-se e votou-se as disposições preliminares do título primeiro, que suscitaram discursos e debates principalmente sobre a mudança da Capital Federal, a discriminação das rendas federais e estaduais e a organização dos estados. Esses dois últimos temas serão tratados como os mais importantes de toda a Constituição, tendo seu ponto culminante em 22 de dezembro, com a votação nominal da emenda de Júlio de Castilhos, propondo a limitação da competência tributária da União. Esse momento privilegiado em que se expressa a doutrina positivista-federalista foi selecionado juntamente com a Mensagem de Deodoro e com a réplica de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, para uma análise mais detida no quarto capítulo.

Ainda nessa sessão de 22 de dezembro será tema de debates o lugar do Exército e da Armada diante dos poderes constitucionais. Da décima sétima sessão até a vigésima serão discutidos temas relativos ao poder legislativo, ensejando a discussão sobre a elegibilidade de ministros de religião e presidentes e diretores de banco. Nas sessões seguintes até a vigésima terceira, estarão em voga questões relativas ao poder executivo, especialmente os temas do parlamentarismo e da eleição para presidente e vice, se direta ou indireta e a duração do mandato. Da vigésima quarta sessão até as três seguintes, encerrando o título primeiro, as questões relativas à organização do poder judiciário, e a sua unicidade ou dualidade estarão no foco das polêmicas.

A discussão sobre os títulos dois e três, relativos aos estados e municípios, será englobada, apresentando-se nos debates as questões relativas à organização dessas entidades, a autonomia dos Municípios, a extinção da Guarda Nacional e a propriedade das terras devolutas. A discussão, iniciada na trigésima sessão, sobre o título quarto, em 12 de janeiro, relativo aos direitos de nacionalidade e à declaração de direitos, vai oportunizar o debate sobre a pena de morte, o voto das mulheres e dos analfabetos, a presença do exército na política e outros debates relativos a relação Estado e Igreja, tais como o casamento civil, sua indissolubilidade e a laicização dos cemitérios. Da trigésima quarta sessão à trigésima sétima serão tratadas das disposições gerais da Constituição.

Desse grupo de questões, a tomada de posição exigida pela votação da emenda Júlio de Castilhos ao art. 8º. é a mais rica para identificar as associações no Congresso, colaborando o fato de ter sido

nominal. A emenda substitutiva ao art. 8º apresentada por Júlio de Castilhos impunha: “É da competência exclusiva dos estados decretar qualquer imposto que não esteja compreendido no art. 6º, e que não seja contrário às disposições da Constituição”. A aprovação dessa emenda representaria perda de força do poder central e maior autonomia e fonte de arrecadação para os Estados.

Esse dissídio, que regularia os limites do federalismo no Brasil, organizou as alianças mais evidentes daquele Congresso: a dos federalistas e a dos unionistas. Os adeptos às doutrinas federalistas do positivismo comteano gaúcho e aqueles que queriam preservar a unidade do país. A análise da votação nominal dessa emenda, que foi bastante equilibrada, poderia definir melhor as dissidências dentro das representações de cada estado. Mas retomando as disputas para a Comissão dos 21 em cada estado destaca-se que em nenhum caso ela se refletiu na rivalidade de posições diante da Emenda de Júlio de Castilhos. A hipótese mais plausível para esse caso é a de a eleição para a Comissão dos 21 não colocar em jogo posições políticas mas meramente desencadear disputas por um lugar de protagonista. Outra hipótese que a esta poderia se associar, é a de que a posição frente a este problema tendia ser uniforme para cada representação estadual. As disputas entre os que aprovavam e os que não aprovavam a emenda em que a minoria representava 30% ou mais de toda a representação se deram apenas no Pará e no Rio de Janeiro. Se se contam os estados em que a minoria corresponde a 30% sobre o total dos votantes, acrescenta-se Piauí, Alagoas, Capital Federal, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina<sup>63</sup>.

Os militares nessa votação dividiram-se meio a meio<sup>64</sup>, revelando a falta de identidade ou unidade de ideias políticas. Em comparação aos signatários da moção Ubaldino do Amaral, sem contar a comitiva gaúcha, em que todos os representantes assinaram e votaram sim para a emenda de Júlio de Castilhos, quinze votaram sim para a emenda e dez votaram não. O apoio circunstancial às posições mais coesas e claras dos gaúchos, suscita a hipótese de se tratar de um efeito dissuasório dos debates no Congresso, tratando-se de mudanças de posições motivadas pelo convencimento.

---

<sup>63</sup> Santa Catarina se incluiu nesse grupo se o Sen. Esteves Jr. votou não para a emenda Júlio de Castilhos, prevalecendo a dúvida porque seu nome se encontra nas duas listas.

<sup>64</sup> Dos quarenta e seis votantes, vinte e três votaram a favor da emenda e os outros vinte e três, contra.

Na quadragésima sessão, em 26 de janeiro inicia-se a segunda discussão, para serem votadas emendas em separado sobre o que tinha sido aprovado, constando que quarenta nomes já haviam sido inscritos para usar da palavra. Quinze sessões se sucederão até usarem as quatro últimas sessões, da quinquagésima sexta à quinquagésima nona, para a terceira discussão.

Ao lado da programação oficial que orientou as reuniões e votações do Congresso Constituinte surgiram, com grande repercussão, eventos incidentais que tratavam sobretudo de atos do Governo Provisório. O que mais se evidenciou foi o atentado ao jornal *Tribuna Liberal*, para o qual, na iminência de ser incendiado, o governo negligenciou ajuda, resultando na morte de um funcionário. Ainda, por este diário acometer sérias críticas ao novo regime, suspeitava-se de que o próprio atentado fosse um ato de retaliação do governo. As ações que se tomariam diante desse acontecimento estiveram em pauta por seis sessões e em mais duas outras se tratou de outro atentado contra o jornalista Oscar de Macedo Soares, em circunstâncias parecidas. A legitimidade do Tratado de Comércio realizado pelo Governo Provisório com os Estados Unidos foi questionada e suscitou debates e discursos por onze sessões, figurando como um dos temas mais tensos da relação parlamento *versus* governo, no período desse Congresso. O falecimento de Benjamin Constant, logo depois de exonerado do posto de Ministro da Instrução, foi longamente pranteado pelos congressistas durante nove sessões do Congresso Constituinte, oportunizando a elaboração da memória da formação da República, em que fora um dos próceres.

Nas eleições para o Congresso Constituinte o peso dos interesses e dos compromissos do grupo dirigente eliminou qualquer possibilidade de tratar-se de um processo de ampla representatividade e em que os constituintes expressassem a vontade dos eleitores. Este Congresso, chamado da forma como foi, formado para referendar um projeto de Constituição que estava em muitos pontos vigendo, com a finalidade de viabilizar empréstimos no exterior, já que o Congresso era condição de reconhecimento externo, pôde, ainda assim, abrigar debates, comportar algumas divergências e permitir alterações do projeto original. Tal situação do início da República no Brasil, ressalte-se, deu continuidade às práticas do Império. José Murilo de Carvalho, quando relativiza a eficácia do poder moderador do Imperador, que possuiria um caráter autoritário, afirma que: “O problema central, a causa principal do círculo vicioso não estava, no entanto, no Poder Moderador, mas nas

eleições. [...] A perna politicamente quebrada no tripé Executivo-Legislativo-opinião pública era a inautenticidade das eleições.”<sup>65</sup>

A contenda, embora flutuem os contendores, entre governistas e oposição atravessou todo aquele evento. Um dos momentos de exasperação da oposição foi desencadeado por um decreto do Governo Provisório, que contrariava a disposição da constituinte de acabar com as ordens honoríficas, afirmando Batista Mota em 13 de fevereiro que “Esse ato mostra, ou a imbecilidade do chefe do Estado e de seus ministros atuais, ou eles pensam que somos aqui uma carneirada. (Apoiados; muito bem)”<sup>66</sup>

Para aquele que investiga a retórica em um Congresso Constituinte com essas características importaria com mais rigor perguntar sobre a história de seus membros e os compromissos que estiveram envolvidos nos seus recrutamentos. Enfim, suas atividades até a Proclamação da República, seu alinhamento diante do Governo Provisório, sua experiência parlamentar, sua formação profissional, seu pertencimento a partidos e, se pretendêssemos ir mais longe, perguntar sobre a natureza das relações entre esses indivíduos e o teor de tais laços.

A grande proporção de bacharéis em direito no Congresso Constituinte é tão mais significativa quando lembramos que as duas únicas instituições de ensino jurídico no Brasil eram a Faculdade de Direito de Recife e a Faculdade de Direito de São Paulo. Representou um traço de homogeneidade das formações ideológica e cultural da elite política brasileira, aproximando, em São Paulo e Recife, pessoas oriundas de todos os estados.<sup>67</sup> Especialmente para uma análise da retórica política no final do séc. XIX no Brasil, tal homogeneidade afetaria a formação retórica dessa elite em seu aspecto oficial, com a utilização dos mesmos programas do ensino retórico? Ou a afetaria em aspectos informais, como as vivências retóricas compartilhadas na academia?

Outro tema relevante para quem investiga a retórica parlamentar na Constituinte Republicana é a análise dos discursos provenientes dos grupos militares. Caberia avaliar como o grupo militares jovens e provenientes da Escola Militar esteve coeso nas tomadas de decisão e se

---

<sup>65</sup> CARVALHO, José Murilo. *Sistemas eleitorais e partidos do Império*, p. 26.

<sup>66</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. III, p. 595.

<sup>67</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem e Teatro de Sombras*, p. 43.

a sua oratória se diferenciava das demais, especialmente da oratória dos militares mais velhos.

A ausência de partidos políticos nesse primeiro Congresso da República tornou bastante frágil a relação do executivo com legislativo. Se não fosse a ostensividade do governo quando recrutou os parlamentares trocando cargos por aprovação, teria sido certamente o seu próprio fim. Isso se pôde vislumbrar nas tentativas de ampliar o espectro de poder do Congresso, como o caso das moções, e as constantes interferências nos atos do executivo, como o acordo firmado com os Estados Unidos da América.

Essas relações constituem os primórdios do problema da governabilidade na República brasileira. Seria bastante relevante uma retomada histórica desse período para os estudos que vem sendo realizados sobre o tema no presente, como o trabalho de Octavio Amorim Neto, *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*. O que hoje constitui objeto de suas investigações, “a relação entre as estratégias decisórias e o desenho dos gabinetes”<sup>68</sup>, poderia ser deslocado como problema de investigação histórica, porém das políticas regionais. O período da Primeira República em estudo incrementa complexidade porque os acordos de coalizão não passam por partidos, mas por extratos sociais e interesses, como o caso dos militares e fazendeiros. E, em relação a distribuição de cargos, sem a presença dos partidos, a dinâmica parece ser muito mais centralizada pelo governo federal. Essa avaliação histórica talvez colocasse em cheque muitas proposições desse atual estudo da governabilidade, aproximando as atuais estratégias de governança daquela estratégia enunciada por Campos Salles, de controle do governo da máquina eleitoral. Identificando a origem da relação do executivo com o legislativo na República seria mesmo comprometedor defendermos hoje que “governos eficazes podem emergir na medida em que o presidente coopere com os líderes dos partidos que, conjuntamente, comandam uma maioria de cadeiras parlamentares. Essa cooperação se realiza por meio de acordos de coalizão, através dos quais os partidos obtêm cargos ministeriais em troca do seu apoio legislativo ao presidente.”<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> AMORIM NETO, Octavio. *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*, p. 121.

<sup>69</sup> AMORIM NETO, Octavio. *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*, p. 131.



## **CAPÍTULO 2 – ABRAÇANDO A NUVEM POR JUNO: Retórica e Academia no Brasil no Séc. XIX**

Com esse capítulo iniciamos a tarefa de compreender os efeitos de sentido produzidos pela oratória parlamentar no Congresso Constituinte. Para tanto investigamos alguns dos principais *sentidos atribuídos à expressão retórica em diferentes contextos em que era empregada*. Dirigimos o olhar para aqueles contextos ligados direta ou indiretamente ao evento que pretendemos investigar: os discursos e debates ocorridos no Congresso Constituinte que operou de 15 de novembro de 1890 até 24 fevereiro de 1891, composto por duzentos e sessenta e sete congressistas.

Orientando-se por essas duas precauções, revelou-se crucial satisfazer a necessidade que se apresentou no primeiro capítulo e compreender como se deu o ensino retórico pelo qual percorreram no mínimo os cento e trinta congressistas formados em direito e os três bacharéis em letras pelo Colégio Pedro II.<sup>1</sup> Nos limites do tema da pedagogia retórica buscaremos principalmente os juízos que se formavam em torno de seu status e eficácia, delineando aqui um importante sentido assumido pela retórica no Brasil no séc. XIX.

As vivências oratórias na academia, desconectadas por natureza da oficialidade curricular e recuperadas sobretudo pelo gênero memorialístico, constituem um terreno fértil para o desenvolvimento de pesquisas. Ajudariam a definir os juízos que se formulavam sobre as práticas retóricas, que, ao que parece, operaram mais fundo do que os conteúdos oficiais na formação retórica dos acadêmicos. As práticas oratórias acadêmicas abrangem, além da fração jurídica dos congressistas, os quarenta e cinco formados em medicina e os outros quarenta que possuíam curso superior seja civil ou militar.

Uma breve incursão sobre essas práticas oratórias acadêmicas será realizada ao lado de outra sobre as análises acadêmicas dos oradores, elaboradas pela disciplina da história da literatura. A seção sobre o ensino retórico e a seção sobre as relações entre academia e

---

<sup>1</sup> A seguir a lista da distribuição dos congressistas conforme sua formação superior: Ciências Jurídicas e Sociais, 130; Letras, 3; Medicina, 45; Engenharia, 12; Ciências Físicas e Matemáticas, 16; curso superior militar, 6; outros cursos superiores, 6; sem curso superior e militar, 21; sem curso superior, 19; não identificado, 9. A pesquisa tomou como base as obras de Dunshee de Abranches, *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: 1889 a 1917*; de Tavares Lyra, *O Senado da República, de 1890 a 1930 e Os Ministros de Estado da Independência à República*.

retórica acadêmica, procurando aproximar-nos daqueles sentidos atribuídos à retórica, compreendem pois um intervalo relevante na trajetória dos indivíduos que participaram daquele evento.

## 2.1 O ensino retórico e seu descrédito

Interessa-nos o ensino da retórica no Brasil do séc. XIX para avaliar o status da disciplina no conjunto de saberes da época e identificar aqueles modelos e conteúdos oficiais do ensino retórico que, muito embora não tenham podido atuar profundamente na formação dos congressistas e seus discursos, marcam presença no cenário dos debates políticos. A educação pública e privada no Império só pôde atuar residualmente na formação retórica de seus egressos. Ainda que a retórica tenha sido matéria exigida para os exames de admissão nas faculdades de direito, a má qualidade do ensino e o descrédito social de que o bom orador se poderia formar relegaram tal disciplina a um conjunto de pontos desconexos decorados antes dos exames. Não se poderia esperar disso a chave para compreender aquilo que a própria disciplina propunha ensinar: a descoberta ou a melhor escolha de ideias para compor os discursos (*invenção*), a disposição dessas ideias (*disposição*) e o estilo para exprimi-las (*elocução*). Quando muito, o conteúdo programático do ensino secundário de retórica ou o programa de retórica exigido para os testes vestibulares refletirão adiante figuras do senso comum diluídos por diversas esferas do social, dentre as quais por debates e discursos políticos.

Esse nosso ponto de partida apóia-se no trabalho de Maria de Lourdes Mariotto Haidar, *O ensino secundário no Império brasileiro*, de 1974, que constrói suas avaliações sobre o ensino secundário a partir de relatórios, discursos, memórias e obras da época, destacando-se, dentre os documentos oficiais: *Relatórios da Repartição de Negócios do Império apresentados à Assembleia Geral Legislativa*, *Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*, *Ofícios endereçados ao Inspetor Geral da Instrução da Província de São Paulo* e diversas *Memórias e Histórias das Faculdades do Império*.<sup>2</sup> Apóia-se ainda no trabalho de José Ricardo Pires de Almeida, *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) – História e Legislação*, primeira edição publicada

---

<sup>2</sup> Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 265 a 284.

no Rio de Janeiro em francês, em 1889, utilizando praticamente as mesmas fontes de Maria Haidar.

A exigência de aprovação em retórica para o ingresso nos cursos de Direito foi estabelecida desde a criação das Faculdades de Olinda e São Paulo, em 1827, estendendo-se até o final do Império.<sup>3</sup> O ensino da retórica no secundário estaria atrelado a essa exigência, possuindo relevo ainda para aqueles que quisessem concluir o bacharelado em Letras no Colégio Pedro II, a partir de 1837. Contudo, o ensino retórico só poderia representar uma legítima chave de leitura da cultura letrada da época se houvesse unidade no ensino secundário, do ponto de vista da organização sistemática e evolutiva de conhecimentos, em que a retórica tivesse uma presença marcante, o que seria muito diferente da realidade que se passou.

Esta perspectiva da ineficácia do ensino retórico opõe-se diretamente a diversas conclusões acerca dos efeitos da formação retórica formuladas por Roberto Acízelo de Souza em obra única do gênero e mais recente, de 1999, *O Império da Eloquência*, que aborda diretamente o programa de ensino de retórica no Império, e mais especificamente o do Colégio Pedro II. Para esse autor:

Ocupando posição destacada no sistema de ensino, como decorrência das altas e amplas funções que lhe eram atribuídas no processo educacional – além de preparar oradores e escritores, apurar as faculdades intelectuais, temperar o caráter e desenvolver o espírito público –, a formação retórica expandiu os seus efeitos por diversos aspectos da experiência social brasileira.<sup>4</sup>

Estão equivocadas as conclusões de Acízelo de Souza porque a dimensão e os efeitos do ensino na formação dos indivíduos não poderia ser analisada unicamente pelo estudo conteudístico dos

---

<sup>3</sup> A Lei de 11 de agosto de 1827 que criou os dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais determinava o seguinte no seu art. 8º: “Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze anos completos, e de aprovação da Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral, e Geometria.” *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, p. 582. Mais tarde, “Os novos Estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, aprovados a 7 de novembro de 1831, previam a incorporação às Academias de seis cadeiras destinadas a ministrar os conhecimentos exigidos para os exames de preparatórios que, de acordo com o disposto no art. 1º do Cap. I, deveriam julgar das habilitações dos candidatos nas seguintes disciplinas: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia.” Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 48.

<sup>4</sup> SOUZA, Roberto Acízelo. *O Império da Eloquência*, p.83.

manuais. Tal precaução se verifica com clareza no trabalho de Quentin Skinner, *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*, que se propôs a analisar os manuais de retórica do secundário na Inglaterra do final do século XVI para compreender a fundo a obra do autor de *Leviatã*. Ele pretende “mostrar até que ponto a concepção hobbesiana da *scientia civilis* sempre foi moldada pelas reações cambiantes do filósofo aos pressupostos e ao vocabulário das teorias clássicas neociceronianas de eloquência.”<sup>5</sup> Skinner somente pôde desenvolver seus argumentos depois de apresentado por diversos relatos o rigor dos estudos formais da época associado à excepcional dedicação do aluno, elementos que contrariam diretamente a melhor historiografia do ensino brasileiro. Para investigar e constatar a aplicação do aluno Hobbes, Skinner se apoiou em grande parte nos relatos de seu primeiro biógrafo John Aubrey; e para saber sobre o rigor dos estudos, se valeu dos debates pedagógicos da época, especialmente pela via de R. Ascham<sup>6</sup>.

No Brasil os alunos podiam cursar o secundário em algum dos Liceus espalhados pelo território mas completá-lo não oferecia garantia de ingresso nas faculdades nem constituía prerequisite para tanto. A consequência, de acordo com a pesquisa de Maria de Lourdes Haidar, era o desprestígio desta etapa da formação escolar, manifestado pela “escassa e irregular frequência aos estabelecimentos secundários locais”<sup>7</sup>.

Em 1884, Rui Barbosa oferece um quadro dramático do ensino secundário para o primeiro número da Revista da Liga do Ensino, da qual era integrante de destaque:

O ensino secundário é o mais triste documento do nosso atraso intelectual. Favorece-se o capricho ambicioso dos pais, que sonham para os filhos não o saber organizado, mas um ridículo diploma de doutor. O ensino está deturpado pela especulação vergonhosa dos

<sup>5</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*, p.23.

<sup>6</sup> Tratando do biógrafo e dos debates pedagógicos, respectivamente: SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*, p. 42 e ss, e p.53, n.124.

<sup>7</sup> No contexto de onde se extrai a citação lemos: “De fato, não eram as aprovações conferidas pelos Liceus provinciais e conhecidas pelo Centro como suficientes para matrícula nas Academias, independentemente de novas provas. Daí a escassa e irregular frequência aos estabelecimentos secundários locais: os jovens aspirantes aos cursos superiores, embora iniciassem seus estudos nas províncias, cedo abandonavam os liceus preferindo concluí-los na Corte ou nas províncias sedes de faculdades, onde poderiam obter os necessários certificados de aprovação.” HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 23.

empregados de exames; os educadores conscienciosos desanimam no meio do geral mercantilismo, porque os discípulos abandonam, trocando por fútil preparo o estudo fecundo, mas laborioso. O Imperial Colégio de Pedro II muda de organização como as romanas da decadência mudavam de maridos, e cada reforma vem confirmar a incompetência de seus autores. Apesar disso, o programa compreensivo daquele estabelecimento é motivo para que a sua frequência diminua todos os anos. Os exames gerais preparatórios, limitados a poucas disciplinas escolhidas sem propriedade, não constituem um sistema de educação; falta-lhes harmonia e unidade. Os adolescentes entram para os cursos superiores sem ideia da ciência e de seus processos; os ridículos conhecimentos literários que adquirem sem ordem nem seriação, mais concorrem para torná-los superficiais e pedantes do que para iniciá-los em estudos mais complicados. Pode-se dizer que em tal matéria havemos sem cessar retrogrado.<sup>8</sup>

A atividade de cursos preparatórios anexos às faculdades de direito contribuiu para a precarização do secundário da época, constituindo “um amontoado de aulas avulsas desprovido de qualquer estrutura”, dirigidos por “professores relapsos e examinadores inescrupulosos”<sup>9</sup>. Tal situação, que chamava a atenção dos administradores e parlamentares, em diversas ocasiões deu ensejo ao estabelecimento de regras mais rígidas e minuciosas, como os Decretos nº 1.134 de 30 de março de 1853 e o 1.169 de 7 de maio do mesmo ano, que porém não foram sequer executados. Em 1856 houve nova tentativa de moralização dos preparatórios com o Regulamento das Aulas Preparatórias das Faculdades de Direito, instituído pela Portaria de 4 de

---

<sup>8</sup> BARBOSA, Rui. *Revista da Liga do Ensino n.1*, p. 251.

<sup>9</sup> A autora, analisando relatórios de ministros sobre o ensino [como o de Francisco de Paula Almeida e Albuquerque apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na condição de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, publicado pela Tipografia Nacional em 1839; e o de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ocupando o mesmo cargo e também apresentado naquela Assembleia, publicado pela Tipografia Nacional em 1855.], e ainda memórias dos acadêmicos conclui que: “As queixas contra a desorganização dos cursos anexos que se reduziam a um amontoado de aulas avulsas desprovido de qualquer estrutura, somavam-se os clamores contra os desmandos de professores relapsos e de examinadores inescrupulosos.” HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 48. No mesmo sentido José Ricardo Pires de Almeida assevera que na Faculdade de Recife: “Os estudantes, sabendo que serão ouvidos apenas pelos seus professores e companheiros, estudam, na sua maioria, salvo raras exceções – só para cumprir uma tarefa relativamente cansativa, sem ardor, sem entusiasmo, sem gosto. Certamente fariam isto bem se soubessem que sua aplicação, seu talento são avaliados pelos assistentes e visitantes.” ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) – História e Legislação*, p. 106.

maio, que regulava o uso de compêndio, o horário das aulas, e um sistema de prerequisites impondo que (Art. 6º.) “nenhum aluno poderá matricular-se nas aulas de retórica e filosofia sem que tenha aprendido latim e francês.” O efeito imediato e temporário desse regulamento foi o “avultadíssimo número de reprovações”<sup>10</sup>.

Para os cursos de medicina, os oferecidos pela Escola Militar e os da Escola de Ouro Preto não havia qualquer exigência da disciplina retórica, ficando ao aluno a escolha de cursá-la nas ocasiões em que ela fosse oferecida.<sup>11</sup> Na história do ensino de retórica no Império não há nenhum sinal de avanço ou revitalização dessa disciplina que começa a perecer desde a expulsão dos jesuítas do Brasil: as propostas pedagógicas de ensino secundário emergentes não vão contemplar a retórica, sobrevivendo por mera inércia até a sua substituição completa pelo ensino gramatical da língua e pela recém criada história da literatura brasileira.

O plano de ensino secundário para o sexo feminino proposto por Rodolfo E. de Souza Dantas em 1886, apresenta as futuras alterações que essa disciplina iria sofrer:

Finalmente, nesta ordem de ideias eliminaríamos a cadeira de retórica e poética, reduzidas a uma só, embora como matéria distribuída por todos os anos do curso, as que no programa se inscrevem com os títulos de história literária, literatura novo latina, literatura nacional e gramática histórica da língua portuguesa, que todas poderiam filiar-se à primeira, considerando com mais latos desenvolvimentos o que particularmente dissesse respeito à língua nacional e à sua literatura e história.<sup>12</sup>

Nos estatutos que se mandaram observar provisoriamente nos cursos de direito do Império quando recém instituídos, a justificativa para a exigência da aprovação em retórica carregava fundamentos eminentemente práticos. Embora o currículo estivesse construído a partir de uma matriz humanista, que poderia dar ensejo para um discurso com esse caráter, o objetivo apresentado para a exigência da retórica é

---

<sup>10</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 51.

<sup>11</sup> Os cursos médico, farmacêutico e obstétrico passaram a não exigir o preparatório em retórica a partir do decreto nº. 1.387 de 28 de abril de 1854, Tit. II, Cap. II, Art. 82. Nem a Politécnica nem a Escola de Minas de Ouro Preto exigiam o preparatório de retórica. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 61

<sup>12</sup> DANTAS, Rodolfo E. Souza. *Revista da Liga do Ensino* n.3, p. 249-250.

simplesmente o “bem falar e escrever” nos diferentes encaminhamentos da profissão jurídica.

A reforma pombalina destacava inclusive a importância da retórica para as atividades do comércio nas instruções para os professores de retórica mandadas publicar pelo Rei: “É pois a retórica a arte mais necessária no comércio dos homens, e não só no púlpito, ou na advocacia como vulgarmente se imagina.”<sup>13</sup> Nos Estatutos do Visconde da Cachoeira, de 2 de março de 1825, lê-se:

O estudo da Retórica é também indispensável aos que se dedicam à Jurisprudência, porque o advogado deve pelo menos saber a eloquência do foro; e a arte de bem falar e escrever, muito necessária é aos que houverem de ser Deputados nas Assembleias ou empregados na Diplomacia; e uma vez que a Retórica se ensine como convém, mais por modelos do que por áridos preceitos, será mui proveitosa aos fins propostos, não sendo também indiferente, antes necessária e útil, aos magistrados, que têm muitas ocasiões de falar e escrever.<sup>14</sup>

Em relação ao exame de Retórica, estipula o Estatuto do Visconde da Cachoeira: “No exame de Retórica perguntarão pelos preceitos em geral, e fazendo analisar alguns lugares dos escritores mais afamados tanto em prosa como em verso, inquirirão onde está o uso dos preceitos da eloquência, e poesia.”<sup>15</sup>

O Estatuto ainda destaca que se estude “mais por modelos do que por áridos preceitos”, sugerindo que a maior eficácia do ensino dessa disciplina não se encontra nas abstrações e regras da retórica, caminho natural pelo qual ela se desenvolveu. É bastante significativo que desde a elaboração da exigência do ensino da retórica no Brasil, em 1827, se apresente uma disposição de resistência ao estudo da retórica em sua variante clássica, por preceitos e regras.

Os preceitos estatuídos para romper com o modelo tradicional de ensino retórico nunca representaram, contudo, uma alteração no currículo da disciplina e, tampouco, em sua didática ou na elaboração de seus manuais, que seguiam o modelo clássico de Quintiliano. Tais manifestações que se estendem por todo o séc. XIX no Brasil contra o

---

<sup>13</sup> ANDRADE, Antônio Alberto Banha. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil*, p. 178.

<sup>14</sup> *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, p. 594.

<sup>15</sup> Estatutos do Visconde da Cachoeira, de 2 de março de 1825. *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, p. 596.

ensino da retórica por regras e preceitos parecem obedecer a uma série de razões associadas, a começar pela orientação antijesuítica das reformas pombalinas no ensino primário e secundário.

Desde o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que extinguiu todas as Escolas reguladas pelo *método* dos Jesuítas afirmava-se que estes haviam introduzido um “escuro e fastidioso Método” nas escolas do reino e seus domínios, e que se pretendia com a reforma restituir “as demonstrações dos muitos, e grandes Latinos, e retóricos, que antes do mesmo Método haviam florescido em Portugal”<sup>16</sup>. Nas Instruções que se publicaram no mesmo ano para os professores de retórica indicava-se que não se deveria ensinar esta arte “só dando-lhes preceitos; mas explicando-lhes os Autores”, conquanto os preceitos sejam abordados “com a maior clareza, e brevidade, que couber no possível; entrará o professor na explicação dos Autores.”<sup>17</sup> Perceba-se nas Instruções a pretensão de ficar com a retórica e expulsar as suas regras.

A proposta pedagógica restauradora e antijesuítica de Pombal esclarece a imagem negativa que se terá da retórica ensinada por princípios ao longo do século XIX no Brasil, porém não completa certos contornos do que se apresentará como uma verdadeira resistência. Os Estatutos da Faculdade de Direito de fato parecem reproduzir os preceitos das reformas pedagógicas pombalinas, rendendo inclusive a denúncia nos debates na Assembleia Constituinte de 1823 de serem “quase uma cópia fiel dos Estatutos da Universidade de Coimbra”<sup>18</sup>. Na sessão da Câmara dos Deputados que discutia os preparatórios, o estenógrafo recolheu do deputado Lino Coutinho acerca da retórica a seguinte manifestação:

Estude-se muito embora a Retórica, posto que eu tenho visto grandes oradores, que nunca abriram Quintiliano, o gênio, e a leitura das produções de outros gênios é que fazem os oradores. As regras e os

---

<sup>16</sup> ANDRADE, Antônio Alberto Banha. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil*, p. 157-158.

<sup>17</sup> ANDRADE, Antônio Alberto Banha. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil*, p. 178-179.

<sup>18</sup> Sobre a originalidade dos Estatutos do Visconde da Cachoeira em relação a exigência do exame de retórica, o Dep. Vasconcelos em sessão de 11 de agosto de 1826 argumenta: “Sr. Presidente, se passar a proposta, que se fez para que se observem inteiramente os Estatutos feitos pelo Visconde da Cachoeira, não é necessário este artigo, [que determina os exames de Retórica, Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral], porque naqueles Estatutos, que são quase uma cópia fiel dos da Universidade de Coimbra, se acha declarado o mesmo que contém este artigo. Portanto seja suprimido como redundante.” *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, p. 343.

preceitos foram feitos depois que houveram esses oradores.<sup>19</sup>

Os argumentos de Lino Coutinho não desviam da inspiração pombalina para as reformas, que era restauradora e se opunha ao *método* jesuítico. A afirmação sua de que “já vi grandes oradores que nunca abriram Quintiliano” mostra Lino Coutinho no meio do caminho entre as concepções de talento inato e formacionista: a primeira, segundo a qual o bom orador nasce, e não forma-se e, a segunda, de que o estudo das regras e preceitos forma o bom orador.

Os juízos de Lino Coutinho são mesmo a expressão mais tênue de um modelo ético de talento inato. “O orador, como o poeta, nasce, não forma-se.”<sup>20</sup> Essa frase de Junqueira Freire, das primeiras de seu póstumo *Elementos de Retórica*, escrito na segunda metade dos 1850 e publicado em 1869, faz eco ao ideal de gênio que vigeu no Brasil do séc. XIX e que representa uma segunda razão para o desprezo pela educação retórica por preceitos. Este modelo ético, ainda hoje sobrevivente, sobrepõe as virtudes de nascimento àquelas que poderiam ser desenvolvidas pelo exercício e trabalho. Está registrado no *Dicionário de Sinônimos* de Roquete e Fonseca, de 1848, “O homem de gênio tem um modo de ver, de sentir, de pensar que lhe é próprio, e não é dado aos outros. [...] Este luminoso astro só brilha para certas almas privilegiadas, e deixa a seus dois satélites o cuidado de alumiar o vulgo das humanas inteligências.”<sup>21</sup> É claro que essa doutrina variava a extensão da comunidade de gênios, mas ao sopesar as frases do jovem Junqueira Freire, que contava com menos de vinte e cinco anos quando escreveu *Elementos de Retórica*, a escassez de critérios para definir a genialidade poderia ampliar em muito a legião desses bem nascidos.

Essa posição, que parece constituir o senso comum da época, contudo, não foi a vigente nas doutrinas que orientaram o ensino, como podemos conferir no principal manual de retórica a partir da década de 1870. No *Compêndio de Retórica e Poética*, Manuel da Costa Honorato tratava em tópico específico da “Importância do Estudo da Retórica e da Divisão da Retórica”, e rebatia aquilo que muito provavelmente fosse o senso comum:

Bem que o talento preceda a arte e as regras não possam por si suprir esse talento, a utilidade das regras não é menos incontestável; o melhor

<sup>19</sup> *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, pp. 350 e 351.

<sup>20</sup> FREIRE, Junqueira. *Elementos de Retórica Nacional*, p.1.

<sup>21</sup> ROQUETE J.-I. & FONSECA J. da. *Dicionário de Sinônimos*, p. 341 e 342.

terreno precisa de cultura; ora, o talento é, muitas vezes, uma força desconhecida àquele que o possui, *vis sopita*; logo, a arte desenvolve esse talento; não deve cativar o gênio, mas regulá-lo e prevenir os seus desvios. – Eis aí em que consiste a importância da retórica.<sup>22</sup>

Foi também essa a posição do prefaciador do livro de Junqueira Freire, Franklin Dória, perguntando se a ideia de que o orador nasce não “conspira contra a perfectibilidade e o progresso do espírito humano”, pois a oratória é “susceptível de desenvolver-se e aperfeiçoar-se, graças à perseverança da vontade, a sábios processos e a exercícios acurados”<sup>23</sup>. Essa posição pedagógica estava se opondo em última instância à visão aristocrática e escravista da sociedade da época, sustentando a igualdade no espírito e nas capacidades para o aprendizado.

Esses argumentos defensores de uma desigualdade natural são os mesmos que tratam de justificar a restrição do ensino público, conforme podemos observar na proposta de um plano de educação pública pelo jornal *O Universal (MG)* logo após a independência (18 de Julho de 1825):

Não queremos dizer, que todos os homens devam ou possam ser médicos, matemáticos, juriconsultos, etc., porém asseveramos, que se deve dar a todos os homens a maior massa de conhecimento possível, sem interromper as ocupações ordinárias da vida a que cada indivíduo se destina.(...) Por este princípio se não deve ocupar a mocidade de um homem, destinado pelas circunstâncias a um ofício mecânico, no estudo das ciências abstratas, que não tem

---

<sup>22</sup> HONORATO, Manuel da Costa. *Compêndio de Retórica e Poética*, p. 10.

<sup>23</sup> Franklin Dória em prefácio aos *Elementos de Retórica* de Junqueira Freire chama atenção: “Ele, porém, esposa a opinião de que ‘o orador, como o poeta, nasce, não forma-se.’ Com a reverência devida a sua ilustre memória, eu ousaria perguntar: Não importaria um preconceito fatal essa desanimadora opinião? Não conspira ela contra a perfectibilidade e o progresso do espírito humano? Se me fora lícito, eu dera preferência à doutrina da velha escola, - ‘os oradores se fazem, e os poetas nascem feitos.-’ / Certo a poesia é o privilégio do gênio; mas o dom de falar ou a faculdade oratória não é um predicado comum? E esta faculdade que, como as demais, a natureza distribui desigualmente, não é susceptível de desenvolver-se e aperfeiçoar-se, graças à perseverança da vontade, a sábios processos e a exercícios acurados, em suma à arte oratória? / Tenho que sim, e que a arte oratória, portanto, aproveita a todas as criaturas a quem Deus franqueou os tesouros inestimáveis da palavra. / Ela conduzirá o homem de gênio a ser um orador eloquente, e por outro lado poderá fazer um orador elegante ou deserto de quem não possuir aquela chama celeste. Assim que, sem exagerar a importância das regras, creio na eficácia delas. As que desde a mais remota antiguidade tem sido promulgadas pelos retores, e as que o autor mesmo coligiu, sem dúvida não foram destinadas tão somente aos engenhos transcendentais, mas à inteligência humana.” FREIRE, Junqueira. *Elementos de Retórica Nacional*, p. X-XI.

relação com o trabalho manual, em que tal indivíduo se deve empregar. Mas há certos ramos de instrução, que são compatíveis com todos os empregos no que se distingue o homem da criação bruta; e no que se interessa tanto a felicidade dos indivíduos em particular, como a do Estado em geral.<sup>24</sup>

Essa mesma desigualdade que precisa ser mantida é fruto de uma necessidade econômica servindo para a manutenção dos trabalhadores no campo e em seus demais ofícios

Podemos sugerir que a noção de retórica vigente ao passo que alargava o seu sentido original, de um conjunto de regras, vinculando-a com as práticas do falar, acomodava-se à ideologia vigente, que nascia nas terras de uma concepção aristocrática de mundo. As resistências ao ensino da retórica ocupam lugar confortável no sistema de crenças da época. Tanto a ética do talento quanto as concepções de raça, – que em última instância legitimam a escravidão, alicerce da sobrevivência daquela sociedade –, operam um ato de exclusão e uma atribuição de privilégio. Exclusão dos escravos e dos não talentosos, privilégio de explorar o trabalho alheio e de não se submeter aos penosos exercícios e leituras do ensino retórico por preceitos.

A natureza da resistência ao ensino retórico parece ser a mesma para as disciplinas ministradas no ensino superior. O diretor da Faculdade de Direito de Recife na Memória Histórico-Acadêmica de 1864, permite-se falar de uma “fofa presunção de sabedoria, quase sempre fatal na estação adolescente” para explicar uma das causas do “mau sucesso escolar”. Esses “noviços adeptos da imprensa” estariam “abandonando a obrigação pela devoção, e muitas vezes abraçando a nuvem por Juno”.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Citado por FÁRIA Filho, Luciano Mendes de. *Educação do povo e autoritarismo das elites: Instrução pública e cultura política no Séc. XIX*. Em: *Educação no Brasil – história, cultura e política*. Ana Maria Magaldi & Cláudia Alves & José Gonçalves Gondra (org.), p. 173.

<sup>25</sup> Tais expressões fora extraídas dos seguintes parágrafos: “E a infração dessa regra de prudência [*nonum prematur in annum* de Horácio] resulta comumente a propagação do erro, e uma fofa presunção de sabedoria, quase sempre fatal na estação adolescente. Há uma idade em que se escuta e crê, outra em que se pesa e escolhe: na primeira pode-se ser, não poucas vezes, arrastado pelo entusiasmo mal cabido; na segunda os passos são mais seguros... Para esta data é que eu quisera chamar os noviços adeptos da imprensa.” E, “Tivemos é verdade estudantes mui distintos em todas as aulas; infelizmente porém alguns houveram menos estudiosos, e outros inteiramente descuidados. Entretanto é inegável que não falta grande talento a nossa mocidade. Pode ser que o mau sucesso escolar de alguns moços provenha da falta de muitas e diversas Academias, em que possam ser bem empregadas as inteligências que não tiverem pendor para a jurisprudência. Outras causas,

O fim completo do ensino retórico no Brasil antes do início do séc. XX não se deu, pois, de forma brusca ou imprevista. Desde 1759 a extinção do ensino jesuítico, como temos visto, fez ceder o ideal de formação retórica em proveito de uma ética do talento inato, de feição nitidamente antiigualitária. Do ponto de vista não mais do ensino, mas das ideias da tradição retórica difundidas por estudiosos e professores, o séc. XIX brasileiro recebe apenas “sobrevivências” ou “prolongamentos” que vão ser organizadas sob a alcunha de “família humanística”, convivendo com outras escolas também até o final daquele século.<sup>26</sup> As ideias e concepções estéticas da tradição retórica, de orientação classicista e de pretensão universalizante, darão espaço para a ideologia nacional e localista aprofundada com o romantismo justamente no momento de aparição da República no Brasil. Surgia em seu lugar a disciplina de História da Literatura Brasileira.

Roberto Acízelo de Souza, compreende tal coincidência, do surgimento da República com o fim completo da retórica do sistema de ensino, levando “em conta que o positivismo republicano encarnava o ideal de modernização do país, não sendo inverossímil que identificasse no ensino daquelas disciplinas uma indesejável sobrevivência do antigo regime.”<sup>27</sup> Essa afirmativa pode ser levada em consideração apenas destacando-se a fraqueza e o descrédito que a disciplina retórica recebeu no Império: padecia um doente terminal.

Esse processo de decadência da retórica como matéria de ensino e como tradição de ideias e concepções estéticas foi universal no séc.

podem ainda explicar a negligência dos estudantes. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Memória Histórico-Acadêmica dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1864*, p. 4.

<sup>26</sup> Segundo Wilson Martins: “O prolongamento ou sobrevivência da retórica clássica nos primeiros tempos do período romântico pode ser visto como o embrião da família humanística, cujo primeiro representante entre nós será, em 1846, o Pe. Miguel do Sacramento Lopes da Gama (1791-1852).” MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*, vol.1, p. 104. Estabelecendo uma genealogia mais longa: “Os pontos de vista humanísticos, que, na realidade, não eram novos, marcaram toda a evolução da literatura depois do Renascimento, da mesma forma por que este último marcou toda a evolução posterior da sociedade ocidental. No Brasil, essas ideias penetram com o ensino jesuítico e predominaram, como estamos vendo, pelo menos até os albos do Romantismo, ou seja, por mais de três séculos.” MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*, vol.1, p. 106. Oferecendo um juízo de superação do pensamento retórico, “pode-se pensar que as *Lições de Retórica*, de José Maria Velho da Silva, [1860] aprovadas pelo Ministério do Império para uso nas escolas, refletia, a essa altura, uma fase superada dos nossos estudos literários”. MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*, vol.1, p. 225.

<sup>27</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência – Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*, p. 36.

XIX, mas vivenciado no Ocidente de formas diferentes. Nos Estados Unidos foi logo no final do XVIII sendo abandonado o ensino do latim e do grego para, na língua inglesa, desenvolver-se um programa robusto, paralelo ao ensino formal, de formação retórica, contemplando exercícios e estudos oratórios sobre questões cívicas e contemporâneas. No caso americano houve um processo de institucionalização da experiência retórica com os clubes e sociedades estudantis.

Despite their ‘extracurricular’ status and even though they were governed by students, not faculty, literary and debating societies were considered an integral part of the academic curriculum. In fact, at universities like Columbia and Butler, students who participated in societies were exempt from classroom rhetorical exercises (Saslaw 205; Potter; Weidner 2). Societies were viewed as ‘valuable sources for the enrichment of the curriculum’ (Sack 274) because they counterbalanced the classically steeped courses that more often demanded that students recite others composition in Latin or Greek than invent and deliver their own. In contrast to antebellum classrooms that emphasized Greek and Latin, literary societies conducted their activities entirely in English.<sup>28</sup>

Na França o ensino retórico entra em declínio com a expulsão dos jesuítas em 1763 para no séc. XIX as suas ideias cederem por completo perante à hegemonia do racionalismo francês e do empirismo inglês.

Elle [a retórica] peut pendre, come c’est le cas à Paris au XIIIe siècle, et de nouveau après la disparition des jésuites en 1763, un tour vivement anti-rhétorique. L’empire de la logique et l’espèce d’étai qu’elle forme avec la grammaire étaient aussi sévères dans le Collège de Montaigu que maudit Erasme qu’elles le redeviennent dans les Ecoles centrales de l’Empire dont Stendhal travaillera toute sa vie à secouer le carcan rationaliste.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> WESTBROOK, B. Evelyn. *Debating Both Sides: Wat Nineteenth-Century College Literary Societies Can Teach Us about Critical Pedagogies*, p. 342.

<sup>29</sup> Fumaroli continuando a expor o papel e o declínio do ensino retórico na Europa: “La pédagogie des humanistes avait restauré celle de Quintilien, elle avait rétabli la rhétorique cicéronienne comme discipline littéraire de formation de l’honnête homme européen. C’est cette pédagogie que les jésuites ont largement ent génèreusement répandue dans toute l’Europe catholique et en Amérique latine. L’Age de l’éloquence montre dans la Réforme catholique le dernier chapitre, et non le moins glorieux, de la Renaissance italienne, avant l’hégémonie du rationalisme français et de l’empirisme anglais sur l’Europe du XVIIIe siècle.” FUMAROLI, Marc. *L’Age de L’Eloquence*, p. XXII.

O chamado movimento anti-retórico na França esteve associado ao romantismo, valorizando as expressões do “eu” profundo, e ao enciclopedismo.

Na Prússia, o declínio do ensino da retórica até o fim do séc. XIX começou em meados do século e representou mais explicitamente uma retração na formação cívica do povo. O novo programa de ensino, privilegiando o estudo da gramática, estava legitimado pela teoria filosófico-estética hegeliana, que oferecia uma fundamentação da obra artística sem associação com a busca da satisfação de determinados fins. A arte tendo em vista apenas o gozo estético arredava a política para longe do ensino da literatura e da oratória, enquanto para uma visão humanista-retórica, seria contornável tratar da política. A reforma no ensino da Prússia cumpriria assim uma “função restauradora, anti-Ilustração”:

Pero es evidente que las autoridades culturales prusianas reconocieron en la época que sigue el efecto fácilmente manipulable de formación de mentalidad por la enseñanza del alemán orientada filosófico-estéticamente. En los planes de enseñanza de 1892 y 1898 se deslaza por primera vez de la enseñanza de las clases superiores la enseñanza retórica, que hasta entonces por lo menos se impartía rudimentariamente y – en forma abreviada – se adjudica a los fines de enseñanza de la clase III.<sup>30</sup>

Na Baviera, na Áustria e na Saxônia a educação retórica manteve-se indene até o início do séc. XX.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Um pouco antes afirma Dieter Breuer: “La valoración negativa de la retórica en la teoría dominante de la literatura, cumple en el siglo XIX en última instancia funciones restaurativas, anti-Ilustración.” BREUER, Dieter. *Retórica de Escuela en el siglo XIX*, p. 154. BREUER, Dieter. *Retórica de Escuela en el siglo XIX*, p. 154.

<sup>31</sup> “De los materiales publicados en otro lugar por Thiersch se deduce que el plan escolar bávaro con su acentuación en la enseñanza de la retórica no constituye hacia 1830 una excepción, sino la regla. Los planes de estudio de Hessen-Darmstadt, Wurttemberg y Baden, por ejemplo, contienen la retórica expresamente como objeto de enseñanza.” BREUER, Dieter. *Retórica de Escuela en el siglo XIX*, p. 146. A seguir, “Sin embargo, la evolución de Prusia no se puede generalizar. Sólo en los planes de enseñanza prusianos, entre 1800 y 1900, fue desplazado por el programa contrario, casi totalmente, el de la enseñanza de la retórica, no por lo contrario, por ejemplo, en los planes de enseñanza bávaros, sajones y austríacos.” BREUER, Dieter. *Retórica de Escuela en el siglo XIX*, p. 155-156.

## ***2.2 Retórica política: suas análises acadêmicas e suas vivências prévias na Academia***

Três relações bastante distintas podem ser estabelecidas entre a oratória parlamentar e a academia: aquela que já exploramos, da proposta pedagógica de formação dos oradores parlamentares segundo princípios e regras, que não se consolidou no Brasil; uma outra, de análises acadêmicas da oratória e dos oradores parlamentares; e, uma última, de uma parte da formação retórica dos oradores ser desenvolvida com as experiências vividas no ambiente acadêmico. Nessa seção apresentamos aspectos das duas últimas relações para, ao final, confrontá-las: uma relação em que se apresenta um saber acadêmico avaliador da retórica e, outra, em que a academia serve apenas de cenário para as vivências oratórias, fundamentais nas trajetórias dos oradores.

No final do séc. XIX no Brasil, com a extinção da disciplina retórica, a história da literatura brasileira, sua sucessora mais direta, assumiu o encargo pela crítica e pela história da oratória parlamentar. Dessa ruptura com o pensamento retórico feita pela história da literatura brasileira cabem ser abordados: a eliminação do pensamento universalista retórico em prol de uma visão nacionalista da oratória; e, a fragilidade das análises elaboradas sobre a retórica parlamentar, desvinculadas de critérios ou modelos, servindo comumente como veículo encomiástico de exaltação de personagens da política. Três obras fundamentais utilizadas no ensino foram usadas para desenvolvermos esses temas: de Sílvio Romero, *a História da Literatura Brasileira*, publicada sua primeira edição em 1888; de José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis*, obra de 1912; e, a mais atual, de 1944, de Fidelino de Figueiredo, *História Literária de Portugal*.

Para a disciplina recém formada de história da literatura importava, na passagem para o séc. XX, conforme os valores do romantismo, unicamente aquilo que fosse expressão de nacionalidade. José Veríssimo chega a afirmar que é “com o Romantismo, com que lhe iniciamos o período nacional, que aparecem outros e mais variados gêneros [dentre eles] a oratória política e parlamentar.”<sup>32</sup> Toda a tradição da retórica política portuguesa, em que se formaram nossos primeiros parlamentares, parece ter sido completamente excluída de

---

<sup>32</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, p. 263.

nossa história, pertencendo antes à história da literatura portuguesa. Do mesmo modo procede Sílvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*, para o qual se deu o “alvorecer da eloquência política na Constituinte de 1823”.<sup>33</sup>

A determinação da origem do gênero da oratória parlamentar para a história da literatura brasileira obedeceu aos mesmos critérios seguidos pela história literária de Portugal, tal como lemos em Fidelino de Figueiredo: “A eloquência política nasceu nas Cortes Constituintes de 1821, o primeiro parlamento português, e desenvolveu-se grandemente com a vitória do liberalismo.”<sup>34</sup> O marco do surgimento da retórica política para os historiadores da literatura é a formação do Estado Nação e a inauguração do sistema parlamentar.

Em fins do séc. XIX, por consequência da propaganda do Império, ainda sentiam-se os louros da Independência do Brasil e da derrocada do estado absolutista português. A elevação moral que implicava as conquistas do Estado Constitucional, do parlamentarismo e do liberalismo não permitia ao observador engajado enxergar a política que existira no regime anterior. A precariedade de tal perspectiva consiste principalmente na desconsideração de todos os órgãos políticos colegiados que precederam ao parlamentarismo e de todas as argumentações e práticas retóricas que legaram. Não se levava em conta também os órgãos judiciais colegiados, que foram muito importantes na transição para um sistema constitucional parlamentar. Portugal possuiu diversos conselhos que estariam na origem dessa tradição parlamentar, dentre os quais o Conselho de Estado, o Conselho da Fazenda, o Conselho Ultramarino, e ainda, a Junta Geral e as Câmaras locais.<sup>35</sup> Independentemente do efetivo poder decisório desses órgãos, o que conta para uma história da retórica política é seu próprio caráter deliberativo, ou seja, de embate e produção de justificações qualificadas perante um auditório e de reprodução de uma tradição de práticas oratórias. É a partir daí que se vai constituir a retórica parlamentar do início do séc. XIX, havendo ainda continuidade nos núcleos de arregimentação dos oradores (alta burocracia, nobreza, clero e burguesia comercial), nos *topoi* dos discursos e nos modos de elocução.

A visão de que a oratória parlamentar brasileira não meramente irromperia com a Independência, mas viria se

---

<sup>33</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 437.

<sup>34</sup> FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal*, p. 375.

<sup>35</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, pp. 197-275.

constituindo em um processo longo dentro da limitada burocracia do estado português opõe-se completamente a posição de José Veríssimo, para quem:

Mais ainda do que a publicística, a oratória política não podia existir antes de um regime de livre discussão, qual o aqui inaugurado com a Independência. Os sucessos que imediatamente a precederam, bem como os que se lhe seguiram, deram justamente lugar ao aparecimento de sociedades e clubes patrióticos, juntas de governo e assembleias políticas por amor delas convocadas, donde resultou essa espécie de eloquência num país que até então outra não conheceu que a sagrada ou, em importância e escala muito menor, a acadêmica.<sup>36</sup>

Uma relação de continuidade nos *topoi* dos discursos políticos do absolutismo para o regime parlamentar português e brasileiro, contrariando a perspectiva romântica da história da literatura, encontra-se nas modificações das matrizes discursivas políticas que se deram ao longo do período pombalino. Em trabalho de referência sobre o tema das argumentações políticas utilizadas pelo estado português, J. S. da Silva Dias afirma que com a ascensão do pombalismo:

o primitivo esquema teórico mostrou-se ineficaz como instrumento de guerra econômica e política. O principal teatro das operações deslocou-se da sociedade eclesiástica para a sociedade civil. A cobertura doutrinária vinda das instâncias do direito divino cedeu por isso o lugar à cobertura vinda das instâncias do direito natural.<sup>37</sup>

Essa é apenas uma das perspectivas da continuidade, que explicaria por que o vocabulário, as justificações e os argumentos do parlamentarismo instaurado no início do séc. XIX não foram religiosos. A pesquisa sobre a história da retórica parlamentar brasileira precisa ainda deslindar esses elos das matrizes de argumentação utilizadas nos discursos, bem como os elos da experiência oratória e da origem social dos oradores.

A deficiência do marco de surgimento do gênero da eloquência parlamentar fixado pela história da literatura acompanhou a precariedade de ferramentas para a análise que propôs. Nas três obras que citamos de história da literatura, o tratamento dispensado à

---

<sup>36</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, p. 270.

<sup>37</sup> DIAS, J. S. da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*, p. 45.

eloquência parlamentar restringe-se a uma seção ou capítulo em que se enumeram pequenas biografias de oradores e as suas qualidades. José Veríssimo entende que pela falta de “documento escrito por onde possamos avaliar-lhes [...] o fundamento da celebridade, temos, pois, que contentar-nos com a tradição”.<sup>38</sup> Tradição aqui entendida como aqueles juízos correntes sobre os oradores. Nesse sentido, José Veríssimo diferencia aqueles que possuem um valor literário, dos “oradores de negócios”, muitas vezes afamados, mas que “não souberam dar qualidades de pensamento e de expressão que as [questões políticas] fizessem viver”.<sup>39</sup>

Sílvio Romero enumera os oradores que vai tratar e, depois de apresentar sua biografia, seleciona algum trecho de seus discursos para em seguida os qualificar de talentosos ou inteligentes. Por um momento qualifica um bom orador como portador de “rigor lógico da argumentação, a lucidez da exposição, o sabor artístico da forma, que é literária sem esforço e sem rebuscamento”,<sup>40</sup> ou que outro “excedia na dutilidade do talento, a espontaneidade da exposição e do estilo, na capacidade de interpretar os sinais dos tempos, a corrente das ideias, a evolução das coisas políticas.”<sup>41</sup> Fidelino de Figueiredo não se diferencia dos brasileiros na hora de analisar os oradores. Esse possui a oratória “veemente, mas sincera e simples”, aquele caracteriza-se pela “arte perfeita e pela maestria com que eram manejados todos os artifícios e recursos do gênero, todos os seus matizes”.<sup>42</sup>

*Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, esmiúça as características oratórias, os efeitos produzidos sobre os auditórios e a formação retórica de Nabuco de Araújo, indo mais adiante do que os historiadores da literatura. Os modelos de oratória, os tipos de juízos sobre o discurso e o orador, a atenção à formação do orador, os caracteres morais do orador e suas repercussões; tais parâmetros de análise retórica fixarão nossa atenção na leitura do último capítulo de *Um Estadista do Império*.<sup>43</sup>

A busca por um retrato fiel da oratória de Nabuco de Araújo implicou para Joaquim Nabuco a sua definição em relação aos estilos de

---

<sup>38</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, p. 270.

<sup>39</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, p. 271.

<sup>40</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 226.

<sup>41</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 237.

<sup>42</sup> FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal*, p. 375

<sup>43</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, pp. 136-140.

outros oradores. Um dos estilos que se definiu por essa operação de oposição foi o da “conferência literária”. Aqui o orador excede no uso das citações para “parecer que fala *ex cathedra*”. Outro modelo utilizado para, por exclusão, definir o estilo de Nabuco de Araújo, corresponderia ao estilo improvisado e inspirado, em que se destacariam os debates, mais populares entre os estudantes, “entre Tobias Barreto e Castro Alves”. Comparece nesse estilo “a espontaneidade, a onda, o volume, a torrente do improvisado” e o “o tatear perigoso, mas fascinante para os nervos do auditório, do orador que se embrenha pelo labirinto das imagens e dos longos períodos sinuosos sem adivinhar por onde sairá e sem partir o fio sonoro da inspiração.”

O caráter da oratória de Nabuco de Araújo era o da gravidade e da solenidade: a “autoridade da palavra”, o discurso com o caráter de “acontecimento político”, de “parto de situações políticas”. “Parecia-lhe que o achavam frio.”<sup>44</sup>. O discurso compunha-se apenas de “assuntos de que estivesse possuído”, a “seriedade” e a gravidade, nada da leveza e familiaridade que poderiam ser encontradas nos discursos improvisados e inspirados. E “pelo longo hábito da precisão, da economia de palavras, de fixar, concretizar e limitar o pensamento” “não lhe vem, uma expressão inadequada ou supérflua”, como sói acontecer com discurso de conferência. O tom “grave e pensativo” é como o da “revelação de uma nova doutrina”, “há um quase fervor religioso; na forma é em parte um jurisconsulto romano, em parte um doutor da Igreja”.

“Não há nele feminidade literária, nem cepticismo crítico”: diferente da moral que compõe os outros dois estilos, o de Nabuco de Araújo não permitia o distanciamento do tom grave. Paira “acima das paixões”, “dos pequenos interesses”, daquilo “que há de pessoal na controvérsia das ideias”, tratando-os como “acidental, fortuito, insignificante”, “como se seus discursos fossem *missões parlamentares*, em que os inimigos políticos entregassem as armas e se perdoassem reciprocamente.” Não o fere “os golpes que lhe disparam”. “O triunfo não é dado ao orador pela arte mesma da palavra, que seria impotente para tanto, e sim pelo caráter moral do homem, servido pela imaginação a madureza do pensador.”

A cena retórica caracteriza-se pela “bela solenidade” de seus discursos, ajustadas a gestualidade, a postura e a voz do orador. O orador fala sentado, o timbre de sua voz é argentino “emprestando a

---

<sup>44</sup> Joaquim Nabuco rememora, “‘Achá-lo-ás frio’ escrevia-me ele de um dos seus discursos de 1873, ‘mas assim mesmo está mais esforçado do que permite a indiferença desta época. Voz clamante no deserto’”. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, p. 140.

todos os ângulos do recinto a acústica de uma rotunda romana”, a “oração, pausada e bem distribuída”. Gravidade: “ritmo da entoação profética, a solução nacional esperada ou a advertência dos perigos iminentes.” Um dos topos reconhecidos em seus discursos é o apocaliptismo político e social: “De fato, seus discursos são iluminados por esses clarões súbitos sobre os tempos que se aproximam, e, para o fim, sobre a queda das instituições no meio da indiferença pública e por efeito dela.” A imagem de “São João bradando no deserto”.

Há muito nessa descrição de Joaquim Nabuco influência de Deiró, segundo ele: “Um dos mais finos desenhadores de nossa tribuna”<sup>45</sup>. Obra que merece destaque por representar, assentar e inspirar esse tipo de análise exaltadora de oradores parlamentares no Brasil do final do séc. XIX é a de Carl Landé, que assina Deiró, nas três séries de *Estadistas e Parlamentares*, com a primeira publicação em 1884. A tarefa do autor foi de “iluminar as figuras senatoriais, expô-las de modo inteligível a todos”. Deiró se coloca na linha de influência de uma análise francesa da retórica parlamentar quando afirma que “estimaria tomar os modelos de Cormenin, mas faltavam-lhe o talento e o cintilante espírito do autor do *Livro dos Oradores*. Por demasiado respeito pelos retratados e por sentimento de próprio orgulho nunca tentou manejar a pena maldizente de E. Miricourt.”<sup>46</sup> Embora reconhecendo que “é preciso algum critério e conhecer as circunstâncias dos tempos para bem aquilatar o mérito dos oradores”, sua proposta é a de preencher a lacuna de “render tributo aos homens distintos, que estão a frente da direção do Estado.”

Carl Landé realizou enfim uma versão hagiográfica do *Livre des orateurs*, publicado em 1836, com numerosas reedições. Louis de Cormenin, o Timon, citado por Landé, que era professor de direito constitucional no Collège de France e deputado liberal republicano, tinha uma proposta bem distinta do compromisso com o enaltecimento do *Estadistas e Parlamentares*. Segundo Fumaroli sobre o livro de Cormenin: “Ces portraits à la Daumier sont souvent d’une drôlerie féroce, qui se déploie au nom d’une haute idée de l’éloquence, art que Timon reconnaît et salue jusque chez ses adversaires.”<sup>47</sup> Em terras da ética do favor não caberia a elaboração de retratos em que se pintassem com aquela graça feroz a oratória parlamentar nacional. O tratamento

<sup>45</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, vol. 4, pp. 136-140.

<sup>46</sup> TIMON. *Estadistas e parlamentares*, série 1ª., p. vi.

<sup>47</sup> DOUAY-SOUBLIN, F.. *La rhétorique en France au XIXe siècle à travers ses pratiques et ses institutions: restaurations, renaissance, remise en cause*, p.1109.

direto das falas dos políticos ofereceria riscos para alguém que pretendesse apresentá-las objetivamente mas sugeria uma oportunidade para a exaltação de um futuro padrinho.

Ao lado dessa faceta encomiástica da oratória parlamentar desenvolvida pela história da literatura e circulante nos meios intelectuais encontramos outra mais pitoresca, viva e precoce. A vida oratória da política madura, garantida de elogios, se elaborava em diversas experiências oratórias, dentre as quais as vividas na academia. Nessa etapa, as memórias estão mais desprotegidas dos compromissos e, costumando ter por mote uma lembrança alegre, revelam episódios e práticas mais conectadas com o contexto social.

São muitas as memórias acadêmicas que retratam situações retóricas vivenciadas pelos estudantes das décadas de 50 à 80 do séc. XIX. A *História da Faculdade de Direito do Recife*, de Clóvis Bevilacqua; *A Academia de SP e Tradições e reminiscências: estudantes, estudantões, estudantadas*, ambos de Almeida Nogueira; *Memórias para a História da academia de São Paulo* de Spencer Vampré; e, algumas *Memórias histórico-acadêmicas da Faculdade de Direito do Recife* por diversos autores. Todo esse material é fértil para um trabalho ainda não realizado de uma análise das experiências oratórias acadêmicas, seguramente formativas da elite política e de suas práticas oratórias no parlamento.

A sociologia brasileira tem obra de destaque sobre a impotência do ensino oficial jurídico no Império comparado às práticas e vivências acadêmicas, as autênticas formadoras do bacharel e da cultura bacharelesca. Trata-se de *Os aprendizes do poder: O bacharelismo liberal na política brasileira*, de Sérgio Adorno, que desenvolve a transmissão e formação das ideias liberais dos alunos nos contextos extra-classes, especialmente no da imprensa acadêmica. Segundo Adorno:

Muito mais do que uma simples escola de transmissão de ciência, a Academia de Direito de São Paulo foi uma verdadeira escola de costumes. Humanizou o embrutecido estudante proveniente do campo; civilizou os hábitos enraizados num passado imediatamente colonial; disciplinou o pensamento no sentido de permitir pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais; enfim, moralizou o universo da política ao formar uma *intelligentia* capaz de se pôr à frente dos negócios públicos e de ocupar os principais postos diretivos do Estado.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*, p. 155.

Nas trajetórias dos homens do séc. XIX a vida nas faculdades representa o início da vida pública. É o momento do afastamento da família e da convivência entre indivíduos iguais em direitos e diferentes em atributos e origens. Essa etapa oportuniza a passagem suave de uma comunicação privada para outra pública, inspirada ainda pela oralidade própria das preleções compartilhadas. Um dos autores inspiradores do trabalho de Sérgio Adorno, que destacaria a incapacidade do ensino curricular oficial para expressar a formação do bacharel, é Alberto Venâncio Filho, que em *Das arcadas ao bacharelismo* vai afirmar:

Mergulhados nos ambientes dessas escolas, esses rapazes bisonhos como que se despiam do que neles havia de cunho especificamente nacional: a sua mentalidade ruralizada se transfigurava inteiramente. Formados, retornavam a seus lares, à sua província ou à sua aldeia natal – e eram ali outros tantos focos irradiadores do velho idealismo utópico, aprendido nas academias de onde tinham saído.<sup>49</sup>

Nesses ambientes populosos – a Faculdade de Direito de Recife em 1864 contava com 396 estudantes, em 1874 eram 270 e em 1883 eram 756; os formados da Politécnica de 1878 a 1882 somaram 195 –, haviam variados espaços e incessantes oportunidades para o exercício oratório, seja na sala de aula, no patíbulo, no restaurante, nos clubes acadêmicos e na recepção dos bichos, para tratar de assuntos administrativos das instituições, dos problemas nacionais, dos professores etc.

Em *Academia de São Paulo – tradições e reminiscências*, Almeida Nogueira, sobre a turma de 1854-58, faz referência a Baltazar da Silva Carneiro, que “em todas as sessões magnas das associações acadêmicas constituía Baltazar uma figura necessária e recitava, com uma voz de ouro, belíssimos discursos, primorosos na forma e conceituosos de fundo.”<sup>50</sup> Tratando da turma de 1863-67 refere um certo:

Correa de Moraes o orador efetivo de uma associação em que se tratava de tudo e de nada ao mesmo tempo e cada qual era presidente por unanimidade aclamação dos povos o conhecidíssimo poeta Martins Guimarães, guarda livros honorário, português, com praça nas fileiras

<sup>49</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*, p. 163.

<sup>50</sup> NOGUEIRA, Almeida. *Academia de São Paulo*, 8ª. série, p. 232-233.

acadêmicas, comendo, bebendo e vestindo fraternalmente à custa da rapaziada, pelo módico preço de fazê-la rir com os seus improvisos oratórios ou a leitura de suas impagáveis produções poéticas...

As sessões davam-se na supracitada república, e concorridíssimas, às quartas e sábados. As teses eram esmagadoras: “A escravidão”, “A liberdade”, “As tempestades”, “O cadafalso”, etc.<sup>51</sup>

Clóvis Bevilaqua apresenta algumas atividades oratórias envolvidas na vida intelectual da Faculdade de Direito de Recife:

Além dos exercícios escolares, lições, sabatinas e dissertações, eram ocupações intelectuais dos moços as revistas, os jornais de efêmera duração, as sociedades literárias, os clubs políticos, os panfletos de crítica, os livros de versos. A maioria dos estudantes era, no meu tempo [1878-1882], *idealista e republicana*; mas alguns não se desprendiam da influência de suas famílias, e se faziam correligionários dos partidos monarquistas militantes, eram liberais e conservadores.

O dia onze de Agosto, considerado o da emancipação dos calouros, que, dessa data em diante ficavam livres de vaías, era motivo para *exibições oratórias*, de todos os anos. Na sessão literária, à noite, em certa época, presidida sempre por Aprígio Guimarães, o lente querido dos rapazes, a *transbordante eloquência juvenil ia do lirismo sentimental aos arrojos hugoanos, e à crítica política violenta*.<sup>52</sup>

Bevilaqua rememora a vinda de Joaquim Nabuco a Recife em 1878, oito anos depois de formado, destacando que:

em seu tempo [1865-1870], não houvesse daqueles ardores republicanos, que vibram incêndios na oratória dos estudantes.

Anos depois, quando Joaquim Nabuco se apresentou, no Recife, como paladino do abolicionismo, o entusiasmo do auditório, nesse mesmo teatro Isabel, atingiu ao paroxismo. Parece que não há grandes oradores, quando não são órgãos da expressão das ideias e sentimentos do grupo, a que se dirigem, ou, pelo menos, não encontram a tolerância, forma de simpatia, que lhes permite abrir a alma em frases vibrantes e tropos felizes.

Mas o abolicionismo empolgara todos os espíritos, e a classe acadêmica dava-lhe toda a pureza dos seus sentimentos de moços.

---

<sup>51</sup> NOGUEIRA, Almeida. *Academia de São Paulo*, v.4, p. 210-211.

<sup>52</sup> BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito de Recife*, vol. 1, p. 448-449.

Nabuco era, então, o órgão das aspirações gerais que dizia, em frases candentes, o que estava no coração de todos.<sup>53</sup>

Estes trechos fazem entrever a riqueza das memórias acadêmicas para a compreensão sobre a formação dos oradores parlamentares. É o caso de reabilitar o estudo desse gênero, porque assim se foge da perspectiva tradicionalista da história, que vê nelas meramente a fonte para o exercício da lisonja, ou de uma perspectiva antitradicionalista, que sequer o leva em consideração. O objetivo aqui seria o de perceber a idealização que tais obras fazem do orador: quais são os modelos de oratória propostos, os tipos de juízos sobre o discurso e o orador, a atenção dispensada à formação do orador, os caracteres morais do orador e suas repercussões. Além do mais, um longo recenseamento dessas obras e trechos que tratem das vivências oratórias na academia ofereceria condições para análises evolutivas da retórica dos parlamentares.

Os efeitos dos discursos parlamentares não poderiam ser sentidos como expressão de uma profunda formação, como o resultado de um esforço discente, como vinculado a uma tradição acadêmica. Isso não poderia se passar no Congresso Constituinte de 1890-91. Os critérios de percepção dos discursos estão mais ligados à atenção às características singulares ou inatas dos oradores, expressão da ética do talento vigente.

O papel dos registros e análises acadêmicas dos discursos produz o efeito de “monumentalização”. O púlpito está prenhe desse sentido: um discurso que fica para a história. Não fica, contudo, como uma figura expressionista ou impressionista, mas como uma estátua clássica, destacada pela regularidade das proporções e pela vinculação imediata com a beleza: a academia quando analisa o discurso é para glorificar o orador.

Identificamos ainda o papel das vivências retóricas na academia, o papel dos espaços acadêmicos não oficiais na formação dos oradores. Os efeitos da retórica parlamentar remetem àquelas experiências formativas, entusiasmadas, divertidas e tateantes, comungadas por pessoas que conviveram nas faculdades de São Paulo e de Recife, ou nos clubes acadêmicos militares.

---

<sup>53</sup> BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito de Recife*, vol. 1, p. 449.

### **CAPÍTULO 3 – ENTRE UM ATO E OUTRO: Retórica política, jornalismo, crônica e teatro**

No caminho de compreender a experiência oratória parlamentar no Congresso Constituinte, pesquisamos o status da disciplina retórica no Brasil do séc. XIX e algumas análises daquela época sobre a oratória parlamentar. Neste capítulo apresentaremos a perspectiva do jornalismo sobre o tema, suas críticas dirigidas à retórica política por ocasião do Congresso Constituinte de 1890-91. Procuramos iluminar os sentidos dessa crítica a partir do desenvolvimento do pensamento político jornalístico ao longo do séc. XIX e das contingências da relação entre imprensa e governo por ocasião do golpe republicano. Com isso damos a devida atenção para o olhar e as avaliações diretas dos homens que viveram naquele contexto. Resgatamos, assim, os efeitos da experiência oratória naquele período e mesmo no Congresso, dentre os quais, os que realçam sua aproximação com o espetáculo teatral.

#### **3.1 A imprensa diante do poder político: qual crítica à retórica?**

##### **FANFRELUCHES A MENSAGEM**

*A Providência que regula por  
leis eternas e imutáveis tudo  
quanto o universo encerra, etc.  
(Intróito da Mensagem, lida  
ontem no Congresso.)*

*Vamos ter uma fala de maçada,  
Dizia eu ontem, fala nada rolha,  
Fala novinha em folha,  
Fala nunca jamais d'antes  
falada.  
N'este dia, o maior dos grandes  
dias,  
Vai dar-nos a república, é  
verdade,  
A nova novidade  
Da bela falação sem velharias.*

*E pronto p'ra gozar esse  
sucesso,  
O Ça ira [sic, caiçara] cantando  
alegremente,  
E impando de contente,  
De casaca marchei para o  
Congresso.*

*Mas, ouvindo-a... que  
descontentamento!  
Lá deparei co'a teologal ciência  
Da velha Providência,  
A macróbia dos tempos do Zé  
Bento!*

*Disse eu comigo então: – A  
chapa é rica,  
E o caro Malazarte não se iluda:  
No mundo tudo muda,  
Mas a velha retórica... essa fica.*

*Pedro Malazarte.<sup>1</sup>*

À parte ilusões de matuto, a “velha retórica” não se foi com a monarquia. Nada de novo se pôde conferir no primeiro dia do Congresso na República, em 15 de novembro de 1890, ocupado em aprovar a Constituição. A fala de Deodoro iniciou mesmo lançando mão da “teologal ciência da velha Providência”. A comicidade deste poema, publicado na *Gazeta de Notícias*, é alcançada mediante a expectativa ingênua de Malazarte, que “impando de contente”, vai encontrar no Congresso “a nova novidade da bela falação sem velharias”. Depara-se pois com a “macróbia dos tempos de Zé Bento”, em alusão aos tempos do primeiro império.

O descrédito de alguns jornais dispensado à retórica política, durante a década de 1880, é fruto de longo amadurecimento. A imprensa brasileira desde a independência expressava os interesses de seus editores, que eram aspirantes ou precisamente os personagens da vida política do país. O discurso político era tema privilegiado das matérias, que operavam como um exercício de lisonja ou de detração. É

---

<sup>1</sup> Publicado na *Gazeta de Notícias*, em 16 de novembro de 1890, p.2. A seção *Fanfreluches* é quase diária e utiliza-se desse mesmo formato: versos que apresentam eventos da semana de forma cômica e crítica.

historicamente que se vai conquistar no jornal o espaço para o exercício de avaliações críticas da retórica parlamentar e historicamente que podemos apreender os juízos desses intérpretes leitores, para os quais o jornal é feito.

Cada época tem de entender um texto transmitido de uma maneira peculiar, pois o texto forma parte do todo da tradição, na qual cada época tem um interesse pautado na coisa e onde também ela procura compreender-se a si mesma. O verdadeiro sentido de um texto, tal como este se apresenta ao seu intérprete, não depende do aspecto puramente ocasional que representam o autor e seu público originário. Ou pelo menos não se esgota nisso. Pois esse sentido está sempre determinado também pela situação histórica do intérprete, e, por consequência, por todo processo objetivo histórico.<sup>2</sup>

Essa passagem de *Verdade e Método* explica a dupla importância de elaborarmos os encadeamentos históricos do jornal brasileiro: reelaborar a situação histórica do intérprete de 1890-91, leitor de jornais, e reformular nossas pré-compreensões, intérpretes de 2011. Não bastariam uma lista de juízos e avaliações sobre a retórica política à época, precisamos compreender como se formam historicamente tais avaliações.

A profissionalização do jornalista ao longo do séc. XIX e a recorrência das análises dos discursos políticos propiciaram o refinamento retórico das matérias e também, quando se abria algum espaço de liberdade para reflexões críticas, a sofisticação das matérias sobre a retórica política. A crônica e o articulismo político equilibravam-se entre o compromisso com interesses editoriais e o aprofundamento crítico dos temas por aqueles que eram a elite intelectual do país. De um lado, apresentou-se logo o barroco dos adjetivos lisonjeiros ou depreciativos, de outro, com a estabilização de um jornalismo um pouco mais independente, as análises tornaram-se mais finas e sutis. Essa duplicidade de funções era reflexo de um impasse mais profundo: um jornalismo colorido politicamente com pretensões, realizadas e realizáveis, literárias; um jornalismo dependente de seus compromissos com a política local em convívio com jornalistas que se pautavam por um modelo engajado de jornalismo literário.

A partir da década de 1850 o jornalista estava menos comprometido em trilhar uma carreira política, podendo encontrar no

---

<sup>2</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*, p. 443.

jornal espaços para outras expectativas, especialmente de uma carreira literária. Com essa possibilidade de descomprometimento viabilizou-se um metadiscurso acerca da retórica política. Quando aqueles que refletiam não estivessem diretamente vinculados aos interesses e compromissos com cargos e partidos, as críticas passariam a atingir regiões mais profundas dessa prática cultural, costumeira e de poder.

O exercício crítico do jornalismo do final dos anos 1880 assenta poucos aspectos de suas origens na expressão combativa da imprensa que se apresentou logo com seu aparecimento no Brasil. Em seus primeiros anos, a nossa imprensa foi forjada brutalmente até adequar-se aos interesses da política real, sem precisar perder sua expressão rebelde. Os jornais, que na primeira infância de nossa imprensa não pactuaram com a legitimação do poder imperial, atuaram como verdadeiros instrumentos de guerra, pagando com a própria vida o preço da oposição. A prisão de Cipriano Barata e a eliminação de Frei Caneca, pelas ideias liberais apresentadas no periódico *Tiphys Pernambucano*, foram punições exemplares. E os golpes foram tão bem acometidos que essa imprensa não legou seus genes republicanos para o jornalismo que seguiu, apenas o seu tom. O limite da legitimidade do regime não poderia ser ultrapassado mas, dentro dele, pouco importava se a forma de manifestação atingisse píncaros de exaltação.

Nos anos da regência e nas primeiras décadas do reinado de Pedro II a imprensa cultivou o espalhafato e garantiu cargos na Câmara e no Senado. Ilustrativo dos compromissos desse casamento foi em 1855 a descompostura que o insigne jornalista Justiniano José da Rocha, agora na câmara, recebeu do Marquês do Paraná em sessão: “compelido a confessar que era subornado, explicando a sua fraqueza com a modéstia da existência a que era obrigado, esclarecendo que sua mulher só pudera ter um vestido de seda em 1848.”<sup>3</sup> Diante dessa condição do jornalismo, não se poderia esperar qualquer papel que colocasse em questão o poder vigente.

Os anos 1880 legaram pois dessa imprensa certas características como a ferocidade, a lisonjearia e o uso da linguagem baixa e popular, desvinculada de pretensões aristocratizantes. Caracterizando “o grande momento da imprensa brasileira”, de 1830 a 1850, Werneck Sodré

---

<sup>3</sup> SODRÉ, Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p.176. Confirmando a notoriedade desse estado de coisas: “Sete anos depois, o Imperador registrava no seu *Diário*, em janeiro de 1862, que ‘o Rocha’, por quatrocentos mil réis mensais (o que, de resto, era importância considerável), defendia, em ‘comunicados’ do Jornal do Comércio, o gabinete Caxias, então no poder.” MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, p. 516.

assevera: “Sua forma plebeia desperta aversão à inteligência de timbre aristocrático que o julga e condena. A referida forma traduz, entretanto, com exemplar fidelidade, o que a época tinha de melhor, de mais expressivo, de mais genuíno, de mais popular, de mais democrático.”<sup>4</sup> Dessa linguagem fará uso a crônica política dos anos 1880, acentuando também o elemento de humor popular, desenvolvido naqueles anos de pasquim.

Seria bastante particular a caracterização do discurso jornalístico do período como anti-retórico. A emancipação dos formalismos, a crítica franca e mordaz, o tom emocionado e a tomada das questões públicas para a esfera do “eu” dariam a esse primeiro jornalismo no Brasil uma expressão anti-retórica. Esse jornalismo de 1830-1850 caberia com algumas restrições no panorama da anti-retórica pintado por Douay-Soublin:

Or, à partir de la Réforme qui veut faire de chacun un lecteur autonome du Texte sacré, intériorisant ainsi son rapport à Dieu, puis avec les Lumières qui cherchent à libérer des préjugés le jugement de l’individu, certains discours se mettent à hésiter sur leur statut, public ou privé: le discours religieux tout d’abord, et le discours littéraire, surtout en terres protestantes, puis le discours politique lui-même, notamment en France d’où la Réforme religieuse avait été éradiquée. Lieu d’un véritable engagement personnel, la parole à proférer, mystique, poétique, ou patriotique, doit dès lors être investie comme une parole privée, et presque sur le mode du discours amoureux, si rebelle à l’objectivation réflexive. Comme si la parole, le corps éloquent, devait, comme le corps amoureux, n’être qu’un élan de spontanéité, d’innovation, d’émotin, sans étiquette aucune, sans médiation, sans savoir.

Tel est, me semble-t-il, le moteur principal de l’antirhétorique des Modernes, ce mouvement qui renforce en chacun sa part d’imaginaire et dont le paroxysme mène à l’enthousiasme des sectes, à l’effusion romantique, à le ferveur révolutionnaire, tandi que se relocalise dans la seule Science un idéal, corollaire, d’objectivation extrême.<sup>5</sup>

A expressão efusiva e aproximadora da linguagem popular, própria de uma experiência iluminista anti-retórica, não pôde contudo reservar as posições assumidas para uma legítima esfera de expansão

---

<sup>4</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p. 180.

<sup>5</sup> DOUAY-SOUBLIN, F. *La rhétorique en France au XIXe siècle à travers ses pratiques et ses institutions: restaurations, renaissance, remise en cause*, p. 1071-1072.

das convicções. O pasquim, de 1830-50, usou de uma forma anti-retórica para negociar junto aos poderes. Foi fecundo na aproximação da linguagem popular, mas ali remodelou o teatro de manobras da linguagem. Nas décadas seguintes, acomodada a linguagem, evidenciase um jornalismo marcadamente retórico em suas justificações, oposições e elogios.

Os encadeamentos históricos que conduziram o desenvolvimento da imprensa no Brasil foram, é necessário destacar, interpolados por influência estrangeira e, sobretudo, francesa. A chegada de Charles Ribeyrolles ao Brasil em 1858, por exemplo, renovou o ambiente jornalístico em torno das atividades do jornal *Paraíba*, que reunia Machado de Assis, Quintino Bocaiúva e Manuel Antônio de Almeida, entre outros nacionais e portugueses. Ribeyrolles, republicano ativo na Revolução de 1848 e amigo de Victor Hugo, afirmaria em *Brasil Pitoresco* aquilo que professou entre seus colegas jornalistas, que “a imprensa é, como a tribuna, órgão essencial da civilização e a primeira e mais segura das garantias públicas ou individuais.”<sup>6</sup> Jean Michel Massa, o grande biógrafo de Machado de Assis jovem, identificou em todos os âmbitos de seu trabalho influência poderosa de Ribeyrolles.<sup>7</sup>

Mas, reconhecidas as influências do pensamento político e social francês, na década de 1880 houve verdadeiro avanço do pensamento jornalístico brasileiro quando tornou-se corrente tematizar o escamoteamento da convivência da pretensão ideológica dos jornalistas com as relações personalistas de poder que regiam o jornal e a política da época. Roberto Schwarz identificou que nas revistas e jornais da época, nessa acomodação de ideias e compromissos no solo da ética do favor, “a intenção emancipadora casa-se com charadas, união nacional, figurinos, conhecimentos gerais e folhetins”<sup>8</sup>. A estes efeitos cômico e

---

<sup>6</sup> RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*, p. 125. Informe-se ainda que “O Paraíba foi fundado cerca de seis meses antes da chegada de Ribeyrolles ao Brasil, que encontrou um meio favorável em que o português Zaluar semeara os primeiros grãos do novo espírito. Ribeyrolles favoreceu a eclosão de um movimento que se achava latente.” MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*, p. 222.

<sup>7</sup> Afirma Jean-Michel Massa que “Até então, Machado de Assis não aderira a qualquer ideologia e não se havia inflamado por determinada estética. Ribeyrolles acendeu um fogo que só pedia para queimar. Durante dez meses (outubro de 1858 a julho de 1859) surgiram escritos ardentes, inspirados pelo espírito do republicano francês. Machado de Assis encontrou um ideal a altura de seu temperamento.” *A juventude de Machado de Assis*, p. 209. A propósito leia-se o artigo *O Jornal e o Livro* de Machado de Assis em *Obras Completas*, vol. 3, p. 943-948.

<sup>8</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p.22.

de miscelânea, destacados por Schwarz nos editoriais e conteúdos da imprensa, inclua-se a presença da reflexividade, ora franca ora mediada por metáforas e ironias, do papel do jornalismo em seu meio.

No jornalismo político a contradição dos ideais jornalísticos com a submissão às relações de poder poderia traduzir-se na necessidade de cobrir determinados eventos políticos, dar repercussão a discursos ou defender causas alheias. Os jornalistas que desempenharam esse papel, entretanto, por se tratar de uma geração amadurecida, de um momento de relativa liberdade de imprensa, da proliferação de pequenos jornais, puderam, especialmente pela ironia, modelar o plano já estabelecido com as suas avaliações críticas.

Tal quadro é nitidamente observável no clima tenso vivido durante o Governo Provisório, quando o jornalismo estava sob a ameaça de violência e a alternativa era mediar a reflexão com a lisonja. O artigo de Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*, sobre a Manifestação em homenagem ao Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, para a qual ele próprio contribuiu com dinheiro<sup>9</sup>, denunciando ironicamente a desfaçatez desse tipo de evento e o autoritarismo do regime, constitui um exemplo dessa mediação:

A manifestação é o suplício mais maquiavelicamente inventado pelos inimigos do próximo, no Rio de Janeiro; a espécie mórbida que mais tem dizimado a nossa população ingênua e descuidadosa. [...] É inútil, inteiramente dispensável denunciar ao governo provisório, a todos os generais que o compõem, as várias maneiras bárbaras de que se reveste, os diferentes sistemas por que é aplicada à manifestação, esse suplício que vai definhando, senão dizimando a espécie nacional mais delicada e mais sensitiva da atualidade eleitoral: - o cidadão. E sendo inútil isso, para chamar a atenção do governo provisório, inútil também será expor os complicados aparelhos do horrível suplício: - os *sandwiches* que a vítima tem de oferecer aos seus algozes antes de exalar o último discurso de agradecimento; as luminárias que tem de pregar aos quatro cantos da sua casa, para bem esclarecerem os tropos de linguagem e as figuras de retórica dos algozes manifestantes; a apresentação que tem de fazer de um pianista, encarregado de remoer as quadrilhas e de moer as polkas-marchas fúnebres da manifestação; a intervenção que tem de solicitar da boa e condescendente viúva

---

<sup>9</sup> Em 18 de outubro lemos, em continuidade à exposição de doadores: “Manifestação ao Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Ao Sr. Barão de Mesquita, tesoureiro da comissão executiva, foram entregues as seguintes quantias: [...] Dr. Ferreira de Araújo – 206\$000 [...]”. Isso, que daria para comprar 5.150 gazetas, é parte de um total de 113.842\$200, declarado na mesma seção.

Clicquot, afim de que ainda mais espevite o espírito dos que lhe invadem a casa, e por um discurso estudado e um ramalhete de flores artificiais lhe pedem em troca – um *lunch* e um baile.<sup>10</sup>

Coabitam nesse espaço irônico a notícia da manifestação em homenagem à Deodoro, com seus símbolos de elevação – o baile, o *lunch*, as luminárias, o piano, o champagne, o discurso – e a crítica à ostentação disso tudo – uma maquiavélica invenção, aparelhos de suplício, revestido de maneiras bárbaras, enfim, a necessidade de uma parafernália para sustentar a retórica, esse ramalhete de flores artificiais.

A evidente duplicidade de intenções e a dedicação dispensada ao texto, veículo de expressão, afastam esse modelo jornalístico dos ideais anti-retóricos. O caráter de contrariedade do “anti” em anti-retórico poderia, no caso do último quartel do séc. XIX, expressar tão somente, já desvinculado das origens dessa expressão iluminista, o desenvolvimento da análise crítica de certas características e funções da retórica política. A ingenuidade de Malazarte que espera a “bela falação” de Manuel Deodoro é a caricatura da esperança de uma outra moralidade da política. Caricatura que se coaduna com os rumos da política europeia, que transmutou as esperanças de participação democrática pela hipocrisia dos seus discursos em humor ou desilusão.

É bastante revelador para a contextualização das ideias da imprensa brasileira o capítulo “A política da democracia” da obra *A era dos Impérios 1875-1914* de Eric Hobsbawm. Afirma que “qualquer que fosse o modo pelo qual esta avançava [a democratização], entre 1880 e 1914 a maioria dos Estados ocidentais havia se resignado ao inevitável: a política democrática não podia mais ser protelada. Daí em diante, o problema foi manipulá-la.”<sup>11</sup> Interroga:

Que estadista, rodeado de repórteres que transmitiriam suas palavras para as mais remotas tavernas de esquina, diria exatamente o que pensava? Os políticos eram obrigados, cada vez mais, a apelar para um eleitorado de massas [...] Os governantes, quando realmente queriam dizer o que pensavam, deviam fazê-lo na obscuridade dos corredores do poder, nos clubes, nas reuniões sociais particulares, durante caçadas e fins de semana no campo, em ocasiões em que membros da elite se encontravam numa atmosfera bem diversa daquela das gladiatórias comédias dos debates parlamentares ou dos comícios. A era da democratização, portanto, veio a ser a era da hipocrisia pública, ou

<sup>10</sup> *Gazeta de Notícias*, em 21 de setembro de 1890, coluna *Crônica da Semana*, p.1.

<sup>11</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*, p.128.

antes, da duplicidade e, conseqüentemente, da sátira política: foi a era de Mr. Dooley, das cômicas, amargas e imensamente talentosas revistas de charges políticas como a alemã *Simplicissimus*, a francesa *Assiette au Beurre*, ou a *Fackel*, de Kark Kraus, em Viena.<sup>12</sup>

Enquanto na Europa se estava aprofundando o caráter empresarial do jornalismo, onde “o que dá renome e nível ao jornal não são mais os jornalistas famosos, mas os editores talentosos”<sup>13</sup>, no Brasil o jornalismo continua dependendo do talento dos jornalistas, formados maciçamente pela classe de letrados. Aliás, por essa época no Brasil “os homens de letras viviam praticamente da imprensa: ela que lhes permitia a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público.”<sup>14</sup>

Tanto mais importante esse quadro, quando se constata que na história da imprensa no Brasil o período seguinte carecerá das virtudes que frutificaram daquele casamento, entre literatura e jornalismo, qual sejam, o desenvolvimento da função crítica do jornalismo. A partir da República permanece e se agrava a atitude lisonjeira e detratora do jornalismo, perdendo contudo todo seu conteúdo crítico. O personalismo da política é a força motriz desse estado de coisas. Sodré, abordando o jornalismo no período que segue a Proclamação da República afirma que “fora as grandes figuras literárias que sobrevivem à fase anterior [...] essa fase nova é praticamente vazia [...]. O que caracteriza a época, do domínio da literatura, é a alienação.”<sup>15</sup> Daí o poder de expressão e reflexão da crônica política do final do segundo império e dos primeiros momentos da república sobre a retórica política.

---

<sup>12</sup> HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*, p. 130-131.

<sup>13</sup> Trata-se do jornalismo surgido na Europa a partir da década de 1870. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 218.

<sup>14</sup> É a introdução de um extenso relatório da participação dos literatos na imprensa da época. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p. 246.

<sup>15</sup> Nicolau Sevcenko explorando mais a fundo o lugar desse pseudo intelectual da nova República: “Essa imagem difusa do intelectual, portanto, se tornou mais uma fachada. E das mais proveitosas. Ela era o requisito indispensável para se conseguir as cavações e os empregos públicos, e principalmente a chave mestra das portas cobiçadas da política e da diplomacia.” SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*, p. 125.

### 3.2 A Proclamação da República e o fim da liberdade de imprensa

O monarquista Carlos Laet, em *A Imprensa (1889-1899)*, resume a situação dos principais jornais por ocasião do golpe republicano:

Não é verdade que, ao serem destruídas pelas tropas em 1889, as instituições monárquicas contassem muitos adversários declarados no jornalismo fluminense, que modestamente se considerava a fina flor da mentalidade pátria. E, se não, vejamos.

O *Jornal do Comércio* arreava-se com a declaração de imprimir-se na tipografia Imperial e Constitucional do Sr. Conde de Villeneuve, então ministro plenipotenciário do Brasil na Bélgica. Sua neutralidade em política entende-se apenas na luta entre os dois partidos monárquicos, o conservador e o liberal.

A *Gazeta de Notícias*, folha demolidora, encolhia contudo o seu republicanismo dentro dos moldes de uma simpatia que não refusava à política do Sr. Ouro Preto, em cujo programa aliás estava a impugnação da ideia republicana.

O *Pais*, que em seguida à perpetração do grande crime jactanciosamente se exibia como propagandista da república em todos os tempos, ainda em 1889 aceitava a colaboração política de monarquistas quais o Sr. Joaquim Nabuco e Carlos Laet, e em princípios desse ano ostentava o seu desafiero a qualquer exclusivismo em matéria de formas governamentais. [...]

Quanto ao *Diário de Notícias*, ao qual dera momentâneo brilho a direção do Sr. Rui Barbosa, também é certo que, não obstante a acerbada oposição que então movia ao ministério, nenhum indício dava por onde se percebesse outro liberalismo senão o estritamente monárquico.[...]

[destacando o acolhimento do regime republicano pela *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *Diário do Comércio*, *Jornal do Comércio* afirma:] No meio de tudo isto uma só folha ousava fazer frente à tirania triunfante, e dizer em face aos vencedores quão oprobriosa lhes tinha sido uma vitória argamassada com a calúnia e a traição. Quem escrevia estas linhas fazia parte dessa folha, a *Tribuna Liberal*, órgão do partido decaído e que vivamente apoiava o gabinete de 7 de junho.<sup>16</sup>

Destacada a oposição franca da *Tribuna Liberal* ao novo governo, a acomodação de alguns jornais não seria contudo tão

---

<sup>16</sup> LAET, Carlos. *A Imprensa (1889-1899)*, p. 80-86.

confortável às novas lideranças das instituições políticas. Nas atas das reuniões do conselho de ministros do Governo Provisório outros jornais cariocas que com mais constância incomodavam são *Gazeta de Notícias* e *Cidade do Rio*. O *Cidade do Rio*, jornal carente de recursos, realizado com o formato artesanal do passado, era dirigido por José do Patrocínio, fundado em 1887, para servir à causa abolicionista e, em seguida, a duras custas, manter-se da venda avulsa.<sup>17</sup> A *Gazeta de Notícias*, fundada em 1874, era um jornal com grande tiragem na passagem dos oitenta para os noventa, 50.000 exemplares, vendido avulso e que reunia o grupo mais distinto de jornalistas e literatos.<sup>18</sup>

É notável para quem lê as atas das reuniões do Conselho de Ministros a ira de Deodoro da Fonseca perante o jornalismo em seu governo. Revoltava-se contra declarações de militares na imprensa<sup>19</sup>, que haviam se tornado corriqueiras no final do Império, contra memórias do 15 de novembro que destoavam da história oficial<sup>20</sup>, contra

---

<sup>17</sup> Segundo Nelson Werneck Sodré: “A *Cidade do Rio*, cuja data de fundação escolhera a propósito – 28 de setembro de 1887 – em homenagem à Lei do Ventre Livre, seria a trincheira abolicionista mais forte da Corte, para transformar-se, depois, no balcão em que Patrocínio alugava o seu talento e a sua arte. Não podendo vencê-lo nem perdoar-lhe a cor e a origem e o abolicionismo, os afortunados enxovalharam-no, usando-o.” *História da Imprensa no Brasil*, p. 273.

<sup>18</sup> No elenco de colaboradores e jornalistas regulares do final dos anos oitenta encontravam-se Ferreira de Araújo, Machado de Assis, segundo *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, Pardal Mallet e Olavo Bilac (p. 255), Tristão da Cunha e Adolfo Caminha (p. 247), Raul Pompeia (p. 265), Artur Azevedo (p. 240) e, segundo *Atos e Atas do Governo Provisório*, João Lopes Chaves (p. 253), o responsável pela entrevista com o Alm. Wandenkolk. Na época, ainda, “A *Gazeta de Notícias* publica as críticas e crônicas de Ramalho Ortigão e as crônicas, contos e romances de Eça de Queiroz.” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p. 255.

<sup>19</sup> Em 15 de março, “o Sr. Generalíssimo abriu a sessão, declarando que o tem impressionado desagradavelmente algumas irregularidades que se notam na administração. Chama a atenção do governo para o artigo publicado no *Jornal do Comércio*, pelo major Jayme Benévolo, em que acrimosamente censura o Sr. Cezário Alvim; lembra os artigos publicados na *Democracia*, pelo capitão Saturnino Cardoso, e recorda a prisão que impôs ao tenente Odilon Benévolo, por hostilizar o governo.” ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atas do Governo Provisório*, p. 140 E ainda em relação à participação dos militares na imprensa “aconselha ao governo medidas as mais enérgicas e diz que está disposto a tomá-las, se não o fizer o Sr. Benjamin Constant, ministro da Guerra.” p. 141

<sup>20</sup> Em 7 de janeiro de 1890: “O Sr. marechal Deodoro oferece à consideração do conselho um ineditorial da imprensa sobre os acontecimentos de quinze de novembro, atribuindo-o ao tenente coronel Solon. Transfere ao Sr. ministro da Guerra, dizendo ser conveniente passá-lo às mãos do marechal Floriano, ajudante-general, para que tome providências em ordem a não continuarem essas discussões inconvenientes. Discute-se ligeiramente o assunto, adotando-se o alvitre de se tomarem medidas para que cessem essas manifestações.” ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atas do Governo Provisório*, p. 48.

quaisquer oposições ao governo<sup>21</sup> e até contra as ameaças aos bons costumes.

As atas do Conselho retratam a profunda aversão do Generalíssimo à *Gazeta de Notícias* em duas circunstâncias: na divergência que assumiu em relação ao Decreto de 17 de janeiro (Lei Bancária) e na publicação de uma *interview* com Wandenkolk, que revelaria o desacordo, no seio do governo, em relação àquela mesma norma. A irritação dirigida a esses dois casos demonstra o poder que tinha o jornal. Que importância pois teria a oposição de um jornal de grande circulação a um Decreto que fomentava a especulação na Bolsa de Valores, em um ambiente de aumento no preço de gêneros alimentícios?

Em 30 de janeiro de 1890, Deodoro fala de um “periódico inconveniente e interessado” que estaria “fomentando a divergência” em torno da Lei Bancária. Tratava-se, conforme Abranches do jornal *A Cidade do Rio*, dirigido por José do Patrocínio. Afirmaria ainda que “o procedimento da *Gazeta de Notícias* estava despertando-lhe desejos de por em prática o decreto de 23 de dezembro”, que implicava regras de censura. No mesmo dia, Rui Barbosa defendia o decreto (Lei Bancária) de sua autoria, que havia sido publicado unicamente com o aval de Deodoro e sem discussão no Conselho de Ministros, da oposição da imprensa, nos seguintes termos:

A imprensa toda aplaudiu o decreto, exceto a *Gazeta de Notícias* e a *Cidade do Rio*. Mas a *Gazeta de Notícias* representa os interesses de dez mil ações do Banco Nacional: e por isso quer o curso forçado.

---

<sup>21</sup> Em 29 de março “o Sr. Generalíssimo abriu a sessão, chamando a atenção dos membros do governo para os abusos da imprensa na apreciação dos atos do governo. Declara S. Ex. que ordenara a prisão do ex-governador do Maranhão, Dr. Pedro Tavares, em consequência de artigos, por ele publicados no *República*, órgão de publicidade na cidade de Campos, e que ordenara também ao Dr. chefe de polícia que providenciasse em ordem de serem punidos os redatores do *Novidades* e *Diário do Comércio*, pelo mesmo delito. Asseverando que esses abusos eram prejudiciais ao sossego público e à livre ação do governo, entende que o gabinete não pode por mais tempo, adiar uma medida geral que reprima as manifestações hostis ao governo, em linguagem inconveniente e anti-patriótica.” ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 160. Em 17 de maio apresenta-se a importância da imprensa para atualizar o conselho dos acontecimentos das províncias “O Sr. Generalíssimo abriu a sessão, e fez ler diversos artigos publicados na *Reforma* e *Federação* do Rio Grande do Sul [...] historiando os acontecimentos políticos daquele estado e noticiando a anarquia levantada e fomentada pelo pequeno grupo republicano a quem o governo emprestou força na administração.” p. 188. Em 23 de agosto “O Sr. Generalíssimo chama a atenção dos Srs. ministros para os abusos da imprensa mal orientada, que vive em constante exploração de mínimos incidentes para fomentar discórdias entre a política e praças do exército, alarmando assim o espírito público e perturbando a ordem e a marcha dos negócios.” p. 242.

Pois quê?! ele orador, ministro da República, poderia ver coroar a obra do Visconde de Ouro Preto, concedendo o curso forçado, que sempre combateu?

Essa oposição da *Gazeta* representa interesses feridos no seu redator. É o mesmo jornal que, ontem, em lugar conspícuo, na primeira página, diz que o ministro francês tinha apresentado um protesto e hoje, na segunda página, em lugar quase oculto, contesta a si própria. Essa folha é a mesma que diz que Rangel Pestana queria deixar a comissão por não estar de acordo com o decreto bancário, e este foi ao *Diário de Notícias* declarar ser falsa essa asserção.

Quanto à *Cidade do Rio...* toda a gente sabe quanto valem os escrúpulos de consciência de seu diretor.<sup>22</sup>

A medida de cancelar o curso forçado do papel moeda e bilhetes bancários deixava variar os valores declarados de acordo com a cotação do metal, que aqueles valores representavam. Essa medida gerava insegurança no crédito e abria margem à especulações, efeitos que seriam sentidos não apenas por Ferreira de Araújo, mas por todos que não participassem do jogo na Bolsa.

Se o tratamento das questões econômicas era uma das recompensas pela realização do golpe de 15 de novembro, também constituía a garantia da estabilidade do governo. A utilização do dinheiro público para aliciar as elites e compensar as perdas da abolição já se dera no gabinete de Ouro Preto, continuava com Rui Barbosa, entretanto, suas consequências estavam mais agravadas e as circunstâncias de corrupção se explicitavam. O decreto de Rui Barbosa permitindo que “as ações das sociedades anônimas fossem negociadas depois de só 10% de seu valor ter sido integralizado”, e dando “ao banco de Mayrink o direito de emitir 200 mil contos [...] sem a obrigação de resgatar o papel moeda”<sup>23</sup> fazia rebentar a corda na parte mais fraca: no aumento, nunca então sentido, dos gêneros básicos para a manutenção da classe média e baixa.

A preocupação com as posições da imprensa deve ser compreendida nesse clima de descontentamento do grosso da população do Rio de Janeiro. A mansão que Rui Barbosa recebeu de presente do banqueiro Mayrink expressava a falta de limites dos atos de corrupção, mas produziria a insegurança da legitimidade de uma reação. A intensidade da oposição poderia derivar na bancarrota do regime, na legitimação de um contra-golpe, o que mais tarde acontece, ou em uma

---

<sup>22</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 252.

<sup>23</sup> SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*, p. 83 e 84.

revolta da população, como se deu na Revolta da Vacina. Era compreensível que Deodoro estivesse preocupado com os destinos da “opinião pública”.

Em 12 de setembro Deodoro convoca uma sessão extraordinária para esclarecer a entrevista dada pelo ministro da marinha Wandenkolk à *Gazeta de Notícias*, em que, segundo Rui Barbosa, suas declarações haviam eliminado completamente a solidariedade de pensamento do gabinete. Depois do esclarecimento de Wandenkolk, de que a *Gazeta* especulou suas afirmações, Campos Salles declara:

que se felicita por ter ouvido o seu colega da Marinha, porque os Srs. redatores da *Gazeta* andaram mal e talvez refletidamente comprometendo-o. Não compreende como a redação daquela folha não mediu o alcance político de semelhante publicação, e ainda menos compreende como um membro do governo faz programa contrário à política e à administração do mesmo.<sup>24</sup>

Esses juízos expressam o estado de vigilância instaurado sobre a *Gazeta de Notícias* logo antes da instauração do Congresso Constituinte, sobre seu redator chefe, Ferreira de Araújo, e sobre jornalistas que representavam algum risco, pela sua popularidade e viés crítico, como Machado de Assis. É isso que se depreende da aposentadoria de um subordinado de Machado no Ministério da Agricultura, revelando pelo benefício a um adversário um ato de advertência a um colaborador crítico da *Gazeta de Notícias*. Alguns casos ocorridos na reunião do Conselho de Ministros do Governo Provisório atestam para esse caso a vantagem que era ser aposentado, tal como se deu com a aposentadoria do Visconde de Paraguaçu<sup>25</sup> ou a insistência de Campos Salles no caso da aposentadoria solicitada pelo ex-diretor da Casa de Correção da Capital Federal, Belarmino Braziliense Pessoa de Mello, que “alega ter quarenta e um anos de serviços públicos e direitos adquiridos pela praxe adotada de serem aposentados com todos os vencimentos os empregados daquela repartição em condições idênticas.”<sup>26</sup> Eram casos de beneficiamento de particulares, como se deu, gratuitamente, a pensão para a mãe de Aristides Lobo defendida por Deodoro<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 253.

<sup>25</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 54

<sup>26</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 55.

<sup>27</sup> ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, p. 40.

### 3.3 A crítica teatral informando a crítica à oratória parlamentar

O equilíbrio que a *Gazeta de Notícias* manteve sob o fio da espada naqueles dias de início da República, entre a aclamação adúladora e a denúncia de ilegitimidade, permitiu-lhe expressar, não sem riscos, principalmente pela pena de seu editor Ferreira de Araújo, avaliações e reflexões críticas sobre o novo regime. O articulismo político de Ferreira de Araújo é importante para esta tese por representar um olhar republicano sobre a política, sem se vincular aos movimentos e partidos. Nessa mesma linha, atuando como uma alternativa ao ceticismo machadiano, foi dado relevo a diversos artigos de Joaquim Nabuco e Max Leclerc.

É no contexto desse jornalismo que se encontram de forma recorrente as comparações da *manifestação da política pelo discurso* com o teatro. O que levaria vários contemporâneos a associar o teatro à política foram os sentidos do político e do teatral que circulavam historicamente naquele tempo. O teatro no Brasil do final do XIX suscita, mais do que uma simples metáfora, a instauração da distância entre espectador e atores correspondente àquela entre público e oradores; indica a faceta espetacular da política; remete à identidade do público do teatro com o público da política; e abre espaço, cria a possibilidade, a partir de uma tradição consolidada de crítica teatral, de a política receber as críticas da verossimilhança, da qualidade dos atores, do cenário, da estrutura da trama e da linguagem em todos os seus níveis (diálogos, empostação, vocabulário, expressão, etc). A política nacional no final do XIX se dava na experiência, no acontecimento da retórica parlamentar, assim como o teatro se realizava no ato de encenação.

Machado de Assis, unindo o exercício de observação e de elaboração de crônicas políticas aos conhecimentos da área teatral, foi nosso maior crítico de teatro do séc. XIX<sup>28</sup>. Ele apresenta nas crônicas um constante intercâmbio de perspectivas dos gêneros teatral e político. Para tratar da situação do teatro brasileiro em 1859 compara-o ao oficialismo das comunicações públicas:

Não sendo, pois, a arte um culto, a ideia desapareceu do teatro e ele reduziu-se ao simples foro de uma secretaria de Estado. Desceu para lá o oficial com todos os seus atavios: a pêndula marcou a hora do

---

<sup>28</sup> Cf. Brasil de A/Z, verbete: *Teatro*.

trabalho, e o talento prendeu-se no monótono emprego de copiar as formas comuns, cediças e fatigantes de um aviso sobre a regularidade da limpeza pública.

Ora, a espontaneidade pára onde o oficial começa; [...]<sup>29</sup>

Essa crítica aproxima dois públicos: aquele que frequentava os banheiros municipais e o que ia aos teatros. No banheiro a comunicação banal, cotidiana, “sem graça”, no teatro, o mesmo. Esperava-se para o teatro o oposto disso. Do ponto de vista daqueles que desempenharam uma crítica realista-naturalista, o caso de Machado, o teatro representaria um poderoso instrumento de pedagogia cívica, uma ruptura com olhar corriqueiro sobre as coisas. Para os teatrólogos e produtores de revistas do ano, mágicas e musicais se tornava necessário construir atrativos para a população, alternativas ao comum, cediço e fatigante dia-a-dia.

E o teatro brasileiro seguiu esses dois caminhos: uma experiência realista muito curta – alguns anos em torno de 1860 –, mas marcante, que implicou uma reorientação na escola de atores, pautando-se pela espontaneidade das interpretações e o tratamento de temas sociais; outra experiência, a exitosa, do teatro espetaculoso, de luzes, músicas, figurinos fantásticos e intervenções mágicas.

O teatro nacional da época em que ocorreu o Congresso Constituinte compunha-se de comédias, paródias de operetas, revistas do ano, mágicas e danças – pautado fortemente no seu caráter espetacular. As qualificações depreciativas do Congresso Constituinte derivadas de associações com o teatro, como veremos a seguir, devem ser compreendidas nesse contexto. Em 2 de novembro de 1890, lê-se na coluna *Crônica da Semana* da *Gazeta de Notícias* o seguinte:

o próximo Congresso há de e deve exercer tranquilamente as suas funções... Reina a doce convicção de que o Congresso não pretenderá de passar os limites que lhe estão traçados, como simples representantes de uma fantasia abstrata, criada no puro e inocente intuito de distrair e alegrar por algum tempo as populações da União. [...] ao ilustre areópago cabe unicamente executar obra de encomenda, e papel de medíocre importância teatral. (Grifo nosso.)

O manifesto sentido farsístico que decorre da comparação da política com o teatro está longe de esgotar a variedade de significados

---

<sup>29</sup> Publicado em 9 e 23 de abril de 1858 em *A Marmota*. ASSIS, Machado. *Obras Completas*, v. III, p. 790.

que se poderiam remeter à época. Esse sentido forte da encenação teatral, de duplicação da realidade, de representação e falsificação cabe muito bem ao papel dos discursos e debates políticos no Brasil dos primeiros anos após a abolição. Diante dos olhos e ouvidos da plateia, os atores políticos encarnavam os sentimentos públicos, representavam interesses do povo e da Nação, mas nesse mesmo ato, ocultavam por trás dos bastidores algo de fundamental: os interesses privados e os compromissos de cada um dos atores.

Dessa aproximação da política com o teatro, a ironia de Machado de Assis pôde recolher uma apresentação “mais elaborada” do teatro da política no segundo Império, em 16 de setembro de 1888, dois anos antes do Congresso Constituinte:

Venho de um espetáculo longo, em parte interessante, em parte aborrecido, organizado em benefício do incidente Manso.

“Começou por uma comédia de Musset: *Il faut qu'une porte soit ouverte ou fermée*. [...] No dia seguinte, tivemos um drama extenso e complicado, [...] Boa composição, lances novos, cenas de efeito, diálogos bem travados. Um dos papéis, escritos em português e latim, produziu enorme sensação pelo inesperado. [...] Os monólogos, os diálogos, que eram vivíssimos, e os coros foram, se assim se pode dizer de obra humana, irrepreensíveis.<sup>30</sup>

As críticas que lemos não recaem sobre essa ação ou o efeito de os discursos serem um desdobramento da realidade, o que parecia estar certo, mas sobre a qualidade da representação. Tratando-se do Congresso Nacional, a ideia de fantasia abstrata com a intenção de alegrar o público, com uma medíocre importância teatral, reproduzia as críticas dos intelectuais e críticos do teatro sobre o estado do teatro nacional. A noção de fantasia repete em relação ao parlamento a crítica da falta do efeito de verossimilhança. A atração teatral oferecida pelos partidos e políticos nos eventos do parlamento não dispunha de tal efeito. Trata-se do teatral de “exibições toscas e balofas”, o desempenho dos papéis se daria de forma grosseira, sem polimento, as sequências desconectadas de razões plausíveis, a linguagem extravagante, produzindo a sensação de que a “aparência excedeu a realidade”<sup>31</sup>. São

---

<sup>30</sup> ASSIS, Machado. *Bons Dias*, p. 116-119.

<sup>31</sup> Para Cândido de Figueiredo o adjetivo balofo, usado na crônica abaixo: “Fofa; volumoso, sem consistência: *pão balofo*. Vão. Cuja aparência excede a realidade: *importância balofo*. Impostor. Adiposo.” FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 213.

esses alguns adjetivos usados na coluna, que não está assinada, *Crônica da Semana*, transcrita a seguir:

O Congresso está disposto a discutir. Discutir não é um fim, é um meio, meio inútil, demonstrado por fatos anteriores.

[...] Toda a discussão do projeto de Constituição, salvo um ou outro caso, não tem tido o menor valor. Cada representante julga-se obrigado a fazer a sua profissão de fé, apresentando ideias que podem ser muito boas, mas que não têm oportunidade.

Não temos a pretensão de falar, nem de pensar em nome da nação. Mas o que nos parece é que os Srs. representantes satisfariam muito mais os seus eleitores se se deixassem de palavras, e fossem direto aos fatos [...]

Um congresso constituinte não é uma academia, e muito menos o palco para exibições toscas e balofas.<sup>32</sup> (Grifo nosso.)

A crítica realista, que o naturalismo no teatro resgatava no final da década de 80, que se pautava pela espontaneidade, servia também para a reflexão sobre a retórica parlamentar. Senão, vejamos, com a ironia característica do cronismo da época, o mais um trecho da coluna semanal *Crônica da Semana*:

[O cronista convida a Musa para dirigir-se ao Congresso Constituinte, ao que ela interroga:] Mas para onde vamos nós, Sr. Cronista: e que tendes vós, que tão retórico amanheceste hoje?

- Para onde... Para onde, inquires, como se permitido fosse a alguém ignorar porque se desloca hoje a população de Sebastianópolis, toda ela convidada para a festa do progresso, iniciada pela bela e risonha Pauliceia? Para onde?

- Embora os anúncios dissessem ao povo que era conveniente ir buscar os bilhetes ao Club de Engenharia [...]

- [...] Vamos apressa-te. Põe dentro da mala, ao lado da caixinha dos adjetivos mimosos, vibrantes, os conceitos justos, arrazoados, profundos de filosofia e de saber. Acondiciona ao cantinho uns paradoxos adoráveis...[...] Bem acolchoados, em outro ângulo da mala, alguns tropos da linguagem; devaneios poéticos – estes envolvidos em macia pasta de algodão; e aqui e ali, por entre frases de humour por toda parte esparsas, disparadas após o traço precursor da graça (este é –), uma série de imagens, felizes, novíssimas, naturalistas agora, além arrojadas, sempre espontâneas, jamais rebuscadas...

---

<sup>32</sup> *Gazeta de Notícias*, em 27 de dezembro, coluna *Crônica da Semana*, p.1.

- E, francamente, onde encontrar tudo isso, assim repentinamente preparado, todo esse dilúvio de imagens, de figuras, de adjetivos, de tropos, de facécias ligeiras e profundos conceitos? Ainda se fosse possível uma olhadela ao Larousse...

[...] Apertam-se, confundem-se os convidados, ohs exclamativos, interjeições diversas, pontuam os encontros dos conhecidos e dos amigos.

[...] Onde esses elementos indispensáveis para o espetáculo que vai ser brilhante, para o baile que será esplêndido, consoante aos programas e a expectativa?<sup>33</sup> (Grifo nosso.)

Esses trechos expressam a atribuição consciente das críticas ao teatro-espetáculo à retórica parlamentar: a retórica parlamentar assemelha-se ao teatro-espetáculo e portanto lhe cabem também as críticas acometidas contra tal gênero teatral. A crítica ao teatro como falseador da realidade reabilita, em 1890, o embate que se travou em meados da década de 50 de um teatro realista insurgente, comprometido com uma pedagogia moral da sociedade, contra o teatro romântico vigente. Independentemente de relativizações da decalagem histórica, o que afinal representou os anos 1850 para a geração de 1880, devemos lembrar que muitos personagens dessa problematização da verossimilhança teatral serão os mesmos a formular as análises políticas<sup>34</sup>, e o teatro naturalista da década de 1870 em diante deu continuidade às questões colocadas pelo realismo teatral.

Em *Notícia da Atual Literatura Brasileira*, de 1873, Machado de Assis escreve sobre o teatro:

Hoje, que o gosto público tocou o último grau de decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas receberia, se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores?<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> *Gazeta de Notícias*, em 27 de outubro, coluna *Crônica da Semana*, p.1.

<sup>34</sup> Essa união entre política e teatro está explícita em Machado de Assis. Ferreira de Araújo, o editor da *Gazeta de Notícias*, também incursionara no teatro: “No dia 28 de abril de 1881, no Teatro São Luís, estreou o drama de Busnach e Gastineau, traduzido pelo jornalista Ferreira de Araújo.” FÁRIA, João Roberto de. *Ideias Teatrais – o Séc. XIX no Brasil*, p. 199. E não podemos esquecer que o próprio Arthur de Azevedo e Olavo Bilac eram colonistas da *Gazeta de Notícias*.

<sup>35</sup> ASSIS, Machado. *Obras Completas*, p.808.

A postura ideológica dos críticos realistas, que se transfere para a política, refletia uma modificação na escola de atores: o teatro romântico, encenado no Teatro São Pedro e liderado por João Caetano, possuía uma expressão caricatural dos personagens, naquilo que diz respeito à elocução e a gestualia. O Teatro do Ginásio, fazendo eco a críticas de diversos intelectuais, pôde, tendo por parâmetro Dumas Filho e Victor Hugo, com o ator Furtado Coelho, durante uma década exercer a antítese, primando pela naturalidade, contra as extravagâncias interpretativas, grandiloquências da linguagem e contorções corporais. Contudo, o teatro realista no Brasil teve sucesso por pouco tempo, cedendo espaço ao teatro de entretenimento com as paródias de operetas e espetáculos mágicos, recheados de estímulos visuais e musicais, como o canção.

No ano mesmo de 1890, aos doze dias de janeiro, Raul Pompeia escreveria para o Jornal do Comércio:

Mas o que interessaria ao viajante, de estada aqui, para espiar um povo que vem da mais completa viravolta da sua existência, era a afluência em cacho, o entusiasmo esquecido e feliz da população que enchia o teatro. Vinha ver o que é um povo em ebulição, depois de alguns dias de suprema febre política; deparava-se-lhe, em vez de um comício palpitante de cidadãos, almas e votos turbilhando em vertigem de intriga, ao redor da urna do sufrágio miúdo, donde deve sair a constituição da futura nacionalidade – uma plateia absorta, na suprema ansiedade de verificar que nova surpresa vai produzir, ali na cena, a cauda prodigiosa de um gato de mágica.

Durante alguns dias de novembro, a população desertou dos teatros, como a significar que a alegria popular vem da confiança na ordem. O alarma passou logo e os teatros todos animam-se, com um entusiasmo de renascimento, e a alegria dos que se divertem na tranquilidade, desdobra-se no Variedades com o *Gato Preto*, para os *Cavaleiros Andantes* do Santana, e daí para os *Filhos do Capitão Grant* do Recreio.

Bom senso e confiança é o sentido de tudo isso.

Como nota de viagem através de um povo revolucionado, esta observação não renderia muito aos cronistas viajantes que nos visitam, como recomendação do critério público, não negar que vale alguma coisa.<sup>36</sup> (Grifo nosso.)

Um povo receptivo ao teatro-espetáculo e distanciado da participação na vida política ou um povo que esperava para a política a

---

<sup>36</sup> FARIA, João Roberto de. *Ideias Teatrais – o Séc. XIX no Brasil*, p. 597-598.

distração espetacular encontrada no teatro? Essa última alternativa apresentaria o lugar da retórica no contexto do Brasil pós Proclamação. Explica toda a atenção ao caráter cenográfico do Congresso Constituinte, como veremos adiante, de preparação e ornamentação. A atenção está dirigida para as novas surpresas que se vão produzir no púlpito, mesmo que isso seja um escarrar:

Pessoas que têm ido flunar ali assim pelo palácio onde se reúne o Congresso Nacional, na esperança de apanharem um belo rasgo oratório do Dr. Assis Brasil, ou um aparte entusiástico do Sr. Alminio, referem que têm ficado extremamente surpreendidas ao verem que os Srs. Congressistas dão-se ao luxo de cuspir nos tapetes e sobre os mesmos atirarem as pontas de cigarros e charutos que fumaram. Para quem não está habituado a isto o incidente é efetivamente curioso [...] pois evidentemente não pode haver um discurso que produza efeito sem que comece por um pigarro bem puxado, que limpe a garganta do orador e traga cá para fora, com a cusparada do estilo – uma bela tirada retórica de arrancar aplausos.<sup>37</sup>

As expectativas do público pelo surpreendente, espetacular, curioso em relação à retórica parlamentar e ao teatro estão associados ao ambiente urbano da capital federal. O Rio de Janeiro do final do séc. XIX segue o caminho que atravessaram as metrópoles:

A modernidade transformou a estrutura não apenas da experiência diária fortuita, mas também da experiência programada, orquestrada. À medida que o ambiente urbano ficava cada vez mais intenso, o mesmo ocorria com as sensações dos entretenimentos comerciais. Perto da virada do século, uma grande quantidade de diversões aumentou muito a ênfase dada ao espetáculo, ao sensacionalismo e à surpresa.<sup>38</sup>

Foi a crítica teatral o espaço privilegiado para as reflexões sobre essa mudança de ênfase e expectativas. Antes de João do Rio e Gilberto Amado, os primeiros a elaborarem avaliações mais sociológicas sobre esse processo de aceleração da vida que implicava o ambiente urbano e todos os seus desdobramentos com relação aos estímulos, a crítica teatral pode informar a análise política sobre esses efeitos da retórica política programados e esperados. Com relação à crítica teatral no Brasil

---

<sup>37</sup> *Gazeta de Notícias*, em 22 de dezembro, coluna *Coisas do dia*, p. 1.

<sup>38</sup> SINGER, Ben. *Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular*, p.133.

da segunda metade do séc. XIX poderíamos afirmar, usando de um linguajar habermasiano, que ela prosperou por constituir-se no intercâmbio intenso de posições na esfera pública do jornalismo. Livres de interferências das esferas do poder político e econômico, pôde o jornalismo quando tratava de teatro, esse tema aparentemente inofensivo, elaborar esse saber que depois retornaria para tratar de temas políticos.

Um trecho de *Esau e Jacó*, que pela cronologia narrativa corresponderia ao momento exato da Proclamação da República e de sua legitimação pelo Congresso Nacional, ganha outros sentidos quando destacamos esse costume de usar o teatro para falar da política:

Enquanto os meses passam, faze de conta que estás no teatro, entre um ato e outro, conversando. Lá dentro preparam a cena, e os artistas mudam de roupa. Não vás lá; deixa que a dama, no camarim, ria com os seus amigos o que chorou cá fora com os espectadores. Quanto ao jardim que se está fazendo, não te exponhas a vento pelas costas; é pura lona velha sem pintura, porque só a parte do espectador é que tem verdes e flores. [...] Falo por imagens; sabes que tudo aqui é verdade pura e sem choro.<sup>39</sup>

O teatro de entretenimento, que unia dança, sensualidade, comédia e efeitos especiais, era antes de tudo, tal como o circo, um espetáculo. E o articulismo da época faz questão de colorir a política com esse caráter. Podemos reconhecer que a experiência teatral no Brasil do dezenove é fortemente capaz de preencher de sentido a experiência da retórica política, indicando (a) dois modelos de auditório – o do teatro de entretenimento e do teatro realista-naturalista; (b) o caráter de entretenimento e espetacular da política, em seus debates e cenários; (c) uma escala de variações da elocução, de um falar extravagante/artificial para um falar natural/realista. A aproximação com o teatro daquela época informa o caráter cenográfico do Congresso Constituinte em sua preparação e ornamentação. A retórica parlamentar, pois, entendida como um momento de execução e encenação da política permite que muitos de seus sentidos sejam desvelados pela crítica teatral.

---

<sup>39</sup> ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*, p. 115.

### 3.3 “Evolução”: crítica à retórica parlamentar do Segundo Império

O conto “Evolução”, de Machado de Assis, foi publicado em 24 de junho de 1884 na *Gazeta de Notícias*. As suas atividades nesse jornal liberal, que representou a maior parceria editorial e profissional do autor, compreendiam as crônicas políticas, publicou cerca de quinhentas entre 1883 e 1897, e os contos, cinquenta e seis entre 1881 e 1897. As séries de crônicas citadas nessa seção: *Balas de Estalo*, *Bons Dias* e *A Semana*, foram todas publicadas na *Gazeta de Notícias*.

A vinculação de Machado de Assis com a *Gazeta de Notícias* aproximou as suas atividades de cronista e contista para além do veículo material em que eram editados os textos: o mesmo papel, os mesmos tipos e a mesma diagramação; mais do que isso, seu trabalho justapôs o público de leitores das crônicas ao público de leitores dos contos. O autor, por seu lado, correspondeu à identidade do público: Machado leva muitas vezes para o conto materiais recolhidos no espaço da crônica, do mesmo modo como percorre o caminho inverso.

A manipulação de temas oriundos e recorrentes nas crônicas, o desenvolvimento mais acurado de pequenos golpes de humor, a manutenção dos alvos de ironia e dos valores, são atividades confirmadas no conto “Evolução”. Logo a seguir podemos comparar dois trechos do conto “Evolução”, que terá a indicação de seus parágrafos na coluna da esquerda, com trechos de duas crônicas publicadas em 1883, colocados em paralelo tendo em vista a metáfora do vestuário:

Conto Evolução	Crônicas
<p>[Inácio, descrevendo Benedito:] Tudo mais lhe era natural, pernas, braços, cabeça, olhos, roupa, sapatos, corrente do relógio e bengala. §2.</p> <p>[...] queria ser deputado. Fui eu mesmo que o induzi a isso, sem a menor intenção política, mas com o único fim de lhe ser agradável; mal comparando, era como se elogiasse o corte do colete. Ele pegou da ideia, e apresentou-se. §21.</p>	<p>Comte, Zola, Mac-Culloch, Leroy Beaulieu, etc., cujo guarda-roupas anda continuamente provido, tem-nos emprestado muitas casacas, e, ou seja da elegância dos corpos, ou arranjo do alfaiate, uma vez vestidas, parece que foram talhadas para nós mesmos.<sup>40</sup></p> <p>Há nesta cidade uma casa com este letreiro ‘À boa fé; roupa para banhos de mar’. O avesso deste letreiro seria este outro na loja <i>Notre Dame</i>: ‘À</p>

<sup>40</sup> Crônica de 10 de julho de 1883. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 37.

dissimulação; roupas para andar na rua'. <sup>41</sup>
--

Do mesmo modo natural como se vestia o homem do final do século XIX – branco, livre, de posses, elegível e eleitor – ocupado com a sua aparência diante dos outros, se dava o vestir as ideias: menos comprometedor do que se apropriar delas. Afirmar que roupa, sapatos e acessórios são naturais a Benedito, implica pois colocá-lo nessa ordem comum da circulação dos ideais na política nacional, significa afirmar que o protagonista do conto é mesmo um modelo para essa lógica onde as ideias são usadas como roupas.

A comparação do elogio do corte do colete traduz, no mesmo sentido, a agradabilidade do interlocutor para com Benedito e não para com o alfaiate que o concebeu. Nessa instância, onde o colete é Benedito e o estímulo do outro é desejo seu, trava-se uma típica relação de cordialidade onde, sob o código da ética do favor, “o favorecido [Inácio] conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor [Benedito], que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo.”<sup>42</sup> Machado traça pois Benedito para representar a elite da época enriquecida pelo café em busca de ideais para justificar sua posição, enquanto Inácio figura como o engenheiro jovem recém formado, portador de um capital social há pouco tempo em voga: as ideias de progresso.

As ideias de progresso, tal como veremos com o tema dos princípios, caíra no uso regular da retórica política e da imprensa da época. Logo abaixo podemos comparar o contexto retórico em que o progresso é empregado por Machado de Assis com, à direita, o jornalismo mais engajado de seu colega Ferreira de Araújo em crônica política de 18 de junho de 1883:

Conto Evolução	Crônicas
[Inácio relatando conversa com Benedito] E referiu muita coisa, observações relativas aos costumes do interior, dificuldades da vida, atraso, concordando, porém, nos bons sentimentos da população e nas	A Estrada de Ferro D. Pedro II, pondo em comunicação a capital do império com as províncias mais ricas, é principalmente um agente de progresso, um meio de lutar contra este embaraço – a distância, e de utilizar este fator – o tempo. É a estrada de

<sup>41</sup> Crônica de 11 de agosto de 1883. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 53.

<sup>42</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 18.

aspirações de progresso. Infelizmente, o governo não correspondia às necessidades da pátria; parecia até interessado em mantê-la atrás das outras nações americanas. §17	ferro que torna possível a colonização, que faz aproveitar a lavoura, que facilita o comércio, e que constitui, portanto, um elemento essencial de vida para o país. <sup>43</sup>
--	--

No conto “Evolução” a bricolagem de temas e avaliações de onde surge a palavra progresso expressa o seu sentido irônico: uma palavra esvaziada de sentidos e empregada a esmo. Desde aqui podemos reconhecer um traço que se estende por toda a obra de Machado, seja nos contos ou nas crônicas: a não vinculação sua, e a presença de forte desconfiança, ao modelo retórico de defesa e elevação de valores. Não é o que podemos interpretar da passagem da crônica política de Ferreira de Araújo, dono da Gazeta de Notícias, que aceita e defende, nos moldes tradicionais da retórica, aqueles ideais. Tal atitude de Machado de Assis em relação ao ideal do progresso é tanto mais coerente tendo em vista a contradição da presença do trabalho escravo com as ideias importadas da Europa. É necessário lembrar, com Raymundo Faoro em *A Pirâmide e o Trapézio* que:

O progresso para o brasileiro do segundo reinado, ainda não se traduz em fábricas e usinas, em siderurgias e estaleiros. Ele vive nas suas manifestações exteriores, acabadas: a iluminação, o bonde, os serviços públicos [e poderíamos acrescentar: as teorias, as estatísticas, etc]. Trata-se de um progresso importado, sobreposto a um país agrícola – resultado e não processo.<sup>44</sup>

Tratando o conto sobre uma frase pronunciada casualmente em uma viagem de trem que “evolui” para o conteúdo principal de um discurso político, Machado de Assis aborda diretamente o processo “misterioso e truncado” (§2) de elaboração dessa modalidade de discurso. Saliente-se que a retórica política é uma atividade social de grande relevo para a época – disputando apenas com a missa, a conferência literária, a ópera, o teatro, o concerto, a dança e o circo – e que Machado de Assis vai utilizá-la como matéria prima para produzir em seus contos, crônicas e romances os cenários ou mesmo os seus temas principais. Toda a geração letrada do final do século dezenove no Brasil, na qual se inclui Machado, recebeu educação retórica nos

<sup>43</sup> ARAÚJO, Ferreira de. *Coisas Políticas*, pp. 81 e 82.

<sup>44</sup> FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, p. 191.

colégios e na universidade, convivendo em um ambiente em que a oratória política é tida como espetáculo público<sup>45</sup> e a retórica, além de suscitar uma reflexão especializada, é vista como um modelo para a produção jornalística.

A preponderância do tema da retórica parlamentar no conto “Evolução” expressa pois uma referência que está diluída do início ao fim da produção literária de Machado de Assis. Nos contos, por exemplo, publicados até a primeira edição de “Evolução” podemos encontrar o tema da retórica: em *Questão de vaidade*, de 1864, na adjetivação de um dos personagens e nas avaliações sobre o protagonista<sup>46</sup>; em *O Caminho de Damasco*, de 1871, logo no início<sup>47</sup>, para destacar seu aspecto enfadonho; em *Uma Visita de Alcebiades*, de 1876, em que o grande rigor Alcebiades em diversas passagens<sup>48</sup> elogia a eloquência do séc. XIX; em *O Alienista*, de 1881, quando Simão Bacamarte defende sua proposta na Câmara, para qualificar um alienado, quando a Câmara pretende acabar com a Casa Verde e em tantas outras partes, em discursos na Câmara ou no tom oratório dos personagens<sup>49</sup>; em *Teoria do Medalhão*, também de 1881, quando o pai oferece os meios retóricos para o filho tornar-se um medalhão<sup>50</sup>; em *O Segredo de Bonzo*, de 1882, em que retórica, espírito comercial e manipulação da opinião pública constituem o pano de fundo do conto<sup>51</sup>; em *Verba Testamentária*, também de 1882, nas avaliações do protagonista sobre a Constituinte de 1823<sup>52</sup>; e, em *O Capítulo dos Chapéus*, de 1883, quando Mariana e Sofia vão passear na Câmara<sup>53</sup>. O

---

<sup>45</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência – Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*, p. 92. Machado de Assis expressa pelo avesso a valorização da oratória parlamentar em uma crônica de 4 de maio de 1888: “A primeira [razão pela qual precisou estar em boa saúde] é a abertura das câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse a cerimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico.” ASSIS, Machado. *Bons Dias*, p. 53.

<sup>46</sup> *Histórias Românticas*. pg. 29 e 16.

<sup>47</sup> *Histórias Românticas*. pg. 132.

<sup>48</sup> *Contos/Uma Antologia*, vol.1, p. 232 até 240.

<sup>49</sup> *Contos/Uma Antologia*, vol.1, respectivamente pp. 275, 277, 299.

<sup>50</sup> *Contos/Uma Antologia*, vol.1, respectivamente pp.330 a 337.

<sup>51</sup> *Contos/Uma Antologia*, vol.1, respectivamente pp. 362 a 370.

<sup>52</sup> *Contos/Uma Antologia*, vol.1, respectivamente p. 417.

<sup>53</sup> *Contos/Uma Antologia*, vol.2, respectivamente pp. 103 a 105

lugar privilegiado para a reflexão de Machado de Assis sobre o tema da retórica, contudo, foi a crônica política. Brito Broca em seu estudo *Machado de Assis e a Política* vai identificar, nas crônicas de Machado, desde o início da década de 60 o trabalho de crítica que recai sobre a retórica da política imperial.<sup>54</sup>

No que diz respeito à elaboração do discurso de Benedito para a câmara, podemos cotejar algumas passagens do conto, coluna da esquerda, e de crônicas do próprio Machado editadas no ano de 1883. Qual seria pois o material de produção de um discurso político?

Conto Evolução	Crônicas
<p>[Inácio descrevendo o ambiente de trabalho de Benedito]            Tinha duas estantes, cheias de livros muito bem encadernados, um mapa-múndi, dois mapas do Brasil. A secretária era de ébano, obra fina; sobre ela, casualmente aberto, um almanaque de Laemmert. §20.</p> <p>[Inácio relatando um encontro inesperado com Benedito]            Mostrei-lhe os papéis; ele viu-se deslumbrado. Como eu tivesse então recolhido alguns apontamentos, dados estatísticos, folhetos, relatórios, cópias de contratos, tudo referente a matérias industriais, e lhos mostrasse, Benedito declarou-me que ia também coligir algumas coisas daquelas. §31.</p>	<p>Vá, pois, de finanças. Resolvi isto hoje às oito horas da manhã. Para não vir de todo uma tábua rasa, peguei de um artigo de Leroy Beaulieu, um volume da Revista dos <i>Dois Mundos</i>, de 1852, os retrospectos comerciais do Apóstolo, etc. Conversei mesmo com um barbeiro, que me provou a todas as luzes que o dinheiro é uma mercadoria, por sinal que muito cara. Li tudo, misturei, digeri, e aqui estou.<sup>55</sup></p> <p>No ofício ao secretário das Colônias, mando alguns dados estatísticos, desenvolvidos que não reproduzo para não alongar este.<sup>56</sup></p>

O discurso político por aquele tempo passa a apresentar outra roupagem. Tanto o conto como a crônica denunciam um novo manancial de argumentos para serem utilizados na vida política. O *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, o *Almanack Laemmert* – ao que tudo indica, amplamente utilizado para a elaboração de discursos políticos – teve sua

<sup>54</sup> Um trecho dessas crônicas de Machado, que se ocupava com uma espécie de crítica do discurso parlamentar, afirmava que: “o Senador Pena teria ejaculado alguns discursos notáveis”. BROCA, Brito. *Machado de Assis e a Política e outros estudos*, p. 21.

<sup>55</sup> Crônica de 02 de setembro de 1883. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 60.

<sup>56</sup> Crônica de 23 de outubro de 1883. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 71.

primeira publicação em 1844 e, segundo Lawrence Hallewell “em breve superou todos os concorrentes, sobretudo por ser muito mais completo.”<sup>57</sup> Por sua vez, desde a década de sessenta até o final do século, segundo Nelson W. Sodré, a “*Revue des Deux Mondes* tornara-se leitura habitual do imperador e ‘principal alimento espiritual dos estadistas brasileiros’. Tinha o Brasil o maior número de seus assinantes fora da França.”<sup>58</sup> A revolução industrial na Europa produzia além de bens um conjunto de teorias, explicações e maneiras de aferir a realidade particulares, percebidas na periferia como dados estatísticos (mesmo que colecionados de um almanaque), amenidades (como aquelas que ocupavam grande parte do conteúdo da revista francesa) e tudo referente a matérias industriais (mesmo que apontamentos, folhetos, relatórios e cópias de contrato).

Seria, contudo, equivocado pensar que Machado dá voz em seus trabalhos a uma crítica à transplantação. Longe de ser um apologista da autoctonia, ele está ocupado em perceber de perto as acomodações daquilo que vem de fora, sendo a retórica um espaço privilegiado para esta análise. A seguir, podemos avaliar a identidade da concepção que Machado de Assis formulou sobre a retórica nacional presente em “Evolução” e em uma crônica de julho de 1884.

---

<sup>57</sup> Continua Hallewell em *História do Livro no Brasil*: “Após poucos anos foi ampliado de forma a abranger informações sobre todo o império, até que, em 1875, cada edição anual estendia-se a cerca de 1700 páginas.” HALLEWELL, Lawrence. *História do Livro no Brasil*, p. 234.

<sup>58</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, p. 197.

Conto Evolução	Crônicas
<p>[Reflexão de Inácio]  Creio até que, se tivesse de optar, optaria por essas formas curtas, tão cômodas, algumas lindas, outras sonoras, todas axiomáticas, que não forçam a reflexão, preenchem os vazios, e deixam a gente em paz com Deus e os homens. §31.</p>	<p>[...] mas direi neste ponto que a resposta à fala do trono é uma prática de tal ordem que, ainda mesmo que venha a perder a eficácia política, será sempre um vasto terreno de eloquência, apropriado às belas estreias e às formulas brilhantes. Vm. não ignora que há uma geologia parlamentar. Em certas partes do terreno (orçamento, reforma judiciária, etc.) a terra é apta para os matos cerrados e árvores gigantescas; noutras dão melhor as flores bonitas e as parasitas de toda espécie. Quanto às urgências, encerramentos, requerimentos etc., etc., são apenas aplicados às plantas urticárias, que picam as mãos e chegam mesmo a dar cabo de um homem ou de sete homens.<sup>59</sup></p>

O gosto local pelas frases de efeito, pelas fórmulas polidas e precisas, enfim pelos anexins<sup>60</sup>, daria forma às ideias que chegam de fora. A autenticidade brasileira, para parafrasear Gonçalves Dias, não estaria nas palmeiras nem nos gorjeios; em crônica política, Machado publica esse soneto: “Minha terra tem cadeiras,/Onde a gente a gosto está,/Os homens que aqui palestram,/Não palestram como lá.”<sup>61</sup> A percepção irônica desse gosto fácil<sup>62</sup> se estende também aos chavões da

<sup>59</sup> Crônica de 25 de julho de 1884. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 106.

<sup>60</sup> Palavra escolhida por Machado [§31] de origem árabe, que tem por etimologia ‘canto, elevação da voz, poema que se recita em assembleia, hino’.

<sup>61</sup> Crônica de 5 de setembro de 1884. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 130.

<sup>62</sup> Vale a pena reproduzir o clima desses tempos retóricos em uma perspectiva mais moderna e menos aristocrática, que tem em Machado de Assis um grande representante, nas palavras de Raymundo Faoro: “Havia a política dos princípios, das ideias e dos programas, recheada de citações francesas e inglesas, em dia – considerado embora o atraso normal dos transportes intraoceânicos – com as últimas novidades europeias. Nesse contexto, uma ou outra inclusão norte-americana, sobretudo relativa ao federalismo e à república, a prenunciar o deslocamento da fonte ideológica dos políticos. Por efeito da autonomia intelectual das elites, descomprometidas com as bases, o debate de ideias travava-se nas nuvens, ao sabor dos gostos e preferências individuais, de acordo com o último livro mal digerido. O xadrez intelectual complicava-se com a pesada carga de retórica que o turbava, retórica herdada da literatura portuguesa, seus oradores e escritores clássicos. Uma boa ideia se media pelo efeito que

retórica política da época, aparecendo em “Evolução” o que também se oferece nas crônicas: o deboche da elevação vazia dos princípios, a crítica ao sestro nacional das citações estrangeiras<sup>63</sup>, ao elogio lisonjeiro e sério dos homens de ação<sup>64</sup> e às artimanhas do orador por apresentar um tema supostamente mais relevante que a frágil divisão partidária na época<sup>65</sup>.

A elevação dos princípios era um recurso tão corrente na época que para Machado chamar a si os princípios, exigir dos outros princípios ou defender os princípios indicava tão somente a aceitação desse lugar comum. Em “Evolução” e em crônica da época percebemos o uso irônico desse chavão.

Conto Evolução	Crônicas
[Inácio lembrando as palavras de Benedito] Mas era indispensável que nos persuadísemos de que os princípios são tudo e os homens nada. §17.	Há também ventas esmurradas, é certo; mas todas as ventas do universo não valem um princípio. <sup>66</sup>

causaria num discurso, num aparte ou num artigo de jornal. Era a *política silogística*, a que aludia Nabuco, em que as ideias se escondiam em figuras e tropos, cobrindo algum problema financeiro ou jurídico, problema perdido num país desconhecido ou que não levava suas aspirações aos representantes da nação. Era um estilo enfático e solene, do qual se distinguiu a atividade literária corrente e a linguagem do eleitorado ativo, dos cabos eleitorais ou dos intelectuais de aldeia. O lado caricatural dos chavões e frases que afligiam os políticos, oradores, e jornalistas partidários, encontra, mais de uma vez, em Machado de Assis o lúcido e divertido retratista.” *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, p. 181-182.

<sup>63</sup> Em 19 de agosto de 1884 a crônica de Machado de Assis: “[...] e para acudir nosso sestro nacional das citações estrangeiras, darei esse trecho, que parece aludir às artes eleitorais do Sr. Paulino [...]”. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 118.

<sup>64</sup> Em “Evolução” lê-se: “Falava-me daquelas coisas, como se acabasse de as descobrir, expondo-me tudo, *ab ovo*, tinha o peito de mostrar aos homens práticos da Câmara que também ele era prático.” §32. Na crônica de 4 de agosto de 1884 reconhecemos o tema com o mesmo tratamento: “Interrogado pelo valor comparativo de ambos, responderei que prefiro o do açúcar, por um motivo patriótico, visto que o açúcar é um produto do país e a colonização vem de fora; mas direi também que o da colonização tem ideias muito práticas e aceitáveis.”. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 111.

<sup>65</sup> O trecho seguinte de “Evolução” está em paralelo com a crônica citada em seguida, de 4 de agosto de 1884. “E começou: ‘No meio da agitação crescente dos espíritos, do alarido partidário que encobre as vozes dos legítimos interesses, permiti que alguém faça ouvir uma súplica da nação. [...]’” §39. “Portanto, basta que eu exponha as teorias para que ambos os partidos votem em mim, uma vez que evite dizer se sou conservador ou liberal. O nome é que divide.”. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 111.

<sup>66</sup> Crônica de 14 de setembro de 1884. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 136.

A desconfiança diante das frases feitas<sup>67</sup>, a não aceitação da convencional crítica da não adequação aos princípios, enfim, a não aceitação da retórica como meio de se opor à retórica política da época, afastou Machado de Assis de seu colega de crônica Ferreira de Araújo, dono da Gazeta de Notícias. Em crônica de 25 de junho de 1883 Ferreira de Araújo ataca: “S. Ex. está faltando aos mais comezinhos princípios da mais elementar honestidade, deixando de cumprir o que prometeu”<sup>68</sup>; em 2 de julho de 1883 se indigna: “[...] se o primeiro atentado era punível, a continuação dele é uma revolta contra todos os princípios da justiça.”<sup>69</sup> A singularidade de Machado de Assis no tratamento retórico está associado com a ruptura de sua postura ética da mocidade em que “A moral triunfa na maioria das vezes e isto era um conselho dado aos leitores e às leitoras: Conduzi-vos honestamente, vós recolhereis os frutos.”<sup>70</sup>

Por fim, é interessante lembrar que evolução é uma dessas palavras que se presta bem à literatura machadiana: ao passo que indica aperfeiçoamento e progressão, significa volta, giro, movimento circular! Veja-se como ele a empregou em crônica política um mês após a publicação do conto “Evolução”: “Nem Shakespeare, nem João de Barros, nem o nosso jornalista C.B. de Moura, que há trinta e três anos ou mais acompanha assiduamente as evoluções de uma política bastarda e os protestos mais intencionais que eficientes dos nossos partidos.”<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> A propósito, vale a pena reproduzir a interpretação de Brito Broca do conto “Evolução”, que em muito inspirou o presente trabalho: “Talvez mais do que os outros povos, o brasileiro tem tido o fracasso pela bela frase, da frase redonda e sonora. A carreira de muitos políticos do Império ficou ligada a algumas dessas expressões de efeito, que se tornaram célebres. Acontece que muitas vezes elas não lhes pertenciam, vinham de terceiros, eram colhidas aqui e acolá, e adotadas com tanta convicção pelos tribunos, que depois nunca mais podiam separar-se das mesmas. Repórter parlamentar, tendo ouvido muito discurso no Senado, Machado de Assis teria surpreendido, não raro, nos lábios dos oradores, sob o aplauso das galerias, certas tiradas espetaculares, cuja paternidade não lhe escaparia. Comprovando a atitude convicta em que eram proferidas, não deixaria de ficar meio encabulado como seu personagem Inácio. Seria uma demonstração pitoresca e caricatural do evolucionismo em voga: pelas bancas das redações de jornais, às portas das confeitarias na Rua do Ouvidor, nas recepções, essas frases iam passando de um a outro até se identificarem com o orador que um dia as proclamava do alto da tribuna, certo de haver revelado uma grande verdade à consciência popular.” BROCA, Brito, *Machado de Assis político e outros estudos*, pp. 104 e 105.

<sup>68</sup> ARAÚJO, Ferreira de. *Coisas Políticas*, p. 92.

<sup>69</sup> ARAÚJO, Ferreira de. *Coisas Políticas*, p. 95.

<sup>70</sup> MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis*, p. 616.

<sup>71</sup> Crônica de 15 de julho de 1884. ASSIS, Machado. *Balas de Estalo*, p. 100.



## **CAPÍTULO 4 – *POUT-PURRIDA* DIVISÃO DAS RENDAS: Argumentação e Estilo em três Discursos do Congresso Constituinte de 1890-91**

A consumação da mudança de regime no Brasil excluiu as posições monárquicas do seio do debate parlamentar e abriu espaço para discussões sobre a natureza e o projeto da República. O Congresso Constituinte se reuniu de 15 de novembro de 1890 até 24 de fevereiro de 1891 (CC/1890-91) para, em um estreito espaço de liberdade, deliberar e aprovar a Constituição, já em vigor em relação a algumas matérias desde 22 de junho de 1890, pelo Decreto n.º. 510 do Governo Provisório.

Selecionamos três discursos expressivos das relações de poder presentes no Congresso para analisar: a Mensagem de Deodoro da Fonseca ao Congresso Constituinte<sup>1</sup> em 15 de novembro de 1890, pronunciada na sessão solene de abertura, que interpreta os acontecimentos que conduziram à Proclamação da República e orienta e previne os parlamentares dos valores e riscos de suas atividades; o discurso de Júlio de Castilhos na 8ª. sessão constituinte<sup>2</sup>, em 15 de dezembro de 1890, que reivindica maior federalização na arrecadação dos tributos; e, o discurso de Rui Barbosa<sup>3</sup> na 9ª. sessão constituinte, em 16 de dezembro, que defende a centralização almejada pelo Governo Provisório.

Para este capítulo, os textos, correspondentes às atas compiladas em anais, relativos aos três discursos referidos serão interpretados no seu contexto como: (a) argumentações e (b) estilos retóricos. Essa ordem segue a tripartição dos níveis que o ato de discurso comporta: um nível proposicional, e daí as análises dos argumentos; outro, ilocucionário, relativo às ações implicadas no ação discursiva; e, por fim, o nível perlocucionário, certos resultados gerados pelos atos de fala. Ricoeur desenvolve:

---

<sup>1</sup> Os três discursos foram divididos em parágrafos para facilitar os procedimentos de análise. O de Deodoro da Fonseca possui 65 parágrafos, se dividindo esquematicamente em uma parte histórica em que explica os acontecimentos que conduziram à Proclamação da República (§1 ao §23), outra dando diretrizes para temas fundamentais da Constituição (§24 ao §38) e, por fim, abordando realizações do Governo Provisório e metas (§39 ao §65).

<sup>2</sup> Composto de 94 parágrafos, permeado por intervenções, o discurso é a exposição de argumentos pela federalização da competência e arrecadação de tributos.

<sup>3</sup> Esquematicamente o discurso, de 140 parágrafos, com poucas intervenções, tem por fim atacar aquilo que considera excesso de federalismo, inaplicável à realidade econômico-financeira nacional.

Mas o que é dito? Para elucidar de modo mais completo esse problema, a hermenêutica deve recorrer não somente à linguística – mesmo compreendida no sentido de linguística do discurso, por oposição à linguística da língua, como fizemos até aqui -, mas também à teoria do *Speech-Act*, como pode ser encontrada em Austin e Searle. O ato de discurso, segundo esses autores, é constituído por uma hierarquia de atos subordinados, distribuídos em três níveis: nível do ato locucionário ou proposicional: ato *de* dizer; nível do ato (ou da força) ilocucionário: aquilo que fazemos *ao* dizer; e, nível do ato perlocucionário: aquilo que fazemos *pelo fato de* falar. [...] Assim, o ato proposicional, a força ilocucionária e a ação perlocucionária tornam-se aptos, numa ordem decrescente, à exteriorização intencional que torna possível a inscrição pela escrita.<sup>4</sup>

A compreensão dos discursos parlamentares a partir das atas recupera pois os sentidos que se deixam resgatar nesses três níveis.

Por isso torna-se necessário entender por significação do ato de discurso, ou por *noema* do *dizer*, não somente o correlato da frase, no sentido estrito do ato proposicional, mas também o da força ilocucionária e, mesmo, o da ação perlocucionária, na medida em que esses três aspectos do ato de discurso são codificados e regulados segundo paradigmas; na medida, pois, em que podem ser identificados ou reidentificados como possuindo a mesma significação. Portanto, dou aqui ao termo significação uma acepção bastante ampla, recobrando todos os aspectos e todos os níveis da exteriorização intencional que torna possível, por sua vez, a exteriorização do discurso na obra e nos escritos.<sup>5</sup>

Na análise proposicional, das argumentações, foram privilegiados os assuntos mais recorrentes e mais relevantes na perspectiva dos próprios oradores. Destacaram-se os temas da fundação da República no Brasil, da legitimidade e soberania do CC/1890-91, da idealidade da Constituição, das liberdades civis e do federalismo. O foco das análises nesse tópico recaiu sobre as fundamentações, as relações de causalidade, de identidade, de autoria, as remissões à memória e as exemplificações que compõem as argumentações dos discursos.

Dentro da assembleia os argumentos são manipulados em um espaço de manifesta disputa pela tomada de decisões e pelas posições na

---

<sup>4</sup> RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*, p. 47 e 48.

<sup>5</sup> RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*, p. 49.

hierarquia das justificações e da memória histórica. A proposta de aproximação sucessiva desse ambiente de intensa disputa coloca em evidência a variedade de sentidos e funções assumidos por temas e ideias que, à primeira vista, seriam identificados como equivalentes. Uma análise dessas contribuiu para a história das ideias no Brasil ou mesmo para as investigações sobre a ideologia de Estado que, se limitando às investigações sobre a recepção e transmissão de ideias pelos intelectuais e ideólogos, não dispensaram a devida atenção para o estudo das *práticas* discursivas estatais, das ideias *em obra*.

Outro ângulo de reflexões importante, que vem também a valorizar o discurso parlamentar como fonte historiográfica, é o dos estilos retóricos. Conferindo individualidade aos discursos ao passo que pode identificá-los como parte de uma tradição retórica, os estilos são um ponto de inflexão nos juízos de recepção do auditório. Trata-se de compreender a força ilocucionária e perlocucionária dos discursos: aquilo que *fazem* ao dizer e o que *por dizer* fazem: “o ato ilocucionário que tem uma certa *força* ao dizer algo; e o ato perlocucionário que consiste em se obter certos *efeitos* pelo fato de se dizer algo.”<sup>6</sup> É a oportunidade de avaliarmos, pelas expressões entabuladas e pelos efeitos produzidos, a extensão e a intensidade da pomposidade e do floreio dos discursos, que há tanto tempo se usa identificar como característica da tradição bacharelesca no Brasil.

#### 4.1 Os argumentos

O ambiente onde se travariam as discussões do CC/1890-91 – o local, os participantes e as regras da discussão – foi construído com os mesmos moldes autoritários que definiram os dois anos de Governo Provisório.<sup>7</sup> Os 268 representantes da constituinte, 205 deputados e 63 senadores, foram eleitos de acordo com Regulamento Cesário Alvim, que selecionava os candidatos conforme a indicação dos governadores que haviam sido nomeados pelo Governo Provisório. Além disso, o projeto de Constituição, programado para ser aprovado sem alterações em curto espaço de tempo, recebeu o trabalho da Comissão dos Cinco, nomeada pelo Governo Provisório, e retocada quase na sua totalidade

---

<sup>6</sup> AUSTIN, J.L.. *Quando Dizer é Fazer – palavras e ação*, p. 103.

<sup>7</sup> Para um trabalho que se detivesse sobre esse tema seria mesmo importante a extensa exposição dos fatos e relações de poder que configuraram o CC/1890-91. Um resumo das determinações políticas em: CARONE, Edgar. *A República Velha – evolução política*, p.30-35.

por Rui Barbosa, o então Ministro da Fazenda. O local preparado para os trabalhos do CC/1890-91 afastou os debates do núcleo urbano para o edifício da Quinta da Boa Vista, em Petrópolis, que havia servido de residência Imperial.

Nosso objetivo então nesta seção é compreender quais linhas argumentativas disputaram a tomada de decisões e de justificativas concernentes aos temas da fundação da República no Brasil, da legitimidade e soberania do CC/1890-91, da idealidade da Constituição, das liberdades civis e do federalismo. Nesse momento importa apenas identificar os argumentos usados pelos oradores e apontar de modo preliminar algumas conexões com a tradição do pensamento político brasileiro, deixando de lado toda a problemática da eficácia de suas argumentações: se de fato convenceram os seus interlocutores.

Os dois primeiros anos de instauração da República no Brasil, logo abrindo o espaço para um Congresso Constituinte, suscitaram o debate sobre as raízes dessa República, especialmente sobre os acontecimentos que conduziram à Proclamação. No CC/1890-91 tal debate excluiu qualquer avaliação crítica daqueles fatos, como a acusação difundida de golpe de estado, e teve como principais escopos a exposição de argumentos sobre a origem da soberania na troca de regime e a construção de uma memória nacional republicana. Nesse último sentido, as disputas ofereciam como prêmio a expectativa de valorização da memória que o futuro teria sobre o presente, operando no plano da imortalidade da glória cívica.

Alguns estudos contemporâneos tem destacado a construção dessa memória republicana. Sobre o papel do Apostolado Positivista junto a membros do Governo Provisório, na construção da memória pública republicana, especialmente com a decretação de feriados e festas nacionais, é muito importante o artigo de Elisabete da Costa Leal, *O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*, de 2006. Ademais os efeitos da construção de uma memória republicana que ligasse a Proclamação ao passado colonial e a certas revoltas no Império foram sentidos na própria historiografia. Em 1924 temos *Evolução do pensamento republicano no Brasil* de Celso Vieira<sup>8</sup>, que acolhe e desenvolve essa interpretação desencadeada nos anos do Governo Provisório. Só nos anos 1970 teremos um trabalho mais minucioso e hoje clássico do brasilianista George C. A. Bohrer, *Da Monarquia à República – História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)*,

---

<sup>8</sup> Publicado em: LEÃO, A. Carneiro & Vários autores. *À Margem da História da República*.

que estudou, a partir da imprensa e dos clubes republicanos, a pouca difusão do pensamento republicano ao tempo da Proclamação. E para uma análise iconográfica da Proclamação da República e de seus efeitos de legitimação e construção do imaginário social existe o já clássico *Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*, de José Murilo de Carvalho.

Na sua Mensagem, Deodoro da Fonseca monumentaliza os fatos que conduziram à Proclamação da República afirmando em sua linguagem grandiloquente: “à frente dos meus camaradas heróicos marchei para o campo da revolta cívica” (§4), opondo-se a uma percepção menos nobre, disseminada no Brasil e no mundo, que equiparava aqueles acontecimentos “a uma simples rebelião de quartéis” (§6).

Percebe-se um esforço no discurso de Deodoro da Fonseca por vincular a Proclamação da República a uma tradição republicana, apresentando os últimos acontecimentos como um “movimento que desde os tempos coloniais teve precursores e mártires” (§5), reivindicando a herança histórica de: “a Inconfidência Mineira, todos os motins e revoltas políticas, a revolução de 1817” (§10). Ele eleva a memória do “7 de abril de 1831, em que banimos o primeiro imperador” (§10), sobre a da Independência, que era sentida como baluarte histórico do Império.

Mais do que uma consequência da conjuntura e história nacionais, “na América a monarquia estava ao desamparo das tradições de seus fundadores” (§12), tradições essas que foram recebidas “por uma lufada revolucionária da Europa, onde, com o sangue francês, escreveu-se a reforma” (§13). Com esse pensamento, Deodoro da Fonseca apresenta a recente história nacional como um caso da história da América, ligada à Europa pela herança da Revolução Francesa.

Por homologia à evolução de que resultou a Proclamação da República, se sucederia o processo de elaboração da Constituição da República:

a grande obra que vindes legislar foi dedução lógica das premissas que o passado lançou, tão suave e naturalmente dele decorridas que nenhuma gota de sangue, nenhum ataque a patrimônios de quem quer que seja empanaram o brilho à grande vitória saudada pela Nação inteira. (§7)

A suavidade deveria se repetir na obra legislativa, preparando para a afirmação de adiante, segundo a qual, “Grave é também o perigo das

inovações” (§30), pois “nada mais funesto do que, a cada fantasia que surge, destruir monumentos que resistiram às revoluções, que atravessaram os tempos e definiram o caráter e as instituições de uma nação” (§31). Trata-se de recolher os valores da Revolução Francesa e não sua tradição revolucionária: o tom para os trabalhos constituintes é o de uma reforma segura.

No discurso de Rui Barbosa a memória da Proclamação perde as cores épicas e assume feições mais humanas e administrativas. Enquanto Deodoro pretende ligar a Proclamação a uma tradição republicana que ele mesmo funda, em Rui Barbosa a memória é suscitada no contexto de explanação sobre os gastos e deslizos financeiros do Governo Provisório. A exaltação cede lugar à ideia de que tudo poderia ter sido muito pior:

Quando nos provocarem ao tribunal da opinião não nos arrecearemos de responder pelo crime de ter recebido a revolução das mãos da força triunfante e conduzi-la, por treze meses de ditadura, sem uma nódoa de sangue, sem uma interrupção na vida ordinária do País, sem a menor quebra no seu crédito, com a sua administração ileza a sua tranquilidade perfeita, a sua riqueza crescente, preservando esse depósito sagrado, esse tesouro de honra, para, através de obstáculos, perigos e contratemplos, entregá-lo, como o entregamos, nas mãos soberanas da Nação. (§81) Feliz a [revolução] que se consuma, como a nossa, sem crueldade, nem desonra, à sombra da liberdade e da paz. Querê-la extreme de erros, é ignorar a pressão incalculável de interesses imperiosos e forças desencadeadas, que, em períodos desses pesam sobre os ombros de uma ditadura. As marés revolucionárias têm vagas irresistíveis. (§82)

A utilização sucessiva da preposição ‘sem’, que indica ausência, marca a valorização do passado por aquilo que não aconteceu e sugere uma postura defensiva em Rui Barbosa.

Apresentando-se à assembleia, Júlio de Castilhos afirma: “fiz parte como soldado raso dessa cruzada que por tanto tempo se empenhou na propagação das ideias republicanas federais” (§1), e, no encerramento retoma: “eu tenho a satisfação de esperar que todos aqueles que labutaram comigo e outros na grande propaganda pela República Federativa” (§94). Desse modo, a Proclamação da República, historicamente, aparece como o resultado da propagação de ideias republicanas – o efeito dessa sentença, que perpassa todo o discurso de Júlio de Castilhos, é o de que se as ideias republicanas não forem consumadas em ações o regime imperial manter-se-ia. Nesse sentido:

“Não sendo assim, continuará o sistema das finanças imperiais” (§50). “Senhores, é isto que nós do Rio Grande do Sul combatemos com toda convicção, porque vemos aí a consagração do regime imperial. E, um povo como este não pode ser submetido a tal regime, sob pena de continuar a mesma aflitiva situação. (§63)

Essa visão de precariedade do regime republicano, exposto à consumação ou não de seus ideais, tarefa que Júlio de Castilhos coloca nas mãos dos federalistas, é oposta a da Mensagem de Deodoro, segundo a qual “Até ontem a nossa missão era fundar a República; hoje o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conservá-la e engrandecê-la.” (§23) A República nessa perspectiva, que Rui Barbosa também assume em seu discurso, já estava fundada.

O Generalíssimo Deodoro da Fonseca na primeira linha de sua Mensagem ao CC/1890-91 afirma que ele próprio “entrega à Assembleia os destinos da Nação”, sem fazer qualquer referência à representação que poderia estar fazendo do Governo Provisório, do povo ou das Forças Armadas. Segundo ele “a Providência aprovou que fosse elevado à suprema magistratura do país” (§1) e “os acontecimentos o investiram de grande soma de poder” (§4). Afirma que “é depositário do tesouro dos destinos da Nação” e que “ele restitui tal tesouro na pessoa dos seus eleitos” (§4). A utilização da primeira pessoa do singular, que perpassa todo o discurso, explicita a ideia de que seja pessoal a emanção do poder a que vai revestir de legitimidade o CC/1890-91. Reforçando tal posição, cabe referir que segundo Deodoro da Fonseca, que é anunciado como Generalíssimo, “cabe ao Exército e à Armada a glória de ter efetuado a revolução de 15 de novembro, data esta que será de ora em diante a hégira da República Brasileira” (§57).

O tom personalista, e não representativo, é encontrado ao longo da Mensagem, como: “– Tal é, Srs. Membros do Congresso, o modo por que entendo deverem ser encaradas as novas circunstâncias políticas da nossa pátria” (§33) ou “procurei imprimir nos atos políticos do Governo Provisório a expressão mais humana e mais suave” (§34). Em outros momentos Deodoro utiliza a primeira pessoa do plural para tratar da história republicana no Brasil, no sentido de “nós os republicanos” (§8-11); em outros pontos, para falar de realizações financeiras, administrativas e aspirações sociais do Governo Provisório (§39-44, §46-48), usa com o sentido de “nós do Governo Provisório”.

Júlio de Castilhos intervém com seu discurso no Congresso no dia 15 de dezembro de 1890, 8ª. sessão, por ocasião do debate sobre a possibilidade da União cumular competência sobre impostos originariamente pertencentes aos Estados, como pretendia o projeto do

Governo Provisório. Afirma que “todos os atos do Governo Provisório, estando sujeitos ao exame e à aprovação do Congresso, poderão sofrer modificações e até revogações, uma vez que o próprio Governo Provisório declarou que os seus atos ficariam sujeitos ao exame e aprovação do Congresso.” (§83) A legitimidade do poder do CC/1890-91 tem origem em uma declaração, uma autêntica delegação de poderes do Governo Provisório, que passa a estar submetido, em relação a todos os seus atos – presentes, futuros e passados – às decisões daquele Congresso.

Rui Barbosa no seu longo discurso como Ministro da Fazenda do Governo Provisório manifesta uma interpretação dos acontecimentos próxima a de Júlio de Castilhos quanto a origem e legitimidade do poder, embora a sua exposição tenha por fim combater, segundo entende, os excessos de federalismo. De início afirma que “os trabalhos, dos quais deve resultar para o país a Constituição, que lhe prometemos e que ele nos confiou” (§1), em seguida refere o “interesse supremo da Pátria” (§2) tratando logo no início de seu discurso de forma abstrata e impessoal, o país e a pátria como a origem da legitimidade dos trabalhos da constituinte.

No desenrolar do discurso vai se definindo que “o projeto constitucional [foi] apresentado pelo Governo Provisório à vossa [Congresso Constituinte] consideração” (§4). E que

se nos mostrássemos [nós do Governo Provisório] receosos de ouvir o veredictum do país sobre a revolução, não poderíamos inspirar ao mundo confiança na popularidade desta, nem fé ao povo na sinceridade das nossas intenções republicanas, enfim, não seria possível prolongar a situação revolucionária, e para arrematar, assentando nesse fato a grande pedra angular, sobre a qual se deveria levantar o nosso crédito no país e no exterior (§5).

Desde aqui se delinea a ideia de uma limitação do poder constituinte: o projeto constitucional é o limite das deliberações do Congresso e não, como afirmava Júlio de Castilhos, todos os atos do Governo Provisório, que inclusive estariam sujeitos à revogação; e, ao mesmo tempo se delinea uma concepção utilitária do papel do Congresso Constituinte: o de acalmar os ânimos do mercado, inspirando confiança aos credores estrangeiros e nacionais.

Logo a seguir, Rui Barbosa trata de frente o problema da legitimidade e dos limites do poder do Congresso Constituinte e ataca a ideia de soberania da constituinte. Afirma que “só a nação é soberana, e

não delega senão partes divididas, fracionárias, compensadas de sua soberania; se a ditadura é um mal, a ditadura de uma assembleia é um mal ainda mais grave; não podeis ser legislatura enquanto não cessardes de ser constituinte.” (§7) A fundamentação dessa posição encontra razões histórica política, econômica e jurídica. Juridicamente é necessário “respeitar os limites do vosso mandato” (§7). Historicamente é necessário se “afastar dessas tradições, que enlutam a história de outros países” (§7), fazendo referência explícita ao “espectro vago de uma Convenção Nacional” (§7). E, do ponto de vista econômico,

a incerteza, em que laborava o público, sobre a orientação política dos representantes do povo, determinou imediatamente consequências lamentáveis para as nossas relações comerciais. A ameaça de absorção da ditadura pelo Congresso Constituinte teve como correspondência instantânea, o termômetro do câmbio, indicador habitual de todas as impressões produzidas na circulação dos interesses financeiros, [que] denunciou, por quedas rápidas e sucessivas, o sobressalto, a ansiedade, o alvoroço.(§7)

Da mesma forma como o Congresso Constituinte serve para inspirar confiança nos negócios dentro e, principalmente, fora do país, a sua soberania absoluta resultaria, segundo Rui Barbosa, no caos financeiro, ameaças à credibilidade do país no exterior. A justa medida do poder de soberania do Congresso Constituinte, nesse sentido, não está informada diretamente por uma doutrina da soberania, mas deve ser regulada por juízos e expectativas da conjuntura. E seguramente o grau de subjetividade exigido para as avaliações de conjuntura era extremamente alto se levarmos em conta o papel atuante da imprensa e a onda de boatos, intrigas e especulações que veiculava.

Segundo Delso Renault trata-se de “uma fase atuante da imprensa brasileira. Ela dá início à renovação de seu maquinário e se lança à organização empresarial”<sup>9</sup>. Abordando a efervescência contemporânea à Constituinte, afirma esse mesmo autor: “Ativa e atuante, a imprensa reflete o clima de intranquilidade reinante. Nem sempre ela se conduz com o equilíbrio necessário nas horas difíceis. Alguns profissionais contribuem para que se espalhem rumores sediciosos e boatos alarmantes. São especialmente utilizadas a seção

---

<sup>9</sup> RENAULT, Delso. *A vida Brasileira no Final do Século XIX: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901*, p.19.

apedidos e as agências noticiosas instaladas na cidade.”<sup>10</sup> Tão relevante foi ao tempo da Primeira República um diálogo com as notícias ou boatos da imprensa que Rui Barbosa se viu obrigado, nas palavras de Renault, a “expedir telegramas aos representantes brasileiros nas capitais da Europa, bem como à redação de *O Século* e à do *The Times*, no intuito de desfazer “a onda de boatos sobre a revolta de corpos de artilharia. Desmente também a notícia sobre a gravidade da moléstia do Marechal Deodoro.”<sup>11</sup>

A matriz dos argumentos de Rui Barbosa para a limitação da soberania do Congresso Constituinte parece ser a mesma que vai definir o seu ideal de Constituição. Os adjetivos usados por Rui Barbosa para qualificar o que deveria ser a nova Constituição rejeitavam seu distanciamento com a realidade, “uma Constituição virginalmente pura ou idealmente ilibada” (§2). Era antes necessário “uma Constituição sensata, sólida, praticável, política nos seus próprios defeitos, evolutiva nas suas insuficiências naturais, humana nas suas contradições inevitáveis. (§2) Tais ideias, herdadas explicitamente das críticas acometidas à Constituição de 1824 pelo próprio Rui Barbosa, colocam em oposição “um organismo novo, rijo, vivedoiro, as combinações aéreas, irrealis, abstratas, destinadas a brilhar no papel, incapazes de adaptar-se à situação do país, e reanimá-lo.” (§4)

Essa disjunção, tão presente nas interpretações sobre o Brasil, entre uma idealidade jurídica e uma realidade social, compunha pois o próprio discurso do Governo Provisório. Esse raciocínio apresenta ironicamente o mesmo conteúdo daquilo de que anos mais tarde a própria Constituição de 1891 viria a ser acusada. São idênticas às acusações que caracterizariam o pensamento de Oliveira Vianna: “A bela ideologia da Constituinte teria que fracassar da mesma forma, senão imediatamente, como aconteceu, pelo menos com o correr dos tempos, à medida que se fosse acentuando o desacordo entre os seus princípios e a as condições mentais e estruturais do nosso povo.”<sup>12</sup> E passado muito tempo Raymundo Faoro denunciaria aquela Constituição com a mesma argumentação de que “continuará a operar a mesma prática imperial, em que as ficções constitucionais assumem o caráter de

---

<sup>10</sup> RENAULT, Delso. *A vida Brasileira no Final do Século XIX: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901*, p.18.

<sup>11</sup> RENAULT, Delso. *A vida Brasileira no Final do Século XIX: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901*, p.18.

<sup>12</sup> VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*, p. 145. Em *À Margem da História da República*, vários autores, 1924.

um disfarce, para que, à sombra da legitimidade artificialmente montada, se imponham as forças sociais e políticas sem obediência às fórmulas impressas.”<sup>13</sup>

A realidade de que trata, da qual a Constituição deveria se aproximar é a econômico-financeira. É “à luz dos interesses financeiros da Nação” (§5) que dede o início Rui Barbosa encarou “a conveniência da reunião da Assembleia” (§5). A resposta que tomar o Congresso para as medidas financeiras deverá conduzir ao “verdictum do país sobre a revolução, e conseqüentemente, inspirar ao mundo confiança na popularidade desta” e inspirar “fé ao povo na sinceridade de nossas intenções republicanas” (§5). No parágrafo seguinte Rui Barbosa reafirma que “os interesses quotidianos da vida financeira” estão ligados ao “curso ordinário das nossas deliberações” (§6). Os interesses financeiros referidos não indicam interesses egoísticos de lucro, mas as vantagens econômicas para o próprio Estado.

Rui Barbosa defende a ideia de uma Constituição adaptada à situação do país. (§2 e §4) A defesa da adaptação de um projeto a necessidades reais pode ser visto como um ponto de intersecção entre um discurso político e um econômico. A ideia da economia como um termômetro para as condições sociais desde o qual a política cumpriria remediar com suas ações pode ser pensada no mesmo sentido da metáfora médica que utiliza: uma idealidade (política) que se constrói a partir de uma realidade (econômica). Na continuidade do discurso, Rui Barbosa vai explicar como se apreende as reais condições da realidade e não as ideais condições.

Deodoro da Fonseca tergiversa responder qual Constituição espera para o país. Durante todo o discurso trata das realizações políticas havidas durante a ditadura e afirma que “o Governo Provisório, representante da vontade da Nação, entendeu de usar mais amplamente do depósito que lhe foi confiado, decretando a Constituição Política que tem de reger a República dos Estados Unidos do Brasil” (§47) e “o sistema de federação que adotamos e que em sua máxima parte funciona desde o dia 15 de novembro” (§48). Mas Deodoro da Fonseca faz ouvir o que recusa dizer, transmite com suas omissões que a Constituição deve permanecer esta que o Governo Provisório, por meio de seus decretos, fixou para o país, alertando que em matéria legislativa, “grave é o perigo das inovações” (§30).

---

<sup>13</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, p. 533.

Destaque-se que a postura de Júlio de Castilhos entra diretamente em embate com as ideias de Deodoro da Fonseca. Segundo o representante gaúcho “nós estamos aqui para instituir a república federativa” (§2), ganhando o Congresso Constituinte uma força fundacional e decorrendo disso uma expectativa de Constituição. O ideal de Constituição de Júlio de Castilhos, como já se pressupõe, é aquele que consagra o princípio, que segundo ele, esteve por base da propaganda republicana, do federalismo.

O tema das liberdades civis não aparece uma só vez no discurso de Júlio de Castilhos, que utiliza a palavra liberdade no contexto das ideias federalistas, para falar das relações entre Estados e União; e, ainda, implicitamente para falar dos poderes do CC/1890-91 perante o Governo Provisório. Nos dois outros discursos esse tema está intimamente associado à mudança de regime, identificando a monarquia à servidão e a república à liberdade.

A memória republicana remete, na Mensagem do Generalíssimo, à busca pela liberdade no contexto de um regime de arbítrio:

No mais sombrio de nossa existência a aspiração da liberdade penetrou no íntimo de todas as consciências e gerou as erupções terríveis da soberania da razão contra as violências ou fraudes da soberania da convenção.(§8) Ou, Tinham os nossos maiores um tal culto pela democracia, que um só elo do despotismo antigo não era quebrado sem que não respondêssemos com a adesão armada, celebrando as páscoas da liberdade com o sangue sagrado de patriotas abnegados e sublimes de coragem e resignação na hora do martírio.(§9)

Essa aspiração pela liberdade que se vincula à tradição republicana, segundo Deodoro da Fonseca, se realizou na Proclamação e no período ditatorial na medida em que evitou o recurso da violência e respeitou a propriedade: “nenhuma gota de sangue, nenhum ataque a patrimônios de quem quer que seja” (§7).

Interpretando a Abolição, o Generalíssimo afirma que “para a causa democrática havia desaparecido completamente a nefanda instituição do trabalho servil, que trazia o senhor e o escravo acorrentados no mesmo grilhão” (§19). Tal equiparação entre o senhor e o escravo explicita muito bem a sua concepção precária de liberdade civil. E não para por aí:

o exército e a armada nacionais, ameaçados, um último reduto a vencer para submeter a alma nacional, que queria o direito de agir livremente

qual fora reconhecido ao escravo, encontrou os soldados cidadãos firmes e resolutos para ampararem também a causa da liberdade civil. (§20)

A República, portanto, estendeu a liberdade que fora concedida aos escravos e senhores – esses últimos também estavam presos “por mil dependências diversas” (§19) –, estendeu pois a liberdade ao exército e à armada, “que queriam o direito de agir livremente” (§20). A concepção de liberdades civis se coaduna com a sua proposta para sucesso da República: “Para assegurar a prosperidade e o prestígio das novas instituições, o principal dever da autoridade é executar a lei sem vacilações, o do cidadão o de obedecer sem condições. Sem isso tornaremos ao domínio da anarquia e das facções.” (§29) Tal como as liberdades civis foram ampliadas aos militares, seu regime de disciplina foi imposto aos demais cidadãos.

Passando ao largo dessa concepção precária e militarista das liberdades civis, Rui Barbosa, “a grande figura civil do Governo Provisório”<sup>14</sup>, estava preocupado com a “liberdade de cidadãos alheios aos encargos do governo e às responsabilidades da ditadura” (§3). Impunha-se, portanto, a “celeridade destes debates para que se possa entrar já na legalidade definitiva” (§2). O regime de liberdades a ser alcançado pela Constituição brasileira deveria estar pautado em uma experiência bem sucedida, infensa às oscilações violentas dos nossos vizinhos mais próximos. O modelo para a Constituição brasileira será a Constituição dos Estados Unidos que por si só constitui um lugar privilegiado do discurso de Rui Barbosa.

O tema do federalismo seguramente é o mais importante nos discursos que estamos tratando, só perdendo a preponderância na Mensagem de Deodoro da Fonseca. Em Júlio de Castilhos e Rui Barbosa constitui o mote e o tema principal; em um, a razão de seu discurso e reivindicação, em outro, o tema de uma longa digressão histórica e política.

Os resultados da Assembleia Constituinte, que efetivamente envolveu o debate entre o Projeto do Governo Provisório e o Projeto da Bancada Gaúcha, foram de modo amplo considerados pela historiografia tradicional como conquistas do federalismo. Na primeira discussão da Constituinte destinou-se aos Estados o imposto predial, o imposto de indústria e o de profissões enquanto na segunda discussão foram conquistas dos Estados as taxas de Correios e Telégrafos estaduais e o selo de papéis encaminhado de autoridades locais. E, segundo Agenor

---

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*, p. 274.

de Roure, “foi difícil fazer com que os Estados parassem por aí”.<sup>15</sup> Contudo, Agenor de Roure, em sua posição partidária ao Governo Provisório, se esforça para convencer de que a Constituição de 1891 não foi uma Constituição positivista.

A mensagem de Deodoro da Fonseca é direta em relação às aspirações federalistas resumindo seu pensamento:

De nada servirá a solidariedade dos governos se os estados de que se compõe a União não forem estabelecendo entre si os mais fortes laços de solidariedade nacional. A autonomia do governo local, tão tenazmente pleiteada pela universalidade dos brasileiros no passado regime, não deve importar no regime republicano a desagregação da pátria.(§26-27)

E concede com o Império na conservação da unidade território, “não será por certo a República que transija nesse ponto” (§28). Campos Salles em *Da Propaganda à Presidência* expõe a relação tênue entre ala civil paulista e os militares do Governo Provisório a propósito da configuração federalista mais tarde consubstanciada na Constituição: “Apenas organizado o novo ministério de 22 de janeiro, no dia seguinte recebi a visita do Sr. Lucena, reconhecidamente a influência preponderante nos conselhos do governo. [...] desejava saber, antes de tudo, qual seria a conduta dos representantes paulistas em relação ao governo. Respondi [...] que, finalmente, éramos unionistas, mas não duvidaríamos ir até a separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária.”<sup>16</sup>

O discurso de Júlio de Castilhos é a exposição de argumentos para a emenda que propõe ao Art. 8 da Constituição, defendendo a competência exclusiva dos Estados para a tributação de todas as matérias não tributáveis pela União. No Art. 12 da Constituição decretada pelo Governo Provisório estava previsto que “Além das fontes de receita discriminadas [...] é lícito à União, como aos estados, cumulativamente ou não, criar outras quaisquer [...]” Segundo Júlio de Castilhos

o projeto reservou à união as fontes de receita mais abundantes, aquelas que mais rendem, e deixou para os estados, no art. 8º., o imposto de transmissão de propriedade, o imposto territorial, o

<sup>15</sup> ROURE, Agenor. *A Constituinte Republicana*, 1979, p. 12.

<sup>16</sup> SALLES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*, p. 35-36.

imposto de exportação, cuja arrecadação deverá terminar, segundo a Constituição, infalivelmente, em 1898, e mais nada. (§36)

O orador gaúcho avalia:

De sorte que, fazendo essa classificação, a Constituição realiza a partilha do leão, tomando para a União as fontes mais produtivas, deixando aos estados as que menos rendem, e ainda acrescenta: – sobre todas as mais matérias a União e os estados podem tributar cumulativamente. (§37)

E por fim, conclui: “para estabelecermos a verdadeira Federação neste país, devíamos discriminar perfeitamente as rendas que devem caber à União e as rendas que os estados devem arrecadar.” (§39)

Em seguida passa a demonstrar com dados oficiais (último orçamento e relatórios do ministério da Monarquia, e informações do Governo Provisório publicadas no Diário Oficial) a suficiência das rendas do Art. 6º. para a manutenção dos gastos da União. (§43-44) No caso da necessidade de receitas extraordinárias a União teria a faculdade de tributar proporcionalmente as receitas dos Estados. (§45) E, como prova da exequibilidade de sua proposta cita os casos da Suíça, da Alemanha e dos Estados Unidos antes da Guerra de Secessão. (§47-48) Alerta ainda que “o fato de poder a União intervir na economia dos estados é de tal ordem, que constituirá, por si só, motivo de agitação federalista sobre o domínio da República.” (§64) E explica as particularidades do caso brasileiro em relação aos Estados Unidos, quando Ubaldino Amaral afirma que “A objeção contra o seu plano é dos patriarcas da União Norte Americana” (§70-76).

O discurso de Rui Barbosa esquematicamente se divide em uma introdução e apresentação do contexto político-econômico em que ocorrem os debates da constituinte (§1 à §9), o ataque às ideias federalistas em defesa centralização (§10 à §21), defesa da amenização dos ideais federalistas (§22 à §39) e apresentação de argumentos matemáticos da inviabilidade financeira do projeto federalista (§40 à §99). São lugares recorrentes sobre os quais se apóiam os argumentos ao longo da fala de Rui Barbosa: o País, a República, a União, a Constituição, as liberdades, interesses comuns a todos, saldo das dívidas, credibilidade do país no exterior e a pacificação dos ânimos do mercado. Rui Barbosa defendia que o excesso de federalismo era uma preparação para uma futura divisão territorial, associada a uma avaliação

governista de que os Estados tirariam vantagens da nova Constituição, tomando em conta sua situação no Império.

*Quadro de síntese das principais ideias dos discursos analisados*

	Deodoro da Fonseca	Rui Barbosa	Júlio de Castilhos
Memória da Proclamação e do Primeiro ano de Governo Provisório	glorificação dos eventos	evitou a eclosão e o aprofundamento de problemas graves	foi o resultado da propaganda republicana e só se consumará com a efetivação do federalismo
Origem e Soberania dos Poderes do Congresso Constituinte	o CC/1890-91 é soberano e o seu poder tem origem na pessoa de Deodoro	a soberania do Congresso Constituinte é limitada pela realidade financeira e o seu poder tem origem no Governo Provisório	o Congresso Constituinte é soberano para decidir sobre a Constituição e para revogar atos do Governo Provisório
Ideal de Constituição	é a continuidade do que já foi constituído pelo GP, e para a aprovação do Projeto	deve estar limitado às condições da realidade econômica e financeira	o que promove o federalismo e impede a absorção dos Estados pela União
Liberdades Cívicas	estão diretamente ligadas ao regime republicano e com a Proclamação foram	a Constituição instaurará um regime de liberdades cívicas	

	estendidas aos militares		
Federalismo	não pode implicar na desagregação da União, que é uma herança do Império a ser preservada	o federalismo deve estar limitado às peculiaridades das condições econômico, político e financeiras	o ideal ao qual se objetiva a construção da República no Brasil

#### ***4.2 Os estilos retóricos***

Nessa seção desloca-se a investigação do conteúdo do discurso para os modos como são enunciados.<sup>17</sup> Estamos interessados em como o texto em que se fixam os discursos pode evidenciar diferenças no modo de apresentação dos argumentos e, em última instância, na relação entre o orador e o auditório. O estilo retórico comporia esse feixe de características substanciadas no texto que não só singularizam como também abarcam os oradores em uma tradição.<sup>18</sup>

É tanto mais pertinente o objeto do estudo histórico quanto mais ele receba o prestígio daqueles seus contemporâneos. E essa seria pois uma razão suficiente para analisarmos alguns traços dos estilos dos discursos no CC/1890-91. Toda a geração letrada do final do século dezenove no Brasil recebera educação retórica nos colégios e na universidade<sup>19</sup> e, acrescido da importância da retórica nas atividades

---

<sup>17</sup> José Murilo de Carvalho elabora bem essa passagem de perspectiva de pesquisa, em uma proposta de trabalho: “Um próximo passo seria deslocar a análise para o interior dos textos a fim de verificar em que medida as regras do argumento retórico se fazem presentes. A atenção aqui deveria ser dirigida, sobretudo, para a elocução, o modo de dizer, o estilo.” CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, p. 145.

<sup>18</sup> Uma reflexão que se pode estender para os estilos retóricos, mas originalmente concernente ao estilo de obras historiográficas: “Como afirmei, o estilo é o homem, durante boa parte do tempo, e, como também sustentei, o homem é composto de várias dimensões. O estilo é o vetor dessas suas pressões complexas, por vezes conflitantes. Entre elas, a cultura e o ofício oferecem as possibilidades e restringem o leque de expressão; o caráter procede a escolhas entre as opções possíveis e empresta o toque de individualidade, que se torna a assinatura estilística do historiador.” GAY, Peter. *O estilo na História*, p. 191-192.

<sup>19</sup> Destaque-se aqui o trabalho pioneiro de Roberto Acízelo de Souza no Brasil, analisando o currículo e os materiais didáticos do ensino da retórica do Colégio Pedro II no final do Império, momento que coincide com “o banimento da retórica poética do sistema de ensino,

políticas e jornalísticas, encontramos no final do Império uma reflexão bem desenvolvida sobre a retórica parlamentar.

É muito representativo como o trabalho *Estadistas e parlamentares*, terceira série, de Deiró, da década de 1880, citado por Joaquim Nabuco em *Um Estadista no Império* como “um dos mais finos desenhadores da nossa antiga tribuna”<sup>20</sup>, dialoga com a tradição oratória inglesa, como Canning, Palmerston, Gladstone e Royer-Collard. Também o próprio Joaquim Nabuco reserva uma seção do último capítulo de *Um Estadista no Império* para tratar de Nabuco de Araújo como orador. Para tanto tece relações com as oratórias bíblica, grega e romana. Esses trabalhos perdem força desde a Primeira República, quando as percepções contemporâneas em relação a estilística da língua, especialmente a oral, deslocam-se para outros objetos que não a retórica parlamentar, como a oralidade popular. Destaca-se aos olhos dos críticos contemporâneos o último capítulo do livro *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, publicado em 1916, intitulado *Publicistas, Oradores e Críticos*<sup>21</sup>, quando é preocupação também da ordem literária o delineamento da tradição da oratória brasileira. A historiografia moderna vai perder tal objeto e se tornarão cada vez mais raros trabalhos sobre esse tema, que não perderão contudo a atitude lisonjeira e abonatória. Um exemplo nítido é o artigo de José Honório Rodrigues que introduz os *Discursos Parlamentares de Carlos Lacerda*, contando com a seção *A oratória parlamentar brasileira*.

O pensamento social brasileiro reiteradamente rechaçou todo o tipo de ornamentação da linguagem que operasse como mero signo de distinção. Tais críticas, que vão de Oliveira Vianna a Florestan Fernandes, constituem-se de valores modernos antagônicos ao personalismo típico de uma sociedade tradicional como a brasileira do final do séc. XIX. O que estaria em jogo nas disputas retóricas seria o prestígio individual e não a avaliação racional de argumentos. Sérgio Buarque de Holanda associa com precisão o bacharelismo, como nomeia a aristocracia de espírito, com os valores personalistas: “ainda no vício do bacharelismo ostenta-se também nossa tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às

---

coincidência talvez não apenas fortuita, caso tenhamos em conta que o positivismo republicano encarnava o ideal de modernização do país, não sendo inverossímil que identificasse no ensino daquelas disciplinas uma indesejável sobrevivência do antigo regime.” SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência – Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*, p. 36.

<sup>20</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*, p. 136.

<sup>21</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, 1981.

contingências.<sup>22</sup> Uma avaliação normativa como essa não exclui, contudo, a tentativa de nós compreendermos e identificarmos os estilos em que se formulam os debates parlamentares.

A Mensagem de Deodoro da Fonseca ao CC/1890-91 se distingue dos discursos de Rui Barbosa e Júlio de Castilhos sobretudo pela sua finalidade: se ele acaba por aconselhar ou desaconselhar a assembleia da tomada de certas decisões, isso acontece de forma residual, o objetivo primeiro de seu discurso é louvar e censurar certos acontecimentos, identificando-se com o gênero epidíctico.<sup>23</sup>

O invólucro do discurso ou a expressão cenográfica do espetáculo público em que é lida a Mensagem, idêntica àquela recheada de estímulos visuais do teatro de entretenimento, pode ser conferida na descrição do palácio de São Cristóvão, na capa da *Gazeta de Notícias* em 15 de novembro de 1890:

O Sr. Dr. Cesário Alvim, ministro do interior, foi ontem pela manhã examinar o palácio, e mostrou-se satisfeito com a ornamentação, que está artisticamente preparada, sendo notável a abundância de bandeiras, galhardetes, troféus e coroas de flores, tudo bem combinado e disposto.

[...] Deve ser extraordinária a afluência de povo, hoje, naquele velho solar da monarquia, que, completamente transformado vai servir para a instalação do primeiro congresso republicano.

Em relação ao público que presenciou tais eventos, regulava o Regimento:

Art. 39 As sessões serão públicas, exceto quando o Congresso, a requerimento resolver que sejam secretas.

Art. 43 É permitido assistir às seções a todas as pessoas decentemente trajadas, uma vez que não tragam armas e se conservem no maior silêncio.<sup>24</sup>

Essa regulamentação, que permanece a mesma em nossas Assembleias, expressava a oratória como espetáculo público<sup>25</sup>,

---

<sup>22</sup> HOLANDA, Sérgio B.. *Raízes do Brasil*, p. 1059.

<sup>23</sup> Cf. BARTHES, Roland. *A Retórica Antiga*, p. 201.

<sup>24</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 309.

<sup>25</sup> Machado de Assis expressa pelo avesso a valorização da oratória parlamentar em uma crônica de 1888: “A primeira [razão pela qual precisou estar em boa saúde] é a abertura das câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de

disputando apenas com a missa, a conferência literária, a ópera, o teatro, o concerto, a dança e o circo. O público porém não pode afluir ao Congresso em mesmo número com fazia na Capital. A opção por Petrópolis dificultou a participação popular. A dimensão de quem presenciava os debates políticos pode ser identificada em um conto de Machado de Assis:

Tão depressa o Viçoso pediu licença e saiu, Mariana disse rapidamente à amiga que não lhe fizesse outra. / - Que outra? perguntou Sofia. / Não me pregue outra peça como esta de andar de um lugar para outro feito maluca. Que tenho eu com a câmara? que me importam discursos que não entendo?

Sofia sorriu, agitou o leque e recebeu em cheio o olhar de um dos secretários. Muitos eram os olhos que a fitavam quando ela ia à câmara, mas os do tal secretário tinham uma expressão mais especial, cálida e súplice [...] Mariana não teve remédio senão ver o ministro da justiça. Este aguentava o discurso do orador, um governista, que provava a conveniência dos tribunais correicionais, e, incidentemente, compendia a antiga legislação colonial. Nenhum aparte; um silêncio resignado, polido, discreto e cauteloso. Mariana passeava os olhos de um lado para o outro, sem interesse; Sofia dizia-lhe muitas coisas, para dar saída a uma porção de gestos graciosos. No fim de quinze minutos agitou-se a câmara, graças a uma expressão do orador e uma réplica da oposição. Trocaram-se apartes, os segundos mais bravos que os primeiros, e seguiu-se um tumulto, que durou perto de um quarto de hora.<sup>26</sup>

Machado apresenta aqui a Câmara como um espaço frequentado por transeúntes: pessoas que querem ser vistas, travar amizades e, inclusive, paquerar. A mulher nesse ambiente, como nos camarotes do teatro, marca sua presença com o poder de sedução pela beleza: critério que, tomando por marca a vestimenta, exclui a maioria da sociedade, desprovida de roupas adequadas às solenidades.

---

ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse a cerimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico.” ASSIS, Machado. *Melhores Crônicas – seleção e prefácio de Salete de A. Cara*, p. 144. Cabe ainda lembrar que em um clima desses, de intensa procura pelas sessões parlamentares, foi necessário afastar os debates da capital fluminense.

<sup>26</sup> ASSIS, Machado. *Capítulo dos Chapéus*. Em, *Contos: uma antologia*, v.2, p.104.

O conteúdo da Mensagem de Deodoro, exibida nesse contexto, de glorificação da Proclamação e do primeiro ano de ditadura exigiu a exposição das ideias em um formato grandioso. O efeito é esse:

Lá, no meu último alento de vida, à sombra do nosso glorioso pavilhão, fora me dado antever o enobrecimento de minha memória abençoada por quantos me soubessem caído na defesa dos nossos direitos e brios comuns.(§3) ou Fiel às leis da disciplina, tendo os princípios da subordinação como dogmas sacratíssimos, a que o soldado não pode negar, obedecia sem trair a honra e a pátria, o Exército e a Armada brasileira penaram, longos anos, não tragando afrontas, mas apurando no crisol do dever o seu patriotismo.(§55)

O texto parece a sobreposição de frases declamadas uma a uma, todas elas mercedoras de um ‘oh’.

O tom é grave, sério e, como o evento exige, solene. Mas a autoridade de quem enuncia e se arroga herói permite subversões à fala educada, produzindo efeitos de rechaço, típicos de um contexto de polemismo, com expressões do tipo “meras excrescências superpostas sobre uma sociedade americana de cujo seio não emergiram” (§6), para designar aqueles que saídos do Império faziam campanha contra a Proclamação.

O estilo da Mensagem de Deodoro da Fonseca poderia parecer à primeira vista corresponder ao dos “bacharéis fardados”, contudo, tratava-se de um discurso à moda antiga. Na imprensa, como veremos nos capítulos a seguir, e no próprio Congresso, surpreendeu o tom arcaico da Mensagem, causando inclusive comicidade a intervenção demolidora de Martinho Prado Júnior em 17 de janeiro de 1891, que expressa um dos modos de como seu estilo foi sentido:

[...] essa linguagem pedantesca da Mensagem, imprópria de caráter e precedentes do chefe do Estado (Riso; apoiados), linguagem ridícula, chata em relação à magnitude do momento, invocando sempre a Providência e rendendo-lhe graças, ao passo que constituía um Estado sem religião, sem ligação alguma com essa Providência (Risos prolongados, apoiados). Lopes Trovão – Uma tristeza como gramática e como estylo (Risadas).<sup>27</sup>

Se usássemos a tipologia da retórica clássica, colocaríamos o discurso de Rui Barbosa dentre os deliberativos. Aqueles que diante de

---

<sup>27</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 644.

uma assembleia apresentam razões para uma tomada de decisões.<sup>28</sup> Porém, se seguissemos esse modelo estaríamos omitindo ou reduzindo grande parte do problema. Que tipo de decisão era essa? Que grau de liberdade havia entre os congressistas para decidir? São questões que se evidenciam no discurso quando atentamos para as posições subjetivas em que Rui Barbosa se coloca. Afinal, foi ele o principal redator do projeto, era ele o Ministro da Fazenda, pessoa supostamente mais autorizada para tratar de assuntos econômico-financeiros, era ele o representante das forças civis do Governo Provisório, que havia denunciado a necessidade de uma Constituição e, por fim, naquele momento ele era o representante no Congresso do Governo Provisório, de onde havia emanado o pouco de soberania daquela assembleia. A autoridade arrogada pelo orador deixa pouco para uma deliberação a partir de critérios objetivos.

A questão, suscitada no discurso de Rui Barbosa, do poder persuasivo decorrente da autoridade do orador corresponde, como nos argumentos *ad personam*, à atenção social aos atributos, positivos ou negativos, do orador. No Brasil tal ordem de coisas constituía o próprio universo de valores, prolongados seguramente desde o final do século XVIII: “Na concepção retórica adotada pela reforma pombalina, tributária da tradição cívica romana, é ainda mais clara a exigência de virtude do orador como garantia da capacidade suasória do argumento.”<sup>29</sup>

O discurso modula o tom ameaçador com o de um aconselhamento desinteressado. No início do discurso afirma que deseja “remover os obstáculos às deliberações e apressar a solução final dos nossos trabalhos” (§1). Ele pretende contribuir para a “celeridade dos debates, superar as lucubrações prolongadas e desanimadoras, sem nos deixarmos transviar pela tentação das lutas da tribuna a essas campanhas parlamentares, cansativas e esfalfadoras, em que o talento se laurea, em que a palavra triunfa, em que pouca vantagem se liquida para o desenvolvimento das instituições e a reforma dos abusos.” (§2) E afirma que “não podereis deslizar um ápice da linha prudente e segura traçada pelas cláusulas da vossa eleição, sem que esse desvio repercuta imediatamente na fazenda nacional com os efeitos mais desastrosos” (§7) e que “a discriminação da renda para o orçamento geral e para os dos estados, depende senhores, a durabilidade ou a ruína da União, a

<sup>28</sup> Cf. BARTHES, Roland. *A Retórica Antiga*, p. 201.

<sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, p. 140.

constituição do país, ou a proclamação da anarquia, a honra nacional, ou a bancarrota inevitável.” (§9) Em seguida não é econômico em expressar a veracidade de suas preocupações: “minha franqueza habitual, ilimitada franqueza, sinceridade por sinceridade, permuta leal de nossas impressões” (§10).

Ao par desses lugares em que se coloca no discurso – o núcleo de um governo revolucionário e o grupo de quem possui aspirações republicanas, que respectivamente produzem a ameaça e o conselho sincero – Rui Barbosa fala do lugar do saber: “Volto, pois, à minha tese: fora da União não há conservação para os estados: quereis ver a prova matemática, a demonstração financeira da verdade, aqui tendes neste quadro, organizado no Tesouro” (§40). Aqui se evidencia o discurso da técnica, das provas matemáticas e das demonstrações financeiras. O desdobramento histórico dessa referência certamente passa pela classe da alta burocracia estatal brasileira, acostumada com relatórios e exposições orçamentárias.

Por fim, para completar o retrato de grande estadista, o discurso de Rui Barbosa versa longamente sobre o tema do federalismo nos Estados Unidos. Cita Hamilton (§103), o “censo americano” (§103), as constituições de Oregon, Nebraska, Minnesota, Iowa, Ohio, Pensilvânia e Nova Iorque (§111), autores constitucionalistas norte-americanos (§112), entre muitos fatos históricos e o pensamento político de Washington. Tudo isso enunciado com a dicção de uma conferência demoradamente elaborada. É muito provável que esse discurso tenha sido lido diante do Congresso, reforçando que Rui Barbosa “lia mais seus discursos do que falava de improviso.”<sup>30</sup>

As conferências literárias da virada do século XX em muito pouco se assemelham aos eventos públicos contemporâneos correspondentes (palestras, conferências, oficinas, bate-papo com fulano de tal etc). Tais acontecimentos emergiam na confluência do eruditismo então vigente, da emancipação da mulher, da cultura dos teatros, da moda parnasiana e do estilo de oratória parlamentar que Rui Barbosa utiliza. Em *Minha Formação no Recife*, Gilberto Amado apresenta o embate de suas lembranças com os valores presentes:

A moda das conferências literárias, propagada do Rio, contagiara o Recife. Afigura-se hoje incompreensível o espetáculo de futilização intelectual de um país inteiro, igual ao que nos oferecia o Brasil desse

---

<sup>30</sup> RODRIGUES, José Honório. *Introdução aos Discursos Parlamentares de Carlos Lacerda*, p. 53.

período. Poderíamos de fato conceber que homens de letras anunciassem e a imprensa aplaudisse, hoje, conferências sobre... o pé, a mão, o leque, o charuto, o grampo e temas como estes, pretextos para dissertações ridículas, tagarelices arrebicadas?<sup>31</sup>

Em relação ao auditório que estimulava a facúndia, observações muito próximas às de Machado de Assis em o *Capítulo dos Chapéus*:

No Recife, as conferências realizavam-se no salão nobre do Colégio Aires Gama, na Rua do Hospício. As famílias compareciam em peso; as moças, de bandós umas, outras de chapéu, as ‘faladas’ muito pintadas, as ‘direitas’ quase sem pintura, todas muito distintas.<sup>32</sup>

Na interpretação de Brito Broca sobre esse fenômeno:

Mas o êxito do gênero resultou, principalmente, do seu caráter mundano. Tratava-se de uma reunião social, onde as mulheres, geralmente, iam com o espírito com que se vai ao chá-dançante, e os homens acorriam, em parte, para ver as mulheres. Além do que, uma circunstância importantíssima pesava no caso: em Paris se fazia assim, esse era o chique em Paris. O Instituto Nacional de Música tornou-se a nossa *Université des Annales*. Quanto aos escritores, inclinavam-se para o gênero, não somente pelo lucro financeiro, como porque nessa época, em que o sensacionalismo começava a se implantar em nossas letras, e ainda não se dispunha do sistema de propaganda literária de hoje, pronunciar uma conferência constituía um dos melhores meios de dar na vista, de chamar a atenção para a própria pessoa, fazer o próprio reclame, enfim.<sup>33</sup>

O discurso de Júlio de Castilhos entre os três é o que melhor representa os debates que aconteciam no CC/1890-91<sup>34</sup>. A sua posição

---

<sup>31</sup> AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*, p.173.

<sup>32</sup> AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*, p.174.

<sup>33</sup> BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil 1900*, p. 198.

<sup>34</sup> Tratando de frente o tema da oratória dos positivistas e de Rui Barbosa, Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso* afirma: “Pois no Brasil e a despeito do que pensavam positivistas afrancesados como o matemático-biólogo Agliberto Xavier, o Positivismo não se tornou nunca - repita-se - inimigo tão de morte da Oratória que desprezasse de todo a Eloquência. Brasileiros de formação positivista, dentre os que mais brilharam na propaganda da República ou na apologia e consagração dela, após o 15 de novembro, foram, como José Isidoro Martins Júnior, Alexandre José Barbosa Lima e o próprio Benjamim Constant homens notáveis pela eloquência; eloquência nem sempre pura de retórica ou isenta de verbalismo. O que aconteceu, porém, foi nenhum deles, durante a época em apreço, ter igualado em vigor ou opulência verbal o tremendo Rui Barbosa, cuja orientação, a princípio espiritualista mas um tanto

era de um congressista que falava aos seus colegas, e não a do Generalíssimo que redigia uma Mensagem para a sessão solene de abertura, nem a do Ministro da Fazenda que excepcionalmente intervém nos debates para ministrar uma palestra erudita. A sua postura de uma fala mais horizontal permite um maior número de intervenções e interlocuções. E, do ponto de vista retórico, o aproxima mais de um discurso parrésico, embora permaneça à distância. Em sua fase de estudos helenísticos, leciona Foucault que: “Na *parrhesía*, o que está fundamentalmente em questão é o que assim poderíamos chamar, de uma maneira um pouco impressionista: a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, de maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer.”<sup>35</sup> A afirmação de que o discurso de Júlio de Castilhos é parrésico, somente pode ter algum sentido se compreendida em relação aos outros dois estudados. Como veremos no desenrolar do trabalho, a reclamação por um tom mais franco se faz ouvir em diversas ocasiões, especialmente em momentos de efusão e exasperação.

O tom de seu discurso é sobretudo moral. Trata-se de uma questão de princípios levar a cabo os ideais difundidos na propaganda republicana em que foi um dos promotores. Sua argumentação é bastante objetiva e, de forma muito parecida como Rui Barbosa faria na sessão seguinte, “apresenta dados extraídos do Orçamento do Ministério da Monarquia e do Diário Oficial” (§40). Mas o que se ressalta diante dos dois outros é a pouca solenidade, dando ensejo para um lance irônico, que alfineta os brios inflados de Rui Barbosa. Quando apresenta as razões para o que julga serem “disposições anárquicas” da Constituição do Governo Provisório, o Sr. Zama intervém ironicamente afirmando: “E é obra do primeiro homem do século” (§20). Tratava-se do apelido de Augusto Comte. Ao que responde aceitando o humor de seu colega: “Não sei se é obra do primeiro homem do século; o que sei, o que afirmo é que ela é obra de um governo patriótico, que se constituiu em 15 de novembro para sustentar enérgica e sinceramente a República tal como foi proclamada.” (§21) Esse exemplo mostra a

---

anticlerical, depois espiritualista e quase católica, ao mesmo tempo que liberal – mas sempre burguesa-industrialista nos pontos essenciais do que fosse filosofia política – foi antagonônica, sob vários aspectos, à dos positivistas e comtistas, já naqueles dias animados da ideia de “incorporar-se o Proletariado” à sociedade brasileira.” FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*, pp. 272 e 273.

<sup>35</sup> FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito*. p. 450.

articulação de figuras retóricas como lisonja e ironia, tendo por efeito, em última instância, reforçar o compromisso moral que implica a assunção de seu argumento.

Em relação a este tópico, os três discursos analisados são bem distintos: no caso da Mensagem de Deodoro da Fonseca, trata-se da leitura pública de um texto redigido com o cuidado de quem elabora um monumento histórico. O que salta à vista nos anais são as formalidades e, como veremos, a ritualização que envolve a sua leitura. O discurso de Júlio de Castilhos elabora-se no contexto de um debate dinâmico, com sucessivas interrupções de parlamentares, sugerindo alto grau de improvisação. No caso do discurso de Rui Barbosa verificamos o preparo do orador como para a exposição de um relatório administrativo ou uma conferência que, ao final, abre-se para dúvidas e questionamentos.

## **CAPÍTULO 5 – CÔNCAVOS E CONVEXOS: Os espelhos da metarretórica**

De diferentes perspectivas para a compreensão das atividades oratórias desenvolvidas no Congresso Constituinte de 1890-91, a dos próprios oradores é privilegiada. Porque lança mão de interpretações contemporâneas sobre a oratória, o seu modo, os seus efeitos e os seus motores. Porque ainda revela o jogo atual de poderes que atuam também sobre os silêncios e as manifestações. Trata-se de pesquisar como eles próprios, os participantes do Congresso, percebiam as suas atividades oratórias.

A elaboração metarretórica que os congressistas levaram à cabo, tratada nesse capítulo, soma-se a: (Cap.1) a formação política do Congresso; (Cap. 2) o papel da pedagogia e do saber retóricos na formação do orador e o status social da disciplina; (Cap. 3) os efeitos da oratória parlamentar sentidos no jornalismo; (Cap. 4) a compreensão acerca da argumentação e estilo de três discursos parlamentares.

Antes de adentrarmos mais diretamente nas reflexões que os congressistas manifestaram acerca da oratória parlamentar no Congresso Constituinte, cabe tratar do quarto elemento que presenciava os debates: para além do orador, do congresso e do público havia o estenógrafo. À atividade estenográfica cabia, além dos registros dos discursos, descrever uma série de efeitos sentidos no auditório e mesmo sensações vivenciadas pelo orador.

A identificação nos anais do que corresponda a uma transcrição da oralidade pode sugerir hipóteses importantes sobre as relações de poder próprias do CC/1890-91 e, especialmente, sobre aquelas imanentes à atividade de registro taquigráfico e de redação. A omissão recorrente dessas atividades, tornando invisíveis tais profissionais nas edições de anais e discursos parlamentares, contaminou as próprias interpretações sobre os discursos, naturalizando a ideia de que a fonte historiográfica referida constitui uma representação autêntica, uma fotografia dos acontecimentos, quando em realidade ocorre uma intensa mediação intelectual entre o falado e o escrito.<sup>1</sup> É metarretórica também a intervenção taquigráfica na ação de registro dos discursos.

---

<sup>1</sup> Um trabalho interessante para pensar esse problema, destituído de maiores reflexões ou mesmo rigor mas trabalhando em extensa fonte, é o de Oscar Diniz Magalhães, *Nos primórdios da taquigrafia parlamentar brasileira*, s.d., que trata dos trabalhos taquigráficos na Assembleia Constituinte de 1824.

Para qualquer história dos discursos parlamentares consideramos fundamental separar essas dimensões de oralidade e escrita embaralhadas nos anais. Nessa parte do capítulo, desenvolveremos algumas reflexões sobre o tema quando perscrutarmos algumas marcas de oralidade presentes no texto, que se manifestam particularmente pelas descrições da configuração espacial e sonora da cena retórica da leitura da Mensagem de Deodoro da Fonseca, com os seus diversos personagens – orador, congresso, público e redator; e, por descrições acerca dos efeitos produzidos pelos discursos de Júlio de Castilhos e Rui Barbosa.

### ***5.1 Côncavos: taquígrafos e o registro de oralidade***

O serviço de estenografia no Congresso Constituinte foi realizado por particulares. Examinando o Regimento do Congresso identificamos, segundo o Art. 13, que “as atas das seções, que serão escritas, sob sua [2º. Secretário] inspeção, por um dos oficiais da Secretaria, o qual para esse fim terá na sala uma mesa especial, em lugar que for designado”<sup>2</sup>. Ao que tudo indica esses oficiais da Secretaria se compunham dos profissionais da taquigrafia. Pela ausência de informações sobre essa atividade, as investigações sobre a atividade taquigráfica podem ser pesquisadas principalmente a partir do próprio registro textual.

Passamos a apresentar o uso de uma de suas atribuições, quando o estenógrafo registrou as circunstâncias em que seria lida a Mensagem de Deodoro da Fonseca ao Congresso Constituinte:

O Sr. Presidente declara que se acha em uma das ante-salas o Sr. Secretário do chefe do Governo Provisório, portador da Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo mesmo Sr. Chefe do Governo Provisório, Manoel Deodoro da Fonseca, e convida os Sr. 3º; e 4º. Secretários à introduzi-lo até a mesa.

Apresentada e recebida a Mensagem, o Sr. Presidente convida o Sr. 1º. Secretário a lê-la.

Procede-se à leitura da seguinte Mensagem, que é, por ordem da mesa, imediatamente distribuída em avulso aos membros do Congresso.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 306.

<sup>3</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 158.

O registro do taquígrafo extrapola a grafia dos discursos e abrange uma descrição espacial e ritualística. Salta aos olhos nessa descrição, a ritualização que envolve a leitura da Mensagem, atestando seguramente uma herança do Império. Destaque-se: foram convidados o 3º. e o 4º. Secretários para buscar na ante-sala o Secretário Chefe do Governo Provisório. Se tratava de João Severiano da Fonseca Hermes, sobrinho de Deodoro.<sup>4</sup> Tal cerimonial, atenuado em relação aos do Império, estava dialogando com as leituras da Fala Trono Imperial. Ao mesmo tempo que essa “escolta” revela a dignidade do convidado, que tem a honra de abrir os trabalhos, expressa a penetração em um espaço de poder autóctone.<sup>5</sup>

Era do 1º. Secretário a incumbência pela “leitura de ofícios e quaisquer outros papéis presentes à Mesa”<sup>6</sup>, dirigida em voz alta para que o Congresso e o público que ocupava as galerias pudessem escutá-lo. E pela hierarquia de sua posição, presume-se que tal ato era digno e nobre.

Mas a atividade do ofício da estenografia foi bem diversa nesse caso do registro do discurso de Júlio de Castilhos:

Júlio de Castilhos – [...] *fiz parte como soldado raso...*  
 Vozes – *Não apoiado; como chefe.*  
 Outras vozes – *E chefe de muito prestígio.*  
 Júlio de Castilhos – ...  *dessa cruzada[...].*<sup>7</sup>

Percebe-se aqui o registro direto do discurso, acrescido de intervenções nominadas, intervenções não nominadas e das reações do público. Percebe-se pela ordenação das intervenções a explicitação de um discurso de humildade de Júlio de Castilhos e a não aprovação de tal postura por parte do Congresso.

---

<sup>4</sup> Cf. MAGALHÃES JR., R., *Rui o Homem e o Mito*, p. 148.

<sup>5</sup> Para o desenvolvimento do tema da continuidade das fórmulas e ritualizações na República ver os trabalhos que tratam do Império, especialmente: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros, *Os Símbolos do Poder – Cerimônias e imagens do estado monárquico no Brasil*, Brasília: UnB, 1995; e, o trabalho clássico: TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Esta última obra aborda o funcionamento do poder legislativo e oferece alguns exemplos importantes da forma solene – as formulas retóricas usadas – utilizadas pelo parlamento, especialmente, que é o nosso caso, nas suas relações com o governo. p. 128-132.

<sup>6</sup> *Anaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 306.

<sup>7</sup> *Anaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 567.

Esse caso explicita os limites da presença da oralidade nas atas, quando não se sabe mais o que é estilo do redator ou transcrição estenográfica. O trabalho parece ser um pequeno recorte dos debates, e quando se trata do registro das reações do auditório, aprovando ou desaprovando, é desanimador perceber a quantidade de apartes pontuados sem a informação de suas autorias.

No discurso de Júlio de Castilhos estudado no capítulo anterior encontramos o equilíbrio de quatorze intervenções nominadas<sup>8</sup> e quatorze não nominadas<sup>9</sup>. Das nominadas, duas intervenções foram a seu favor e onze contra; nas inominadas quatro foram contra e dez a seu favor. Tal equilíbrio transparece uma certa artificialidade para a valorização do orador, como pudemos verificar.

Vale destacar que o trabalho taquigráfico não era isento de interferências. Uma possibilidade reconhecida pela sistemática regimental, no Art. 30, era de que “qualquer membro do Congresso pode fazer inserir o seu voto na ata, sem motivá-lo, contanto que mande por escrito, podendo, porém, fazer inserir no Diário Oficial a sua declaração motivada de voto”<sup>10</sup>.

Exemplo da distância entre a palavra falada e o discurso registrado, que se reproduz ao longo do Congresso, se deu na sessão ordinária de 6 de janeiro de 1890 quando, discutindo sobre a natureza da soberania, o Sen. Augusto de Freitas acusava o Sen. Amphiphio porque “não publicou até hoje o discurso que aqui proferiu” e “foi mais adiante, não permitiu que o redator dos debates desse no Diário Oficial o extrato do seu discurso”<sup>11</sup>. As atas que chegaram até nós não foram registros isentos, eles passaram pela aprovação, correção e, por que não, adulteração.

O mesmo parece ocorrer no discurso de Rui Barbosa abordado no capítulo anterior. A dinâmica de seu discurso em relação às intervenções lembra uma conferência que ao final se abre para debates. As intervenções se iniciam somente a partir do parágrafo quarenta e três, lembrando em muito uma conferência literária. Cabe aqui lembrar o

---

<sup>8</sup> Intervieram ao seu favor: Sr. Zama (2 vezes); Intervieram contra: Sr. Correia Rebello, Sr. Lopes Chaves, Sr. Ubaldino do Amaral (3 vezes), Sr. Campos Salles, Sr. Annibal Falcão, Sr. José Hygino (2 vezes), Sr. Serzedello (2 vezes), Sr. Presidente.

<sup>9</sup> Intervieram ao seu favor: Voz (5 vezes), Outra Voz (2 vezes), Um Sr. Deputado, Um Sr. Representante (2 vezes); Intervieram contra: Um Sr. Representante (4 vezes).

<sup>10</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, p. 308.

<sup>11</sup> *Annaes do Senado 1890*, p. 172.

cuidado que Rui Barbosa tinha com os seus discursos, tanto no sentido de prepará-los como o de evitar qualquer publicação que não houvesse revisão intensa, ou mesmo o impedimento de que discursos que viessem à público fossem comprometê-lo.

Com relação às atas: “O próprio Rui guardou, no seu arquivo, uma carta de Fonseca Hermes, datada de 16 de fevereiro de 1890, na qual o secretário dizia: ‘Amanhã lá irei para combinarmos a ata da última sessão do Conselho’.”<sup>12</sup> Em 1901 veio à público pelo punho do Jornalista Dunshee de Abranches no jornal *O Dia*, uma série de atas de reuniões fechadas do Governo Provisório, que Rui Barbosa julgaria apócrifas.

A ata mais danosa à reputação de Rui é a que se refere à discussão posterior à lei de reforma bancária. [...] Na reforma bancária, o açodado Ministro da Fazenda criara, para regular as emissões, um Banco do Norte, com sede na Bahia; um Banco do Centro, com sede no Rio de Janeiro; e um Banco do Sul, com sede em Porto Alegre, ignorando inteiramente São Paulo. Todos esses bancos eram entidades privadas que o Governo Provisório, ou melhor Rui, cumulava de escandalosos favores.<sup>13</sup>

Na no discurso registrado de Rui Barbosa encontramos dezoito intervenções – onze intervenções nominadas<sup>14</sup> e sete não nominadas<sup>15</sup> – expressando bem o quão pouco dialogal foi o seu discurso quando comparamos com o de Júlio de Castilhos, três vezes menor e com quase o dobro de intervenções.

## ***5.2 Convexos: a retórica parlamentar pelos parlamentares***

A pergunta de *como os participantes do Congresso compreendiam suas atividades oratórias?*, foi a que orientou nossa leitura dos três volumes dos Anais para essa seção. Respondemos aqui

---

<sup>12</sup> MAGALHÃES JR., R.. *Rui o Homem e o Mito*, p.163.

<sup>13</sup> MAGALHÃES JR., R.. *Rui o Homem e o Mito*, p.158.

<sup>14</sup> Intervieram contra: Sr. Bulhões, Sr. Ramiro Barcelos, Sr. José Avelino, O Sr. Júlio de Castilho e outros, Sr. Zama (2 vezes), Sr. José Mariano, Sr. Presidente; Intervieram a seu favor: Sr. V. de Medeiros, Sr. Campos Salles, Sr. Eliseu Martins.

<sup>15</sup> Intervieram contra: Um Sr. Representante (2 vezes), Uma voz, Vozes (2 vezes); Intervieram a seu favor: Uma voz, Um Sr. Representante.

pelos efeitos dos discursos sentidos pelos próprios oradores. Destacaram-se duas respostas antitéticas, quais sejam, de valorizar a fala e o debate ou de entendê-los como perda de tempo para a aprovação da Constituição. Nesse ponto se evidenciou a relação entre o sentido da manifestação oratória e os poderes e interesses que impõem o silêncio e controlam os conteúdos da fala.

Como se evidencia pela confrontação de variadas fontes, a expectativa do Governo Provisório – leia-se Marechal Deodoro, Partido Republicano Paulista, e autoridades locais empossadas em razão da Proclamação – era a da aprovação em curtíssimo espaço de tempo da Constituição oferecida pelo Governo e a eleição de Deodoro à Presidência. Eleita a chapa governista, no curto discurso de posse de Prudente de Moraes na presidência do Congresso Constituinte, em 21 de novembro, a mensagem principal e exclusiva é o anseio pela brevidade:

se aceito [o cargo da presidência] é porque conto [...] com o concurso de todos vós; afirmo de que o Congresso Republicano Brasileiro mantenha-se na altura da sua elevada missão e coopere para, no prazo mais curto que lhe for possível, desempenhar-se da grande responsabilidade que sobre ele pesa, decretando uma Constituição que estabeleça a Federação em bases largas, sólidas, verdadeiramente democráticas. (*Apoiados.*) Essa é a ardente aspiração de nossa Pátria, que neste momento tem suas vistas voltadas para nós. [...] Esforcemo-nos todos para que em breve tempo a gloriosa e incruenta revolução de 15 de novembro possa estar legalizada por um pacto que faça honra aos Estados Unidos da América do Sul. (*Muito bem; muito bem; bravos; aplausos prolongados.*)<sup>16</sup>

A posição de Rui Barbosa, membro emblemático do Governo Provisório, na nona sessão do Congresso em 16 de dezembro, quando já se delineavam as características daquela assembleia, desenvolve justificativas para a pressa de aprovação da Constituição, tomando como ponto de partida a urgência da legalização do regime republicano. Nas palavras de Rui Barbosa:

Contribuir para a celeridade destes debates é prestar à Nação o serviço mais útil, que ela, na conjuntura atual poderá receber dos seus melhores amigos, dos seus servidores mais esclarecidos. O interesse supremo da Pátria, agora, não está em conquistar, após lucubrações

---

<sup>16</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 347.

prolongadas e desanimadoras, uma Constituição irrepreensível, virginalmente pura, idealmente ilibada, que sorria a todas as escolas, e concilie todas as divergências; não está em colher nas malhas da lógica, da eloquência e do engenho essa fênix das constituições [...]. Nossa primeira ambição deve consistir em entrar já na legalidade definitiva, sem nos deixarmos transviar pela tentação das lutas da tribuna a essas campanhas parlamentares, cansativas e esfalfadoras, em que o talento se laurea, em que a palavra triunfa, mas em que as mais das vezes, pouca vantagem se liquida para o desenvolvimento das instituições e a reforma dos abusos. E aqui está porque os membros do Governo Provisório se reservaram cuidadosamente nessa discussão, se comprometeram entre si a maior sobriedade nela, e tem mantido até hoje atitude silenciosa.<sup>17</sup>

Atente-se para o fato de Rui Barbosa usar aqui, além do argumento da necessidade da legalidade, para justificar a brevidade dos trabalhos do Congresso Constituinte, deprecições das discussões parlamentares. As críticas à retórica parlamentar devem ser lidas neste contexto: o do dever do silêncio. Ao mesmo tempo é correto supor que Rui Barbosa, assim como outros parlamentares que examinaremos adiante, utiliza essas adjetivações – prolongadas, desanimadoras, cansativas, esfalfadoras, de pouca vantagem –, porque havia nelas algum poder de expressão e que eram circulantes ali e em outros meios sociais, como no jornal, tal como analisamos. É muito nítido que Rui Barbosa estava apenas recorrendo a um lugar comum sobre os discursos parlamentares sem qualquer comprometimento com o que dizia, pois é ele, ironicamente, o orador do maior discurso do Congresso. Por esse olhar depreciativo tratar-se de um lugar comum, não devemos desprezá-lo mas, ao contrário, devemos atentar para as diferentes formas de sua expressão para alcançarmos outros sentidos que o texto sugere. Perceba-se que os “membros do Governo Provisório se reservaram cuidadosamente nessa discussão”, tratando dos Ministros congressistas, mas também incluindo-se no grupo dos silenciosos aqueles que estavam alinhados e comprometidos com Deodoro da Fonseca e a base governista.

Pedro Américo, artista eminente, inaugurando sua experiência parlamentar no Congresso Constituinte, havia dado mostras de seu alinhamento ao governo na votação da emenda Júlio de Castilhos. Tal figura, relativamente externa à vida parlamentar, experimentou em 20 de

---

<sup>17</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 615.

dezembro discorrer sobre o vício da oratória como um obstáculo para a aprovação da Constituição, reproduzindo no Congresso uma visão diretamente associada a que havíamos estudado na seção sobre o jornalismo político. Pedro Américo introduzindo em 20 de dezembro seu discurso afirma que:

Nas circunstâncias em que nos achamos, cumpre sermos cordatos, patriotas e breves. É impossível que aos nossos colegas escape o estado anormal em que se acha o país. Há no ar, na atmosfera, um como espírito maligno que se manifesta qual uma ameaça contínua de comições sociais, que é preciso dissipar e destruir. A imprensa queixase da demora que tem tido aqui as discussões. Dizia-se que, ao estabelecer-se o regime republicano, outra orientação tomariam as discussões políticas; entretanto, continuam a oferecer pretexto para cada um de nós exhibir o seu talento oratório, e o debate dessas questões rouba lugar às soluções que cumpre tomar. [...] o vício da oratória faz com que eu esteja agora falando em público. Isto pode fazer com que este parlamento degenerere e transforme-se em sala de espetáculos oratórios (Apartes).<sup>18</sup> (Grifo nosso.)

Nesse mesmo sentido Meira de Vasconcelos em 18 de dezembro inicia seu discurso afirmando que “é forçoso usar da palavra, porque não venho fazer exhibição de dotes oratórios, mas, simplesmente, desempenhar-me de um dever sagrado.”<sup>19</sup>

O eco que ouvimos aqui tem origem na experiência teatral vivida no segundo Império e no estado atual do teatro no fim dos 1880, acolhida pelas próprias interpretações dos oradores. Aqui reconhecemos a importância da chave interpretativa da crítica teatral e a estrita relação com o jornalismo, bem como a repercussão deste último nos debates do parlamento.

Pedro Américo, em outro momento, explicando por que acredita que a discussão deveria ser abreviada e passar à votação, expande:

Dá-se em física um fenômeno que, às vezes, poderá servir de imagem ao que se passa nas assembleias em que brilham os grandes talentos, e vem a ser – que dois raios de luz paralelos, incidindo sobre o mesmo ponto material, podem produzir obscuridade.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 788-789.

<sup>19</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 719-720.

<sup>20</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 54-55.

Razões às quais Caetano de Albuquerque em seguida contrapõe:

não se pode supor que a amplitude da discussão dê trevas em vez de luz, a menos que sejamos uns ignorantes. [...] Vejo, Sr. Presidente, que há sofreguidão nas discussões do projeto constitucional; indo ao encontro dessa sofreguidão, venho propor a V. Ex. que seja aclamada a Constituição (Apoiados e muito bem), em satisfação a alguns dos grandes estados, que parece haverem absorvido o uso da palavra.<sup>21</sup>

Esse irônico requerimento de protesto foi negado por Prudente de Moraes por ser contrário ao Regimento.

A contenda entre esses parlamentares resume a irredutibilidade das posições pró e contra discursos e debates. As argumentações mobilizam diferentes temas e poderes. Pedro Américo usa conhecimentos das artes plásticas para ilustrar o prejuízo de um excesso de debates. Por sua vez, Caetano de Albuquerque rechaça tais argumentos, convincentes para um público de ignorantes, e propõe que se não se deseja discutir, que se aclame logo a Constituição. Tal atitude expõe as imposições de silêncio presentes no Congresso.

O General Fonseca Hermes, irmão de Deodoro eleito senador pelo Distrito Federal, em primeira intervenção oratória sua no Congresso, em um aparte em 21 de janeiro, afirma:

[...] ao ter a honra de dirigir-vos a palavra, dois sentimentos antinômicos dominam-me o coração. Um deles, a circunstância de que um minuto de minha palavra é um minuto roubado à legalidade do país; um dever. O outro, obrigado pela satisfação de um direito qual o de vir [...] declarar, positiva e francamente, que vejo desenrolarem-se diante do público as cenas do regime monárquico, e que os membros do Governo provisório vem que o Congresso, talvez cioso dos interesses da Pátria, sacrifica os mesmo interesses, vindo discutir questões intestinas de um Governo [...].<sup>22</sup>

Aqui, Fonseca Hermes coloca-se explicitamente ao lado do Governo Provisório com o peso da fala de um General que até então havia estado em silêncio. As ameaças à liberdade oratória e de pensamento no

---

<sup>21</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 55-56.

<sup>22</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 797.

Congresso denunciadas por diversos constituintes podem ter sido providas de figuras como a dele.<sup>23</sup>

Francisco da Veiga, republicano de última hora, deputado por Minas Gerais, em 14 de janeiro segue afirmando que:

por muito demorado que possa ser o debate deste Congresso, está no ânimo de todos os seus membros o desejo de torná-lo o mais breve possível (*Apoiados*); está no ânimo de todos os seus membros corresponder à ansiedade pública decretando, quanto antes, a nossa lei fundamental (*Apoiados*); está no ânimo de todos os seus membros cumprir do melhor modo a grande e alta missão que nos foi confiada para sairmos dentro em pouco das incertezas aflitivas da atualidade. (*Apoiados*)<sup>24</sup>

Em 26 de dezembro Bernardino de Campos, líder veterano republicano paulista, fala em nome da bancada paulista, oferecendo sentido ao silêncio dos discursos dos paulistas, a segunda maior bancada de deputados:

Sr. Presidente, eu e os meus companheiros de representação havemos conservado retraídos, abstendo-nos da discussão, não porque não nos tenham merecido a máxima consideração os assuntos aqui ventilados, mas porque, acompanhando-os com toda a reflexão, tínhamos entendido que apenas o nosso voto se tornava necessário para o preenchimento do nosso dever.

Havemos também sistematicamente nos pronunciado, na quase totalidade dos casos, contra as urgências, aqui requeridas para se tratar de assuntos estranhos à matéria constitucional...

O Sr. Badaró – Mas, quando dizem respeito ao bem público?

O Sr. Bernardino de Campos - ... porque, entendemos que, na hora presente, o patriotismo aconselha, sobretudo, aos representantes da Nação a urgente necessidade de dar-lhe a sua lei fundamental. (muitos apoiados.)

Estamos convencidos, Sr. Presidente, que, por maior que seja o desacordo em relação à marcha atual dos negócios públicos, por mais legítimos que sejam as aspirações no sentido de um melhor encaminhamento dos interesses vinculados à causa nacional, por mais puros que sejam os intuitos nesse sentido – nada pode justificar a posição daqueles que, em vez de abreviar os dias da Ditadura

---

<sup>23</sup> Campos Salles denuncia as ameaças de golpe se fosse Prudente de Moraes o vencedor da eleição para a Presidência. SALLES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*, p. 41.

<sup>24</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 519.

(apoiados), em vez de lançar o país nos moldes da legalidade, em vez de regularizar a ação do poder público, prolongam as sessões, protelando a adoção da primeira das leis, preenchendo o tempo, aliás no intuito nobilíssimo de discutir assuntos de ordem pública...

O Sr. Ramiro Barcelos – É o único intuito.

O Sr. Bernardino de Campos - ... mas sem de modo algum poder atingir o alvo almejado; porque não conhece Sr. Presidente, não conheço. Srs. representantes da Nação, meio algum de remediar o atual estado de coisas, se ele é mau, a não ser a adoção da nossa lei constitucional. (Calorosos apoiados; muito bem.)

O Sr. Ramiro Barcelos – Depende isso da lei que vamos adotar. Se vamos adotar uma lei, qualquer que ela seja, então a aclamemos.

O Sr. Bernardino de Campos – [...] O que desejo é justamente que não nos afastemos destes assuntos [constitucionais] para tratar de outros, visto como não é possível regularizar esses outros sem primeiro tratarmos destes.<sup>25</sup>

Foi a resposta que deu o experiente político pelo silêncio de sua bancada. Teve de enfrentar, porém, a incoerência de os paulistas silenciarem não somente com relação aos temas dos atos do executivo, mas também com relação às questões constitucionais. Ramiro Barcelos intervém e repete a crítica de Caetano de Albuquerque, no sentido de que se há um dever premente de aprovar a Constituição, não é necessário fingir que se está discutindo, que aclamem-na logo.

Adolfo Gordo, em 30 de dezembro, também expando os motivos do silêncio da bancada paulista, explica:

É que nós consideramos o projeto de Constituição oferecido pelo Governo Provisório como vazado em moldes perfeitamente democráticos e livres, satisfazendo as aspirações e necessidades do país, e entendemos, em consequência, que o maior serviço que podemos prestar à nossa Pátria neste momento é converter esse projeto em lei.

A Ditadura, disse alguém, é uma expressão elegante do despotismo, e conquanto só devamos ter aplausos para um Governo que com tanto critério e tão elevado patriotismo soube dirigir os negócios públicos, em uma quadra tão cheia de dificuldades como esta; todavia, como verdadeiros representantes do país, temos, como máximo empenho e como primeiro dever, por fim à Ditadura, porque a primeira condição de felicidade de um povo é a sua tranquilidade e segurança, e não pode

---

<sup>25</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 906-907.

haver tranquilidade e segurança sem leis estabelecidas, sem uma Constituição. (apoiados.)<sup>26</sup>

O representante paulista Ângelo Pinheiro defendia ainda em 10 de janeiro a brevidade dos debates, declarando que:

o nosso máximo empenho é a votação do pacto fundamental da Federação Brasileira. Acredite V. Ex., que, assim procedendo, o Congresso não dá prova de arrojo de passividade chata, conforme, injustamente, se tem assoalhado, desconhecendo esses espíritos injustos que os membros deste Congresso tem a alta compreensão dos seus deveres e sabem que o melhor serviço prestado ao país é dar-lhe a sua Constituição política.<sup>27</sup> (Grifo nosso.)

Justiniano de Serpa, deputado por Ceará, em 31 de dezembro cita um jornal de São Paulo para denunciar a oposição estabelecida aos estados do norte e a estratégia do silêncio utilizada pelos representantes paulistas. Esta citação se deu nos seguintes termos:

Até agora fomos partidários da rápida votação da Constituição, porque a queríamos como está no projeto; mas agora, com a emenda da Comissão, que reconhece a cada Estado o direito de concorrer com um voto para a escolha do chefe da nação, não podemos mais admitir tal método de votação. Queremos que a Constituição seja bem discutida: porque, a passar tal disposição, que dá considerável preponderância aos estados do Norte, desejamos que fique consignado o protesto das representações dos estados do Sul.<sup>28</sup>

A discussão serve, assim, para tentar reverter certos pontos de reivindicação que não estão sendo acolhidos. Quando as pretensões estão em vias de serem reconhecidas a estratégia é ficar em silêncio. A elaboração de uma Constituição envolve a contraposição de diversos interesses e a explicitação de variados conflitos. As decisões tomadas estão mais diretamente ligadas a estabilização, agenciamento desses poderes do que a debates parlamentares. Martinho Prado Jr. em 17 de janeiro afirma:

---

<sup>26</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 1034.

<sup>27</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 406.

<sup>28</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 1098.

Não pretendia – acentue-se bem a palavra – não pretendia tomar a palavra nos debates da Constituinte, e por motivos diferentes, que atuavam poderosamente em meu espírito. Em primeiro lugar, entendia que a missão do republicano histórico neste recinto era não criar dificuldades, nem embaraços à marcha do Governo Provisório, procurando o mais breve possível ver estabelecida a ordem legal no país, entrando-se o mais depressa possível no verdadeiro regime, fazendo cessar este provisório, que vem da força e que é o menos compatível com a liberdade e a dignidade da Pátria. Não pretendia tomar parte no debate do projeto constitucional, porque o estudo das corporações desta natureza, em todos os países, a observação que tenho feito dos corpos legislativos, fizeram-me chegar ao espírito a convicção de que são sempre inúteis os esforços dos oradores para alterar ou modificar o juízo de um representante qualquer sobre a marcha dos acontecimentos políticos ou sobre a matéria que se debate. [...] E este Congresso, tratando-se da redação de uma Constituição, assunto por demais estudado e ao alcance dos espíritos esclarecidos, como são os dos honrados congressistas, compreende-se que, antecipadamente, tenha trazido para aqui as suas ideias a respeito do que é uma Constituição e o que mais convém aos interesses do país.

Um Sr. Representante – Mas a discussão aclara sempre.

O Sr. Martinho Prado Júnior – A discussão traz a luz. Eis um chavão que estou acostumado a ouvir desde bem moço; entretanto, apesar disso, encerrado o debate, cada um toma o caminho que de antemão havia traçado para a sua resolução.

Um Sr. Representante – Pelo menos, o país se esclarece.<sup>29</sup> (Grifo nosso.)

Esse depoimento em tom de constatação sociológica de Martinho Prado, desidealizada, carrega uma dose de desilusão dos políticos maduros acerca do papel da retórica na vida política. Bastante similar é o tom das memórias de Joaquim Nabuco expondo sobre como o orador modifica sua perspectiva ao longo da experiência parlamentar. Em *Minha formação*, quando relembra o momento de sua entrada na vida política em 1879, assevera:

Posso dizer que ocupei a tribuna todos os dias, tomando parte em todos os debates, em todas as questões... O favor com que era acolhido, os aplausos da Câmara e das galerias, a atenção que me prestavam, eram para embriagar facilmente um estreante... Como hoje seria diverso, e quanto tudo aquilo está desvalorizado para mim como

---

<sup>29</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 638-639.

prazer do espírito! Hoje é a gota cristalina que mana da rocha do ideal – fonte oculta que todos temos em nós – e não os grandes chafarizes e aquedutos da praça pública, que única me desaltera. Então tudo me servia para assunto de discurso; eu falava sobre marinha e imigração, como sobre a iluminação ou o imposto de renda, sobre o arrendamento do vale do Xingu ou a eleição direta... Tinha o calor, o movimento, o impulso do orador; não conhecia o *valerá a pena?* do observador que se restringe cada vez mais... O público, os grandes auditórios eram para mim o que é hoje a minha cesta de papel, ou a labareda que dá conta da exuberância supérflua do pensamento. Só muito tarde compreendi por que os que vieram antes de mim se retraíam, quando eu me expandia: em muitos era a saciedade, o enojo que começava; em alguns a troca da aspiração por outra ordem de interesses mais utilitária; em outros porém, era a consciência que chegava à maturidade, o amor da perfeição... Desses discursos sem exceção que figuram em meu nome nos Anais de 1879 e 1880 eu não quisera salvar nada senão a nota íntima, pessoal, a parte de mim mesmo que se encontre em algum.<sup>30</sup>

Em oposição à defesa pela brevidade dos debates e pelo caráter inoportuno dos discursos parlamentares, houve veementes defesas da importância da discussão parlamentar e inclusive da retórica parlamentar. No resumo taquigráfico do discurso de Assis Brasil de 19 de dezembro, lê-se:

O orador não é dos que pensam que se devem abreviar as discussões com prejuízo da ação de cada um dos representantes. Se há assuntos sobre os quais a discussão deve ser larga e ampla, se há momento em que cada um tenha o direito de dizer o que pensa e o que sente, este é o mais incontestável.

A liberdade custa realmente, e é necessário que o homem muitas vezes tenha necessidade de arrear com todas as provações, para sustentar esta mesma liberdade. Nos organismos humanos, como nas sociedades, a simplicidade não é a consequência da perfeição. Em regra os mais complicados são os mais aptos, os mais completos, os mais perfeitos. A serpente, por exemplo, só dispõe de um tubo digestivo para as funções que no homem são exercidas por um mecanismo muito diferente e complicado. Nas sociedade a mesma coisa se dá. Quanto mais simples é o Governo, tanto mais a Nação está

---

<sup>30</sup> NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 173.

ameaçada de arbitrariedades e violências. Sendo assim, é necessário que as leis sejam discutidas com liberdade.<sup>31</sup>

Em 10 de janeiro Assis Brasil inicia seu discurso opondo-se a perspectiva de que se deveria abreviar as discussões no Congresso:

Sr. Presidente, dentro e fora deste Congresso tem-se dito tanto mal das discussões, que, tendo de vir pela segunda vez a tribuna sinto-me obrigado a começar desculpando-me de ofender um sentimento que parece tão clara e palpavelmente demonstrado por parte de muitos colegas nossos.

E a minha principal desculpa está, exatamente, na divergência em que me acho relativamente ao modo de pensar que parece geral.

Ainda tendo certeza de ir de encontro ao pensamento da maioria, eu continuaria, como continuo, a afirmar que o país só pode tirar proveito de não se restringir a discussão (Apoiados), especialmente tratando-se do fato capital que aqui nos congrega – a Constituição política sob a influência do princípio republicano triunfante.

Amaro Cavalcanti – Não apoiado.

Vários Srs. Representantes – Apoiado.

O Sr. Assis Brasil – O resultado da discussão, como todas as cousas, não deve ser julgado pelas aparências.

O Sr. Amaro Cavalcanti – É o que se tem visto.

O Sr. Assis Brasil – Declarar infecunda a tribuna, declarar estéril a discussão, somente porque os seus efeitos não são imediatos, é decidir muito superficial e levemente, é não enxergar senão o que está materialmente debaixo dos olhos.

Não há nada mais fértil em grandes resultados, não há instituição de êxito mais seguro e benefício do que a mais ampla e livre discussão.

Um Sr. Representante – Quando dela se faz bom uso.

O Sr. Assis Brasil – E até, quando dela não se faz bom uso; porque, se quem discute não advoga uma causa justa, a defesa que faz do erro não consegue senão fazer ressaltar a verdade (Muito bem)

Não são imediatos, em regra, os efeitos da tribuna, nem se concebe que homens de bom senso facilmente troquem ideias pelas quais se decidiram em virtude de estudo e meditação, pelas primeiras que lhes ofereça a palavra hábil, ou eloquente, dos oradores. Mas, se tais ideias eram suscetíveis de correção, ou se eram falsas e a discussão as cotejou com as verdadeiras, o triunfo em favor da verdade não se fará esperar muito. Qualquer de nós pode dar atestado disto. Quantas vezes, ouvindo um orador que ataca uma convicção nossa, enquanto nos

---

<sup>31</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 769.

parece que esta cada vez se robustece mais, insensivelmente se opera em nosso espírito a transformação, que só algum tempo depois vamos reconhecer! (apoiados; muito bem.) Como estão enganados aqueles que se supõem superiores ao acesso da lógica, aqueles de quem, aqui mesmo, várias vezes tenho ouvido palavras como estas: ‘Falem, discutam, tragam as razões que quiserem; tenho minha opinião formada; nada me abalará!’ Ah! Senhores, errar é dos homens, mas teimar no erro, dizia o sábio, é dos brutos. (muito bem)<sup>32</sup>

José Mariano em momento de exaltação no dia 24 de dezembro desabafa:

Este Congresso está sob uma grande fatalidade: ou ele há de atender a tudo quanto se lhe acena, a tudo quanto lhe aconselham (Não apoiados; reclamações), e, então, dão-lhe a denominação de servil, ou nós procuramos aqui bater-nos pelos princípios e lutar para que a verdade apareça, e chamam-nos de anarquistas. Pois bem; quer chamem-me de anarquista, quer não, hei de protestar, hei de bradar sempre, ainda que a minha voz se perca neste recinto. (Muito bem.)<sup>33</sup>

As ideias que andam juntas de parlamentarismo e retórica são desenroladas por Zama em 26 de dezembro:

S. Ex. é inimigo declarado, figadal, intransigente do parlamentarismo, e tão intransigente que não admitiu o parlamentarismo, nem mesmo quando respondeu a um aparte sem alcance, que tive ocasião de dar-lhe. Pois eu, Sr. Presidente, sou partidário tão ardente do parlamentarismo que chego a dizer nesta Casa que não compreendo forma de governo livre sem ministros responsáveis e interpeláveis. (muitos apoiados; muito bem; muito bem.) Os inimigos do parlamentarismo terão suas razões para assim se declararem.

Uma voz – Alguns são inimigos da retórica.

Sr. Zama – Retórica e parlamentarismo são coisas muito diferentes. (Apartes) [...] a retórica e o parlamentarismo, como já o disse, são coisas muito diferentes, e ainda mesmo que o inconveniente do parlamentarismo fosse a retórica, nós não devemos condená-lo por isso, porque eu não conheço nada que estimule mais o homem e a inteligência do que a palavra bem empregada. (Muitos apoiados.)

Um Sr. Representante – V. Ex. é a prova disso.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 370-371.

<sup>33</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 868-869.

<sup>34</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 934-935.

Costa Machado em momento de exaltação em 15 de janeiro impõe a palavra pela ordem e diz:

Sr. Presidente, desejaria perguntar a V. Ex. se nos achamos na República, se colaboramos em uma constituição republicana. Parece-me um sonho! O sistema da rolha, que é uma antiquilha que não devia apresentar-se no Congresso Constituinte, porque é um instrumento liberticida, mata a tribuna livre. [...] Estou pedindo em tempo, porque somos arrolhados continuamente. Na Constituinte uma questão tão grande como a emancipação da mulher – questão tão importante que não rebaixa, pelo contrário, engrandece a tribuna da Constituinte, chamando a atenção do Mundo para este país, provando que o povo brasileiro tem sempre diante de si um grande ideal, é prejudicada sem mais nem menos. Nem os autores da emenda se apresentaram na tribuna; no entanto, arrolhou-se a discussão! Vejo que meus sonhos vão se desfazendo. Fomos para aqui mandados para discutir, manifestar nosso pensamento, e, entretanto, somos arrolhados!<sup>35</sup>

Gil Goullart, em 28 de janeiro, acerca de falar no Congresso afirmou

[...] hesitei porque vi, pela opinião quotidiana da imprensa, que são considerados importunos os oradores que discutem a Constituição decretada e procuram emendá-la, não se prestando a votá-la silenciosamente tal qual foi confeccionada pelo patriótico e benemérito Governo Provisório. [...] Não é razoável que se faça pressão sobre este Congresso para impedir que os representantes dos estados analisem e modifiquem o projeto constitucional como lhes parecer mais conveniente aos interesses dos estados que vão formar a futura República federativa do Brasil. Basta ponderar que se trata de votar um pacto fundamental, isto é, uma Constituição, que, para ser fecunda e recomendar os que a aprovarem, carece ser irretirável e perdurar intacta por dilatados anos.<sup>36</sup>

A pressa pela aprovação deveria vencer dois principais obstáculos: os debates sobre a própria constituição e a utilização do tempo de debates constitucionais para o tratamento de assuntos relacionados ao Governo Provisório. A seguir as invectivas contra o tratamento de assuntos extraconstitucionais pelo Congresso:

---

<sup>35</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 579-580.

<sup>36</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. III, p. 260.

Homero Batista em 9 de janeiro, defendendo o Governo Provisório, afirma

[...] devo dizer, Sr. Presidente, que tem causado reparo aos obstrucionistas o fato do Congresso Nacional haver devolvido ao Governo Provisório, que dirigiu patrioticamente os destinos do país durante um ano, em plena ordem, em plena satisfação popular, os poderes necessários para continuar a dirigir e administrar os negócios da República. Não penso, como eles, que, conferindo tão latas atribuições ao Governo revolucionário, haja o Congresso amesquinhado as suas faculdade. O Congresso foi eleito para dupla missão: funcionar como Poder constituinte, e funcionar como poder legislativo ordinário; em cumprimento da primeira missão, aqui estamos discutindo e votando a Constituição Brasileira somente. (Apoiados e não apoiados.)<sup>37</sup>

Francisco da Veiga, republicano de última hora, em 14 de janeiro introduz seu discurso afirmando que

[...] ninguém mais do que eu deplora e lamenta que a preciosa atenção do Congresso Nacional seja distraída com qualquer outro assunto que não a discussão e análise do projeto de Constituição, submetido a nosso estudo e apreciação; ninguém mais do que eu deplora e lamenta que o Congresso, repetidas vezes, e ainda agora mesmo esteja a ocupar-se com questões que, embora de alguma importância podem ser consideradas insignificantes em confronto com o magno assunto que deve fazer o exclusivo objeto de nossa solicitude e esforços.<sup>38</sup>

No mesmo sentido, Oliveira Pinto em 21 de janeiro afirma que “Não é possível que este Congresso, na sua fase constituinte, possa tomar deliberações sobre atos relativos aos mais variados assuntos praticados pelo Governo Provisório.”<sup>39</sup>

Erico Coelho, em 17 de dezembro, estimulando a aprovação de sua moção contra a convocação das assembleias estaduais pelo Governo Provisório, vai entender que:

O Congresso, com o discutir dia a dia, escrupulosamente, o projeto constitucional, obra do Governo Provisório, tem revelado que está

---

<sup>37</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 322.

<sup>38</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 516.

<sup>39</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. II, p. 722.

compenetrado de seu papel. Tem desmentido os prognósticos que os inimigos da República faziam a respeito da convocação desta Assembleia. Temos provado já exuberantemente que não somos esse ajuntamento de lobisomens, como se dizia, que, despertos aos clarões da revolução...

Um Sr. Representante – Como ainda dizem os sebastianistas despeitados.

O Sr. Erico Coelho - ... convocados ao toque de um feiticeiro clarim, viriam até aqui receber de rojo, em nome da Nação e com seu assentimento, uma Constituição qualquer.<sup>40</sup>

Oiticica, em 18 de fevereiro, defendendo o direito de fala sobre assuntos alheios a Constituição e relativos aos atos do Governo Provisório, acusados de protelar a sua aprovação:

Não se deve condenar, portanto, o Congresso Constituinte, Sr. Presidente por estas interrupções constantes ao assunto que, único, deveria ocupar a sua atenção; culpa é do Governo, que, de posse de um depósito confiado em condições excepcionais e para ser usado em possíveis ocasiões também excepcionais, abusa largamente, das circunstâncias, e dispõe do país como senhor absoluto, a bem de interesses de uns ou de outros, mas sempre contra os interesses públicos. Teremos de entrar, quando em sessão ordinária, na apreciação desses atos do Governo, e será essa a ocasião de discuti-los todos, demonstrando o nenhum cuidado na distribuição larga do cofre das graças. [...] Nós não podemos conservar-nos silenciosos perante tudo quanto se tem feito, a não quereremos ser acusados de nem haver lavrado aqui o nosso protesto contra esses erros, das mais graves e das mais funestas consequências para o futuro do nosso país.<sup>41</sup>

Quintino Bocaiúva, em 17 de fevereiro, atacando o contrato celebrado pelo Governo Provisório do Brasil com os EUA afirma que:

O que desejo é que não se procure tirar argumento da circunstância excepcional em que nos achamos colocados, nem se pense que queremos guiar-nos por uma evasiva, abrigando-nos no silêncio e tirando proveito desse mesmo silêncio, como se nos receássemos de comparecer ante os nossos juízes.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 663.

<sup>41</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. III, p. 799-800.

<sup>42</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. III, p. 742.

Diante de todas as pressões para o silêncio, de todos as limitações regimentais da fala, das ameaças dos bastidores, muitas acusações não deixaram de ser feitas, explicações e apartes, verberações e palavras violentas. A absorção desses acontecimentos assume o papel legitimador quando pensada em retrospectiva, atuando como um vetor de legitimação bastante forte para todo o processo constituinte. Tal ideia se expressa quando Correa Rabelo, em 24 de dezembro, apresenta uma perspectiva diferente, mas que rebate as acusações de arrolamento e de interferência do Governo Provisório nas votações, acerca da fluência oratória no Congresso Constituinte:

A dificuldade, na verdade, de serem adotadas as emendas que não forem oferecidas pela Comissão, manifesta-se pela discussão das disposições preliminares. Ouvimos aqui produzirem-se os mais brilhantes discursos, não podendo aqueles que os pronunciaram conseguir fazer com que uma só das emendas apresentadas fosse aprovada; discursos estes que, não obstante isto, trouxeram a grande e inestimável vantagem de mostrar à Nação que as questões aqui ventiladas, questões capitais, por isso que dizem respeito à organização do país, são tratadas perante este Congresso com plena liberdade, e discutidas e votadas sem que haja interferência de um poder estranho, que venha trazer embaraços à voz dos oradores ou imposição sobre o voto. (Apoiados.)

E neste ponto as apreensões que, todos vós sabeis, existiam no país, acham-se completamente dissipadas, porque ele já viu que no Congresso há plena liberdade de discussão: os oradores falam como querem, a votação é perfeitamente elucidada e o voto absolutamente livre. (Apoiados.)

Já se vê, pois, que a Constituição, elaborada e votada em tais condições, vai calar no ânimo do país, produzindo os mais benéficos resultados, e terá as condições de durabilidade e de respeitabilidade que provém da inteira liberdade do Congresso na sua discussão e aprovação livre. (Apoiados)<sup>43</sup> (Grifo nosso.)

A divisão do Congresso entre os que aprovam o debate e os que querem o silêncio para aprovação da Constituição, que corresponde exatamente à cisão entre a minoria com interesses não contemplados pela Constituição e a maioria que está de acordo com os seus dispositivos, expressa o pouco poder que a retórica possuía para a

---

<sup>43</sup> *Annaes do Congresso Constituinte da República*, vol. I, p. 873.

modificação das posições dos parlamentares. A retórica tomada como obstáculo inevitável para a aprovação da Constituição produzirá outros efeitos que o de convencimento. Além do efeito espetacular dos debates constituintes, que tivemos oportunidade de desenvolver e que agora aparece reconhecido pelos próprios congressistas, a retórica parlamentar será sentida como um momento de esclarecimentos e será usada como um critério de legitimidade para as decisões do Congresso.

Correa Rabelo, na citação acima, considera importante afirmar que as decisões tomadas no Congresso foram boas perante a Nação porque foram tomadas com liberdade de discussão. As críticas e os arroubos contra os arrolamentos, a falta de debate e a pressa foram usados, segundo essa argumentação, para mostrar à Nação a liberdade na tribuna do Congresso. Era antecipando essa falácia que muitos solicitavam a aclamação imediata da Constituição, o que evidenciaria a vacuidade dos debates. Esse sofisma, embora deturpe o papel da crítica, não coloca em questão o alto valor da liberdade dos debates, usando-o como critério para uma boa Constituição.

A defesa da liberdade de discussão e da retórica levada à cabo por Assis Brasil argumentou fundamentalmente que: os efeitos da retórica no convencimento não se dão de imediato, mas demoram a amadurecer; e, que, em última instância, o debate esclarece, registra as posições e evidencia o bom e o mau argumento. Tais ideias tocam diretamente o tema das origens e natureza da instituição parlamentar, tema das pesquisas de Kari Palonen e Quentin Skinner sobre as relações entre retórica e procedimentos parlamentares. Kari Palonen destaca no desenvolvimento do parlamentarismo inglês no séc. XVI a estabilização de garantias procedimentais para a apresentação equitativa de argumentos pró e contra acerca dos temas votados no parlamento como o próprio caráter das instituições parlamentares.

Se reconocía que cualquier propuesta puede tener desventajas si se discute desde un ángulo diferente, y que la práctica de encontrar, inventar o incluso imaginar razones en contra de la propuesta son de interés para todo el Parlamento. Es la construcción de los argumentos a favor y en contra lo que constituye su fuerza primaria; la formación de los lados en el curso de la discusión es algo secundario.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> PALONEN, Kari. *El lenguaje retórico de la política parlamentaria*, p. 407.

Argumentar pró ou contra é um dos elementos principais do caráter parlamentar dos encontros políticos, tendo em vista o interesse de o parlamento encontrar razões contrárias às propostas apresentadas. Entretanto, quando o dissídio de posições se estabelece acerca do próprio argumentar, estamos diante do limite desse caráter parlamentar das decisões.

## CONCLUSÃO

A tese que apresentamos foi a de que *a oratória no Congresso Constituinte de 1890-91 ensajou a consolidação de juízos depreciativos da retórica parlamentar oferecidos pela crítica e pela auto-crítica, que destacavam seu caráter espetacular*. Para demonstrá-la cercamo-nos dos efeitos de sentido produzidos pela experiência retórica parlamentar da época.

Buscamos de início compreender quais interesses e poderes contribuíram para a formação do Congresso. Investigamos se os oradores estavam seguindo uma orientação retórica de origem acadêmica, uma vez que a disciplina da retórica era requisito obrigatório para o ingresso nas faculdades de direito. Procuramos responder pelo status social da disciplina e do saber retóricos. Trouxemos as avaliações do jornalismo político sobre as atividades retóricas do Congresso, compreendendo historicamente a função da imprensa. Analisamos três discursos no Congresso Constituinte tendo por principal foco a percepção dos argumentos e dos estilos retóricos. E, finalmente, recuperamos as autorreflexões sobre o discurso parlamentar ao longo daquele encontro.

Logo percebemos que foram bastante estreitos os limites decisórios daquela assembléia, composta quase inteiramente pelas elites locais alinhadas com o Governo Provisório. Compreendemos que os oradores não pertenciam a uma tradição retórica de cunho acadêmico e que a academia contribuíra muito mais para suas formações retóricas em espaços e circunstâncias não oficiais. Identificamos o declínio quase completo da disciplina retórica, que perdia seus últimos espaços para a recente História da Literatura Brasileira. Encontramos no jornalismo recorrentes asserções que denunciavam o caráter teatral e espetacular da oratória parlamentar e, aprofundando a compreensão de tais juízos, identificamos as suas origens na experiência da crítica teatral. O teatro realista por oposição ao teatro espetáculo ofereceu aos principais articulistas da *Gazeta de Notícias* substrato para avaliar e sentir os discursos daqueles parlamentares. Encontramos tais efeitos, também, na repercussão da abertura do Congresso Constituinte e nas avaliações que muitos congressistas elaboraram sobre o próprio Congresso. Nesse estudo ainda surgiu um leque variado de avaliações, percepções e sentidos sobre a retórica parlamentar para além do efeito espetacular: o conto *Evolução* de Machado de Assis sugeriu a emergência de um modelo retórico vinculado à classe de engenheiros, apresentando os dados estatísticos como matéria prima para elaboração dos discursos; a

análise de três discursos confrontou posições acerca de temas diversos, os contextos humanos de elocução desses discursos e os seus efeitos, procurando refletir acerca dos seus estilos; as autorreflexões dos parlamentares sobre a oratória parlamentar salientaram os efeitos de a oratória parlamentar clarificar as posições pró e contra no parlamento e legitimar as decisões políticas.

Em tempos de profusão dos estudos de retórica verificamos uma relativa indefinição dos procedimentos metodológicos e analíticos utilizados, e também indefinição dos limites dos objetos a serem apreendidos e deslindados. Certamente tal multiplicidade e indefinições são mais proveitosas para o pesquisador do que qualquer engessamento ou uniformização de campos de pesquisa pela rigidez metodológica. Mas o valor dessa variedade nos estudos retóricos depende das reflexões sobre as condições e a capacidade de nossos instrumentos de análise darem conta de aprofundar as problematizações.

Para não tornarmos alheios e estranhos entre si o problema, o objeto e a metodologia ao longo da tese, alheamento típico de formulários acadêmicos, foi necessário a cada passo da pesquisa questionar os nossos pressupostos metodológicos, corrigir a formulação de nosso problema e ainda reconhecer as mudanças de fronteiras de nosso tema de investigação. Essa atividade processual de investigação envolveu, sobretudo, a permissão para que as próprias fontes, os próprios textos, os próprios discursos falassem e indicassem o que deveríamos ouvir.

Em um momento como esse, de expansão dos estudos retóricos, observamos ainda a tendência de se recorrer de antemão às questões de origem. Essa atitude, de necessariamente dever-se ler todos os temas da retórica à luz dos clássicos, implica muitas vezes um contorcionismo de formulações e o desvio teleológico dos resultados dos trabalhos que tem por foco contextos diversos daqueles da antiguidade. Enfim, a utilização necessária dos ícones da tradição do pensamento retórico como filtro das atuais pesquisas ameaçam deixar de lado questões singulares, imprevistas, peculiares, de um tempo, de um grupo, de uma literatura, para colorir tudo com as cores de Górgias, Platão, Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

Nosso trabalho iniciou com esse ímpeto. Na tentativa de investigar a retórica política no Congresso Constituinte de 1890-91, por vários indícios, pensávamos que a formação retórica clássica dos congressistas fosse determinante. Pesquisamos quem eram eles e qual tinha sido sua passagem pelos estudos retóricos. Até por volta de 1890, a disciplina da retórica era exigida nos “vestibulares”, e cerca de dois

terços dos congressistas haviam passado pelos estudos e exames admissionais em retórica. Nós deveríamos então estudar os manuais de retórica utilizados no ensino dos congressistas, de base quintilianiana, e comparar com os discursos proferidos no Congresso, procurando entender como a experiência retórica parlamentar do final do dezenove no Brasil estava contaminada pela formação clássica. No fundo tratava-se de um aprofundamento dos resultados do livro de Roberto Acízelo de Souza, *O Império da Eloquência*, de 1999, que, pesquisando os principais manuais de retórica do Séc. XIX, anunciava sua importância e necessidade para a compreensão de nossas práticas retóricas, seja na literatura ou na política.

Buscando apreender com atenção os vínculos dessa relação (ensino clássico retórico e práticas retóricas), buscando responder como se deu a passagem do ensino retórico para a práxis social da retórica, percebemos que se tratava de um elo demasiado frágil, uma relação forçada pelos motivos que frisamos: a necessidade de remeter-se as experiências e temas retóricos sempre aos estudos clássicos.

O desenvolvimento das reflexões sobre a pouca eficácia, ou quase nenhuma, do ensino retórico no Império, contrariando frontalmente as ideias da obra citada de Roberto Acízelo de Souza, deu-se, dentre outros caminhos pelo estudo do trabalho de Maria de Lourdes Mariotto Haidar, *O ensino secundário no Império brasileiro*, de 1974, que constrói suas avaliações sobre o ensino secundário a partir de relatórios, discursos, memórias e obras da época. Em suma, a educação pública e privada no Império só pôde atuar muito residualmente na formação retórica de seus egressos.

O caminho do ensino estava aí esgotado e havíamos descoberto que as pistas eram falsas e não chegaríamos pela via do ensino retórico clássico ao lugar de compreender como se dava a experiência retórica naquele congresso formador da República. Disto, uma reflexão importante poderíamos retirar, a retórica é uma experiência social como a política, a culinária, o amor, a música, que se realiza a partir de um determinado contexto social. A retórica parlamentar como experiência social exigia uma investigação que não poderia ser atalhada pelo estudo de suas regras.

Conduzido pelas indicações dos próprios discursos parlamentares, nos debates sobre a liberdade de imprensa e os arbítrios do Governo Provisório, nos dirigimos para as reflexões sobre a retórica parlamentar feitas pelo jornalismo político da época. Aproximamos-nos do jornal *Gazeta de Notícias*, um dos de maior tiragem e de maior prestígio, e verificamos que havia um olhar profundamente crítico sobre

a retórica parlamentar. Esse descrédito, não só da *Gazeta de Notícias*, mas de muitos, dispensado à retórica política, durante a década de 1880, foi um fruto longamente amadurecido.

As reflexões da imprensa sobre os discursos parlamentares foram abordadas levando-se em conta a história da imprensa no Brasil, a censura instaurada pelo Governo Provisório e certas problematizações da sociologia brasileira. Qual o lugar desses homens livres numa ordem escravocrata e o seu lugar dois anos após a Abolição? Maria Sylvia de Carvalho Franco investigou a classe de homens pobres agregada aos fazendeiros e os funcionários públicos; Roberto Schwarz apresenta os jornalistas nesse mesmo desnível entre os fazendeiros e escravos, equilibrados na ética do favor. A obra de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, foi a principal a fornecer substrato histórico para compreendermos as nuances e os limites dessas relações de favor dentro do jornalismo da *Gazeta de Notícias* naquele período do Congresso Constituinte. A cobertura daquele evento mediou ironia feroz, silêncio e apoio ao Governo Provisório, tomando como referência de suas matérias a retórica parlamentar.

Nossas interrogações sobre o sentido da retórica preencheram uma pequena lacuna na história do pensamento político brasileiro sem recorrer ao mero estudo do registro influências, tão prejudicado pelas armadilhas das ilusões autobiográficas. Uma declaração de um orador sobre a influência ou admiração da fala de um outro parlamentar não responde plenamente sobre os sentidos do seu próprio discurso. Atentando para a “efetuação” do discurso, uma reformulação da pergunta de Skinner sobre as intenções do autor, não interessaram quais eram as intenções: (a) dos professores de retórica, quando ministravam a disciplina; (b) dos jornalistas, em suas críticas à retórica política; (c) dos parlamentares, por ocasião do proferimento de discursos. Interessou-nos, antes, o que estavam eles fazendo quando enunciaram suas avaliações ou discursos. Para responder, foi necessário tanto recompor o universo de *langues* de onde estavam os críticos a lançar suas *paroles*, como “observar a *parole* agindo sobre a *langue*: sobre as convenções e implicações da linguagem, sobre outros atores como usuários da linguagem, sobre atores em quaisquer outros contextos, de cuja existência ele possa se sentir persuadido, e possivelmente sobre esses mesmos contextos”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> POCKOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*, p. 35.

Desse modo, no caso do capítulo terceiro, se déssemos apenas expressão para o sentido histórico do pensamento político jornalístico do Brasil no fim do séc. XIX, respondendo simplesmente qual o seu lugar no percurso de uma tradição, apresentando o universo de *langue*, perderíamos os efeitos contingenciais das relações entre a política e a imprensa no período; e, sendo nossa preocupação o tratamento dispensado à retórica política no Congresso Constituinte, correríamos o risco de relegar ao segundo plano, no mínimo, o caráter político da crítica à retórica. De outro lado, esquecendo que aquele articulismo responde por uma tradição, que os temas aparecem como retorno e não como novidade, perderíamos as nuances das avaliações e as especificidades daquele momento, os efeitos da *parole* sobre a *langue*.

Compreender que as acusações do caráter espetacular da política estavam associadas às críticas realistas ao teatro de entretenimento é levar a sério a proposta hermenêutica:

“Quando procuramos entender um texto não nos deslocamos até a constituição psíquica do autor, mas, se quisermos falar de deslocar-se, o fazemos tendo em vista a perspectiva sob a qual o outro ganhou a sua própria opinião.[...] É tarefa da hermenêutica explicar esse milagre da compreensão, que não é uma comunhão misteriosa das almas, mas uma participação num sentido comum.”<sup>2</sup>

Esta tese resgatou o aspecto espetacular da reunião parlamentar no final do séc. XIX. Havia um forte vínculo com o tipo de manifestação teatral preponderante nas apresentações no Rio de Janeiro. Tal conclusão ilumina aqueles juízos corriqueiros da tradição histórica, sobre o final do Império e a primeira República, segundo os quais a política ou os encontros parlamentares constituíam uma farsa. Os textos nos indicaram que tipo de farsa se tratava. Mais ainda, compreender o universo crítico do teatro na segunda metade do séc. XIX permitiu estabelecer o vínculo das análises do jornalismo político e dos jornalistas com as ideias e concepções do realismo teatral.

A gênese da percepção da retórica parlamentar como espetáculo, que passa pelo desenvolvimento da crítica de teatro, contribui para compreendermos uma característica marcante das ideias dos pensadores políticos e sociais da Primeira República: a de que a política é uma representação dissociada da realidade. Vejamos esse tema a partir de um estudo contemporâneo:

---

<sup>2</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*, p. 437-38.

Foi entre os realistas, locutores das mais graves expressões do desencanto com a República, que o tema da farsa alcançou a forma de uma crítica contundente. Símbolo do desajuste insuperável entre norma e realidade, a farsa expressava a própria falência do modelo experimentado. [...] A própria idéia de representação (des) qualificada pela farsa era descartada como capricho retórico. A crítica extrapolava a suposição do benefício distorcido pela fraude e incidia sobre o próprio princípio representativo. As obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral são o principal retrato dessa queixa realista.<sup>3</sup>

Salta aos olhos a identidade entre a categoria utilizada por Cristina Buarque de Holanda para definir os contendores da inadequação da política à realidade com os defensores de um teatro em que os temas, as relações e os personagens se referissem diretamente à realidade brasileira: ambos realistas. Nosso trabalho reelabora o elo entre essas visões, que reside precisamente na geração de cronistas políticos da *Gazeta de Notícias*, atuantes nas avaliações sobre o Congresso Constituinte de 1890-91.

A retórica política ao longo do séc. XIX foi adquirindo essa expressão espetacular ao passo que perdia um acento cerimonial e de solenidade. Sendo características que andam unidas, tratou-se de uma mudança de ênfase. A fixação da experiência parlamentar oratória no campo semântico do espetáculo apontou para uma atenção maior aos sentidos, particularmente ao da visão. Em lugar da repetição ritualística de procedimentos, o espetáculo indicou o despertar da atenção pelo inesperado. Eram essas as coberturas mais cobiçadas do jornalismo: a troca de golpes retóricos, os apartes acalorados, os chistes, as tiradas de improviso. Fidelino de Figueiredo no verbete espetáculo define: “Tudo que atrai a vista. Aquilo que prende a atenção. Perspectiva: o *espetáculo da natureza*. Contemplação. Representação teatral. Diversão pública em circos. *Fam.* Cena ridícula; escândalo.” A oratória parlamentar compartilha na comunicação pública com esses dois eventos citados: o teatro e o circo.

Essa mudança esteve associada à popularização do teatro espetáculo no Rio de Janeiro. Flora Süssekind em *Cinematógrafo de Letras*, sugere “uma história da literatura brasileira que leve em conta suas relações com uma história dos meios e formas de comunicação,

---

<sup>3</sup> HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de Representação Política*, p. 133-134.

cujas inovações e transformações afetam tanto a consciência de autores e leitores quanto às formas de representações literárias propriamente ditas.”<sup>4</sup> Entenda-se que essa é uma reflexão que serve para pensar as modificações das expressões literárias frente à modernização ocorrida no início dos novecentos: a máquina de escrever, os anúncios em forma de gravuras, as narrativas publicitárias, etc. Acontece que as transformações nos meios e formas de comunicação foram sucessivas, e podemos apresentar a expansão do teatro de mágicas e de revistas do ano como um caso de inovação. Tal transformação afetou tanto o campo literário da época como o campo político. Afetou tanto a consciência de oradores e auditório quanto as formas de expressões retóricas propriamente ditas.

A expressão do visual que ocupou as práticas parlamentares – a composição do seu cenário e as posturas oratórias – esteve associada, além do teatro de espetáculo, ao imaginário naturalista que resgata as imagens históricas que nos legou a arte escultória e o classismo greco-romano. Era esse o parâmetro estético vigente e difundido pelo positivismo comteano, que se utilizava da iconografia revolucionária inaugurada por David. A noção do belo como o natural e regular, associava-se à vida virtuosa do cidadão na Pólis ou na Urbe.<sup>5</sup> É significativo, nesse contexto, a revista do ano fluminense de 1891 de Arthur Azevedo, *O Tribofe*, quando faz referência ao evento do Congresso Constituinte no pequeno quadro, denominado *Apoteose à Constituição*. A glorificação e endeusamento da Constituição davam-se em um instante. Arthur Azevedo descreve o quadro: “Os personagens que estavam em cena afastam-se. Os Estados do Brasil, que apareceram com a apoteose, descem e formam posições plásticas em roda da Liberdade, que ocupa o centro da cena.”<sup>6</sup> (Grifo nosso.)

A cena de os estados em torno da Constituição formando posições plásticas, inertes, que no teatro de revista do ano pode ter tido um caráter cômico, remete diretamente à expressão monumental que a retórica parlamentar assumiu no discurso de Deodoro da Fonseca e de outros tantos que tomaram a sua fala como a fixação de um monumento histórico destinado ao reconhecimento das gerações futuras.

Esse efeito do discurso, que procurou acompanhar a magnitude do momento, foi comparado com o de Júlio de Castilhos e Rui Barbosa

---

<sup>4</sup> SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras*, p. 26.

<sup>5</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*, p. 11-12.

<sup>6</sup> AZEVEDO, Arthur. *O Tribofe*, p. 89.

no quarto capítulo. Enquanto Deodoro da Fonseca apresenta a memória da Proclamação da República com feições épicas, Rui Barbosa aborda aqueles eventos do ponto de vista administrativo e econômico e Júlio de Castilhos como uma obra incompleta. O conteúdo desses discursos esteve intimamente relacionado com os seus aspectos ilocucionários: a ritualística que envolveu a leitura da Mensagem de Deodoro da Fonseca; o caráter de preleção do discurso de Rui Barbosa; o timbre mais parrésico da fala de Júlio de Castilhos.

Mais próximo do final, é importante destacar que procurando compreender a retórica política a partir da crônica política aproximamos mais às condições de vida do séc. XIX no Brasil. Com as crônicas de Machado de Assis atingimos o humor das avaliações sobre a composição dos discursos políticos e a sua natureza. A informalidade de sua comunicação com o público resgata juízos críticos circulantes na vida urbana do Rio de Janeiro.

O quinto capítulo apresentou os efeitos da retórica parlamentar no seio do parlamento, flagrou a importância do tema entre os próprios oradores e revelou uma contenda entre o dever de silêncio e a liberdade dos debates. A última parte da tese pôde exprimir a íntima relação entre fala, silêncio e poder, levantando a questão sobre a natureza parlamentar daquele encontro.

*Anexo – Nome dos congressistas, sua função e estado de origem*

---

Manuel Francisco Machado/Sen/AM/C21
Leovigildo de Sousa Coelho/Sen/AM
Joaquim José Pais da Silva Sarmento/Sen/AM
Manuel Ignácio Belfort Vieira/AM
Manuel Uchôa Rodrigues/AM

---

Manuel de Melo C. Barata/Sen/PA
Antônio Nicoláo Monteiro Baêna/Sen/PA
José Paes de Carvalho/Sen/PA
Artur Índio do Brasil e Silva/PA
Inocência Serzedello Corrêa/PA
Raimundo Nina Ribeiro/PA
José Ferreira Cantão/PA
Pedro Leite Chermont/PA
José Teixeira da Mata Bacelar/PA
Lauro Sodré/PA/C21

---

João Pedro Belfort Vieira/Sen/MA
Francisco Manuel da Cunha Júnior/Sen/MA
José Secundino Lopes Gomensoro/Sen/MA
Manoel Bernardino da Costa Rodrigues/MA
Casemiro Dias Vieira Júnior/MA/C21
Henrique Alves de Carvalho/MA
Custódio Alves dos Santos/MA
José Rodrigues Fernandes/MA
Antônio Ennes de Souza/MA
Tasso Fragoso/MA

---

Joaquim Antônio da Cruz/Sen/PI
Theodoro Alves Pacheco/Sen/PI/C21
Elyseu de Sousa Martins/Sen/PI
Anfrísio Fialho/PI
Joaquim Nogueira Paranaguá/PI
Nelson de Vasconcelos Almeida/PI
Coronel Firmino Pires Ferreira/PI

---

Joaquim de Oliveira Katunda/Sen/CE/C21
Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior/Sen/CE

Theodoreto Carlos de Faria Souto/Sen/CE

Alexandre José Barbosa Lima/CE  
 José Freire Bezerril Fontenelle/CE  
 João Lopes Ferreira Filho/CE  
 Justiniano de Serpa/CE  
 José Avelino Gurgel do Amaral/CE  
 José Bevilaqua/CE  
 Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos/CE  
 Manuel Coelho Bastos do Nascimento/CE  
 Frederico Augusto Borges/CE  
 Martinho Rodrigues de Souza/CE

---

José Bernardo de Medeiros/Sen/RN  
 José Pedro de Oliveira Galvão/Sen/RN  
 Amaro Cavalcanti/Sen/RN/C21  
 Almino Álvares Affonso/RN  
 Pedro Velho de Albuquerque Maranhão/RN  
 Miguel Joaquim de Almeida Castro/RN  
 Antônio de Amorim Garcia/RN

---

José de Almeida Barreto/Sen/PB  
 Firmino Gomes da Silveira/Sen/PB  
 João Soares Neiva/Sen/PB/C21  
 Epitácio da Silva Pessoa/PB  
 Pedro Américo de Figueiredo/PB  
 Antônio Joaquim do Couto Cartaxo/PB  
 João Batista de Sá Andrade/PB  
 João da Silva Retumba/PB

---

José Hygino Duarte Pereira/Sen/PE/C21  
 José Simeão de Oliveira/Sen/PE  
 Frederico Guilherme de Souza Serrano/Sen/PE  
 José Nicolau Tolentino de Carvalho/PE  
 Francisco de Assis Rosa e Silva/PE  
 João Barbalho Uchoa Cavalânti/PE  
 Antônio Gonçalves Ferreira/PE  
 Joaquim José de Almeida Pernambuco/PE  
 João Juvêncio Ferreira de Aguiar/PE  
 André Cavalcanti de Albuquerque/PE  
 Raimundo Carneiro de Sousa Bandeira/PE  
 Aníbal Falcão/PE  
 Antônio Alves Pereira de Lira/PE

José Vicente Meira de Vasconcelos/PE

João de Siqueira Cavalcanti/PE

João Vieira de Araújo/PE

Luiz de Andrade/PE

Vicente Antônio do Espírito Santo/PE

Bellarmino Carneiro/PE

José Marianno Carneiro da Cunha/PE

---

Floriano Peixoto/Sen/AL

Pedro Paulino da Fonseca/Sen/AL

Cassiano Cândido Tavares Bastos/Sen/AL

Theophilo Fernandes dos Santos/AL

Joaquim Pontes de Miranda/AL

Fancisco de Paula Leite Oiticica/AL

Gabino Bezouro/AL/C21

Landislao Netto/AL

Bernardo A. de Mendonça Castello Branco/AL

---

Manuel da Silva Rosa Júnior/Sen/SE

José Luiz Coelho e Campos/Sen/SE

Thomaz Rodrigues da Cruz/Sen/SE

Ivo do Prado Montes Pires da França/SE

Manuel Presciliano de Oliveira Valladolid/SE/C21

Felisbelo Firmo de Oliveira Freire/SE

Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel/SE

---

Virgílio Clímaco Damásio/Sen/BA/C21

Rui Barbosa/Sen/BA

José Antônio Saraiva/Sen/BA

José Augusto de Freitas/BA

Antônio Eusébio Gonçalves de Almeida/BA

Francisco de Paula Argollo/BA

Joaquim Inácio Tosta/BA

José Joaquim Seabra/BA

Aristides César Espínola Zama/BA

Arthur César Rios/BA

Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque/BA

Marcolino de Moura e Albuquerque/BA

Francisco dos Santos Pereira/BA  
 Custódio José de Mello/BA  
 Francisco de Paula Oliveira Guimarães/BA  
 Aristides A Milton/BA  
 Anphilóphio Botelho Freire de Carvalho/BA  
 Francisco Maria Sodré Pereira/BA  
 Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira/BA  
 Leovigildo do Ipiranga Amorim Filgueiras/BA  
 Capitão-de-Mar-e-Guerra Barão de São Marcos/BA

Barão de Villa Viçosa/BA  
 Sebastião Landulpho da Rocha Medrado/BA  
 Francisco Prisco de Sousa Paraíso/BA

---

Domingos Vicente Gonçalves de Sousa/Sen/ES

Gil Diniz Goulart/Sen/ES/C21  
 José Cesário de Miranda Monteiro de Barros/Sen/ES

José de Melo Carvalho Moniz Freire/ES  
 Antônio Borges de Athayde Júnior/ES

---

João Batista Laper/Sen/RJ/C21  
 Braz Carneiro Nogueira da Gama/Sen/RJ  
 Quintino Bocaiúva/Sen/RJ  
 Francisco Victor da Fonseca e Silva/RJ  
 João Severiano da Fonseca Hermes/RJ  
 Nilo Peçanha/RJ  
 Urbano Marcondes dos Santos Machado/RJ  
 Contra-Almirante Dionísio Manhães Barreto/RJ

Cirillo de Lemos Nunes Fagundes/RJ  
 Augusto de Oliveira Pinto/RJ  
 José Gonçalves Viriato de Medeiros/RJ  
 Joaquim José de Sousa Breves/RJ  
 Virgílio de Andrade Pessoa/RJ  
 Carlos Antônio de França Carvalho/RJ  
 João Baptista da Motta/RJ  
 Luís Carlos Fróes da Cruz/RJ  
 Alcindo Guanabara/RJ

Erico Marinho da Gama Coelho/RJ  
Luiz Barreto Murat/RJ  
Alberto Olympio Brandão/RJ

---

Eduardo Wandenkolk/Sen/CF  
João Severiano da Fonseca/Sen/CF  
Joaquim Saldanha Marinho/Sen/CF  
João Batista de Sampaio Ferraz/CF  
Lopes Trovão/CF/C21  
Alfredo Ernesto Jacques Ourique/CF  
Aristides da Silveira Lobo/CF  
Francisco de Paula Mayrink/CF  
Francisco Furquim Werneck de Almeida/CF  
Domingos Jesuíno de Albuquerque Júnior/CF  
Thomaz Delfino dos Santos/CF  
José Augusto Vinhaes/CF  
Conde de Figueiredo/CF

---

Américo Lobo Leite Pereira/Sen/MG  
José Cesário de Faria Alvim/Sen/MG  
Joaquim Felício dos Santos/Sen/MG  
Antônio Olyntho dos Santos Pires/MG  
João da Mata Machado/MG  
Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas/MG  
Gabriel de Paula Almeida Magalhães/MG  
João das Chagas Lobato/MG  
Antônio Jacó da Paixão/MG  
Alexandre Stockler Pinto de Meneses/MG  
Francisco Luís da Veiga/MG  
José Cândido da Costa Sena/MG  
Antônio Afonso Lamounier Godofredo/MG  
Álvaro A. de Andrade Botelho/MG  
Feliciano Augusto de Oliveira Pena/MG  
Polycarpo Rodrigues Viotti/MG  
Antônio Dutra Nicácio/MG  
Francisco Correia Ferreira Rabelo/MG  
Manuel Fulgêncio Alves Pereira/MG  
Astolpho Pio da Silva Pinto/MG  
Aristides de Araújo Maia/MG  
Joaquim Gonçalves Ramos Filho/MG

Carlos Justiniano das Chagas/MG  
Constantino Luís Palleta/MG  
João Antônio de Avelar/MG  
José Joaquim Ferreira Rabelo/MG  
Francisco Álvaro Bueno de Paiva/MG  
José Carlos Ferreira Pires/MG  
Francisco Coelho Duarte Badaró/MG  
José da Costa Machado e Souza/MG  
Domingos José da Rocha/MG  
Francisco de Paula Amaral/MG  
Antônio Golçalves Chaves/MG  
João Luiz de Campos/MG  
João Pinheiro da Silva/MG/C21  
Joaquim Leonel de Rezende Filho/MG  
Francisco Honório Ferreira Brandão/MG  
Américo Gomes Ribeiro da Luz/MG  
Domingos da Silva Porto/MG  
José Joaquim Monteiro da Silva/MG

---

Manuel Ferraz de Campos Salles/Sen/SP  
Prudente José de Moraes Barros/Sen/SP  
Francisco Rangel Pestana/Sen/SP  
Francisco Glicério/SP  
Manuel de Moraes Barros/SP  
Joaquim Lopes Chaves/SP  
Domingos Correia de Moura/SP  
João Tomás Carvalhal/SP  
Joaquim de Sousa Mursa/SP  
Rodolfo Rocha N. Miranda/SP  
Paulino Carlos de Arruda Botelho/SP  
Ângelo Gomes Pinheiro Machado/SP  
Antônio José da Costa Júnior/SP  
Francisco de Paula Rodrigues Alves/SP  
Alfredo Ellis/SP  
Antônio Moreira da Silva/SP  
José Luís de Almeida Nogueira/SP  
Adolpho Affonso da Silva Gordo/SP  
Bernardino de Campos/SP/C21  
Carlos Augusto Garcia Ferreira/SP

Martinho da Silva Prado Júnior/SP  
Luiz Pereira Barreto/SP  
Cesário Motta Júnior/SP  
João Alvares Rubião Júnior/SP  
Antônio da Silva Prado/SP

---

José Joaquim de Sousa/Sen/GO  
Antônio Amaro da Silva Canedo/Sen/GO  
Antônio da Silva Paranhos/Sen/GO  
Sebastião Fleury Curado/GO  
José Leopoldo de Bulhões Jardim/GO/C21  
Joaquim Xavier Guimarães Natal/GO

---

Aquilino do Amaral/Sen/MT/C21  
Joaquim Duarte Murtinho/Sen/MT  
Antônio Pinheiro Guedes/Sen/MT  
Antônio Francisco de Azeredo/MT  
Caetano Manuel de Faria e Albuquerque/MT

---

Ubaldo do Amaral Fontoura/Sen/PR/C21  
José Pereira dos Santos Andrade/Sen/PR  
Generoso Marques dos Santos/Sen/PR  
Belarmino Augusto de Mendonça Lobo/PR  
Marciano Augusto Botelho de Magalhães/PR  
Eduardo Mendes Gonçalves/PR  
Fernando Machado de Simas/PR

---

Antônio Justiniano Esteves Júnior/Sen/SC  
Luiz Delfino dos Santos/Sen/SC  
Raulino Júlio Adolpho Horn/Sen/SC  
Lauro Severiano Müller/SC/C21  
Carlos Augusto de Campos/SC  
Felipe Schmidt/SC  
José Cândido de Lacerda Coutinho/SC

---

Ramiro Fortes de Barcelos/Sen/RS  
Júlio Anacleto Falcão da Frota/Sen/RS  
José Gomes Pinheiro Machado/Sen/RS  
Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro/RS  
Joaquim Pereira da Costa/RS  
Antão Gonçalves de Faria/RS  
Júlio Prates de Castilhos/RS/C21  
Antônio Augusto Borges de Medeiros/RS

Alcides de Mendonça Lima/RS  
Joaquim Francisco de Assis Brasil/RS  
Thomaz Thompson Flores/RS  
Joaquim Francisco de Abreu/RS  
Homero Batista/RS  
Manuel Luís da Rocha Osório/RS  
Alfredo (Alexandre\*) Cassiano do Nascimento/RS

Fernando Abbott/RS  
Demétrio Nunes Ribeiro/RS  
Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto/RS

Ernesto Alves de Oliveira/RS

---

## BIBLIOGRAFIA

Não dividimos a bibliografia em fontes primárias e secundárias porque consideramos, em consonância com os pressupostos metodológicos assumidos, que se trata de uma divisão que não esclarece. Em primeiro lugar, uma obra considerada “interpretativa”, que indica diversas fontes da época estudada, não deixa de ser primária, porque forma a pré-compreensão e define outros textos a serem interpretados. A tradição, que se elabora desde a interpretação contemporânea aos fatos, é já fonte primaríssima. Em segundo lugar, apresentar somente os jornais da época e os anais como fontes primárias não dá conta de todo o conjunto de compilações, edições críticas e reedições, que procuram, inclusive, suprir as carências daquelas primeiras edições. Desse modo, apresentamos a seguir a lista das obras que foram referenciadas nesta tese:

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: 1889 a 1917*. São Paulo, 1918.

ABRANCHES, João Dunshee de. *Atas e atos do governo provisório*. RJ, 1930. (RJ Imprensa Nacional, 1907) (M. Abranches/Jornal do Brasil, 1954)

ABREU, Alzira Alves. [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) – pós 1930*, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ADORNO, Theodor. Sobre la lógica de las ciencias sociales. In: VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez (Org.). *La lógica de las ciencias sociales*. México. Editorial Grijalbo, S.A., 1978, p. 29-46.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) – História e Legislação*, São Paulo: EDUC, 2000.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento – a Geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

AMORIM NETO, Octavio. *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer e Ed. FGV, 2006.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo: Saraiva, Ed. da USP, 1978.

*Annaes da Constituinte Republicana – 1890*. 2ª. edição, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

ARANTES, Paulo Eduardo *Sentimento de Dialética na Experiência Intelectual Brasileira – dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARAÚJO, Ferreira de. *Coisas Políticas*, Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1884.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

ASSIS, Machado. *A Semana* – Introdução e notas de John Gledson, São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado. *Balas de Estalo* – Edição completa e comentada por Heloisa Helena Paiva de Luca, São Paulo: Annablume, 1998.

ASSIS, Machado. *Bons Dias* – Introdução e notas de John Gledson, São Paulo: Hucitec, 1997.

ASSIS, Machado. *Contos/Uma Antologia* – Seleção, Introdução e notas de John Gledson, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASSIS, Machado. *Melhores Crônicas – seleção e prefácio de Salete de A. Cara*

ASSIS, Machado. *Obra Completa*. Vol. III, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1997.

*Atos do Governo Provisório*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

AUSTIN, J. L.. *Quando Dizer é Fazer – palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, Arthur. *O Tribofe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. “Os Gêneros do Discurso”. Em: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Rui. “Introdução”. Revista da Liga do Ensino, n.1, janeiro de 1884, p.1 a p.30. Em: *História da Educação*, n. 21, Pelotas: FaE/UFPel, jan/abr 2007.

BARBOSA, Rui. *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*, organizado e com introdução de Américo Jacobina Lacombe, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1985.

BARTHES, Roland. “A Retórica Antiga”. Em: COHEN, Jean et alii. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da faculdade de Direito do Recife*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

BEVIR, Mark. “The text as a historical object”. *Finnish Yearbook of Political Thought*, v. 4. 2000.

BOEHRER, George C. A., *Da Monarquia à República – História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002.

BONFIM, Manuel. “A América Latina”. Em: *Intérpretes do Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

BREUER, Dieter. “Retórica de Escuela en el siglo XIX”. Em: Schanze, Helmut (compilador). *Retórica – Contribuciones sobre su historia en Alemania. Siglos XVI a XX*, Buenos Aires: Alfa, 1976.

BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.

BROCA, Brito. *Machado de Assis político e outros estudos*, Rio de Janeiro: “Organização Simões” Editora Rio, 1957.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. Um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARONE, Edgar. *A República Velha – evolução política*, São Paulo: DIFEL, 1971.

CARONE, Edgar. *A República Velha – instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. “Sistemas Eleitorais e Partidos do Império”, Em: LIMA Jr. (org.) *O balanço do poder*, Rio de Janeiro: IUPERJ e Rio Fundo Ed., 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. & Teatro de sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, Rio de Janeiro: Topói nº. 1, 2000. pp. 123–152.

CARVALHO, José Murilo. *Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros – discurso e praxis dos seus programas*, Brasília: Ed. UnB, 1981.

CODATO, Adriano. *São Paulo sob o Estado Novo: quatro hipóteses explicativas*. Apresentado no evento: *Variações sobre um tema: interpretações do Brasil e do Estado Novo*, na sessão Instituições e elites políticas, realizado na UFSC de 21 a 23 de novembro de 2007.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

*Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Babosa, 1977.

DANTAS, Rodolfo E. de Souza. “O Ensino Secundário do Sexo Feminino”. Em: *História da Educação*, n. 22, Pelotas: FaE/UFPel, mai./ago. 2007.

DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, Brasília: INL, 1978.

*Diário do Congresso Nacional* (Nº. de 1 a 13, do ano de 1890)

DIAS, J. S. da Silva. “Pombalismo e Teoria Política”. Em: *Revista Cultura – História e Filosofia*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

DOUAY-SOUBLIN, F.. “La rhétorique en France au XIXe siècle à travers ses pratiques et ses institutions: restaurations, renaissance, remise en cause”. Em: FUMAROLI, M.. *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne 1450-1950*, Paris, PUF, 1999.

DUBOIS, Jean. *Le Vocabulaire Politique et Social en France de 1869 à 1872*, Paris: Librairie Larousse, s/d.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, São Paulo: Globo, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, São Paulo: Globo, 2001.

FARIA Filho, Luciano Mendes de. “Educação do povo e autoritarismo das elites: Instrução pública e cultura política no Séc. XIX.” Em: MAGALDI, Ana Maria & ALVES, Cláudia & GONDRA, José Gonçalves (org.) *Educação no Brasil – história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FARIA, João Roberto de. *Ideias Teatrais – o Séc. XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2001.

FARIA, Luiz Castro de. *Oliveira Vianna – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói – O autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2v. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Memória Histórico-Acadêmica dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1864*, Recife: Faculdade de Direito do Recife, 1864.

FLEMING, David. *Rhetoric as a Course of Study*. Em: *College English*, vol 61, n°. 2. (Nov., 1998), pp. 169-191.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves, apogeu e declínio do Presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*, Porto Alegre: Globo, 1967.

FREIRE, Junqueira. *Elementos de Retórica Nacional*, Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. Col. Intérpretes do Brasil.

FUMAROLI, Marc. *L'Âge de L'Eloquence – Rhétorique et 'res literaria' de la renaissance au seuil de l'époque classique*, Genève: Librairie DROZ S.A., 2002.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GARCIA, Othon M., *Comunicação em Prosa Moderna*, Rio de Janeiro, FGV, 1983.

GAY, Peter. *O estilo na História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

*Gazeta de Notícias* (01 de setembro até 31 de dezembro do ano de 1890)

GUINSBURG, Carlo. *Relações de Força – História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, São Paulo: Editora da USP/ Editorial Grijalbo LTDA, 1972

- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história*, São Paulo: Ed. USP, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Do Império à República*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. Col. Intérpretes do Brasil.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de Representação Política – O experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- HONORATO, Manuel da Costa. *Compêndio de Retórica e Poética*. 4ª. Ed.. Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita. 1879.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. versão eletrônica, 2002.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACERDA, Carlos. *Discursos Parlamentares*. Introdução de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Rui Barbosa e a Primeira Constituição da República*, Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1949.

LAET, Carlos. “A Imprensa (1889-1899)”. Em: *Década republicana*. Vols. I (Visconde de Ouro Preto, Ângelo do Amaral, Barão de Loreto, Carlos de Laet, Afonso Celso e Silva Costa), Brasília: UnB, 1986.

LALOUETTE, Jacqueline. “Do exemplo à série: história da prosopografia”. In: Heinz, Flávio M. (org.), *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 55-74.

*Larousse Cultural – Brasil de A/Z*, São Paulo: Ed. Universo, s/d.

LASSALLE, Ferdinand. *Que é uma Constituição*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha.

LEAL, Elisabete da Costa. *O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*, Revista de História, São Paulo, v. 25, n.2, 2006.

LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Trad., prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.

LEVINE, Robert M., *Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937 – A velha Usina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*, São Paulo: Melhoramentos, s.d.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOVE, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937 – A Locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LYRA, Tavares. *O Senado da República, de 1890 a 1930*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 210. Rio de Janeiro: Dep.

de Imprensa Nacional, 1951.

LYRA, Tavares. *Os Ministros de Estado da Independência à República*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 193. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1948.

MAGALHÃES Jr., R. *A espada contra o Império*, SP: Ed. Nacional, 1957.

MAGALHÃES JR., R.. *Rui o Homem e o Mito*, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

MAGALHÃES, Oscar Diniz. *Nos primórdios da taquigrafia parlamentar brasileira*, site: [www.taquigrafia.br](http://www.taquigrafia.br), s.d.

MANGABEIRA, João. *Rui, o Estadista da República*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1943.

MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. 1.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, Vol. IV - 1877–1896. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

MEIRELES, Mário M.. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: D.A.S.P. – Serviço de Documentação, 1960.

MELO, Alm. Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. SP: Cia Ed. Nacional, 1938.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a história*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia e São Paulo: Ed. da USP, 1982.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2006.

NABUCO, Joaquim Nabuco. *Campanhas de Imprensa*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, (Obras Completas, Vol. 6) São Paulo:IPÊ, 1949.

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo*, São Paulo: Typ. A Editora, 1909.

NOGUEIRA, Almeida. *Tradições e reminiscências: estudantes, estudantões, estudantadas*, São Paulo, 1910. Oitava série.

PALONEN, Kari. *El lenguaje retórico de la política parlamentaria*. “El lenguaje retórico de la política parlamentaria”. Em: BOCARDO, Enrique [ed.] *El giro contextual. Cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios*. Madrid: Tecnos, 2007.

PANG, Eul-Soo Pang. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943 – A Bahia na primeira república brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

PEIXOTO, Silveira. *A tormenta que Prudente de Moraes venceu!*, Curitiba: Ed. Guaíra, 1942.

PIAZZA, Walter F.(org.) *Dicionário político catarinense*, Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado, 1994.

PINHEIRO, João. *Idéias Políticas de João Pinheiro*, Brasília: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

PRADO, Eduardo. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RENAULT, Delso. *A vida Brasileira no Final do Século XIX: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1987.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros, *Os Símbolos do Poder – Cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*, Brasília: UnB, 1995.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Vol. 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1980.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ROMERO, Sílvio. “O problema brasileiro em 1891”. Em: ROMERO, Sílvio. *Estudos de Literatura Contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, tomo quinto. Rio de Janeiro: José Olympio: 1943.

ROQUETE J.-I. & FONSECA J. da. *Diccionario dos Synonyms*

*Poetico e de epithetos da Lingua Portugueza*. Pariz: Casa de Aillaud, Guillard e Cia., 1881.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. In: Revista Bras. de História. São Paulo: ANPUH/Ed. Contexto, n.30, 1995.

ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana – Brasília*, Senado Federal e Ed. da UNB, 1979.

SALLES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*, Brasília: UnB, 1983.

SANTOS, José Maria. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

SCHULZ, John H. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. SP, Edusp, 1994.

SCHULZ, John. *A Crise financeira da Abolição*, São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ricardo. *História Intelectual e Teoria Política*. DADOS, V. 53, n. 2, 2010.

SINGER, Ben. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular”. Em: CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, R. Vanessa (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

SKINNER, Quentin. *Entrevista concedida à Folha de São Paulo*, publicada em 16 de agosto de 1998.

SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOBRINHO, Antônio A. A. B.. *A Proclamação da República na Bahia*, “Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” (Rio de Janeiro), volume 256, p. 6-15, jul.-set. 1963.

SOBRINHO, Antônio. *A primeira e última legislatura da câmara dos deputados do Império*, “Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” (Rio de Janeiro), volume 254, p. 16-32, jan.-mar. 1962.

SOBRINHO, Antônio. *O pregoeiro da República: Virgílio Clímaco Damásio*, “Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” (Rio de Janeiro), volume 264, p. 373-381, jul.-set. 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência – Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

STEIN, Stanley J., *A historiografia do Brasil 1808-1889*, *Revista de História* (São Paulo), v. XXIX, n.50, p. 81-133, jul-set. 1964.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, v. 100, n. 1, Winter 1971.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras – Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TIMON. *Estadistas e Parlamentares*. 1ª. série. Rio de Janeiro: Typ. de

Molarinho & Mont'Alverne, 1883.

TIMON. *Estadistas e Parlamentares*. 3ª. série (Conselheiro Franklin Dória). Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1885.

TORRES, Alberto. *Organização Nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da academia de São Paulo*, São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1924, vol. 1.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo – 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. 4ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1981.

VIANNA, Oliveira. “O Idealismo da Constituição”. Em: LEÃO, A. Carneiro & vários autores. *À Margem da História da República*, Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.

VIEIRA, Celso. “Evolução do pensamento republicano no Brasil”. Em: LEÃO, A. Carneiro & vários autores. *À Margem da História da República*, Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.

WESTBROOK, B. Evelyn. “Debating Both Sides: Wat Nineteenth-Century College Literary Societies Can Teach Us about Critical Pedagogies”. Em: *Rhetoric Review*, Vol. 21, No. 4 (2002), pp. 339-356.

WIRTH, John D.. *Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937 – O fiel da Balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.